

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Renata Apgaua Britto

**TRABALHO, FAMÍLIA E AMIZADE
ENTRE MARICULTORES/AS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO SUL
DA ILHA DE FLORIANÓPOLIS: A AMPROSUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Theophilos Rifiotis

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B862t Britto,
Renata Apgaua

Trabalho, família e amizade Entre
maricultores/as de uma associação do sul da ilha
de Florianópolis [tese] : a AMPROSUL / Renata
Apgaua Britto ; orientador, Theophilos Rifiotis.
- Florianópolis, SC, 2012.
232 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia social. 2. Maricultura -
Cooperativas.
3. Economia solidária. 4. Utilitarismo. 5.
Florianópolis
(SC) - Associações, instituições, etc. I. Rifiotis,
Theophilos. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social. III. Título.

CDU 391/397

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

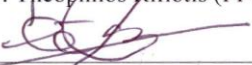
**“Trabalho, família e amizade:
entre maricultores/as artesanais”**

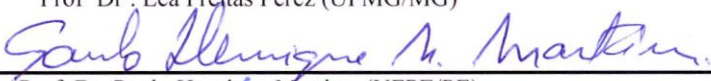
RENATA APGAUA BRITTO

Orientador: Prof. Dr. Theophilos Rifiotis


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores (as):

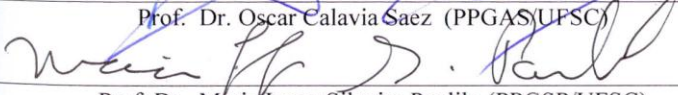

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis (PPGAS/UFSC)

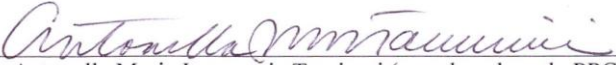

Prof.^a Dr.^a. Lea Freitas Perez (UFMG/MG)


Prof. Dr. Paulo Henrique Martins (UFPE/PE)


Prof.^a. Dr.^a. Miriam Pillar Grossi (PPGAS/UFSC)


Prof. Dr. Oscar Calavia Saez (PPGAS/UFSC)


Prof. Dr. Maria Ignez Silveira Paulilo (PPGSP/UFSC)


Profa. Dra. Antonella Maria Imperatriz Tassinari (coordenadora do PPGAS)

Florianópolis, 29 de Fevereiro de 2012.

Aos/as agradecidos/as neste trabalho;
Aqueles/as que contribuíram para a
sua realização;
Aqueles/as que possam se interessar /
desinteressar.

AGRADECIMENTOS

Ao Theophilos, orientador, pela paciência, compreensão e confiança e por não ter desistido de mim, de apostar na possibilidade de chegarmos até aqui, depois de longos anos. Sempre confiei em sua capacidade intelectual e também de mediar conflitos. Não me esqueço do seu esforço para que eu, por meio desta tese, encontrasse caminhos próprios e construísse algo que fizesse sentido para mim, que falasse ao coração.

À professora Miriam Furtado Hartung e ao professor Oscar Calavia Saez, pelo olhar atento e pelas contribuições dadas na ocasião da qualificação do projeto desta tese.

À AMPROSUL, por ter me recebido, compartilhado comigo suas vidas no momento da pesquisa e permitido a realização deste trabalho. Especialmente, à família Mendes – e aqui uma referência especialíssima à dona Eva e ao “seo” Max, pela hospitalidade, pela amizade, pelas conversas e pela confiança.

Ao Padre Vilson, por ter aberto as portas da Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários para que eu pudesse estudá-la, ainda que isso não tenha acontecido, bem como às pessoas que ali estavam e conversaram comigo no dia em que fui até lá. Mais uns dos contatos articulados pela querida amiga Marta Magda Machado (MM), a quem agradeço. Sua generosidade é sem tamanho!

Aos/às professores/as, de modo geral, a todos/as os/as educadores/as que se fizeram presentes ao longo da minha vida, em reconhecimento à vocação, ao dom de ensinar e à possibilidade de poder com eles/as aprender, trocar, compartilhar saberes, viajar...

As questões da tese, em particular, vieram se construindo desde o mestrado em sociologia, na Universidade Federal de Minas Gerais (na fronteira com a graduação em economia, também na UFMG), em que não conseguiria ter entrado sem a ajuda dos/as amigos/as da Fundação João Pinheiro. Não cansarei de lhes agradecer: a esses/as amigos/as, aos/às professores/as do mestrado e à eterna orientadora, Léa Freitas Perez.

Nesta trajetória, antes de chegar ao PPGAS/UFSC, uma pausa na Universidade do Estado de São Paulo (USP): conhecer o professor Vagner Gonçalves da Silva fez toda a diferença.

No PPGAS, o reconhecimento de ter tido grandes professores/as. Sem esquecer que sem o apoio da Karla e, mais recentemente, da Adriana as coisas não aconteceriam.

Será demais agradecer aqueles/as que produziram textos

inspiradores, inclusive aqueles/as muitos que não estão nas referências bibliográficas desta tese, a partir dos quais pude imaginar e contar esta estória? Com certeza, não.

Aos/as colegas e amigos/as, antigos/as e recentes, um superagradecimento. Um carinho especial para aquela que “viajou fora do combinado”: Vanessa, querida... Aproveito para agradecer, em particular, ao Jeffrey Hoff a tradução do resumo desta tese do português para o inglês.

À família – meus pais, irmã, avós, tios/as e primos/as – sempre presente e presenteando. Sem esquecer os/as que partiram recentemente, um carinho especial também para o tio Tônico. Fico a pensar se a obsessão pela troca de presentes, de dádivas, pela possibilidade da generosidade não viria dali.

Ao Nado, companheiro, educador, artista popular, agradecida – muito agradecida! – pelo apoio nesta trajetória, pela disponibilidade e pela oportunidade de viver e de passar a ver o mundo de outro jeito, em meio a sons de tambores, boi de mamão e muitas diferenças: crianças, idosos/as, brincantes, cantadores e tocadores de boi...

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) pelas bolsas concedidas durante parte dos estudos. Este trabalho foi realizado com o apoio destas instituições. E vida longa à universidade pública de qualidade, com recursos públicos para ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos de forma independente.

“Este texto que te dou não é para ser visto de perto: ganha sua secreta redondez antes invisível quando é visto de um avião em alto voo. Então adivinha-se o jogo das ilhas e veem-se canais e mares”

(Clarice Lispector)

“Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos. Uns com os outros acho que nem não se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras de recente data. Assim é que eu acho, assim é que eu conto”

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Construída a partir de uma pesquisa de campo realizada na Associação de Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha (AMPROSUL), formada por pequenos/as produtores/as de ostras e/ou mariscos, esta tese debruça-se sobre o espaço de interlocução entre os discursos técnico-científicos (governo, pesquisadores, etc.), de um lado, e os dos/as maricultores/as, de outro. Para as instituições governamentais e parceiras vinculadas à maricultura, diante do objetivo de conciliar desenvolvimento econômico e inclusão social e econômica dos/as produtores/as, a alternativa é transformar o caráter familiar e artesanal das produções: organizá-los/as em associações/cooperativas, profissionalizá-los/as e padronizar suas produções, de modo que possam participar do arranjo produtivo local. Neste sentido, as políticas públicas dirigidas à maricultura estão voltadas para a organização dos/as produtores/as por meio de associações/cooperativas e a estruturação da cadeia produtiva, do arranjo produtivo local (APL). Para os/as maricultores/as, os tempos já foram melhores. Desejam ser incluídos/as no mercado, no arranjo, e reclamam do que consideram exigências e normas excessivas, mau uso dos recursos destinados à maricultura e privilégios em relação aos/às “grandes” produtores/as. Entendem que precisam se organizar para que suas demandas sejam atendidas. Acionam familiares e amigos/as para contornarem problemas relativos ao trabalho e ao exercício da atividade, como a falta de mão de obra. As falas dos/as maricultores/as indicam a existência de conflitos e de tensões neste processo de transformação do setor. Ao mesmo tempo, discursos técnico-científicos procuram explicar o porquê das dificuldades de estes/as produtores/as atenderem às novas exigências que se impõem em relação à organização em torno de associações/cooperativas e do arranjo. Diagnósticos “negativos” sugerem que essas dificuldades estão associadas, por exemplo, ao fato de não possuírem organização, cooperação/solidariedade, etc. O parâmetro de comparação, no caso, é a construção de vínculos de cooperação como estratégia competitiva. Seguindo as falas dos/as maricultores/as e a pista de que está em curso um processo crescente de “mercantilização” da maricultura, apoiado no modelo de desenvolvimento adotado pelo governo, esta tese propõe ao menos duas voltas no parafuso: 1ª) Problematicar os discursos técnico-científicos por seu viés economicista. Tal atitude apóia-se em discussões críticas que se desenrolam nas ciências humanas sobre as implicações da lógica utilitária, sustentadas por determinadas teorias, e abre espaço para tratar

os problemas em termos de exclusão social, econômica e simbólica dos/as pequenos/as produtores/as e refletir sobre a existência de relações de poder assimétricas; e 2ª) Criar outra narrativa sobre os/as produtores/as sem a ênfase na “falta”, marcando a importância dos vínculos de amizade e parentesco para eles/as no exercício da atividade. Neste contexto, misturam-se trabalho, família e amizade, o que permite que essas pessoas enfrentem as dificuldades que se lhes apresentam. Essa atitude apoia-se nas mesmas discussões críticas que problematizam a lógica utilitária e exploram a existência de outra modalidade de ação marcada por uma lógica não utilitária.

Palavras-chave: Maricultura, Economia Solidária, Arranjo produtivo local, Associativismo/Cooperativismo, Utilitarismo/não utilitarismo, Dádiva/sacrifício.

ABSTRACT

Based on a field study of the Association of Mariculturists and Professional Fishermen from the South of the Island (AMPROSUL), composed of small-scale oyster and mussel producers, this thesis analyzes the space of interlocation between technical-scientific discourses (government, researchers, etc.) and mariculturists. Government institutions and their partners linked to mariculture, whose stated objective is to reconcile economic development and the social and economic inclusion of the producers, affirms their aim is to transform the family and cottage nature of the process and organize the producers into associations and cooperatives, professionalizing them and standardizing production so that they can participate in the local production arrangement. Public policies aimed at mariculture focus on the organization of the producers in associations and cooperatives and the structuring of the production chain and the local production arrangement. The mariculturists have seen better days. They want to be included in the market and production arrangement, and complain about what they consider demanding and excessive norms, poor use of resources allocated to mariculture and privileges for the “large” producers. They understand that they need to organize to have their demands met. They commonly turn to families and friends to resolve work related problems such as the lack of labor. The statements of the mariculturists indicate the existence of conflicts and tensions in this process of transformation in the sector. At the same time, technical-scientific discourses seek to explain the difficulties of these producers and meet their demands in relation to organization around the associations and cooperatives. “Negative” diagnoses suggest that these difficulties are associated to the fact that they lack organization, cooperation and solidarity. The parameter for comparison, in this case, is the construction of ties of cooperation as a competitive strategy. According to the statements of the mariculturists, there is a growing process of “mercantilization” of mariculture, supported by the development model adopted by the government. This thesis proposes two approaches. 1) The first is to analyze the technical-scientific discourses and their economist bias, supported by critical discussions in the human sciences about the implications of a utilitarian logic sustained by certain theories and to open space to treating problems related to the social, economic and symbolic exclusion of small producers and reflect on the existence of asymmetric power relations. 2) The second is to create a different narrative about the producers that does not emphasize

what is “lacking,” marking the importance of their ties of friendship and kinship in the exercise of their activity. In this context, work, family and friendship combine, allowing these people to confront the difficulties that they face. This attitude is supported by critical discussions that analyze the utilitarian logic and explore the existence of another modality of action marked by a non-utilitarian logic.

Keywords: Mariculture, Solidarity economy, Local production arrangement, Associativism/cooperativism, Utilitarianism/non-utilitarianism, Gift/sacrifice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAq – Associação Catarinense de Aquicultura
APLs – Arranjos Produtivos Locais
ACARPESC – Associação de Crédito e Assistência Rural e da Pesca do Estado de Santa Catarina
AMAQUAI – Associação de Mulheres Aquicultoras e Ambientalistas da Ilha de Santa Catarina
AMANI – Associação dos Maricultores do Norte da Ilha
AMASI – Associação dos Maricultores do Sul da Ilha
AMPROSUL – Associação de Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha
ES – Economia Solidária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAMASC – Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina
FAO – Organização de Alimentação e Agricultura
FATMA – Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente
GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
LAMEX – Laboratório de Mexilhões
LCMM – Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAUSS – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIM – Serviço de Inspeção Municipal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SPU – Secretaria do Patrimônio da União

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

FIOS DA ESTÓRIA	19
DEMARCANDO FRONTEIRAS.....	37
MONTANDO A MARICULTURA	37
BOIAS AMARELAS, ÁREAS, LICENÇAS	46
RENDA, EMPREGO E DINHEIRO	53
GRANDES E PEQUENOS	62
A COISA TÁ FICANDO CARA... CADA VEZ MAIS DIFÍCIL.....	70
ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO/ ECONOMIA SOLIDÁRIA (ES) E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)	79
Associativismo/cooperativismo.....	80
Notas sobre a economia solidária	86
Arranjo produtivo local	93
A UNIÃO FAZ A FORÇA	99
NARRATIVAS NEGATIVAS	110
REMARCANDO FRONTEIRAS.....	119
MERCANTILIZAÇÃO DA MARICULTURA	119
Cooperação/solidariedade como estratégia competitiva	127
IMPLICAÇÕES	137
Relações de poder	143
PONTO DE VISTA SIMBÓLICO	153
GLOBAL E LOCAL.....	163
FAMÍLIA, AMIGOS/AS E TRABALHO	169
Sacrifícios de dona Eva	180
TRADUÇÕES POSSÍVEIS	184
ENCONTRO/CONTATO INTERCULTURAL.....	197
PARA TERMINAR	203
REFERÊNCIAS.....	213

FIOS DA ESTÓRIA

O interesse em estudar uma associação surgiu da leitura de textos sobre a dádiva. O tema “Dádiva” tem sido objeto de reflexão para mim desde o mestrado em sociologia, quando estudei as relações entre os aspectos econômico e religioso nas igrejas neopentecostais – mais precisamente, o sacrifício do dinheiro, na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).¹ O interesse em continuar a estudá-lo e a utilizá-lo para pensar fatos sociais contemporâneos manteve-se vivo: trabalhos feitos, disciplinas realizadas, etc.²

Chamou-me a atenção, precisamente, a relação entre os temas “Associação”, “Solidariedade” e “Dádiva”. Caillé, membro do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS), por exemplo, diz: “Além das solidariedades tradicionais de famílias, deve-se portanto criar solidariedades novas que se exprimem através das cooperativas sociais, das associações e do conjunto das atividades coletivas com fins não lucrativos (*non profit*). Em todos esses exemplos, quer se trate de um tipo tradicionalista ou moderno, é claro que o engajamento associativo e voluntário implica que a pessoa dê uma parcela de seu tempo e se empenhe pessoalmente em alguma tarefa. Claro, em outros termos, que ele deve funcionar em primeiro lugar no registro do dom” (CAILLÉ, 2002, p. 141).

Para Caillé e Godbout, membros do MAUSS, trata-se de diferentes contextos para situar a experiência da dádiva. Ela não está associada apenas ao mundo primitivo ou, no mundo contemporâneo, à esfera familiar e aos interstícios sociais. A dádiva possui um aspecto

¹ O objetivo foi, a partir da perspectiva maussiana, dialogar com aqueles autores que, na tentativa de compreender o neopentecostalismo e a IURD em específico, orientam suas análises a partir de teorias utilitaristas e chegam a diagnósticos tais como: “supermercado da fé” e “religião à la carte”, dentre outros (APGAUA, 1999). Depois da dissertação, escrevi um artigo com minha orientadora do mestrado, professora Léa Freitas Perez, e uma colega também do mestrado, Luciana de Oliveira, intitulado “Igreja Universal do Reino de Deus e Nova Era: nódulos de dádiva na sociedade brasileira contemporânea?” (PEREZ; OLIVEIRA; APGAUA, 2001). Nossa proposta foi repensar, a partir do mesmo referencial teórico maussiano, as relações entre o surgimento e proliferação de certas sensibilidades religiosas, o advento do neoliberalismo/globalização, da sociedade de informação e o suposto processo de exacerbação do individualismo nas sociedades contemporâneas.

² Destaco o artigo “O Linux e a perspectiva da dádiva”, cuja proposta foi analisar os laços sociais no universo Linux do ponto de vista da dádiva considerando as especificidades deste sistema operacional (APGAUA, 2010). Seu idealizador, Linus Torvalds, optou por abrir o seu código-fonte e oferecê-lo gratuitamente na Internet, em um contexto marcado pela hegemonia de sistemas operacionais comerciais, sendo o Windows/Microsoft o exemplo paradigmático. Coloco em relevo, também, as leituras e os diálogos realizados na disciplina Teoria II, ministrada pela professora Miriam Pillar Grossi (2004.1), pois focaram o tema da dádiva.

comum, “universal” e, também, de mudança, na medida em que se transforma dependendo do contexto. Está em jogo um sistema de transformações da dádiva; ou seja, não se trata de desenterrar a mesma coisa em todo o lugar e sempre (CAILLÉ, 1998, p. 28).

Há, ainda, o viés político da proposta deste movimento, que vislumbra a sujeição da lógica utilitária, marca, por exemplo, das esferas do Estado e do mercado, à lógica da dádiva, característica, por exemplo, das associações. Ao mesmo tempo, os autores contemplam a possibilidade de as associações serem marcadas pela lógica utilitária. A questão é que isso não seria desejável. (GODBOUT, 1999) O MAUSS aponta para um projeto simultaneamente intelectual, ético e político, científico e filosófico.³

Outro trabalho que me influenciou na decisão de tomar este caminho foi a edição “Dádiva e solidariedades urbanas”, da revista *Sociedade e Estado* (2001), organizada por Paulo Henrique Martins, vice-presidente da Associação MAUSS (*Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*) e colaborador da *Revue du MAUSS* (França), e Brasilmar Ferreira Nunes. Na apresentação, os organizadores comentam o olhar economicista e utilitarista sobre as cidades, estas como produtos da industrialização e dos interesses de mercado. Problematizam, então, as diferentes modalidades de vínculo social neste contexto, enfatizando as experiências de dádiva e solidariedade. Como contraponto, apresentam um olhar antiutilitarista sobre a cidade, indicando a ocorrência de “iniciativas espontâneas de solidariedade”, como o trabalho voluntário.

Afastando-me de uma abordagem prescritiva, propus-me a estudar uma associação e refletir sobre as questões colocadas na literatura a respeito da relação das associações com a lógica utilitária e a lógica da dádiva. Afinal, como essas questões apareceriam em uma situação específica, concreta, com pessoas de carne e osso? Procurei dar continuidade ao trabalho do mestrado perguntando-me sobre a atualidade da questão a partir de uma perspectiva antropológica; ou seja, fazendo uma aproximação etnográfica da questão.

Cheguei à Associação de Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha (AMPROSUL) por intermédio da amiga Marta Magda Machado, que faz sua etnografia na Freguesia do Ribeirão da Ilha, em

³ Haesler afirma que o fenômeno da dádiva não é mais de interesse só de antropólogos, mas também de sociólogos e filósofos, o que se explica pela “renovação do questionamento ético em um mundo desprovido de referentes transcendentais” e pela “preocupação em explicar a constituição do vínculo social, sem sucumbir às aporias das metodologias tradicionais – individualistas e holísticas” (2002, p. 139).

Florianópolis.⁴ Seu trabalho mostrou-se como uma porta de entrada para o meu projeto de pesquisa. Ela articulou uma conversa entre mim e um associado da cooperativa de maricultores/as local, a COOPERILHA, para que eu obtivesse mais informações sobre uma associação de mulheres da região. Soube de uma reportagem muito interessante sobre essa associação, que teria passado no Canal Futura.

Este membro da COOPERILHA achava que havia uma associação de mulheres maricultoras em Caieira da Barra do Sul, localizada no Ribeirão da Ilha⁵. A caminho, parei em um mercado para confirmar a indicação, e o dono pediu a seu filho que me explicasse. Ele era genro da presidenta de uma associação de maricultores/as, dona Eva. Disse que ela poderia dar-me as informações necessárias e forneceu-me o endereço residencial dela. Poucos quilômetros adiante, na mesma rodovia Baldicero Filomeno, já estava no endereço indicado, uma pequena rua que corta a rodovia.

Lá encontrei Patrícia, filha da dona Eva, que me disse que sua mãe estava no rancho, trabalhando. Ligou para ela, enquanto eu e Marta, que me acompanhava, ficamos conversando com a sogra da presidenta, que disse morar ao lado. Patrícia disse que poderíamos ir até o Porto das Ostras, pois lá encontraríamos sua mãe. Explicou-nos o caminho. Bastava que descêssemos a rua onde estávamos, atravessássemos a rodovia, pegando uma rua não asfaltada, que era quase a continuação da primeira.

Na entrada, um portão de ferro, aberto, uma figueira e uma placa onde se lia: “Porto das Ostras” e “Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM) – Universidade Federal de Santa Catarina”. A forte inclinação desta rua, que levava à praia, fez-nos ter uma sensação de distância maior.

Uma senhora recebeu-nos com muita simpatia, sorriso no rosto e muitas palavras. Disse-nos que se chamava Eva. Estávamos em uma pequena casa de madeira, à beira da praia, que parecia ser bastante antiga. Chegamos bem na hora em que ela preparava o almoço. Chamou-nos, então, para entrar na cozinha. Alegou que não podia

⁴ Pereira *et alii* informam alguns aspectos geográficos do “Distrito do Ribeirão”. Vale dizer que essa é a sua denominação oficial, sendo que ele também é conhecido como “Nossa Senhora da Lapa do Ribeiro da Ilha”. Quanto a sua localização: “ocupa a parte meridional, costa oeste da Ilha de Santa Catarina, junto à Baía Sul” (1991, p. 27).

⁵ Caieira da Barra do Sul está localizada no Distrito do Ribeirão e faz parte do “conjunto de pequenas praias de mar interno, baía ou mar manso, e duas de mar aberto ou alto mar, e que servem de apoio para atividades pesqueiras, transporte e turismo” (PEREIRA *et alii*, 1991, p. 29).

interromper, pois seus/as funcionários/as tinham que almoçar. Acomodamo-nos na pequena cozinha. Ela ofereceu-nos café com muito açúcar, e começamos a conversar.

Em um clima doméstico e informal, a impressão era de que ela nos contava tudo em poucos minutos: sua participação em outra associação, a Associação dos Maricultores do Sul da Ilha (AMASI); os motivos de sua saída e formação da Associação de Maricultores e Pescadores Artesanais do Sul da Ilha (AMPROSUL); a escolha dela e a insistência para que fosse presidenta; sua resistência inicial e, depois, a aceitação; o critério para a adesão à Associação (ser maricultor/a); a existência de um associado que não cumpre este critério e os incômodos gerados; sua atual composição; sua dinâmica (funcionamento, data e local das reuniões); o pedido de dinheiro ao prefeito Dário Berger para a compra de um barco para a Associação; e as dificuldades enfrentadas. Contou-nos também sobre sua empresa Porto das Ostras e as pessoas que lá trabalham, dentre elas seu filho e seu marido; sobre a rotina do trabalho e os horários dos/as funcionários/as e deles/as, família Mendes; e sobre a dificuldade de receber dos/as clientes.

O marido de dona Eva apareceu na cozinha e começou a conversar conosco. Ela apresentou-o: Max. Em tom de brincadeira, disse que dias antes ele havia quase “empacotado”, pois tinha sofrido um enfarto. Contaram-nos sobre suas origens, e “seo” Max falou sobre sua trajetória profissional. Como eles se mostraram solícitos, fiz referência à cooperativa que existia na Freguesia⁶. Perguntei qual era diferença entre a cooperativa e a associação. “Seo” Max explicou que uma associação não podia ter lucro. Justificou sua importância dizendo que “uma andorinha sozinha não faz verão”. Hoje, segundo ele, era necessário que as pessoas se organizassem, se juntassem e se unissem para fazer reivindicações e ter acesso aos políticos. Caso contrário, não seriam ouvidas. Ao mesmo tempo, era uma exigência dos órgãos públicos para todo o segmento no Brasil.

Acostumados/as a receber pessoas de fora, como jornalistas, pesquisadores/as e estudantes, e a dar entrevistas, conforme disseram, perguntaram se tinham nos respondido, embora não soubessem muito bem quem nós éramos e o que queríamos. Quando dona Eva nos recebeu, havíamos dito que éramos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina e que eu estava fazendo uma pesquisa.

O almoço pronto, eles/as convidaram-nos para almoçar. Entrou na

⁶ Pereira *et alii* referem-se à “Freguesia de Nossa Senhora da Lapa” como a “vila sede” do Ribeirão (1991, p. 27).

cozinha para almoçar o filho do casal, que minha amiga conhecia da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), onde ele trabalhou como segurança. Não almoçamos. Fomos embora. No dia seguinte, eu voltaria.

Voltei dois dias depois para iniciar o que ele/elas chamavam de “estágio”. Já havia ido ao Ribeirão outras vezes, para passear. Com o início da pesquisa de campo, procurei concentrar-me mais nos detalhes da paisagem. As redes e as boias avistáveis no mar, a partir de determinado ponto do trajeto, foram ganhando sentido.

O início da pesquisa ocorreu no final de 2007, quando acompanhei o trabalho no Porto das Ostras, empresa da presidenta da AMPROSUL e do marido, “seo” Max. Embora o objetivo fosse estudar a AMPROSUL, era final de ano (2007) e não haveria atividades da Associação. Ou melhor, elas voltariam a acontecer somente no ano seguinte (2008). Minha intenção era conhecer a rotina de trabalho daquelas pessoas e começar a entender, a partir de um contexto específico, um pouco mais o que era a maricultura, isto é, o que faziam os/as maricultores/as.

Quando cheguei ao Porto das Ostras, dona Eva explicou-me que eram maricultores/as, pois viviam da atividade chamada “maricultura”, cultivando ostras, mariscos e vieiras (moluscos), com a qual fui me familiarizando à medida que a pesquisa de campo foi avançando.

Já introduzindo a intenção da tese de trabalhar em meio a muitas vozes, apresento a definição de Souza Filho, em publicação do Instituto CEPA/SC. O autor estende o alcance do termo *maricultura*, definindo-o como o “cultivo de moluscos, algas, camarões, crustáceos e peixes” (2003, p. 7). Referências são feitas a outros termos: *ostreicultura*, cultivo de ostras; *mitilicultura*, cultivo de mariscos; *malacocultura*, cultivo de moluscos marinhos. Outro termo recorrente neste contexto é *aquicultura*, cultivo da água (PAULILO, 2002, p. 2). Quanto ao termo *maricultura*, acrescento a definição do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA): “cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático”, especificamente em “água salgada” (MPA, s/d(a)).

No rancho, acompanhei a rotina de dona Eva, “seo” Max e Fernando, bem como dos/as funcionários/as que lá estiveram no período. Patrícia estava afastada por causa do nascimento da filha e Katiane não comparecia com frequência, dentre outros motivos, por problemas de saúde. Seu marido comparecia nas folgas do trabalho de motorista. Percebi, neste contexto específico, como eles/as estão organizados para produzir. Nesta organização, incluem-se não só a

família Mendes e seus/as funcionários/as, já não mais ali, mas também o sócio e seus funcionários, dentre outros/as amigos/as. Há aqueles/as que são associados/as da AMPROSUL também.

Eu pressupunha que, convivendo com a presidenta da AMPROSUL, poderia, de alguma maneira, ir adentrando no universo da associação. Sem esquecer que ali já estavam presentes seis dos cerca de vinte membros que compunham a Associação naquele momento: a presidenta, seu marido, os três filhos e o genro. Dentre os demais membros da Associação, também havia laços de parentesco, amizade e vizinhança. Como disse o vice-presidente, Ademir, no Ribeirão tem uma rua só: a Baldicero Filomeno.

As suposições confirmaram-se. Aos poucos, a família Mendes contou-me e recontou-me assuntos relativos à Associação, à maricultura e a suas vidas particulares. As estórias, contadas e recontadas, versavam sobre a participação anterior de associados/as da AMPROSUL na AMASI; a saída deles/as da AMASI e a busca de articulação para formação de outra associação – no caso, a AMPROSUL –; a busca de apoio aos/às maricultores/as para seus cultivos individuais e para o cultivo coletivo de marisco na área da Associação, pela presidenta perante políticos e instituições ligadas à maricultura (os/as amigos/as); a criação da cooperativa, antes da AMPROSUL, por associados/as dessa associação; e as festas promovidas pela presidenta.

Nesta etapa do trabalho, acabei presenciando a um encontro do grupo para a coleta de mariscos, que aconteceu ali mesmo, no rancho do Porto das Ostras. Na ausência de sede própria para a Associação, o rancho passou a funcionar como sede, assim como a casa do casal Mendes. Lá, guardavam o barco da AMPROSUL. Contaram-me que era recorrente a ida destas pessoas ao Porto das Ostras, bem como de jornalistas e estudantes, dentre outros. A circulação era intensa. Presenciei a visitas de funcionários/as da EPAGRI, de visitantes de fora, de familiares, de amigos/as, de vizinhos/as, etc.

A convivência com dona Eva possibilitou-me acompanhá-la, em 2008, nos eventos promovidos por instituições governamentais e não governamentais vinculadas à maricultura⁷. Neste sentido, pude observar

⁷ Acompanhei dona Eva nas várias atividades “políticas” da associação, que, embora apresentadas de modo breve a seguir, serão retomadas ao longo do trabalho: 1. “Seminário sobre Prestações de Contas – Subvenções” na Assembleia Legislativa (ALESC), para a prestação de contas do dinheiro recebido (R\$10.000,00) da Prefeitura em meados de 2007; 2. Visita ao Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) para a renovação de licença para extração de semente de marisco; 3. Visita ao Instituto de Geração de Oportunidades (IGEOF), na Prefeitura de Florianópolis, para solicitar verba para a compra de insumos para os/as

durante o trabalho de campo que as atividades da Associação e as de sua presidenta, em particular, não se limitavam ao rancho e à casa dela. Ela circulava por outros espaços para realizar outras tarefas, que poderiam ser chamadas de “políticas”. Nessas atividades, ela se apresentava e era reconhecida como presidenta da AMPROSUL. Participava sob a alegação de que “quem não é visto não é lembrado”. Acompanhá-la mostrou-se, realmente, importante, na medida em que me permitia conhecer a Associação a partir, também, de suas relações com outras instituições.

Muitas vezes, buscava dona Eva em casa ou no rancho, levando-a de volta. Reconhecida e autodeclarada deficiente, pela baixa visão, a presidenta dependia da “ajuda” das pessoas para participar dessas atividades. Os membros da AMPROSUL colocavam precisamente nestes termos: “ajuda”. Ao mesmo tempo, uma série de motivos, como falta de dinheiro da associação para ressarcir o combustível e falta de tempo dos/as associados/as por causa do trabalho, dificultava essa “ajuda” à dona Eva. Conciliamos, portanto, nossos “interesses/desinteresses”, e passei a acompanhá-la.

Dona Eva e “seo” Max passaram a ser os meus elos mais fortes com o campo. A rede estabelecida por ela e as conversas com o casal, que ocorriam de modo recorrente nestas idas e vindas, correspondem à parte considerável da matéria-prima etnográfica levantada, conforme se verá ao longo do trabalho.

maricultores/as; 4. Visita à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) para pedir ao técnico Sr. Paulo de Tarso que este elaborasse três ofícios com pedidos de insumos destinados ao IGEOF e ao governador e de brindes para festas dos/as filhos/as dos/as maricultores/as à Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV); 5. Visita à Colônia de Pescadores para buscar a carteira de pescador do filho da dona Eva; 6. Visita ao gabinete do prefeito para entregar o ofício com o pedido de insumos para os/as maricultores/as e, posteriormente, para participar de uma reunião; 7. Visita à EPAGRI para buscar as cópias do vídeo da FENAOSTRA 2007 (Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana) com o técnico Estevão do setor respectivo; 8. Visitas à AFLOV para entregar ofícios com o pedido de brindes; 9. Visitas ao Conselho Comunitário do Rio Tavares para buscar os brindes entregues pela AFLOV; 10. Visita à AFLOV para participar da eleição da sua Diretoria e do seu Conselho Fiscal; 11. “1º Seminário de Desenvolvimento Econômico Local” na ALESC; 12. “Seminário sobre Arranjo Produtivo da Ostra da Grande Florianópolis. Prestação de Contas 2007 – Planejamento 2008” na EPAGRI; 13. Visita à EPAGRI para que um técnico fizesse os ajustes necessários na prestação de contas do dinheiro recebido (R\$10.000,00) da Prefeitura; 14. Visita ao Conselho Comunitário do Ribeirão para assistir à apresentação do Projeto Trilhas do Ribeirão, seguida de degustação no Restaurante Ostradamus; 15. Visita ao Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM) da Universidade Federal de Santa Catarina para o casal Mendes comprar sementes de ostra; 16. “Reunião Microbacias – Ribeirão da Ilha” no Conselho Comunitário do Ribeirão, organizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), pela EPAGRI, etc; 17. “I Seminário Municipal de Maricultura”, no Auditório do Centro Administrativo Municipal – Biguaçu.

Chamaram-me a atenção nos eventos de que participei assuntos discutidos como: arranjo produtivo local (APL), cadeia produtiva e certificação. Pude observar o esforço das instituições ligadas à maricultura, capitaneado pela EPAGRI, para promover a profissionalização, uniformização e padronização dos processos produtivos, para que os/as produtores/as pudessem ser inseridos/as no mercado interno e, quiçá, internacional. Deveriam fazer uma série de mudanças na forma de produzir e nas instalações utilizadas, de acordo com regras do setor. A preocupação com o atendimento da legislação aparecia de modo recorrente nos discursos do representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/MPA). O momento por que passava e passa a atividade é também de regulamentação e de legalização.

Em 2008, também participei de reuniões da AMPROSUL e de outras atividades, duas vezes para a coleta de marisco, uma delas para puxarem o barco da Associação, tirando-o do mar e colocando-o na areia no Porto das Ostras, e quatro vezes com a equipe do Núcleo de Gestão em Design (NGD) da UFSC.

O NGD entrou na AMPROSUL para fazer um trabalho de criação de logomarca, dentre outras funções. Em um discurso alinhado com as demandas institucionais do setor, brevemente citadas, seus membros afirmavam a necessidade de os/as associados/as “profissionalizarem-se”, “organizarem-se” e “unirem-se”. Estas eram as palavras-chave, o caminho para conseguirem apoio. O recebimento de recursos exigiria cada vez mais isso, diziam. Um curso de formação sobre “associativismo” foi programado para 2009.

O modo informal e pessoal, não necessariamente alinhado com o Estatuto, a partir do qual diferentes situações eram tratadas até então, gerava impasses. Muitos/as associados/as são parentes entre si, se não amigos/as e vizinhos/as uns/as dos/as outros/as. O NGD orientava-os a não levar os assuntos da Associação para o lado pessoal e tratá-los de modo profissional. Sem discordar, em clima de conciliação, a direção (a presidenta e o vice) dizia que eram amigos/as e que lavavam roupa suja em casa.

As reuniões estavam marcadas para acontecer na casa do casal Mendes ou no rancho do Porto das Ostras, em tese, uma vez por mês. Nessas reuniões, os temas discutidos eram aqueles já citados: APL,

Certificação e Presença (ou não)⁸. Dona Eva, no papel de presidenta, fazia a ligação entre a Associação e as entidades ligadas à maricultura. Ficava a par das informações nos eventos e, depois, compartilhava-as com os/as associados/as. Retornava, então, às instituições, levando as posições e demandas dos/as associados/as.

A ênfase no mercado, declarada nas ações relacionadas aos temas “Arranjo produtivo local”, “Cadeia produtiva” e “Certificação”, remetia-me àquelas discussões sobre a lógica instrumental e a lógica da dádiva, mencionadas anteriormente, que tinham me induzido, inclusive, a estudar uma associação. E, também, porque, ao mesmo tempo, percebia que a AMPROSUL, a par dessas exigências, buscava, à sua maneira, o que envolve a “ajuda” dos “amigos/as” e muitas reclamações, visto que consideravam dificuldades e demandas excessivas adequar-se a elas e fazer parte deste arranjo. Percebia que, de modo geral, contavam com os/as amigos/as para produzir, atender a regras e obrigações dirigidas aos/às produtores/as e à Associação e escrever projetos, entre outras demandas. Amigos/as são muitos. Envolvem técnicos/as, pesquisadores/as (como eu), enfim, todos/as que puderem “ajudar”. Neste sentido, temas como “Ajuda” e “Amizade” mostraram-se fundamentais.

Quanto a essas reclamações, citavam o suposto privilégio dado a outros segmentos da maricultura: privilegiavam ora os “grandes” ora aqueles/as que não eram maricultores/as. Diziam que havia recursos públicos para a maricultura, mas os/as maricultores/as mesmos/as não os recebiam. Ou seja, não ia direto para suas mãos. Se assim acontecesse, comprariam o que efetivamente precisam: insumos. Recursos eram desperdiçados, também, em certos eventos do setor, segundo declarações manifestadas, inclusive, publicamente. Ocupavam fóruns importantes do setor, em diferentes níveis do governo. Havia associados/as que participavam simultaneamente de mais de uma associação. As queixas e as acusações desenhavam um clima tenso nas redes de relações, conforme observei em campo. Ao mesmo tempo, o espírito conciliador observado pela direção na Associação era estendido aos de fora. Contestar, dizer o que precisa ser dito, não necessariamente implicava deixar de ser amigo/a.

Antecipando o que ficará mais claro adiante, o problema de pesquisa começou a tomar forma para mim. Seu cerne seria a existência

⁸ Em uma das reuniões – consta, inclusive em ata –, fui apresentada por dona Eva aos/às associados/as. Foi aberto um espaço para eu me apresentar, e eles/elas se manifestaram favoravelmente à realização da minha pesquisa.

de lógicas sociais distintas em jogo. Retomando aquelas discussões clássicas nas ciências humanas: de um lado, a orientar o projeto institucional da maricultura, estaria a lógica “instrumental”; de outro lado, a nortear a maneira como aquelas pessoas da AMPROSUL estabeleciam vínculos com os de dentro e os de fora da Associação, uma lógica não instrumental, como a da dádiva. Perseguir este caminho poderia ajudar, inclusive, a entender os conflitos percebidos no campo, associados, talvez, à tensão entre lógicas distintas.

Finalizada a pesquisa de campo, não obstante realizar incursões esporádicas a ele, passei a ler outra sorte de textos sobre a maricultura, de outras áreas do conhecimento, como aquicultura e administração, bem como informes do Governo Federal e de seus agentes sobre o assunto; enfim temas que cruzavam a matéria-prima etnográfica, brevemente apresentada. Lembro-me de ter dito a “seo” Max que estava tendo dificuldade em entender certos assuntos, montar as peças do que vejo como um grande quebra-cabeça. Considerei importante compreender melhor as atribuições de cada uma das instituições envolvidas com a maricultura, o objetivo das ações em curso: APL e certificação, dentre outros assuntos, como as origens da atividade no Ribeirão da Ilha, que me eram absolutamente novos. Existe hoje uma bibliografia significativa sobre esses temas, incluindo associativismo e cooperativismo, produzida por técnicos/as do governo e pesquisadores/as de instituições de ensino, dentre outros.

Despertaram a minha atenção textos que indicavam um corte entre a maneira como, de um lado, pequenos/as produtores/as exercem a atividade e estão organizados/as em associações/cooperativas e entre si e, de outro lado, como deveriam exercê-la e estar organizados/as. Em tempos de um capitalismo construído sobre a ideia da importância da cooperação e da solidariedade como estratégia competitiva, mote do discurso das cadeias produtivas e dos APLs, diagnósticos apontam para a dificuldade de os/as pequenos/as produtores/as se organizarem. Comentários li sobre o fato de eles/as serem passivos/as, desorganizados/as, individualistas, perspectiva que ressalta aquilo que lhes faltaria: organização e cooperação.

Como pano de fundo estão as políticas públicas para o setor, associadas a um modelo de desenvolvimento que busca conjugar crescimento econômico e inclusão econômica e social, por meio da organização dos/as produtores/as em associações/cooperativas e da estruturação de cadeias produtivas e do arranjo produtivo local. No caso, o associativismo/cooperativismo é uma das ações do APL, estes vistos como instrumentos, meios de os/as produtores/as adquirirem poder de

mercado e, assim, serem incluídos, econômica e socialmente.

Quando li o que chamo de “narrativas negativas” sobre os pequenos produtores, sentia um tremendo desconforto. Inspiro-me aqui no que disse Goldman de modo muito adequado a este contexto: “Todas essas narrativas têm em comum o fato de serem negativas, no sentido de que as razões dos problemas detectados são sempre remetidas à falta de algum elemento tido como essencial: ‘racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental, etc.’ (cf. Goldman e Sant’Anna 1995: 22)” (2006, p. 34).

A experiência no campo e a lembrança das estórias que me haviam sido contadas diziam-me que as coisas poderiam ser vistas de um outro ponto de vista. Queria poder contar a estória deles de outro jeito, a partir de outro viés, que não fosse negativa, nos termos colocados por Goldman seria uma narrativa que descrevesse o trabalho em família, a importância dos/as amigos/as para a realização das atividades, as misturas entre trabalho e outras esferas da vida, como amizade e parentesco, e que retratasse tanto a vontade de eles/as fortalecerem a associação, de participarem de uma cooperativa e do APL quanto a suas reclamações, diante de tantas exigências e dificuldades, das mais diferentes ordens (técnicas, burocráticas, etc.), afora os privilégios que diziam existir em relação aos “grandes”. Querem participar, desejam ser incluídos, mas “não é fácil”, como dizia dona Eva.

Queria contar esta estória, articulando-a com o contexto das políticas públicas em que os/as produtores/as estão inseridos/as e que lhes impõe a necessidade de reformularem, racionalizarem suas condutas, visando à profissionalização e à padronização dos processos produtivos, tendo em vista as exigências do mercado. Tal reformulação deveria abarcar, por exemplo, a construção de vínculos de cooperação “estratégicos”, associados à visão de cooperação como estratégia competitiva.

Outro “fato” importante que considero ter contribuído para decidir os rumos do trabalho foi a leitura do artigo de Paulilo (2002) “Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil” sobre o processo em curso de “mercantilização” da maricultura, associado a determinado “modelo de desenvolvimento”. A autora chama atenção para as relações de poder no campo e as contradições presentes na tentativa de conciliar inclusão social e inclusão econômica, expressas por meio de diferentes formas de exclusão. Em suma, a autora desconstrói o que chamou de “construção excessivamente homogênea e integradora” do grupo “maricultura”.

Esse artigo encorajou-me a problematizar os discursos técnico-científicos (governo, pesquisadores, etc.) que sustentam ou que têm afinidade com o projeto institucional: as políticas públicas – no caso, o associativismo/cooperativismo atrelado ao APL. Ele ia ao encontro de minhas reflexões ou suposições sobre o viés instrumental, utilitário dessas políticas. Propus-me, então, a fazer dois movimentos importantes nesta tese, considerando que eles são complementares:

1º) Problematizar ou desnaturalizar esses discursos técnico-científicos, tendo em vista este traço economicista. Para isso, apoiei-me tanto em Paulilo (2002) quanto naquela antiga discussão das ciências humanas sobre as implicações da lógica utilitária nas sociedades capitalistas, em que aparecem nomes como Mauss (1974), Polanyi (1980) e Sahlins (1979, 1988). Importante também as contribuições de autores do MAUSS para este debate. Problematizar ou desnaturalizar esses discursos permitir-me-ia entender as contradições presentes no discurso oficial sobre a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e inclusão econômica, social e cultural; ou seja, rever a expectativa gerada de inclusão dos/as maricultores/as em todos estes aspectos. Estava aí o caminho para compreender conflitos em questão, e, ao mesmo tempo, desconstruir as ditas narrativas negativas.

2º) Criar outra narrativa sobre os/as produtores/as sem a ênfase na “falta”, marcando a importância dos vínculos de amizade e parentesco para eles/as no exercício da atividade. Para isso apoiei-me, especialmente, em Mauss (1974) e seus conceitos sobre “fato social total” e “dádiva”.

Organizei a tese em composições. Inspiro-me em Cardoso, que adota esse formato em seu trabalho *O olhar viajante (do etnólogo)*, com este comentário: “Compor e costurar retalhos de interrogações e observações” ocorridas “ao longo – e à margem – da confecção” de um trabalho anterior. Composições essas, tomadas “em seu sentido escolar”, “independentes; ligadas é verdade, por um certo fio comum” (1988, p. 347).

O fio foi desenrolando-se da maneira descrita a seguir: Até a composição “Narrativas negativas”, que corresponderia a uma primeira parte, “Demarcando fronteiras”, dou a conhecer ao leitor o contexto em que se farão as reflexões das composições seguintes. Nesta primeira parte, conto a estória da implementação da maricultura em Santa Catarina, com ênfase no Ribeirão da Ilha, destacando o discurso de intervenção social por parte de instituições públicas. Na sequência, recupero desenvolvimentos ulteriores, com destaque para a regulamentação e as exigências técnicas crescentes, a organização do

setor a partir da formação de associações e cooperativas, e a estruturação da cadeia produtiva, ou do arranjo produtivo local. Na segunda parte, “Remarcando fronteiras”, procuro, de um lado, desconstruir os discursos das políticas públicas e afins, bem como as “narrativas negativas” acerca dos/as pequenos/as produtores/as (produções artesanais e familiares), fruto das expectativas criadas no setor a partir desses desenvolvimentos ulteriores; e, de outro lado, construir outra narrativa sobre essas pessoas, especialmente do Porto das Ostras e da AMPROSUL, que não seja marcada pela lógica da falta.

Estava tendo dificuldade para entender certos assuntos, montar as peças do que vejo como um grande quebra-cabeça. Difícil, ainda, era “concertar” esta influência multidisciplinar: graduação em economia, mestrado em sociologia e doutorado em antropologia. A partir da experiência da pesquisa de campo, fiz conexões com questões discutidas em uma bibliografia bastante diversa, relativa a diferentes áreas do conhecimento, o que me ajudou/dificultou na/a organização das notas de campo e da experiência vivida. Foi uma grande dificuldade conceber esta tese. Foram muitos os esboços. Fui por tentativa e erro, construindo e desconstruindo o texto, buscando um caminho. A sensação ainda é de rascunho.

Conto o que vi e vivi, coisas que chamaram a minha atenção. Falei sobre coisas que eu não sabia e me surpreenderam, e talvez ainda saiba muito pouco. Contei uma estória a partir da junção (imaginária) de diferentes fragmentos: notas de campo, entrevistas⁹ e referências bibliográficas, dentre outros recursos. Trata-se de uma tradução/traição, ou descrição interessada/desinteressada dessa experiência, já marcando o olhar não utilitarista.

Reporto-me aqui à concepção de que Rubem Alves dá às estórias: “São tecidas sobre uma trama de fios invisíveis. Os olhos são magicamente transformados pelas palavras, e começam a ver o que ninguém mais vê. A estória é um relato de amor, seu objetivo é sentir saudade, apontar para as ausências, seduzir... [...] Dissolve-se a lógica de ‘assim aconteceu’: aquilo que o tempo e o espaço ligaram, coisas que aconteceram próximas, coisas que ocorreram antes e depois. O que vale, na estória, é a lógica do desejo, aquilo que o amor juntou, chamando das distâncias do tempo e das lonjuras do espaço. A estória é uma violência que o desejo faz sobre a história, com vistas a uma mágica

⁹ Para uma das entrevistas, em 2008, contei com o apoio do meu companheiro, Nado. Fomos, em um domingo, até a casa e o rancho de dona Eva e de “seo” Max para uma entrevista e filmagem.

metamorfose” (1994, p. 81).

E, como diz o escritor: “No fundo não será verdade que toda história é uma estória?”.¹⁰ Uma diferença ao menos há: “É que na história o contador se esqueceu de si mesmo. Tanto que ele nem usa o pronome da primeira pessoa. Discurso do qual o sujeito fugiu...” (p. 81). O sujeito fugiu e faz fugir o sujeito sobre o qual se escreve.

Das milhares de peças existentes, da escolha de poucas, da inevitabilidade de coisas não serem ditas, das escolhas do contador, críticas hão de vir por parte daqueles que supõem que “os materiais contêm, em si mesmos, as marcas da sua própria importância”. Para estes que tratam esses materiais “como as mercadorias, nos supermercados, com os preços carimbados”, Rubem Alves diz discordar, sendo o seu “desejo que diz o quanto a coisa vale”. Ele conclui: “Toda fala, ainda que se apresente com o nome respeitável de ciência, ainda que o contador se esconda nos impessoais, contém sempre uma revelação de amor. Toda ciência nasce dos sonhos e pode, por isso mesmo, ser psicanalisada” (p. 82).

Rupturas como esta não são fáceis. Como diz Rubem Alves, as cerimônias, medidas e seriedades da vida acadêmica continuam a assombrá-lo. Identifica-se com Nietzsche: “Mudei-me da casa dos eruditos e bati a porta ao sair. Por muito tempo a minha alma assentou-se faminta à sua mesa. Não sou como eles, treinados a buscar o conhecimento como especialistas em rachar fios de cabelo ao meio. Amo a liberdade. Amo o ar sobre a terra fresca. É melhor dormir em meio às vacas que em meio às suas etiquetas e respeitabilidades” (NIETZSCHE apud RUBEM ALVES, 1991, p. 7).

Escolhas como essa de contar uma estória aproximam-me de uma vertente da antropologia, a pós-moderna, pela qual me interessei desde as aulas do professor Leonardo Fígoli, no mestrado, na UFMG, passando pelas lições do professor Vagner Gonçalves da Silva, na USP. Suas disciplinas apresentavam-nos bibliografias com autores pós-modernos. Tal proximidade se expressa, por exemplo, na defesa de Clifford, um expoente dessa antropologia, da etnografia como hiperescritura: “la etnografía debe ser hiperescritura, actividad textual: trasvase continuo

¹⁰ Contar uma história, segundo Rubem Alves, implica “contar seguido, alinhavado... Ai aparecem as tais coisas de rasa importância. Pois não é o contador que escolhe o assunto da sua fala. São as coisas mesmas. A história é a fala de um contador de casos que esqueceu que ele existe. Na história as coisas vão marchando feito em parada, ao ritmo dos tambores do tempo, presas da contiguidade espacial. Uma depois da outra, uma junto da outra. Quem manda é a lógica do lá fora. A palavra fica prisioneira dos olhos e ela vai dizendo aquilo que eles veem...” (1994, p. 80-81).

de géneros y de disciplinas. No sugieren estos ensayos [do livro *Retóricas de la antropología*] que la etnografía sea sólo literatura. Lo demuestran a través de su escritura” (1991, p. 60). Neste sentido, o autor faz menção a “las virtualidades artísticas de la antropología, el valor literario de los etnógrafos” (p. 29).

Dessa perspectiva, o texto etnográfico, escrito a partir da viagem a campo, resulta menos de uma “questão de métodos”, um contraponto ao método de pesquisa de campo criado por Malinowski, base da etnografia/antropologia clássica, que reproduz a divisão, criada no século XVIII, entre, de um lado, a ciência e, de outro, a retórica, a ficção e a subjetividade.¹¹ Nos termos do professor Vagner, “as anotações no diário, as imagens congeladas nas fotografias ou revividas nas fitas de videocassete e os registros do que se disse, cantou ou rezou devem ser vistos como frágeis fios de Ariadne que precariamente nos ajudam a não nos perdermos nos labirintos da cultura do outro, mas que em si mesmos pouco revelam sobre a extensão das experiências vividas nos caminhos percorridos neste labirinto” (SILVA, 1998, p. 67-68).

Antropólogo/a, contador/a de histórias, escritor/a e também, poeta... Em uma bela frase, Tolosana diz: “En todo este proceso verbalizador, el ego interpretante se exhibe necesariamente em activo, provocador, fecundante, creador, em una palabra. Se apropria, ciertamente, de la substancia etnográfica, pero para, em arranques de inspiración, transfigurarla em organización sistemática, em alegorías, símiles, polaridad, metáforas y símbolos; sin este revestimiento de

¹¹ No plano do texto, as convenções textuais adotadas mostram o artifício desta abordagem antropológica científica e da separação estabelecida entre etnografia/antropologia e literatura: 1- as unidades do texto correspondem às divisões da cultura/sociedade; 2- utilização da terceira pessoa do plural; 3- referências à experiência do/a antropólogo/a ficam à margem (apêndices, prefácios, notas, etc.) e são reforçadas por fotos, mapas e desenhos; 4- evocação do povo em geral, ou de indivíduos típicos; 5- acúmulo de detalhes da vida cotidiana; ênfase em seu aspecto realístico; 6- re(a)apresentação do ponto de vista nativo; 7- generalização; 8- uso de jargões; 9- exegese de termos e conceitos nativos, possível graças à competência linguística do antropólogo. Convenções textuais essas que, segundo os “críticos pós-modernos”, levaram à “visão deformada tanto das culturas quanto da experiência do antropólogo junto a outras culturas” (CALDEIRA, 1988, p. 137-138). O método e o texto antropológico deveriam ser científicos. A antropologia firmou-se como disciplina e instituiu um “novo estilo literário”, o “realismo etnográfico”. Destaco um aspecto desta “operação escritural”, ou o “princípio básico da economia discursiva da antropologia”: ela rejeita o significante escrito. O “texto mediato” (a etnografia) é suplemento da “experiência imediata (a observação participante)”; a “escritura moderna” é suplemento da “oralidade nativa”. Ao ser encarado como suplemento, o texto torna-se “uma muleta necessária e perigosa, que institui o espaço da ausência e do artifício, onde antes havia a presença plena e evidente da experiência da alteridade”. Sendo assim, “tudo se passa como se os antropólogos escrevessem apenas por razões negativas”. (REINHARDT; PEREZ, 2004, p. 4)

imágenes no sería ni aceptable ni inteligible. El antropólogo es el poeta de la etnografía” (1983, p. 133).

Trata-se, neste sentido, de pedir licença poética para falar sobre os outros, aquelas pessoas do Porto das Ostras, da AMPROSUL. Aproveito para pedi-la. Dou-lhes uma estória, atravessada pelo desejo, um relato de amor.¹² Como diz Rubem Alves, o fato de contar estórias não implica ausência de compromissos ou falta de “dever de honestidade” para com essas pessoas (1994, p. 82).

Também são outros nesta estória: técnicos/as, pesquisadores/as, etc. Procuo escrever as composições da tese, na medida do possível, a partir de diferentes vozes, marcando sobretudo essa polifonia, a não homogeneidade do campo, tensões, vozes dissonantes. Está em jogo uma multiplicidade de vozes, vozes em conversação em uma espécie de “mal-entendido” (im)produtivo, para antecipar um argumento tomado de Velho (1997, p. 48). Há que se levar em conta que esta atitude constrói-se sobre algumas convicções a respeito da “natureza” do processo de significação, do conhecimento e do texto, dentre eles o antropológico, da escritura, de modo geral.

E, considerando a “violência” de qualquer escritura, as estratégias de poder presentes no texto a envolver aquele/a que escreve, outras filiações, já anunciadas no início, dão o tom desta tese, qual seja: de crítica e de indignação, ligadas a problemas de ordem ética, moral e política, relacionados às contradições do discurso oficial, ou do modelo de desenvolvimento implantado, e de simpatia pelos nativos, por suas práticas, por aqueles modos de vida, pelo que dizem. Trata-se de uma postura engajada e da aposta na possibilidade de desestabilizar relações de poder instituídas e naturalizadas. Estes são temas aos quais retornarei nesta tese.

Se Alves retirou as aspas de autores em seu livro, eu, do meu lado, incorporei-as ao texto, em uma espécie de atitude antropofágica.¹³

¹² Escritura e processo do dom. Dom não só como o conteúdo ou tema de um escrito. Dom como dom de uma escritura, informe, poema, relato – como legado de um texto. O que um texto deixa, abandona. Dom não existe fora do texto. O próprio texto. Ato do dom e escritura. (DERRIDA, 1995)

¹³ Sobre o recurso das aspas, Rubem Alves diz: “Tive um problema: como separar a minha imaginação, que usei para completar os espaços vazios, dos materiais que o passado me legou? Haveria sempre o perigo de o leitor confundir a voz do contador de casos com a voz do próprio biografado. Pensei em usar o recurso das aspas. Achei-o ridículo. Como seu compositor, autor de uma rapsódia construída com temas populares, fizesse soar os pratos sempre que um deles fosse tocado... Preferi manter a indefinição. Vez por outra usei uma frase de outro autor, peça de quebra-cabeça diferente, mas que se encaixava muito bem. [...] Sou eu quem conta a estória. Se quiserem, podem me psicanalizar também” (1994, p. 83).

Não corrijo o português deles/as, nem do Riobaldo, citado como epígrafe (Guimarães Rosa). Este é um terreno também das diferenças.¹⁴ Incorporo a distinção de gênero na escrita, pois assim o faço no cotidiano. Não obstante a importância do tema e as diferentes aberturas no campo para discuti-lo, não o faço nesta tese. Eventualmente, faço observações que apontam para esta temática. Qualquer informação em nota de rodapé não é menos importante. Gosto da ideia de hiperlink e as vejo desta maneira. Abre-se um outro universo possível, outros caminhos. Talvez por isto eu tenha colocado tantas delas.

¹⁴ Ver o artigo “Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas” de Hamel (2003).

Uma vez cortada a floresta virgem, tudo muda. [...] Acima de tudo, vão-se os mistérios, as sombras não penetradas e desconhecidas, os silêncios, os lugares ainda não visitados. O espaço se racionaliza sob a exigência da organização. Os ventos não mais serão cavalgados por espíritos misteriosos, porque todos eles só falarão de cifras, financiamentos e negócios.

(Rubem Alves)

DEMARCANDO FRONTEIRAS

MONTANDO A MARICULTURA

Nesta composição, indico: o contexto em que se deu a implementação da maricultura; os/as atores/as envolvidos/as; as expectativas geradas e a adesão por parte de produtores/as; a particularidade deste tipo de produção, associada ao cultivo de moluscos, e não mais a sua captura; o aparato e a estrutura necessários para o exercício da atividade, dentre outros assuntos.

“Seo” Max, associado e segundo-tesoureiro da AMPROSUL¹⁵, marido da presidenta, conta que a maricultura chegou ao Ribeirão por meio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), nos anos de 1980. Essas instituições, a partir de experimentos feitos e bem sucedidos, primeiro com o marisco, depois com a ostra, convidaram pessoas interessadas em implantar seus cultivos, dando continuidade à atividade iniciada. Como ele diz: “Aí, a gente teve um, assim, um convite da Universidade, que a Universidade tava fazendo experiência com, com marisco ainda. E vieram conversar com a gente, pra ver se a gente queria dar início a um cultivo, um experimento assim assim que eles estavam fazendo. Já tinham feito o teste e deu certo, se a gente queria dar continuidade”.

A EPAGRI apoiaria pesquisas feitas na UFSC desde 1987.

Sobre os termos dessa relação entre a UFSC e a EPAGRI, Gramkow explica que em 1989 a Associação de Crédito e Assistência Rural e da Pesca do Estado de Santa Catarina (ACARPESC), atual EPAGRI, órgão de extensão da Secretaria da Agricultura, e a UFSC (Laboratório de Mexilhões/LAMEX e Laboratório de Cultivo de

¹⁵ Em visita recente, contaram que houve mudança nos cargos da diretoria em razão de uma nova eleição. Mantenho a relação nome-cargo observada na época da pesquisa.

Moluscos Marinhos/LCMM, ou Laboratório de Moluscos Marinhos/LMM) firmaram convênio de transferência de tecnologia para o cultivo de moluscos. A Universidade, por intermédio de professores/as e pesquisadores/as ofereceu, inicialmente, cursos aos/às extensionistas. Posteriormente, foi elaborado um programa de experimentos no mar para esses/as extensionistas e para as pessoas interessadas das comunidades de pescadores/as. Formaram-se, deste modo, os/as primeiros/as produtores/as, que, nos anos de 1990, receberam assistência gratuita da Universidade e da EPAGRI (2002, p. 106).

A EPAGRI é responsável pela extensão rural/aquícola em Santa Catarina, correspondendo a seu papel e suas funções: “promoção de assistência técnica, transferência de tecnologia e realização de cursos e treinamentos”. É considerada o órgão mais próximo aos/às produtores/as (CARIO, PEREIRA, SOUZA, s/d, p. 20). Pestana, Pie e Pilchowki lembram que a extensão rural, em âmbito nacional, tem por objeto: “a busca da modernização da agricultura e a melhoria do bem estar social da população rural. Para cumprir com seus objetivos, [...] tem um trabalho árduo a realizar, qual seja, o de transferir ao produtor rural os conhecimentos gerados pela pesquisa” (2008, p. 120)¹⁶.

Paulilo, na mesma direção apontada por Gramkow, afirma que as pesquisas feitas pelo Departamento de Aquicultura da UFSC nos anos de 1980 tiveram o apoio da Secretaria de Agricultura do Estado, inicialmente, por intermédio da ARCAPESC e, depois, da EPAGRI. A autora cita, também, o apoio dado pelo Banco do Brasil, no período 1985 a 1988. Quanto ao teor das pesquisas, em 1986, o LAMEX pesquisou uma espécie nativa de mexilhões e o LMM, criado em 1994, começou a produzir sementes de ostra não nativa, repassando-as aos/às produtores/as para engorda (2002, p. 3-4). Em relação às sementes de

¹⁶ É comum na literatura a referência à extensão rural, e não à aquícola. Conforme Pestana, Pie e Pilchowski: “Não existe – e nem poderia existir, posto que a extensão rural se caracteriza, dentre outras coisas, pela diversificação dos tratamentos culturais – um sistema de assistência técnica e de extensão rural direcionado especificamente aos aquicultores”. Em outras palavras: “Os extensionistas rurais têm que possuir informações/experiências em relação às mais diferentes culturas agrícolas e pecuárias. [...] é evidente que uma formação desses profissionais com ênfase na área da aquicultura poderia contribuir decisivamente para se difundir a atividade e profissionalizá-la”. (2008, p. 120) No estado de Santa Catarina, no entanto, o quadro é outro: a UFSC, que oferece um curso de aquicultura, em níveis de graduação e mestrado, fez um treinamento com os extensionistas da EPAGRI. Além da atuação de pesquisadores/as dessa universidade junto a órgãos de assistência técnica e a produtores/as, Souza Filho destaca a “contribuição científica advinda dos conhecimentos gerados a partir dos trabalhos de conclusão de curso e das dissertações produzidos pelos/as alunos/as do referido curso” (2003, p. 9). Em suma, “a Empresa [EPAGRI] é decisiva na trajetória da maricultura catarinense” (PESTANTA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 123).

vieiras, o LMM estaria expandindo suas instalações para produzi-las, devendo se considerar a necessidade de obtenção de sementes em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e o seu fornecimento irregular, o que provocaria o cerceamento da atividade (p. 5).¹⁷

Antes de 1994, também se tentou produzir ostras em Santa Catarina. Essa tentativa, segundo Paulilo, iniciada em 1971, foi interrompida e retomada em 1985, por meio do “Projeto Ostras”. O obstáculo na ocasião foi a ausência de sementes, considerando que a espécie cultivada não era nativa (p. 5).¹⁸ Souza Filho afirma que o cultivo de ostra no estado iniciou-se em 1987 com a introdução de sementes de “ostra do pacífico”, produzidas no Chile (2003, p. 7). Atualmente, também há obstáculos. Não obstante o crescimento significativo da produção e comercialização de sementes, por ser o “único” laboratório a produzir comercialmente no país, a atividade tem se ressentido da falta de sementes (PAULILO, 2002, p. 5).¹⁹

Da aproximação entre a EPAGRI e a UFSC resultou a implantação e a disseminação da maricultura, associadas à transferência de conhecimentos e à prestação de assistência técnica. Informa o site desta empresa: “O apoio técnico, em Pesquisa e Extensão, é disponibilizado através da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e está voltado ao setor produtivo” (EPAGRI,

¹⁷ Os nomes científicos, recorrentes na literatura especializada, são: *Crassostrea gigas* para referir-se às espécies de ostra chamadas “exóticas”, e *Crassostrea rhizophorae*, às “nativas” (BOSCARDIN, 2008, p. 68). O mexilhão, ou marisco nativo é chamado *Perna perna*, e a vieira, *Nodipecten nodosus* (PAULILO, 2002, p. 2). De acordo com o *Manual de maricultura: cultivo de ostras* (2), disponibilizado pelo MPA: “As duas espécies mais encontradas no Brasil são a *Crassostrea rhizophorae* e a *Crassostrea gigas*. A *Crassostrea rhizophorae*, ou ostra nativa, também é chamada por alguns de *Crassostrea brasiliiana*. Normalmente, vive nas águas de manguezais ou em regiões estuarinas. Estes locais se caracterizam por terem águas com baixa salinidade e são conhecidas como águas salobras. A outra espécie é a ostra do Pacífico, também conhecida como ostra japonesa, cientificamente denominada *Crassostrea gigas*. Estas ostras, apesar de serem originárias de lugares mais frios, adaptaram-se muito bem às águas frias do litoral catarinense” (MPA, 2003b, p. 3). Quanto ao mexilhão: “Mexilhão também é conhecido no Brasil como marisco, marisco-preto, marisco da pedra, ostra-de-pobre e sururu da pedra. Na ciência, os animais têm nome e sobrenome. No Brasil os nomes dos mexilhões mais comuns para consumo humano são: *Perna perna* e *Mytella falcata*” (MPA, 2003a, p. 4).

¹⁸ Sobre a antiguidade da aquicultura no Brasil, ver Boeger e Borghetti (2008, p. 95).

¹⁹ Paulilo apresenta os seguintes dados: “A produção de sementes feitas por este laboratório cresceu de 403.627 sementes, em 1991, para 8.748.666, em 1999”. E tece os seguintes comentários: “Apesar de o LCMM ter incrementado anualmente sua produção de sementes, tendo comercializado, na primeira safra de 2001, 17 milhões de unidades, o fato de este ser, após dez anos, o único laboratório com produção comercial no Brasil tem causado restrições à atividade (FAMASC, 2002)” (2002, p. 5).

s/d(a)). A empresa também declara que “exerceu papel fundamental na implantação e difusão dos cultivos de moluscos marinhos em todo o Estado, atuando principalmente no aprimoramento de tecnologias de produção, formação de maricultores e auxílio na obtenção de áreas no mar para a realização de cultivos” (s/d(b)).²⁰

A adesão à maricultura, segundo “seo” Max, tem a ver com os resultados obtidos por aqueles/as que iniciaram o cultivo, mostrando o quanto era promissora a atividade. Ele conta que, cético no início, resolveu, depois de ver esses resultados, sair do trabalho anterior e “montar” a maricultura com o filho, Fernando, também associado da AMPROSUL: “Aí, aí eu fiquei assim... Eu não acredito nesse negócio. Eu acho que isso não vai vim, não sei o que e tal. Aí, o pessoal lá do Ribeirão lá começaram a colocar isso aí na água, e começou a vim os resultado. E o pessoal colocava assim também por brincadeira. Colocavam 15, 20 bolsa de marisco e achavam que aquilo, né? Aí, eu saí da empresa que eu trabalhava. Fiquei sem emprego e resolvi a montar a maricultura...”

Fernando, que já trabalhava na atividade, convidou o pai para montarem a maricultura, e ele aceitou. Ficaram um ano preparando o material necessário para o exercício da atividade, como as lanternas: suportes que carregam os moluscos e ficam submersos no mar, segurados por linhas flutuantes, atadas a boias. “Seo” Max lembra: “É, o Fernando, o meu filho, ele trabalhava já com o primeiro cara que começou a vim com a maricultura, né? Trabalhou uns mese lá, se aperfeiçoou lá, e ele disse: ‘Pai, vamo colocá que o negócio tá aí, né? Só a gente trabalha, e que vai dá certo.’ Aí, nós começamo a fazê o seguinte: compramo o material e fazendo as lanterna. Aí, nós começamo a confecciona as lanterna, eu e ele. E nós ficamo um ano só fazendo, confeccionando esse material pra ir pra dentro d’água”.

Antes da chegada da maricultura, “seo” Max conta que praticavam a pesca: “Não. Na época, era peixe mesmo. Aí, hoje, ainda tinha gente que vive dessa atividade ainda, que pesca esse tipo de peixe, né, que é parati, é a cocoroca, que dava muito aqui, né, que hoje eu não sei como é que tá. E aí, depois, veio a parte da maricultura”.

Na época, “seo” Max trabalhava na TELESC e praticava a pesca, em seus momentos de folga, com o pai, pescador nativo, que se

²⁰ Segundo Pestana, Pie e Pilchowski, atualmente, a EPAGRI está desenvolvendo o “Projeto Maricultura e Pesca”, que envolve ações de pesquisa e extensão voltadas ao cultivo de organismos marinhos (2008, p. 123). Para ver os projetos dessa empresa em andamento, ver EPAGRI (s/d(b)).

aposentou como tal. Disse que foi assim que começou a pescar. Depois do falecimento do pai, deu continuidade, por meio da maricultura, ao que ele fazia, mantendo as raízes. Afirma que o pai não deixaria aquilo ali por nada neste mundo. Assim o fizeram. Contam que o local, o “rancho”, que utilizam hoje para trabalhar, era de pescador, construído há trinta anos. Foi herança do pai do “seo” Max, que conta: “Não. É assim ó: o meu pai era nativo daqui. Hoje, é falecido. Ele era pescador nativo. Aposentou-se como pescador, né. Ele tinha na época o material dele de pesca: canoa, lancha, rede. Tudo isso aí ele tinha, né, pra pescá. Então, eu sempre trabalhava lá no centro e, nas horas vagas, eu vinha e pescava com ele. Não. Eu trabalhava numa empreiteira da TELESC, né. Aí, nas folga minha, final de semana, eu vinha pescava com meu pai, né. E dali a gente começou a pescá. Meu pai faleceu, e a gente deu continuidade ao que ele vinha fazendo, que era a pesca. É as raízes deles fixada aqui, né, porque ele não deixava isso aqui por nada do mundo, né. E assim a gente fez”.

Praticavam a pesca e a coleta de marisco. Ou seja, os/as pescadores/as extraíam o marisco direto no costão. O sistema de cultivo, alternativo a este método de extração, é visto de modo positivo pelo fato de abrir a possibilidade de os/as pescadores/as não precisarem mais ir ao costão. Como diz “seo” Max: “Mas, tudo bem. Agora, com o novo sistema de coleta aí agora, futuramente a gente não vai precisá mais ir, mais ir pro costão, né?” Ele relata os riscos envolvidos nas idas ao costão: “Porque no costão a gente corre um risco de vida constante, né? Se tu for pra lá, desde a hora que tu passou a boca da barra pra fora, trepar em cima de uma pedra daquela com uma cavadeira na mão, tu já tá correndo risco de vida. Já quem vai lá tirá um marisco pra comê um final de semana já tem medo, quanto mais quem vai todo dia lá tirá durante a retirada da semente!”.

Ele próprio diz ter feito isso muitas vezes: “Pô, eu já fiz muito disso. No começo, eu consegui fazer três mil bolsa de marisco de uma vez. E era todo dia do costão, tirando. Eu corri bastante risco”. Narra, então, uma situação específica que viveu, marcando que não é uma rotina fácil: “Já vim com o barco de lá quebrado, de chegá aqui na praia só dá tempo de eu saltá de dentro do barco e ele ir pro fundo com marisco e tudo. Abriu um rasgo no casco assim, ó. Bateu numa pedra. O barco tava carregado e ele abriu uma brecha no lado. Aí, ficamo aí trabalhando aí até quatro, cinco horas da madrugada pra tirá ele do fundo, pra não perder o barco e nem os marisco. Aí, chega no outro dia, começa a ensaca os marisco, entendesse? Aí, tu leva o dia inteiro, porque é um serviço pesado. Aí, vai lá, amarra lá. No outro dia, vai pro

costão de novo. Não é fácil!” Em relação ao barco contemporiza: “Não, o barco, sim. O barco sempre tem. A gente dá um jeitinho. A gente põe um remendinho daqui, uma colinha ali. Ainda bem que hoje eles tão fazendo umas cola boa pra barco, sabe? Um pouquinho cara, mas tem conserto”.

“Seo” Max esclarece que as sementes de marisco podem ser coletadas no costão, fora do período de defeso, e por meio de “coletores”, ou compradas no laboratório da Universidade.²¹ Para a retirada de sementes no costão, na época autorizada, é necessário licença. Fui com dona Eva à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) para buscarmos as licenças de membros da AMPROSUL, ou, como ela disse, “autorização que é pra tirar nas pedra a semente”. Ela esclarece que o prazo seria até julho: “Até o dia 14 de julho. Se eu não me engano, é dia 14, pra tirar essa semente. Depois, entra o mês do defeso. Daí, eles só vão começar a tirar em janeiro. É, dezembro pra janeiro. Aí, eles param. Aí, só com a semente do coletor”.

A sensação de alívio de não precisar ir mais ao costão, evitando riscos, vem, para “seo” Max, acompanhada do incômodo em relação às regulamentações do setor e às restrições impostas a eles/as: “Tem bastante, bastante instituição contra a maricultura, principalmente esses órgãos ambientais aí, que não é um; é vários, né, que tem. Tem muitos aí que, que se a gente vai tirar semente de marisco, que no caso é o IBAMA, é a Polícia Ambiental, é essas ONG que tem por trás de ambientalismo, é que faz com que o IBAMA, a Ambiental, corre atrás da gente, entendeu? E faz com que a gente não executa a retirada da semente”.

Detentor de um conhecimento adquirido por meio da experiência e de muitos cursos feitos (argumento sustentado em diferentes situações), “seo” Max explica por que não faria sentindo proibições como esta: “Porque o marisco pequeno no costão, eu vou explicar: ele dá. Tem

²¹ Conforme o *Manual*, a obtenção de sementes de ostra pode ser feita por meio de: laboratório, coletores e assentamento remoto (MPA, 2003b). Em relação às sementes de mexilhão, essas podem ser obtidas por meio de: laboratório, repicagem das sementes ou das pencas, estoques naturais (costões) e coletores artificiais. Destaco as duas últimas: “[1] Dos estoques naturais (costões): Estoques naturais são as sementes que já existem na natureza e estão nos costões. Se a única maneira de conseguir sementes for de costões deve-se seguir rigorosamente as técnicas para coleta e a legislação. Cuidados ao retirar sementes dos costões. Retirar sementes sem controle e sem autorização pode esgotar a fonte. Deve-se retirar apenas as de mesmo tamanho. Retirando as sementes, também se retiram predadores e competidores que são levados para o cultivo. Junto aos costões há mais riscos de acidentes; [2] Coletores artificiais são estruturas feitas a mão, colocadas na água para captar as sementes. Esta é a melhor opção. Quando as sementes são coletadas desta maneira têm melhor qualidade” (MPA, 2003a, p. 12).

uma época que o mar tira todo ele. O mar fica ruim e bate na pedra e arranca toda aquela semente de marisco. Então, perde. Outra, uma semana de maré seca, aquele marisco que tá lá em cima ele perde tudo, ele morre tudo, porque ele não vai sobreviver sem a água, né. Então, tem essa aí. E o maricultor só tira aquele lá em cima. Agora, o que estraga é os mariscos de mergulho. Isso que eles têm que fiscalizar, eles não fazem. Porque o marisco que tá lá embaixo na pedra, que desova e joga as larva pra cima pra, pra crescer, isso aí eles não... Eles têm que fiscalizar melhor essa parte aí”.

As sementes de ostra, diferentemente dos mariscos, são obrigatoriamente compradas no laboratório da Universidade, muito elogiado por “seu” Max: “É, o laboratório da Universidade lá, eles tão de parabéns com o laboratório. O laboratório da Universidade tem crescido bastante, né. Essa parte aí do desenvolvimento das ostra e, agora, com as vieira também eles tiveram que ampliar, né. O laboratório deles lá tá jóia, tá 10. Eles atendem o estado de Santa Catarina, né?”

O primeiro maricultor com quem conversei, da cooperativa COOPERILHA, havia me explicado que a ostra cultivada era a “do pacífico”, também chamada “ostra japonesa”, produzida no Chile, e que as sementes eram, portanto, compradas em laboratório. Explicou-me, ainda, que, ao contrário das espécies nativas, a ostra do pacífico adaptava-se melhor às águas da região.

À qualidade das águas propícia ao cultivo somar-se-iam as características positivas do litoral de Santa Catarina para a maricultura, suas condições oceanográficas, isto é, as várias “áreas protegidas, formadas por baías, enseadas e estuários” (SOUZA FILHO, 2003, p. 7). Paulilo acrescenta o fato de o litoral do estado, com uma costa de 561,4 quilômetros de extensão, possuir tanto praias de mar aberto quanto essas áreas protegidas das intempéries, o que facilitaria o manejo dos cultivos (2002, p. 3).

Segundo a EPAGRI, a partir de estudo feito por pesquisadores do Instituto Francês do Mar (IFREMER), essas condições oceanográficas, águas ricas em fitoplâncton, alimento da ostra e sem embate de maré são consideradas excelentes e interferem na precocidade das ostras, que podem ser degustadas em seis meses de cultivo. Como não existe esse embate de maré, as ostras precisam de menor estrutura de conchas e produzem mais carne. Comparativamente, na França o ciclo de cultivo seria de dois anos e meio.²²

²² Este fato chamaria a atenção de visitantes estrangeiros, sendo muitas as missões estrangeiras que chegam à ilha para conhecer a “estrutura produtiva das ostras locais”. Para exemplificar,

De acordo com Paulilo, as condições também são favoráveis ao cultivo de mariscos: “Como a espécie cultivada (Perna perna) é nativa, as sementes medindo entre um e três centímetros são obtidas nos estoques naturais, ou seja, nos costões. Colocadas nas estruturas de cultivo, levam de sete a nove meses para atingir o tamanho comercial, que é de sete a oito centímetros (LCMM, 2002, e Instituto CEPA/SC, 2000^a). Segundo Vinatea (2000), o ritmo de crescimento dos mexilhões em águas catarinenses mostra condições adequadas, pois, se aqui eles crescem de dois para oito centímetros num período de seis a 11 meses, precisam, para obter o mesmo desempenho, de 18 meses na Espanha, 24 na França e 36 na Holanda. Porém, este mesmo autor alerta para o fato de que o cultivo de molusco cresceu tanto em algumas áreas que superou a capacidade de carga do local e, como consequência, os indivíduos estão levando mais tempo para crescer” (2002, p. 4).

Com a chegada da maricultura, dona Eva e “seo” Max começaram cultivando mariscos. Depois, optaram por cultivar ostras e vieiras. “Seo” Max lembra que o “desconche” do marisco, tirá-lo da casca, machucava muito as mãos. Posteriormente, voltaram a cultivar mariscos por causa dos altos custos envolvidos na produção de ostra. No Porto das Ostras, os/as filhos/as e o genro cultivam mexilhões, em suas respectivas áreas de cultivo no mar, as chamadas “fazendas marinhas”. As boias distribuídas no mar, avistadas quando se chega ao Ribeirão, têm a ver com essas fazendas e o sistema de cultivo adotado pelo/a produtor/a. A AMPROSUL possui uma área com coletores, em que os/as associados/as cultivam mariscos e obtêm sementes. Os/as associados/as possuíam, também, suas áreas individuais. A maioria deles/as cultivava mariscos, sendo que poucos cultivavam ostras e vieiras. Conforme se verá adiante, a estrutura necessária para a produção e os custos envolvidos são bem diferentes, dependendo do molusco, o que influencia a decisão dos/as maricultores/as.

Existem diferentes sistemas em relação aos cultivos de ostra e mexilhão. De acordo com os relatos de maricultores/as e a literatura técnica-especializada, poder-se-ia dizer que no Porto das Ostras, para o cultivo de ostra, é utilizado o sistema “suspenso”, especificamente, “flutuante”, “espinhel”, ou “*long-line*”. Boias são conectadas por cabos, e nelas ficam suspensos, e mergulhados na água do mar: “lanternas”, “intermediárias” e “berçários”, suportes que carregam ostras, nas duas

primeiras, e sementes, nos últimos²³. Tal sistema é diferente de outro que eles muito conhecem, o francês, dado o intercâmbio existente com este país²⁴. Para a produção de marisco são preparados os recipientes, que envolvem, basicamente, uma rede, atualmente substituída por certo tipo de malha, e uma espécie de cano PVC, a primeira envolvendo o segundo. As sementes coletadas no costão, fora do período de defeso, e na área da AMPROSUL são colocadas dentro desse cano, para crescerem. Com uma corda, os tais recipientes são amarrados a linhas, que marcam as áreas²⁵.

Em relação às vieiras, dona Eva conta que foi a primeira pessoa a trazer as sementes do Rio de Janeiro, perdidas com as chuvas de 2008, fato que fez com que eu não pudesse acompanhar o processo de produção deste molusco; apenas aqueles relativos à ostra e ao marisco. Outra associada contou-me ter perdido toda sua produção. Dona Eva explica que quando chove muito a água do mar fica mais doce, e as vieiras morrem. Lamenta o fato de as perdas de moluscos por causa de intempéries, chuvas, ciclones estarem aumentado.

²³ Conforme o *Manual*: “Existem vários sistemas que possibilitam o cultivo produtivo de ostras. [...] Os sistemas podem ser de fundo e suspensos. Os cultivos suspensos podem ser fixos (mesa) e flutuantes (espinhel – long-line – e balsa). Existem vários equipamentos usados para engordar as ostras e que ficam presos às estruturas de cultivo. Eles podem ser lanternas, travesseiros, caixas, bandejas, etc.” (MPA, 2003b, p. 15). Sobre o cultivo suspenso flutuante: espinhel ou long-line: “Um cabo principal preso a flutuadores (boias) e ancorado no fundo por meio de âncoras. Neste cabo são presas as lanternas contendo as ostras (em algumas regiões usam-se caixas, pearl nets, colares, bandejas ou travesseiros). Profundidade: Mínima de 3 metros na maré mais baixa. Material: Cabos de até 100 metros, boias plásticas, lanternas ou caixas, âncoras. Países: Brasil, Chile e Japão. Vantagens: Permite o cultivo em regiões mais abertas e profundas, sujeitas a maiores forças, baías e enseadas e em mar aberto” (p. 17).

²⁴ “Seco” Max explica a diferença entre o cultivo realizado na França e aqui: “Porque na França, cara, existe uma variação de maré. Não é como nós aqui, ó. Nós aqui botamo as nossa ostra ali, e ela fica submersa direto, fica se alimentando direto. Na França, os cultivo na França é feito mais ou menos a 50cm do solo. São feito em travesseiros. Travesseiros é feito com essas telas aqui, ó. Então, isso aqui fica uma parreira de uva assim. Não sei se tu já viu... Aí, é feito isso no chão. Aí, os travesseiros são colocado ali em cima. Aí que que acontece. A maré, ela sobe 10 metros, né, e ela seca, ela fica tudo seco. Então, você anda, anda na areia, na lama. Lá tem muita lama. Com a criação das ostra, criou-se muita lama lá e muito marisco também. Então, lá tem muita lama. Então, você tem que trabalhá lá em cima, naquele, a maré secou, o barco deita. Aí, você faz o que tem que fazer lá e espera a maré subir, pro barco levantar pra vim embora. Então, é assim. Então, nessa variação de maré, a ostra fica sem, sem se alimentá aí por umas seis horas. Eu não sei bem a informação correta, mas deve ser mais ou menos isso umas seis, oito horas, que ela fica sem se alimentá, e isso atrasa o crescimento dela. Ela não fica se alimentando”.

²⁵ Tipos de cultivo: Cultivo de fundo, Estacas ou “bouchots”, Suspenso fixo: tomateiro e mesa, Suspenso flutuante: espinhel (long-line), balsa e meia-água (MPA, 2003a, p. 18).

BOIAS AMARELAS, ÁREAS, LICENÇAS

Após a implantação da maricultura, outro processo se instaurou: o de legalização e regularização da atividade. Discorro a seguir sobre os instrumentos criados neste sentido e as obrigações colocadas aos aspirantes a maricultor/a, retomando o tema das áreas no mar, as chamadas “fazendas marinhas” e alertando para as tensões e os conflitos entre os/as diferentes atores/as que permeiam esse processo.

“Seo” Max, ao narrar o início da atividade, disse que os/as produtores/as iam até a EPAGRI e declaravam seus interesses em produzir e ter uma área de cultivo: “É, foi. Isso aí começou foi em... Eu não tô bem lembrado agora quando começou a maricultura, mas era assim, ó: você ia lá na EPAGRI. Chegava lá, e dizia, ó: ‘Quero ser um produtor de ostra e eu quero consegui uma área pra produzi ostra, ou marisco, ou sei lá o quê’. Aí a EPAGRI vinha, colocava duas boias amarela e demarcava as área: ‘Oh, essa área aqui é do fulano. A área lá é do fulano. Essa área é do fulano’”.

Ele narra os conflitos entre a EPAGRI e os/as maricultores/as na ocasião da demarcação das áreas: “Aí, eles vinham e demarcavam as áreas. Só que a gente fez um pedido. Primeiro, deram uma área aqui em cima do costão pra gente produzir. Aí, a gente começou a produzir mexilhão ali no costão. Mas levava um ano pro mexilhão ficar pronto. E, aí, a gente fez um teste. Botei uma corda lá fora pra fazê um teste, pra ver como é que ele se comportava, e lá cresceu rápido. Não tem? Por quê? Tinha mais força d’água. A água girava mais assim, e ali foi feito o teste pra colocá o mexilhão. Aí, começou a briga. A gente colocou um cabo, mais um, mais um, e tira, que a marinha vai lá tirá o cabo, e vocês não vão tirá. E tira, e começou a briga entre o maricultor e a EPAGRI. E a EPAGRI no fim teve que cedê, né? Ela cedeu pro maricultor”.

Conforme Gramkow, um convênio firmado entre a EPAGRI e o IBAMA resultou no projeto “Demarcação e Mapeamento das Áreas Propícias à Maricultura” (início em 1992 e publicação em 1995). Para sua execução, a empresa recebeu recursos, bem como equipamentos: lanchas, carro e boias de sinalização, dentre outros. À Capitania dos Portos de Santa Catarina (Ministério da Marinha) coube aprovar esse levantamento e a demarcação, tendo em vista sua atribuição de verificar a interferência ou não nas atividades de navegação. (2002, p. 106)

Posteriormente, por meio do Decreto 2.869, de 9 de dezembro de 1998, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) exigiu a criação de

“parque aquícolas” (GRAMKOW, 2008, p. 107).²⁶ Um “parque” compreende “áreas aquícolas”, sendo uma área, conforme definição do MPA, um “espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquíicultura”, que pode ser coletivo ou individual.²⁷ Feita a delimitação do parque, o Governo Federal procede à licitação das áreas (processo seletivo público), que pode ser “onerosa” ou não. Para isso, questões legais e ambientais relativas à cessão devem estar resolvidas. (MPA, s/d(b))²⁸

Para Boeger e Borghetti, os parques correspondem a uma “nova estrutura fundiária”, “instrumentos criados para disciplinar o uso dos corpos d’água de domínio da União para fins de uso na aquíicultura” (2008, p. 107). Trata-se de uma forma de uso e de ocupação das águas, que se dá por sistema de loteamento, semelhante à estrutura de condomínio, sem a existência da figura do proprietário (p. 108).

Os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs) buscam definir lugares propícios à implementação das fazendas, de acordo com estes autores. Para isso, devem ser feitos o levantamento ambiental das áreas marinhas e terrestres a serem destinadas à maricultura, a identificação do potencial de ocupação do local e a elaboração de proposta de demarcação de “faixas de preferência para a população local”, dos parques e áreas aquícolas, conforme a legislação.

²⁶ O MPA justifica o apoio à implantação desses parques tendo em vista os seguintes objetivos: “desenvolver a cadeia produtiva, gerar empregos, capacitar os atores envolvidos e aumentar a produção de pescado e de alimento no país” (MPA, s/d(c)). Ainda de acordo com o MPA: “a utilização de águas da União para o desenvolvimento da maricultura contribuirá substancialmente para se atingir as metas e os objetivos nacionais de desenvolvimento sócio-econômico, como a produção de alimentos, a redução da pobreza e a geração de renda para as pessoas que vivem na região costeira” (MPA, s/d(d)).

²⁷ A definição dos locais dos parques é resultado de estudos feitos, segundo o MPA, por equipes multidisciplinares, preocupadas com aspectos relativos à “sustentabilidade ambiental, social e econômica”. Os dados são registrados no Sistema de Informações Geográficas (SIG), gerando “mapas de favorabilidade”, que auxiliam na demarcação dos parques (s/d(e)).

²⁸ Lê-se, no site do MPA: “A seleção de áreas não onerosas tem forte cunho social e são ofertadas gratuitamente, mediante licitação não onerosa observando parâmetros sócio-econômicos. A seleção de empreendedores para as áreas onerosas é efetuada por meio de licitação onerosa, onde vencedor é aquele disposto a pagar mais pelo uso da área” (s/d(c)). Segundo Boeger e Borghetti, a legislação teria estabelecido “áreas de preferência”, “destinadas a acolher projetos prioritariamente para integrantes de populações tradicionais, através de programas de inclusão social” (2008, p. 107). De acordo com cronograma do Governo Federal, as licitações de áreas foram marcadas para o segundo semestre de 2011, a começar pelas áreas localizadas no litoral de Santa Catarina, voltadas para a produção de moluscos (ostra, mexilhão e vieira) e de macroalgas. Em visita ao Porto das Ostras, no final de 2011, Ademir, atual presidente da AMPROSUL, chegou com a notícia de que a licitação havia sido feita, mas teria havido problemas em relação à Santa Catarina, o que fez com que o processo não tenha sido finalizado.

Eles destacam que, neste contexto, deve-se considerar a “preservação do acesso às comunidades instaladas nas regiões costeiras e às suas atividades tradicionais”, aliada ao uso “mais racional dos recursos naturais”. Tendo em vista o “desenvolvimento sustentável”, os parques devem possuir “planos de gerenciamento e de monitoramento ambiental”, definindo “as espécies que poderão ser cultivadas no local, a distância entre as unidades de cultivo, as boas práticas para o desenvolvimento da maricultura, além de um preciso acompanhamento do impacto da atividade sobre o meio ambiente local”. O PLDM, após sua elaboração, deve ser enviado para “consulta popular entre os membros da comunidade da área de abrangência” e, depois, para aprovação oficial da SEAP, passando por revisões periódicas (p. 112).

A EPAGRI informa que, em consonância com a legislação, Santa Catarina é o “único estado do Brasil” que elaborou os PLDMs. Acrescenta que “além do plano estadual, existem os planos municipais, concluídos e entregues ao MPA em dezembro de 2007”. Quanto aos comitês estadual e municipais do PLDM, esses já teriam sido constituídos. Dados da empresa indicam que existem quatro parques aquícolas em Florianópolis: Baía Norte, Baía Sul (onde está localizada a AMPROSUL e a empresa Porto das Ostras), Cachoeira do Bom Jesus e Praia do Matadeiro. Isso implica “160 áreas mapeadas e georreferenciadas, totalizando 210 hectares”. (EPAGRI, s/d(a))

Conforme Gramkow, dada a exigência da SPU de transformar as áreas em parque, a EPAGRI permaneceu na atividade de organização e homologação dos parques. Essa empresa estabeleceu parceria com as associações municipais de maricultores/as e, junto com elas, em 1999 e início de 2000, mapeou as áreas para a maricultura e definiu os parques no Estado. Com base no cadastro individual dos maricultores/as por área, responsabilizou-se pela gestão dessas áreas. (2002, p. 107)

As áreas demarcadas e mapeadas são apresentadas e submetidas à aprovação de órgãos federais, estaduais e municipais. Ao Ministério da Marinha cabe a aprovação dos parques; à Secretaria do Patrimônio da União, a concessão e a cessão de uso das áreas públicas para a maricultura. (GRAMKOW, 2002, p. 107) Como as áreas marítimas são da União, não se pode falar em propriedade das áreas, mas sim em posse. À EPAGRI caberia também consultar a Prefeitura sobre a possibilidade de a demarcação da área entrar ou não em conflito com os planos diretores do município. (PAULILO, 2002, p. 15)

Dentre as exigências para o exercício formal da maricultura estão a solicitação de área perante a EPAGRI por parte do/a aspirante à maricultor/a e a obtenção de licença ambiental. Os/as interessados/as em

exercer a atividade devem dirigir-se ao Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento (EMAPA), conveniado com a EPAGRI, para preencher um cadastro. A partir daí, verifica-se a disponibilidade de áreas para cultivo. O cadastro é avaliado por maricultores/as da associação da região e, depois de aprovado, voltará à EMAPA (GRAMKOW, 2002, p. 106-108).

Segundo Gramkow, essa empresa, por meio da EMAPA, Florianópolis, e dos extensionistas dos diversos municípios produtores, ocupa-se das tramitações dos processos de legalização da atividade com o objetivo de ordená-los e desburocratizá-los. Ela teria o papel de apoiar, orientar e assessorar o/a maricultor/a para torná-lo/a habilitado/a e atender às exigências legais da atividade, intermediando suas relações com os demais órgãos envolvidos. (2002, p. 108)

Paulilo, apoiada em Vinatea (2000, p. 111/112) e em informações obtidas com os técnicos do setor, acrescenta que cabe à EPAGRI tramitar as licenças desses aspirantes nos outros órgãos. Caso, por exemplo, da intermediação feita na Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente (FATMA), órgão responsável pela emissão de licenças e certidões ambientais, no estado de Santa Catarina, e no Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), antigo responsável pela emissão dos registros de aqüicultor/a, maricultor/a. (2002, p. 15) As certidões eram enviadas para o IBAMA, que, até abril de 2000, emitia os registros de aqüicultor/a, maricultor/a. Depois, a emissão dos registros passou a ser feita pelo Ministério da Agricultura. (GRAMKOW, 2002, p. 107) Hoje, compete ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A EPAGRI fez a intermediação entre a FATMA e as associações locais. Depois, enviou ao IBAMA as licenças para a emissão dos registros. Em 1996 e nos três primeiros meses de 1999, empreendimentos da maricultura, isto é, cultivos de ostras e mexilhões, foram licenciados. Gramkow acrescenta que nessa época “foram emitidas 321 certidões ambientais com prazo de validade de dois anos e, em virtude da inexistência de um plano de manejo definido e de outros requisitos solicitados à EPAGRI para renovação das licenças, o processo ficou paralisado” (2002, p. 107).

O discurso oficial enfatiza a importância da legalização e da formalização dos/as produtores/as. O Ministério da Pesca e Aquicultura faz referência ao fato de a atividade amargar um percentual significativo de informalidade, o que teria como algumas de suas consequências a inviabilização de acesso a políticas públicas de fomento (crédito/seguro, mercados institucionais, infraestrutura, seguridade social etc.) e a

perpetuação da exclusão social de pequenos produtores (MPA, s/d(f)). Ostrensky e Boeger apontam essa outra face da informalidade, qual seja: ela impede a inserção dos/as maricultores/as nos programas oficiais de governo e o acesso a incentivos, como linhas de crédito, bem como a “expansão sustentável” da atividade (2008, p. 139).

Boeger e Borghetti indicam os limites à formalização do ponto de vista institucional: “A legalização dos projetos em águas de domínio da União é um procedimento burocrático, moroso e caro, em decorrência da aquicultura ser diretamente afetada por normas jurídicas referentes a diferentes setores (produção animal, recursos hídricos, saúde, entre outros), além da sobreposição de atos normativos (decretos, portarias, resoluções e deliberações)” (2008, p. 108). Fazem parte do “arcabouço institucional” do setor: SEAP, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) e Conferências, IBAMA, bem como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Agência Nacional de Águas (ANA), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Marinha do Brasil.²⁹

Ostrensky e Boeger fazem referência aos documentos exigidos, registros, licenças, outorgas e cessões, considerados complexos e onerosos, havendo indefinições quanto às responsabilidades e às regras relativas à emissão dos documentos. Mencionam também os conflitos institucionais relativos a gestão, fiscalização e fomento do setor aquícola. (2008, p. 155)

Ainda sobre o início da atividade e ida das pessoas até a EPAGRI para declarar seus interesses em produzir e ter uma área de cultivo, “seo” Max prossegue: “Mas esse processo levou dois ano, porque depois que mudou isso pro governo Lula, a coisa demorou mais um pouco, porque tinha que preenchê um monte de documento, que era mais fácil passar no vestibular do que preenchê aquela documentação toda, que nem o técnico da EPAGRI consegue preencher. Um engenheiro não consegue preencher. Então, quanto mais um pescador, né, preencher aquilo ali. Então, as coisa era assim”.

“Seo” Max narra a demora na liberação das licenças ambientais: “Hoje nós temos as área tudo mapeada via GPS, né, e temos a, praticamente, a documentação já quase pronta na mão. Já, já temos. A licença ambiental a gente não tem ainda. Temos o termo, o termo de ajustamento de conduta. E, após esse, esse termo de ajustamento de conduta, que eles vão dar a licença ambiental, que a gente tá esperando isso até hoje. Já faz 12 anos que os maricultor estão esperando a licença

²⁹ Sobre as atribuições dessas instituições, ver Boeger e Borghetti (2008, p. 101-105).

ambiental”.

O problema do licenciamento ambiental é citado como um grande problema, fruto, dentre outras razões, conforme Ostrensky e Boerger, de “indefinições quanto à competência dos entes federados e visões subjetivas impostas a conceitos constitucionais de sustentabilidade e equilíbrio ambiental” (2008, p. 156)³⁰.

As múltiplas vozes abaixo apontam para essas visões subjetivas, mencionadas por Ostrensky e Boerger:

Boerger e Borghetti, comparativamente à agropecuária, a aqüicultura possibilita maior lucratividade (quanto às atividades tradicionais) e menor impacto ambiental. Acrescentam que, a partir de um manejo adequado, a água “devolvida” pode alcançar uma qualidade superior àquela captada (2008, p. 106-107). Gramkow, no mesmo sentido, destaca os ganhos de produtividade da maricultura comparativamente ao método de extração em estoques naturais, explicados pelo uso de tecnologias. Para a autora esta seria, também, uma “produção sustentável”. A maricultura contribuiria para a preservação da flora e da fauna marinhas, na medida em que o cultivo planejado substitui o extrativismo sem critério (2002, p. 21).

Paulilo apresenta a posição de Vinatea (2000), para quem “os impactos ambientais do cultivo de moluscos marinhos são relativamente inócuos, exceto quando há prática intensiva”. Vinatea menciona os seguintes tipos de impactos: “distúrbios das comunidades naturais de fitoplâncton; deterioração da qualidade da água devido à acumulação de dejetos; contaminação genética dos estoques selvagens; e introdução de espécies que competem com as já existentes ou transmitem doenças aos estoques naturais. O principal impacto, porém, deposição de matéria orgânica no fundo dos locais de cultivo. Cem toneladas de mexilhões cultivados causam uma sedimentação de partículas três vezes superior às condições naturais”. (2002, p. 4-5)

³⁰ Nas palavras de Ostrensky e Boerger: “Um dos principais pontos de estrangulamento está na insuficiente e confusa regulamentação dos trabalhos de licenciamento, especialmente no que concerne às diversas competências e critérios, no âmbito federativo e setorial, dos integrantes do SISNAMA [Sistema Nacional do Meio Ambiente]. [...] Porém, considerando que o ideal é o licenciamento ambiental único e não simultâneo pelas três esferas previstas na Constituição, o Congresso Nacional precisa urgentemente legislar sobre a Lei Complementar prevista no Parágrafo Único do Artigo 23 da Constituição Federal, explicitando os meios de cooperação entre os entes federativos para o licenciamento ambiental. Este é um problema que afeta o país como um todo e não apenas a aqüicultura, pois qualquer atividade passível de licenciamento acaba se defrontando com este problema. Há, inclusive, um Projeto de Lei incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que prevê a regularização dessa competência. A desarticulação dos órgãos do SISNAMA e a falta de padronização de procedimentos, por sua vez, também ocasionam danos” (2008, p. 156).

Dentre as múltiplas posições sobre o assunto está a de “se” Max, para quem “tem bastante, bastante instituição contra a maricultura, principalmente esses órgãos ambientais aí, que não é um; é vários, né?”

Críticas existem também em relação à demora na análise dos requerimentos de licença, resultado de dificuldades orçamentárias e do número reduzido de técnicos³¹. Ostrensky e Boerger completam: “Mas é inegável que muitos dos nossos órgãos ambientais têm mais burocratas do que verdadeiros agentes ambientais em seus quadros. Burocratas que se dedicam a analisar exaustivamente os impactos de determinados tipos projetos, enquanto a realidade cotidiana vai se deteriorando sem pedido de qualquer tipo de licença” (2008, p. 157).

Toda esta problemática, segundo os autores, atingiria tanto empreendimentos “familiares” quanto “megaempresariais”. Tal cenário contribui para a permanência do/a produtor/a na ilegalidade, ainda que contra a sua vontade. (2008, p. 155) Segundo Boerger e Borghetti, “diante dessas dificuldades, a maioria absoluta de produtores exerce a atividade de forma irregular ou direciona os investimentos para outros segmentos” (2008, p. 108).

A EPAGRI sustenta que o MPA solicitou seu apoio “para elaborar os processos de legalização do maricultor Catarinense”, sendo “o primeiro estado do Brasil a legalizar seus produtores, em atendimento ao Decreto Presidencial Nº 4895/03 e a Instrução Normativa Nº 6/04” (EPAGRI, s/d(a)).

No mesmo sentido, Gramkow afirma que existem produtores/as não legalizados/as, mas a estimativa é de que “a maioria encontra-se em áreas demarcadas oficialmente” e vinculados/as a alguma associação de maricultores/as. Esta seria a configuração predominante (2002, p. 123).

Conforme dona Eva, os/as produtores/as da região seriam registrados nas associações locais: “Não. Empresas registrada aqui se tem umas três ou quatro é o máximo, porque todos são assim. Só

³¹ Boerger e Borghetti apresentam dados que apontam para os entraves que emperram a liberação de licenças: “Dados obtidos no SINAU (2006) apontam que, desde 2001, foram analisados 896 processos cadastrados no antigo Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DPA/MAPA) e na SEAP, dos quais 507 são de Maricultura e 389 de Aquicultura Continental. Nesse período, foram cadastrados 104 processos do Estado de São Paulo, representando 12% dos processos no Brasil. Os Estados com maior número de processos de autorização de uso de áreas públicas são: Santa Catarina (31%) e Rio de Janeiro (14%), em função da maricultura. Apesar disso, até a data de fechamento deste livro não havia sido concedida nenhuma cessão de área em todo o país” (2008, p. 111). Indicam Ostrensky e Boerger: “Pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em maio de 2004 revelou que 74,5% das empresas enfrentam algum tipo de problema no processo de licenciamento ambiental (Almeida & Baumer, 2005)” (2008, p. 157).

cultivam, né? São registrado assim nas associação. Se não participa dessa aqui, participa da AMASP”.

Cario, Pereira e Souza afirmam que as associações existentes na região da Grande Florianópolis contam com baixo número de produtores/as associados/as, cujos registros apontam a existência de pouco mais de 10% do total dos/as produtores/as de ostras e mexilhões (CARIO; PEREIRA; SOUZA, s/d, p. 14).

RENDA, EMPREGO E DINHEIRO

Nesta composição, procuro indicar que a maricultura pretendeu ser uma alternativa social para pequenos/as produtores/as. Destacam-se as expectativas criadas pelos/as pequenos/as produtores/as em relação às possibilidades de geração de emprego, renda e dinheiro, e as modificações em relação à participação na atividade: de atividade complementar dirigida a pescadores/as artesanais a atividade principal destas pessoas e de outras oriundas de outras áreas e com empreendimentos com portes diferenciados, como cultivos de produtores/as de pequeno a grande porte. Expõem-se determinados tensionamentos, como os limites impostos ao cultivo de ostras pela exigência de estrutura e gastos maiores.

“Seo” Max narra que no início, na época de implementação da maricultura, houve resistência por parte de pessoas da comunidade, de pescadores/as e de não pescadores/as entre as regiões da ponta da Caiacanga e da Caieira, no Ribeirão da Ilha. De um lado, estavam pessoas como ele, que defendiam a atividade, por acreditarem que era uma possibilidade de emprego, renda e dinheiro para a comunidade, para o Ribeirão; de outro, aqueles/as que achavam que a maricultura iria prejudicar a pesca, além de a considerarem um “lixo visual”. Contrários estavam pessoas hoje associadas da AMPROSUL.

Fazendo um balanço, “seo” Max conclui que venceram, ou deixaram enfraquecidos/as, aqueles/as que eram contra: “É quando nós começamos a montar a maricultura, fazer a implantação da maricultura da ponta da Caiacanga³² pra Caieira, tinha um pessoal aí que não queria, que era pescador, que dizia ser pescador. Mas muitos, não. Eles eram pedreiro, outros trabalhavam no centro, outros eram motorista de ônibus,

³² Caiacanga, como a Caieira, está localizada no Distrito do Ribeirão e faz parte do “conjunto de pequenas praias de mar interno, baía ou mar manso, e duas de mar aberto ou alto mar, e que servem de apoio para atividades pesqueiras, transporte e turismo” (PEREIRA *et alii*, 1991, p. 29).

e tinham a pesca como uma outra fonte de renda. E eles achavam que a maricultura ia prejudicar a pesca, e era lixo visual, tal e coisa. E a gente foi lutando, e fomos indo, e fomos indo. ‘Não é isso, rapaz, porque a maricultura vai gerá emprego, vai gerá renda, vai gerá dinheiro pra comunidade, pro Ribeirão da Ilha e tal. Amanhã ou depois, nós já tamo com agência bancária aí, que o banco cedo já vai abrir, porque tá’. E assim a gente foi indo, e fomo peitando eles, né? Hoje, nós deixamos eles esfraquecidos. E a gente conseguimos. Inclusive, tem muitos aí que hoje estão na AMPROSUL, né, associado da AMPROSUL, mas teve muitos aí que foram contra também a maricultura aqui, porque eles achavam que era um lixo visual. [...] Eu fiquei até assim um pouco impressionado, porque como é que um pescador, uma pessoa que pouco estudo tem, como é que ele vai achar um termo desse, ‘lixo visual’, não é? Então, aí ele deve ter tido uma influência de uma pessoa mais experiente, né, pra ele poder falar em lixo visual, né?”

Paulilo, em seu estudo sobre a maricultura, comenta sobre os conflitos advindos da ocupação e demarcação com “cercados brancos” das águas para cultivo. Ela faz referência aos conflitos em relação aqueles que valorizam as paisagens, turistas, moradores e agências imobiliárias, bem como ambientalistas, preocupados com a ocupação desordenada e a superutilização de determinadas áreas, e embarcações, cerceadas em suas movimentações. Lembra que a maricultura está associada a “novas formas de ocupação das águas costeiras, nem sempre pacíficas” (2002, p. 5-6).

A expectativa expressa por “seo” Max de a maricultura gerar emprego, renda e dinheiro vai ao encontro do que diz Souza Filho sobre o surgimento da “malacocultura” no estado. Segundo o autor, o início da atividade está associado à busca de substituição da pesca artesanal, considerada decadente, fruto do aumento da pesca industrial e do não respeito ao período do defeso de algumas espécies (2003, p. 7)³³.

De acordo com o Governo Federal, nos anos de 1980, os/as pescadores/as artesanais aderiram à maricultura “pressionados pela necessidade de encontrar meios de subsistência”. O nascimento da atividade seria considerado mais o “reflexo de problemas sociais”, associado a uma prática “rudimentar”, do que “um programa planejado”. (SEAP, 2006, p. 32) Posteriormente a esta fase inicial, ocorreu significativo desenvolvimento da atividade, com aumento e maior

³³ De acordo com indicadores: “no período de 1984 a 1990, a pesca artesanal foi responsável por 16% da captura de pescado no estado, vindo a alcançar em 1998, uma participação de 7%” (SOUZA FILHO, 2003, p. 7).

regularidade da renda para os/as produtores/as comparativamente à pesca.³⁴

Em relação aos “efeitos de curtíssimo prazo” da intervenção governamental na geração de emprego e renda, dados indicam o desempenho positivo da atividade no cenário nacional. Pestana, Pie e Pilchowski afirmam que a implantação dos cultivos, do ponto de vista social, isto é, de “geração de emprego e renda e fornecimento de alimento de alto valor proteico”, está contribuindo para a “inserção da produção local em outros mercados”, sendo considerada “mais uma opção rentável” para pescadores/as artesanais, maricultores/as e aqueles/as que trabalham com produtos da maricultura (2008, p. 132). Os autores ressaltam que “a renda auferida na aquicultura familiar, associada ao elevado contingente populacional a ela vinculado, reforça a concepção teórica do apoio à aquicultura como uma forma efetiva de combate à pobreza” (p. 117).

Definem Pestana, Pie e Pilchowski: Na “aquicultura familiar”, gestão e trabalho, normalmente, não estão separados. A direção fica a cargo do próprio produtor. Predomina a mão de obra familiar em detrimento da contratada. Neste sentido, há absorção de mão de obra e geração de renda, mas não de emprego. (p. 116)

Os autores chamam atenção para o fato de não existir apenas um tipo de aquicultura familiar, mas vários. Considerando que categorias como esta informam políticas públicas e a destinação de recursos de modo geral, para eles, “compreender melhor o conceito de aquicultura familiar e conhecer a sua realidade no país constitui-se, pois, num ponto importante para o estabelecimento de qualquer política pública”. Ainda em suas palavras: “sem conhecer o universo exato e as características sociais e econômicas intrínsecas dos produtores, as políticas públicas perdem consideravelmente sua eficiência” (p. 116-117).³⁵

O tipo de cultivo coletivo de marisco na AMPROSUL e os individuais de marisco e/ou de ostra dos/as associados/as são associados a produções “familiar” e “artesanal”, conforme dizem eles/as próprios/as

³⁴ Informa o governo federal: “Os avanços são reconhecidos também, por exemplo, na comunidade Santo Antonio de Lisboa, em Florianópolis. [...] Aproximadamente 85% da produção de ostra em Santa Catarina saem da região metropolitana de Florianópolis e estão alaistradas por muitos municípios as culturas de marisco, de mexilhão e de camarões em cativeiro” (SEAP, 2006, p. 34).

³⁵ Fatores que interferem no apoio dado pelo Poder Público às atividades: número expressivo de pessoas envolvidas e representatividade. Conforme Boeger e Borghetti, o fato de a pesca envolver um número maior de pessoas faz com que ela tenha recebido mais atenção do que a aquicultura (2008, p. 95).

e as entidades vinculadas à maricultura. Definem-se como “maricultores/as” e, ainda, como “pequenos/as produtores/as”, “produtores/as artesanais”.³⁶

Quando se fala em desempenho e resultados econômicos e sociais alcançados, ênfase é dada à produção de Santa Catarina (PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 132)³⁷. Conforme Ostrensky e Boerger, “a malacocultura brasileira está praticamente limitada à produção do Estado de Santa Catarina, onde desempenha um importante papel social junto às comunidades litorâneas” (2008, p. 138).

Indicadores da EPAGRI revelam: “O estado Santa Catarina é o maior produtor nacional de ostras cultivadas, respondendo por, aproximadamente, 95% da produção nacional, destacando-se neste contexto o município de Florianópolis com uma produção de 1.301 toneladas em 2009” (EPAGRI, s/d(a)). No contexto da América Latina, o estado seria o segundo maior produtor de moluscos bivalves, isto é, que possuem duas conchas: ostras, mexilhões e vieiras (s/d(b)).³⁸

³⁶ Quando perguntados/as, associados/as da AMPROSUL afirmam que essa é uma associação de maricultores/as. Dizem que a sigla significa Associação de Maricultores Profissionais do Sul da Ilha. Nem sempre afirmam que é de pescadores/as também. Dizem esquecer-se de que AMPROSUL significa Associação de Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha. O Núcleo de Gestão em Design (NGD) da UFSC reforçou a importância de eles/as não deixarem de fazer referência também à pesca quando informassem o significado de AMPROSUL. Ou seja, não se esquecessem de fazer menção ao termo *pescadores*, quando informassem o nome da Associação. Afinal, amplia-se a possibilidade de inclusão em programas do governo.

³⁷ Ao mesmo tempo, Pestana, Pie e Pilchowski comentam a fragilidade dos indicadores relativos a postos de trabalho na atividade aquícola: “Conhecer o quanto a aquíicultura brasileira gera atualmente de postos no mercado de trabalho é uma tarefa quase impossível, dada a completa ausência de um sistema de coleta de informações setoriais minimamente eficiente. O único censo das pessoas empregadas na aquíicultura foi realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2000 e se baseia, exclusivamente, nos produtores que declararam ter na aquíicultura sua atividade econômica principal. Como a atividade é composta basicamente por pequenos produtores, que desenvolvem simultaneamente a produção de várias culturas agropecuárias, os números levantados pelo IBGE são certamente muito pouco precisos. O Censo do IBGE registrou 19.277 aquícultores que tem no cultivo de organismos aquáticos sua atividade principal. [...] Pelas estimativas da SEAP (2005), o Brasil contaria com um universo de cerca de 100.000 aquícultores” (2008, p. 131). Conforme os autores, a malacocultura, em específico, geraria por volta de 2.000 empregos diretos e 5.000 indiretos (p. 132).

³⁸ Indicadores relativos à produção de mariscos, apresentados por Paulilo: “Santa Catarina é o maior produtor de mexilhões do País e da América Latina. Sua produção cresceu cerca de 1.742% no período 1990/1995. Esta atividade se transformou não só em uma importante fonte de proteínas, como também de empregos, gerando, segundo dados relativos a 1999, aproximadamente 2.000 empregos diretos e 5.000 indiretos” (2002, p. 4). Quanto à produção de ostras: “a produção de ostras cultivadas passou de 42.900 dúzias, em 1991, para 210.000, em 1998 (cerca de 314 t), o que mostra um aumento de cerca de 490%. Há, no Estado, 67 produtores, sendo 52 em Florianópolis (LCMM, 2002, e Instituto CEPA/SC, 2000a)” (p. 5).

Quanto à proposta inicial da atividade de complementar a renda e de promover a fixação de pescadores/as artesanais em suas comunidades de origem, Souza Filho afirma que essa atividade passou a ser a principal fonte de renda (2003, p. 7). Segundo Pestana, Pie e Pilchowski, um contingente expressivo de “produtores rurais familiares” deixa de encarar a aqüicultura como atividade marginal, comparativamente a outras desenvolvidas no mesmo estabelecimento rural (2008, p. 117).

Quanto ao fato de inicialmente ter sido dirigida aos/as pescadores/as artesanais, pode-se dizer que a ostreicultura, em particular, incorporou produtores/as de mexilhão, dentre outros/as, sem ligação anterior com a pesca, atraídos pelas perspectivas de boa rentabilidade (SOUZA FILHO, 2003, p. 7). Este foi o caso de “seo” Max que desistiu do emprego da TELESC para dedicar-se à maricultura com o filho Fernando, que também havia deixado o emprego de segurança na UNISUL para trabalhar na atividade para outra pessoa. Dona Eva e a filha Patrícia, a mais velha, segunda-secretária da Associação passaram também a se dedicar exclusivamente à maricultura somente em um segundo momento. Antes, trabalhavam em um restaurante, onde eram saladeira e cozinheira, respectivamente.

“Seo” Max lembra que durante o primeiro ano de implementação da maricultura por ele e o filho, dona Eva foi quem sustentou a família: “E a gente vivia com um dinheiro da minha mulher, que ela trabalhava lá no Centro. Recebia salário lá. Então, aí dependia tudo do salário dela pra gente podê mantê a casa”. Depois, ela e a filha passaram a se dedicar exclusivamente à atividade. Segundo dona Eva, não valia mais a pena trabalhar fora. Moram muito próximo ao rancho, onde exercem a profissão de maricultor/a.³⁹

Na atividade estão também a filha mais nova, Katiane, e o

Para dados recentes, ver *Síntese informativa da maricultura 2010*: “A produção total de moluscos comercializados em 2010 por Santa Catarina (mexilhões, ostras e vieiras) foi de 15.635 toneladas (t), representando um aumento de 25,5% em relação a 2009 é a maior produção já registrada para o Estado. Atuou diretamente na produção um contingente de 695 maricultores, representados por 28 associações municipais e 1 estadual, 2 cooperativas e 2 federações, distribuídos em 12 municípios do litoral, compreendidos entre Palhoça e São Francisco do Sul” (2011, p. 1). Lê-se, ainda, nessa *Síntese*: a) O aumento da produção de mexilhões em relação às safras de 2009 e 2005 veio acompanhado da redução no número de miticultores, que passou de 624 (2009) para 588 (2010); b) O aumento da produção de ostras em relação à safra de 2009 (39,5 abaixo do recorde alcançado em 2006) também veio acompanhado da redução do número de ostreicultores, que passou de 143 (2009) para 121 (2010). (2011, p. 2-4)

³⁹ Conta Paulilo: “A tradição feminina voltada para o trabalho familiar na pesca faz com que as mulheres tenha uma visão favorável da maricultura, pois ela permite não só uma renda maior, como mantém pais e filhos trabalhando juntos” (2002, p. 13).

marido, Leandro, ambos associados/as da AMPROSUL. Leandro permaneceu com seu trabalho principal de motorista de táxi. Outros membros da AMPROSUL, outras estórias. Existem aqueles/as que atualmente se dedicam exclusivamente à maricultura, vindo ou não de outras atividades, incluindo aposentados/as, e aqueles/as que a conciliam com outras atividades.

O atendimento prioritário ao/à pescador/a artesanal pelas entidades citadas explica-se, segundo Paulilo, pelo fato de a maricultura ter sido iniciada, em Santa Catarina, pela UFSC, uma instituição pública, e a EPAGRI, um órgão de extensão do estado. Isto no caso do cultivo de marisco, por este exigir baixos investimentos. Já o cultivo de ostras, por exigir maiores investimentos, seria feito, principalmente, por empresários/as, ainda que pequenos/as. O fato de haver um número maior de produtores/as de mexilhão comparativamente ao de ostra indicaria que a produção do primeiro é mais “democrática” (2002, p. 15)⁴⁰.

Pestana, Pie e Pilchowski indicam que há atualmente no estado, com destaque para Florianópolis, Penha, Palhoça, Governador Celso Ramos e Bombinhas, muitas “comunidades de pescadores artesanais e empresários” atuando na maricultura (2008, p. 132).

Para Gramkow, a passagem da atividade da pesca (e não só dela, considerando aqueles/as que exerciam outras profissões) para o cultivo pode ser vista como “uma mudança de complexa assimilação”, que leva a “outra perspectiva de vida”, considerando que “o pescador artesanal extrativista passa imediatamente a preocupar-se com a escala e viabilização da produção, previsão de gastos e necessidade de materiais, em especial o ostreicultor” (2002, p. 142). A autora afirma que o cultivo de ostra tende a ser mais “elitizado”, por exigir “técnicas de manejo mais complexas e investimentos financeiros mais altos” (p. 130)⁴¹.

⁴⁰ Mais de 80% dos/as produtores/as desse molusco seriam pescadores/as. Quanto ao seu traço “democrático”, Paulilo justifica que “a produção de mexilhões é mais 'democrática' que a de ostras pode ser visto pelos números: temos atualmente, em Santa Catarina, cerca de 1.050 produtores de mexilhões para cerca de 100 produtores de ostras” (2002, p.15). Para dados recentes, ver *Síntese informativa da maricultura 2010*: a) Redução no número de mitilicultores, que passou de 624 (2009) para 588 (2010); b) Redução do número de ostreicultores, que passou de 143 (2009) para 121 (2010). A explicação para essa redução do número de produtores de ostra seria: “a migração para o cultivo de mexilhão; o curto tempo de conservação do produto *in natura* (em torno de 4 dias), que restringe a comercialização; o excesso de produção frente ao limitado mercado potencial brasileiro para o comércio de ostra viva”. (2011, p. 2-4)

⁴¹ Já o cultivo de mariscos, por ser caracterizado por “técnicas mais simples” e “menores investimentos”, exigiria menor escolaridade por parte dos/as produtores/as. Gramkow sustenta esta relação entre tipo de cultivo e escolaridade, a partir de dados como estes: “Em relação ao

Dona Eva e “seo” Max explicam que o cultivo da ostra e da vieira exige estrutura e gastos maiores, além de dar mais trabalho. Por isso, a maior parte de associados/as da AMPROSUL opta pelo marisco.

O relato de “seo” Max sobre o cultivo de vieira é elucidativo neste sentido: “Ela demora muito, né? Além dela demorá muito pra ficar pronta pro consumo, ela tem uma mortandade maior. Ela morre mais, entendeu? Você tem que tá sempre limpando ela, que já é o contrário das ostra. As ostra, você deixa lá na água. Agora, no verão, é a cada dois meses você traz pra fazer o manejo. A vieira, não. A vieira tem que cê tá sempre fazendo o manejo quando tiver o fôlem, né? E, se tirou, morre também. As vieiras praticamente sim. Se quiser manter ela limpinha, tem que ser semanal. Tem que ser uma pessoa só mexendo com ela. Nós, agora, ultimamente, tinha um só mexendo com as vieira. É pegar ela lá da água, com uma escova, tu escová, tira toda aquela sujeira de cima, uma a uma. E se tivé uma ostra nativa na casca dela, tu tem que tirá com cuidado, pra não matá ela. Tudo isso aí. Ela exige uma mão de obra maior”.⁴²

O cultivo de ostras também dá trabalho. Na comparação feita em relação ao método francês, ele indica isto: “Só que dá menos trabalho do que aqui, né, porque aqui, como ela sempre fica imersa na água, ela cria muito fôlem. Fólém é mijão; é essas coisa que dá no mar, né? E se você não criou, não tirou esses fôlem da lanterna, esses fôlem pode até matar as ostra. Tem um que cria uma capa por cima da ostra, e a ostra não consegue mais abrir pra se alimentar. Então, ela morre por isso. Se você não pegar essas lanterna, for lá e colocá no castigo, você perde muita, muita ostra”.

Em outra entrevista, “seo” Max também sugere o trabalho envolvido e faz referência a custos: “A semente, quando vem da Universidade, ela vem dentro desse isoporzinho aqui. Então, às vezes, vêm 300, 400 mil dentro de um isopor desse, né? Aí, desse isopor aqui, a gente coloca pra essas caixas aqui, ó. Aí, é colocado aqui dentro. Cada divisão dessa aqui é colocado uma colher de sopa. Cada divisão dessa, então, claro, pra ir 300 mil semente, vai muita caixinha dessa. Em torno de umas 15 a 20 caixinha dessa aí pra ir pro mar. Aquela caixinha ali é

grau de escolaridade, cabe destacar que os produtores de ostras em Florianópolis, de acordo com o estudo realizado por Cordeiro (1997), apresentam grau de instrução entre 2º. grau e nível superior e três quartos do total, diferenciando-se do mitilicultor no estado cujo nível de escolaridade, em praticamente três quartos do total, correspondente ao 1º. Grau incompleto sendo quase 6% analfabetos (ROSA, 1997)” (2002, p. 130).

⁴² O que “seo” Max chama de fôlem, mijão e craca aponta para o que, no *Manual Cultivo de ostras*, é chamado de “organismos incrustantes, predadores e parasitas” (2003b, p. 21).

comprada por milheiro. Ela sai a 11 reais o milheiro. Então, é o número 1, é 1 hd. Tu vê que ela, a malhinha, é fininha assim pra ela não passá, ó, não é? Tu vê como é que é a espessura da malha; ó, um milímetro a malhinha, né? Então, aí a gente pega lá, colocamo na água hoje. A cada três dias, a gente vai lá, tira da água, esfrega aqui, ó, uma escova aqui na tela, né? E lava a tela com uma escova e com uma mangueira com água doce. Isso tem que ser feito com água doce. Não pode ser com água salgada. Aí, depois de 15 dias, você abre essa caixa e tira de dentro as semente. Aí, o que que você vai fazê com ela? Ela vem pra essa peneira aqui, ó. Aí, você joga ela aqui dentro dessa peneira, né? Aí, ela vem pra cá, ó. Aí, vai peneirá dentro d'água. Aí, isso aqui tem que tá sempre com água. Não pode fazê o serviço fora da água doce. Tem que ser sempre dentro da água doce. Aí, você peneira. Aí, o que passou você põe pra ali. Depois dessa peneiração aqui, é bom a gente trabalhá sempre com as duas, ó. Eu faço assim ó: quando eu vô peneirá, eu ponho uma em cima da outra, entendeu? Aí, faço isso, ó: a que passá aqui embaixo aqui é lixo, né, porque o que já veio de lá não passava aqui, né? O que passou aqui é lixo. Aí, depois daqui, dela peneirada ali, ela vai pra esse berçário aqui, ó. Ela vem pra esse berçário. Aí, ela vai ca. É colocada aqui dentro numa faixa de 200 a 300 ostra por andar disso aqui, ou mais. Tá cheia de craca ainda, cara. Isso aqui tem que limpá, né? Por dentro ela é assim, ó. Tá um pouco suja aqui. Cê tem que limpá ainda. Agora, eu vou pegar uma intermediária ali. Dali, ela passa por outro processo, né? Aí, vai outra peneira ali, ó. Dali, ela vem pra cá, ó. Aí, desse processo aqui, ela vem pra esse aqui, ó. Tá um pouco sujo isso aqui, ó. Vem pra esse processo aqui, ó. Aí, aqui você vai colocando. Eu colocava no começo dez bandeja em cima dessa, que eu tinha força pra levantar as 10. Agora, eu tô colocando cinco, né, uma em cima da outra, que ficava mais leve pra mim puxá lá. E agora não dá nem pra puxá uma. Então, é isso aí. Aí, depois daqui é peneirado também. Ela passa por uma peneira, né? Passa por essa peneira mais grossa aqui, ó, passa por essa peneira mais grossa aqui, né, e daqui vai pras lanterna, não é? Vai pras lanterna que fica ali em cima”.

Buscando fazer um resumo do processo a partir das falas de “seo” Max e de dona Eva nas entrevistas e da experiência vivida no “estágio” que fiz no Porto das Ostras tem-se que as sementes de ostra saem do laboratório em um isopor, cerca de 300, 400 mil sementes em cada isopor. No rancho, elas são colocadas em caixas e levadas para o mar, para o sistema de cultivo adotado, localizado na fazenda marinha. A cada três dias, é preciso retirar as caixas da água e esfregar as telas com escova e mangueira com água doce. Depois de 15 dias, as caixas são

abertas, e as sementes retiradas e peneiradas na água doce. À medida que as ostras vão crescendo, são migradas destes “berçários” (caixas) para outro suporte: as “intermediárias” e, por último, para as “lanternas”. As ostras crescem de modo diferenciado e ficam apertadas nesses suportes, sendo necessário separá-las por tamanho e migrá-las para o suporte adequado. Quanto aos tamanhos diferentes, existem, basicamente, três: pequenas (*baby*), médias e grandes (*master*).

Os suportes, ao serem trazidos do mar, são colocados na praia, próximo ao balcão, para o manejo, e descosturados. Muitos desses suportes já vinham do mar rasgados. Existem situações em que a lanterna vai para a água e não volta. A perda é grande. Diz “seo” Max: “Ó, essas aqui são umas lanterna que saíram. Ela retorna pro mar e é remendada e retorna pro mar. Ó, essa aqui, no caso, ela estragou. Aí, ó! Essa aqui tem que dar uma reformada nela e voltar pra água, cortá ela, tirar esses prato aqui pra fazer nova, ou vai cortar aqui, ó, entendeu? Tem lanterna dessa que vai pra água e não volta, né? A perda também é grande”.

Depois de retiradas dos suportes já descosturados, as ostras são colocadas em caixas de plástico sobre a areia da praia e, aos poucos, sobre o balcão, para o manejo, quando são separadas por tamanho. Em entrevista, dona Eva brinca: “A Renata pode te explicá melhor isso aqui. A gente traz as lanterna de lá e vira as lanterna aqui, né? Põe na caixa e vira as caixa aqui. Aqui, a gente seleciona as ostra que vão saí pra vendê: as baby e as máster e as média”. No manejo, as pontas das ostras são quebradas, e elas são colocadas na água de molho. Ou seja, no castigo, para matar os mijões. Dentro do rancho, há dois tanques para a realização desta etapa do trabalho. Quando há encomendas, são separadas as ostras que serão vendidas daquelas que irão para o castigo e para o mar novamente. As ostras a serem vendidas são colocadas em caixas de plástico e levadas para jatear, para tirar as sujeiras das cascas. Depois, essas caixas são levadas para o carro, para serem entregues. São vendidas ostras *in natura* e gratinadas, isto é, com queijo. Recentemente, disseram-me que estavam vendo ostras congeladas.

A produção de marisco exige estrutura e custos menores, além de dar menos trabalho. Crescidas as sementes, os/as maricultores/as retiram os mariscos da água, fervem-nos e fazem o desconche, separando a casca do molusco. Depois, os mariscos são colocados em sacos de plástico e pesados, para entrega, quando existem pedidos, ou no freezer, para futuras entregas. Comercializam-se também as sementes do marisco. No Porto das Ostras, há uma máquina, construída por eles, que separa os mariscos das pencas. Outro associado da AMPROSUL

também fez uma máquina para uso próprio.

Pelo trabalho e por exigir maiores custos e investimentos, o cultivo de ostra seria feito principalmente por empresários, ainda que pequenos/as, conforme destaca Paulilo (2002). Lembra dona Eva, que se apresenta como empresária: Não só produzir ostras e vieiras é mais dispendioso. Ter uma empresa também é. Aos custos de produção destes moluscos são somados aqueles necessários para ter uma empresa. Explica Dona Eva: “Empresas registrada aqui se tem umas três ou quatro, é o máximo, porque todos são assim: só cultivam, né? São registrado assim nas associação. Se não participa dessa aqui, participa da AMASI. Mas empresa registrada bem poucos têm, porque é tudo muito caro, né? Tem que ter contador, tem que ter adevogado, tem que ter muita coisa assim, né? É muito gasto”.

GRANDES E PEQUENOS

Nesta composição, retomo o argumento da composição anterior de que nos diferentes níveis de governo a construção da maricultura pretendeu ser uma alternativa social voltada para os/as pequenos/as produtores/as. Tecendo maiores comentários, indico sua diferença em relação a políticas anteriores, que buscavam, sobretudo, atender aos interesses de grandes grupos econômicos e privados, bem como a criação de uma estrutura política voltada para uma maior participação dos diferentes setores da sociedade – aspecto participativo do modelo de gestão adotado pelo governo.

Não há de se perder de vista o que foi mencionado na composição anterior: o projeto “maricultura” foi acolhido e expectativas foram alimentadas por pequenos/as produtores/as, como os/as associados/as da AMPROSUL em relação às possibilidades de geração de emprego, renda e dinheiro. Quanto ao aspecto participativo do modelo, eles/as, efetivamente, procuram ocupar espaços abertos à participação e marcar posições. Seus relatos apontam que, de um lado, houve avanços no sentido de eles/as serem incluídos/as, e, de outro lado, existem privilégios em relação a certos grupos.

Boeger e Borghetti indicam mudanças na orientação da política pública para o setor: inicialmente, voltada ao apoio de grandes empresas e grandes grupos econômicos privados; depois, paralisada por ações restritivas, “política do não pode”, justificadas pela preservação dos recursos naturais; e, atualmente, direcionada para a inclusão de pequeno produtores/as e, também, ao uso “sustentado” dos recursos naturais.

Em 1962, com a criação da Superintendência para o

Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a pesca teria entrado na “fase industrial”. Conforme Boeger e Borghetti, baseados em Mello (1985), “as ações da SUDEPE permitiram a implementação de um verdadeiro complexo industrial pesqueiro em áreas propícias do território (Mello, 1985)”. Eles acrescentam: “O modelo de desenvolvimento do setor pesqueiro esteve, durante toda a existência da SUDEPE, atrelado a uma concepção voltada ao crescimento da produção a qualquer custo. O modelo baseava-se no apoio e incentivo às grandes empresas. Assim forma transferidos grandes volumes de recursos financeiros dos cofres públicos para grandes grupos econômicos privados, principalmente para a pesca, mas também para a aquicultura” (2008, p. 96).

A SUDEPE foi extinta em 1989. A rigor, uniu-se ao Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF), formando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A instituição do IBAMA representou, segundo Boeger e Borghetti, o desmantelamento dos sistemas de planejamento, de extensão e de estatística e a progressiva estagnação do desenvolvimento dos setores pesqueiro e aquícola, o que durou dez anos. Os autores sustentam que isso era esperado, dada a prioridade concedida por esse instituto às “ações restritivas”. Ou seja, priorizavam a “preservação dos recursos naturais” em detrimento das “ações desenvolvimentistas”, mesmo que “sustentadas”. (p. 97)

Os avanços que teriam acontecido em fins dos anos de 1990 seriam fruto do trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre outras instituições, como o SEBRAE. Boeger e Borghetti resgatam as ações do CNPq e do SEBRAE que teriam levado à recuperação do setor aquícola e à criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), alocado na estrutura da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do MAPA. Para a criação do DPA, corroborou, também, o descontentamento crescente em relação ao IBAMA. Ao mesmo tempo, eles chamam atenção para o seguinte fato: se, de um lado, esse departamento recebeu atribuições relativas ao fomento da atividade, de outro, não recebeu recursos financeiros, infraestrutura e pessoal suficientes. (p. 97-99)

A criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República, com *status* de ministério, em 2003, hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)⁴³, seria fruto de uma

⁴³ Mais informações sobre a criação do ministério: “No ano de 2009, no dia 29 de junho, Dia do Pescador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958. Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil [...] A criação do Ministério foi resultado

longa luta deflagrada por setores representativos da aquicultura brasileira para reverter a situação da “política do 'não pode'”. Conforme Boeger e Borghetti, “uma nova alteração na estrutura política e na forma de se abordar as questões relativas à pesca e aquicultura”. Eles destacam a formulação e implementação de uma política nacional de fomento e de desenvolvimento setorial, inscrita nos “marcos de uma nova política de gestão e ordenamento”, comprometida com a “sustentabilidade ambiental”. (p. 97; 99)

À SEAP, em sua criação, foi atribuída a tarefa de recuperar e ordenar o setor pesqueiro e aquícola, marcado pelo abandono do Estado durante praticamente duas décadas (PESTANA, PIE, PILCHOWSKI, 2008, p. 129). O MPA cita, dentre os objetivos da SEAP, aproveitar o potencial pesqueiro e aquícola do país e gerar emprego e renda (SEAP, 2006). Este objetivo de geração de emprego e renda, somado ao argumento do compromisso com a sustentabilidade ambiental, aparece de modo recorrente no discurso desse ministério, justificando, ou buscando legitimar, as diferentes ações implementadas por ele.

A SEAP possui representações regionais e estaduais distribuídas pelo país. Sua parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais é considerada importante, dentre outras razões, porque ações desses órgãos se cruzam em diversos momentos. As parcerias com instituições científicas e financeiras, entidades governamentais e não governamentais e comunidades multiplicariam a execução de pesquisas e experiências, consideradas indispensáveis ao desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola na direção indicada acima.⁴⁴

de um esforço conjunto, entre poder público e sociedade civil. O marco inicial, no entanto, se deu no dia 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683) que criava a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR)”. Acrescente-se o seguinte: “Com o tema a 'Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca', entre suas resoluções foi aprovada a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor em um único órgão de governo e a transformação da SEAP/PR em Ministério”. Vale dizer, ainda: “A existência de uma instituição política sólida e da nova Lei da Pesca e Aquicultura, sancionada no mesmo dia da criação do Ministério, são os instrumentos que, agora, orientam e dão segurança para esse importante setor brasileiro” (MPA, s/d(g)). De acordo com o MPA: “Sem uma lei de pesca, [a SEAP] atuava com base em decretos, portarias e instruções normativas” (SEAP, 2006).

⁴⁴ Um exemplo que faz referência direta ao estado de Santa Catarina, dentre outros que serão citados posteriormente: “Em Santa Catarina, convênio da SEAP com a Universidade do Vale do Itajaí está resultando na elaboração de técnicas que identifiquem toxinas nas microalgas, com o objetivo de evitar que moluscos como mexilhões e ostras provoquem intoxicações nos consumidores. Essa ação preventiva não apenas protege o mercado interno, como também prepara a maricultura para um futuro mercado externo. 'Este é um trabalho pioneiro no Brasil. Deve incrementar a produção de moluscos em Santa Catarina e em outros estados e viabilizar a exportação', diz o oceanógrafo Luís Proença” (SEAP, 2006, p. 45). Quanto às parcerias com as

O alinhamento entre o Ministério e esses órgãos é percebido, por exemplo, na política de assistência técnica e extensão rural (ATER), mais voltada para a “agricultura familiar”, apresentada pelo Governo Federal em 2003. Seu objetivo seria: ““contribuir para a superação da problemática sócio-ambiental vigente no campo e trabalhar para a transição a estilos de agriculturas sustentáveis, bem como articular as demais políticas públicas voltadas ao meio rural” (da Silva, 2006)” (PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 121).

No contexto de criação desta nova estrutura política, para utilizar aquela expressão de Boeger e de Borghetti, que aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca⁴⁵, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que aprovou a criação de um Conselho Nacional. No ano seguinte, em 2004, foi criado o Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca (CONAPE), idealizado para ser um fórum do setor no âmbito do Governo Federal.

ONGs, Pestana, Pie e Pilchowski defendem que, não obstante a assessoria e o apoio dessas entidades ao desenvolvimento rural, a extensão “deve ser mantida como instrumento estratégico de desenvolvimento social, econômico e ambiental, devendo ser coordenada e executada fundamentalmente pelo Estado” (2008, p. 123). Quanto aos “marcos regulatórios e legais”, Boeger e Borghetti explicam que esses marcos regulatórios são “regras para os investimentos do setor privado em um determinado setor da economia” e acrescentam que “alguns instrumentos legais serão decisivos na definição ou não de condições institucionais mínimas para a atração de investimentos privados na atividade” (2008, p. 105).

⁴⁵ No contexto de criação dessa nova estrutura política, foi aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca. Destaco alguns dos principais programas projetados, sendo que dentre eles há os que já foram comentados em itens anteriores: 1- “Programa Nacional de Parques Aquícolas”; 2- “Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura: O cultivo marinho de peixes, mariscos, moluscos, crustáceos organizado para crescer”; 3- “Programa Nacional de Desenvolvimento da Malacocultura: O cultivo de ostras e mexilhões gerando emprego e renda”; 4- “Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira Aquícola: O suporte técnico necessário para o desenvolvimento da produção”; 5- “Programa Nacional de Crédito: O crédito mais perto do pescador e aqüicultor brasileiro”; 6- Programa Pescando Letras: Alfabetização e qualificação para pescadores e aqüicultores; [verificar a relação com a Série Formação e Valorização do Pescador]; 7- Projeto Maré – O Telecentro da Pesca: O pescador e aqüicultor mais próximos do mundo digital; 8- Programa Alimento Seguro: Mais qualidade para o pescado e segurança para o consumidor; 9- Projeto Feira do Peixe Vivo: Equipamentos para instalação de feiras e melhoria da renda de pescadores e aqüicultores; 10- Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado: Suporte a investimentos em industrialização e beneficiamento de pescados; 11- Programa Nacional de Fábricas de Gelo para a Pesca Artesanal: Recuperação da infraestrutura da pesca artesanal; 12- Programa de Terminais Pesqueiros Públicos: Implantação de nova estrutura para a pesca artesanal e industrial; 13- Unidades Demonstrativas da Aquicultura e Pesca: Estruturas para o desenvolvimento da produção a serviço das comunidades locais; 14- Programa de Implantação de Entrepósitos Aquícolas: Novos pontos de comercialização de pescado cultivado; 15- Registro Geral da Pesca (RGP): Valorização para o pescador artesanal; 16- Programa Nacional de Subsídio ao Óleo Diesel Marítimo: As embarcações brasileiras em igualdade de condições com os concorrentes internacionais. (SEAP, s/d (a))

Tem caráter consultivo e é composta por 54 membros: 27 representantes de órgãos da administração pública federal e 27 de entidades da sociedade civil organizada. Ali estão representantes de pescadores, aquicultores, empresários, amadores, pesquisadores e ministérios. Em 2004, aconteceu também o 1º Encontro Nacional das Mulheres da Pesca e Aquicultura.⁴⁶

As conferências, os eventos máximos do setor, resultado do modelo de gestão adotado, possibilitariam a avaliação das políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, bem como a indicação de ações prioritárias a serem desenvolvidas por ele. O governo teria como norte para suas ações relativas à elaboração de novas leis, à concessão de crédito, à escolha de programas de incremento e às ações sociais as propostas apresentadas nas conferências por representantes dos diferentes setores pertencentes ao CONAPE: produtores/as, pescadores/as, empresários/as e movimentos sociais.

Segundo o MPA, somada à percepção de que “o governo está promovendo avanços importantes para a aquicultura e a pesca” estaria a de que está havendo a “democratização dos debates e das decisões”, associada a um “modelo de gestão e de ação compartilhada e solidária”. O Governo Federal defende: “A participação social é um método de atuação do Governo Federal e deve ser desenvolvida com o objetivo de transformá-la em parte integrante da política de Estado para a pesca e aquicultura. O fortalecimento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) amplia e qualifica todas as instâncias colegiadas e participativas e assegura a participação social no processo de gestão dos espaços e recursos pesqueiros e dos empreendimentos, por meio do estímulo e fortalecimento das organizações” (SEAP, s/d (b), p. 12).

Dona Eva e “seo” Max relatam a ida deles/as, maricultores/as, a Brasília, para participar da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Ele dá mais detalhes: “Foi feita a primeira conferência aqui, a segunda em Itajaí e a terceira em Brasília. Lá em Brasília, se juntamo lá o pessoal da maricultura, pessoal do camarão e pessoal da piscicultura. Se juntamo lá, e tal e coisa. Chegava lá, tu: ‘Ó, eu tô trabalhando na maricultura, a gente precisa de investimento e tal, financiamento, e pá, pá, pá, porque na época só tinha mais era mais financiamento, né?’ E enfatiza o quanto trabalhavam: “Olha, lá a gente trabalhava. A gente ia até meia-noite trabalhando. Era gente do Brasil inteiro”. Dona Eva

⁴⁶ A Segunda Conferência ocorreu em 2006; a Terceira, em 2009. O 1º Encontro em 2004. Para maiores informações sobre esses eventos, acessar o seguinte endereço eletrônico: http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conferencia/Participacao_popular.html.

corrige e reforça o esforço dos/as que lá estavam: “Até duas horas da manhã”. Trabalhavam e reivindicavam, segundo “seo” Max: “Eu não tô lembrado, mas a gente até saiu no jornal da RBS meio-dia, direto de Brasília. Nós lá em Brasília, sentado lá, reivindicando lá. Pô ficou bonito pra caramba! A gente não viu não. Pô... Ah! Nós tava lá, e o pessoal daqui ligou pra lá, né: ‘Ó! Pô! Cês saíram aí, tal. Ó, ficou bem, bem bonitinho””.

“Seo” Max comenta as disputas entre produtores/as de camarão, de um lado, e de ostra, de outro lado: “Olha, era uma luta lá dentro, uma discussão tremenda, porque o pessoal do camarão queriam passar na frente do pessoal produtor de ostra, pessoal da ostra ia em cima lutando”. Colaborações havia também, conforme ele relata: “Aí, veio um lá querendo fazer um projeto pra cultivar jacaré, porque o jacaré comeu o filho dele. Ele tava mostrando lá o filme lá pra todo mundo, o jacaré comendo o filho dele. Não sei quem que filmou aquilo. Eu sei que ele queria cultivar jacaré pra vender. Decerto pra tirar o coro, né? E o cara não sabia escrever nada. Ele era semianalfabeto. Aí, sentou lá perto de nós lá, e nós pá-tá-tá-tá, e foi aprovado lá o negócio dele, porque no final é tudo reduzido. Aquilo ali vai pra votação, e a gente vai votando, né? E aprovou. O cara hoje tem cultivo de jacaré. Lá na Amazônia, lá”.

Dona Eva conta que participou também do Encontro Nacional das Mulheres da Pesca e Aquicultura: “Primeiro, eu fui com os pescadores, né, que eram os homens, né, e foi um pouco de mulheres junto. Depois, foi o primeiro encontro de mulher na pesca. E daí foi só as mulheres lá em Brasília”. Conta sobre temas lá discutidos, enfatizando demandas feitas por pescadores/as e não atendidas pelo governo até hoje: “E daí, assim, é o direito da mulher na pesca. Então, isso aí foi muita coisa, que até hoje não veio até nós também, né, porque a gente pediu kit de proteção solar, né, que é negócio de chapéu, né, protetor solar, por causa do câncer de pele. Pediu também a gasolina mais barata, o diesel mais barato pro pescador. Também até agora a gente não conseguiu isso aí, né? Várias coisas que foi pedido lá, que também não lembro agora e que a gente não conseguiu até hoje”.

Não obstante os pedidos não atendidos, ela tece elogios ao governo Lula, presidente naquela ocasião: “Foi muito importante pra nós, porque, tu vê, a gente nunca teve chance de ir em Brasília, né, e depois com o governo Lula a gente já teve em Brasília duas vezes defendendo os nossos direito, o direito da pesca, o direito da mulher, da mulher na pesca. Isso aí eu acho importante, porque se todos os presidente fizesse isso, né? E foi descoberto muita coisa errada que igistia que a gente não sabia que hoje a gente sabe, né? Então, eu achei

que esse presidente foi bom. Na minha ideia eu acho, né? Não sei. Quantos pobre tinham vontade de ir até Brasília pra discutir, né, o direito deles e nunca tiveram chance e agora com ele tiveram, né?”

Dentre as vozes dissonantes que problematizam a possibilidade de participação da classe produtora estão a de Boerger e a de Borghetti. Segundo os autores, o setor pesqueiro tem ampla representação no CONAPE comparativamente ao aquícola. E, na medida em que a representação desse último é menor, ele acaba tendo um poder de decisão também reduzido nos processos deliberativos. (2008, p. 100) Pontuam que, não obstante a participação expressiva de representantes de pescadores/as e pequenos/as aquícultores/as, o mesmo não se verifica em relação às associações de aquícultores/as (p. 102)⁴⁷.

Pestana, Pie e Pilchowski tecem comentários sobre a falta de representatividade do setor produtivo nas associações aquícolas. Para os autores, “a maioria absoluta das mais de 80 associações de pequenos aquícultores existentes no país não possui a força, a representatividade ou a importância que a ela sempre teve no cenário nacional”. Acrescentam que “também não é característica da aquícultura brasileira a presença de grandes cooperativas aquícolas. A maioria delas é de pequeno porte e apresenta atuação regional”. (PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 129) Não obstante a ausência de dados concretos, na aquícultura, diferentemente do agronegócio brasileiro, o cooperativismo seria pouco comum (p. 127).

Em um movimento semelhante aquele conduzido pelo Governo Federal, na extensão rural também foi adotado um “modelo participativo de gestão e de ação”, em que as empresas de ATER deveriam seguir “princípios participativos”. Conforme Pestana, Pie e Pilchowski, a extensão rural no Brasil estaria em uma terceira (e última) fase: 1^a) “humanismo assistencialista” (de 1948 ao início dos anos de 1960); 2^a) “difusionismo produtivista” (de 1964 a 1980); 3^a) “humanismo crítico” (do início dos anos de 1980 aos dias de hoje). O “humanismo crítico”, em particular, é visto como um período caracterizado pela “participação ativa dos agricultores em todas as decisões”. (2008, p. 120-121)⁴⁸

⁴⁷ Alguns dos pontos de conflito citados por Boeger e Borghetti: os produtos dos setores pesqueiro e aquícola competem no mercado; a alteração dos níveis de captura na pesca tem sido atribuída aos impactos ambientais provocados pela aquícultura, mesmo que, segundo os autores, esses impactos não sejam comprovados ou não haja evidências empíricas; e disputa por recursos (2008, p. 101).

⁴⁸ Conforme Pestana, Pie e Pilchowski: “A gestão ocorre a partir do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, que instituiu na sua estrutura, um Comitê Nacional de Ater, com o objetivo de propor, analisar e definir as ações prioritárias da política,

Na pesquisa de campo, pude notar esta tentativa da EPAGRI de mobilizar as associações e cooperativas, fazê-las participar da discussão de temas relativos ao setor. Particpei de inúmeras reuniões com dona Eva, que, como presidenta, representava a AMPROSUL. Nessas reuniões, estavam representantes de outras associações e cooperativas, dentre outros, para discutir temas ligados à atividade.

Os membros dessa Associação pressionavam pela participação em decisões do setor. Reclamavam de decisões tomadas à revelia dos/as maricultores ou em situações em que a presença deles/as era desproporcional em relação a grupos que defendiam interesses outros. Como em Brasília, lutavam, reivindicavam, para usar termos de “seo” Max, tornando públicas suas opiniões nos eventos. Cito, por exemplo, o conflito ocorrido na Semana do Peixe, quando não identificaram no evento a presença daqueles/as que, segundo acreditavam, ali deveriam estar: pessoas da comunidade e pequenos/as produtores/as, para discutir os temas em pauta, como o destino do Ribeirão e a criação de algo como uma rota da ostra. De acordo com a leitura que fizeram, estavam sendo privilegiados determinados grupos, os “grandes”, em detrimento dos/as pequenos/as produtores/as.

Na visita recente ao Porto das Ostras, relataram que houve uma audiência pública para discutir se o Centro Comunitário manter-se-ia como sede da cooperativa ou se iria se transformar em Escola do Mar. Novamente, ali não estavam os/as interessados/as na cooperativa, ou seja, os/as produtores/as que defenderiam esta ideia. Os poucos que ali estavam constataram a presença maciça daqueles/as que queriam a Escola do Mar. Explicaram que a divulgação dessa audiência pública foi feita no Diário Catarinense, jornal não necessariamente lido por todos/as. Segundo eles/elas, haveria que se fazer a divulgação de outra maneira, de modo a efetivamente chamarem os/as produtores/as.

Na esteira destas reclamações, afirmam que existem muitos recursos para a maricultura, mas eles nem sempre são dirigidos para o atendimento de suas necessidades. Tal situação estaria ligada ao fato de

no âmbito nacional. Cabe ao Comitê, além de outras deliberações, analisar e aprovar anualmente o Programa Nacional de Ater – PRONATER e estabelecer as linhas de ação a serem apoiadas com os recursos do Governo Federal. Na esfera estadual os Conselhos Estaduais têm a responsabilidade de credenciar as organizações de Ater, identificando o perfil e estrutura das entidades que pretendem atuar na implementação da política. Prevê-se ainda a participação dos Conselhos Municipais, particularmente no controle social das atividades executadas, entretanto, os mecanismos ainda não estão inseridos no processo de gestão. A Coordenação está a cargo do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural [DATER], da Secretaria de Agricultura Familiar [SAF], do Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (da Silva, op cit) (2008, p. 121-122).

determinados grupos serem privilegiados e de haver muito desperdício de dinheiro público em eventos promovidos, alguns nem mesmo seriam necessários. Manifestaram que estavam cheios de certificados, recebidos nos cursos de formação promovidos por instituições vinculadas à maricultura e de necessidades por atender, como a aquisição de insumos para a produção.

A COISA TÁ FICANDO CARA... CADA VEZ MAIS DIFÍCIL

Em composições anteriores, foi indicado que a maricultura foi construída como alternativa social e econômica para produtores/as artesanais (produções familiares) e que os/as maricultores/as enfrentam problemas, como os altos custos de produção das ostras e as insatisfações quanto à concessão de privilégios em relação aos “grandes”. Nesta composição, retomo o tema dos problemas enfrentados por eles/as, relatando novas dificuldades. De modo geral, entendem que os tempos hoje são mais difíceis. Abordo, também, o reconhecimento oficial das dificuldades por que passam estes/as maricultores/as e as explicações que dão para elas: os gargalos no setor e o fato de envolver produções artesanais e familiares, em um contexto que exige, por exemplo, a industrialização da produção.

Os/as associados/as da AMPROSUL reconhecem os retornos positivos da atividade, fazendo referência principalmente ao passado. Hoje, os tempos seriam mais difíceis. Do ponto de vista dos/as maricultores/as estudados/as, embora não fosse uma constatação unívoca, queixas relativas a custos de produção, queda nas vendas (que desencadeava outros problemas, como a dificuldade de honrar os empréstimos), espera pelo pagamento de vendas a prazo, perdas na produção por causa de intempéries e excesso de burocracia também eram ouvidas na pesquisa de campo, especialmente no ano de 2008, quando das reuniões da associação e dos eventos da maricultura.

“Seo” Max lembra que no passado era diferente. O material e os insumos utilizados para a produção de ostra não eram tão caros: “Só que esse material hoje é assim, é muito caro. A gente começou com essas boias aí. Esses galões aí de plástico era 35 centavos. A gente começou a comprar isso aí. Essas rede pra marisco, a gente ia em Itajaí, os cara pediam, por favor pra levar, pra tira de lá, porque era lixo pra eles. Hoje, não. Hoje, eles vende as rede velha. Hoje, eles vende os galão a 5 reais. As coisa tá ficando cara, e o preço da ostra continua a mesma coisa. E a semente também aumenta, entendeu? Então, o problema das ostra hoje tá sério. A gente tá encontrando dificuldade pra

trabalha com ela”.

“Seo” Max comenta o caso específico das sementes: “A semente hoje tá em torno de 11 reais o milheiro da número 1, da 1 hd, 1 milímetro... Pra nós podê mantê hoje o nosso cultivo, nós temo que tê aí 1 milhão e meio, 2 milhões de semente na água, pra gente podê garanti hoje, e a gente não tá ganhando nada. Se tu ganhá, é 10 centavos, 20 centavos por dúzia de ostra. Se tu ganhá hoje”.

O custo de produção da ostra por si só é maior. De todo modo, agora estaria mais caro ainda. Somados todos os gastos, não valeria mais a pena trabalhar com ostra, diz “seo” Max. Ele alerta: “Não, o lucro hoje não tem. Hoje, vou ser bem sincero, vou até dar um conselho: quem quer se meter com ostra hoje não é aconselhável, porque o investimento sai muito alto. Hoje, um rolo de cabo tá em torno aí de 400 reais. Pra você colocar um long [*long-line*] na água, você vai gastar só de boia e corda mil reais e mais a mão de obra, que são as estacas e as coifas, né? Depois vem a lanterna. Cada boia dessa aí vai amarrada a uma lanterna ou uma bolsa de marisco, né? Então, tem tudo isso aí. Aí, um cabo bate lá um no outro, já se rompe as lanterna. Aí perde as ostra, perde a lanterna, rebenta o cabo. Aí pronto. Aí mesmo é que o lucro já era, já não tem, né? Nós gastamo por semana 20 litros de gasolina por semana, e a gente ainda não fez uma média ainda de quanto a gente gasta por ano, né, mas é um consumo alto. Se tu for colocá em conta o que tu gasta, é material, é luva... Luva é um par por dia”.

Os custos estariam mais altos e os preços dos moluscos não acompanhariam este aumento. Contribuindo para este estado de coisas estariam os atravessadores, os intermediários, que, segundo relata “seo” Max, compram os moluscos dos/as produtores/as, pressionando os preços de venda desses/as produtores/as para baixo, sob a alegação da existência de concorrência. Ao mesmo tempo, esses atravessadores puxam os preços de revenda para cima. Na berlinda, ficam os/as maricultores/as, pois não vender as ostras, por exemplo, implica deixá-las no mar crescendo e ter prejuízos. Elas crescem e arrebentam os suportes que as seguram.

“Seo” Max relata: “Pra gente, é barato. Pra quem vende. Pra quem vai atravessar, vende por um preço melhor, porque ele já tem pra quem vender certo, né? Pra gente, não. A gente é aquilo ali e deu... É o que eles pagarem, e deu. Se, aí, chego lá: 'Ah, não. Vou aumentar um pouquinho'. – 'Não. Tem um aí que me traz a ostra por tanto. Se tu quisé esse preço eu te pago, se não quisé pode até levá de volta, entendeu?' Aí, tu traz a ostra de volta e também tu nunca mais olha pra cara dele. Já aconteceu comigo assim: eu tinha cliente aqui. Quando eu comecei, eu

tinha cliente aqui pra trás, aqui, ó. Aí, o cara começou a... Foi outro produtor lá, barateou a ostra e começou a me tirar o cliente. Só que ele não segurou. Não tinha ostra pra aguentar o cara o ano inteiro. Não tem? Aí, depois, o cara me ligou aqui. Eu disse: 'Não. Agora, sinto muito, amigo. Não tenho mais ostra pra ti aqui'.

“Seo” Max continua: “Então, porque, é assim, ó: as ostra, se tu não consegue mercado pra ela, elas vão ficando, crescendo e elas vão ficando maiores. E o que que acontece? Vai mais material. É lanterna e mão de obra, né? E elas rasgam aquela lanterna também. Então, chega a ter ostra até de meio quilo, como já aconteceu comigo. Não é conta de mentiroso, não. Foi pesado lá na peixaria do Demésio: meio quilo. Lá no mercado do Pescado Silva. Foi pesado lá. Isso porque ela chegou a um ano e três meses”.

Todas essas dificuldades fizeram com que “seo” Max e dona Eva investissem mais na produção de mariscos. A maioria dos/as associados/as da AMPROSUL dedica-se ao cultivo deste molusco. Não que seja barato trabalhar com ele. Indicam-se adiante os altos custos relacionados ao atendimento de regras e normas do setor, o que vale tanto para a produção de ostras quando de mariscos.

Acrescentam-se, ainda, o problema de queda nas vendas e o do não pagamento das entregas feitas. No momento da pesquisa, as vendas estavam paradas, acarretando perda nas produções. Nas palavras de “seo” Max: “Tem produtores aí que não tá conseguindo vendê, né. Tem um amigo meu ali que o cara tá apavorado. Tá com a produção dele toda na água e não consegue vendê. São muitas ostras, né. Não tem comprador, cara. Uma parada aí, uma parada em todo sistema de ostra aí, que tá tudo parado aí. É, a água esquentada, e ela morre. E morre porque ela também fica muito tempo dentro da água, né?”.

Esse amigo sobre o qual fala “seo” Max, também associado da AMPROSUL, havia conseguido crédito no Banco do Brasil para investir na produção. Com a suspensão nas vendas, não conseguiria honrar com o compromisso de pagar a dívida no prazo. Apoio foi solicitado à EPAGRI para intermediar a relação com o Banco, em busca de solução para o problema. Ele pensava em desistir de ser maricultor/a e já dava os primeiros passos no sentido de trabalhar com produtos hidropônicos.

Um técnico da EPAGRI alegou que esse quadro de queda nas vendas tinha a ver com a notícia que teria se espalhado sobre a morte de um membro da banda Eva por intoxicação, após ter comido ostras da região. Esta era outra dificuldade que enfrentavam: a maré vermelha, aglomeração de algas que soltam toxinas e provocam o envenenamento das águas e contaminam os moluscos. Diante da presença desta maré,

os/as maricultores/as eram avisados pelos órgãos competentes e obrigados a suspender as vendas até segunda ordem. Mesmo quando era liberada a venda, havia o problema da desconfiança do consumidor.

Dona Eva diz: “Teve a maré vermelha. Então, tá aparecendo muitia coisa assim, e o movimento que a gente tinha assim caiu, né. Não só pra nós como pra todos os maricultores, né. Tá sendo difícil pra todos. Isso aí, falam que sempre teve, né. E na França até matou alguém, né. Matou alguém há muitos anos atrás. E que já teve. Só que aqui nunca tinha sido, porque, tu vê, é feita a análise da água de quinze em quinze dia, pela Universidade, pela UNIVALI. Então, se sabe que a ostra tá boa e a água tá limpa. Aí, quando acontece esse tipo de... que aconteceu agora, daí todo mundo é avisado, e daí eles suspendem as vendas. Só que pro maricultor, sabe, mas tu que vai comprar é que fica assim: 'será que tá bom? Será que não tá?' E daí é onde acontece...”

Esforços eram mobilizados para recuperar a confiança nas ostras de Florianópolis e, também, para esclarecer os/as produtores/as sobre o tema da maré vermelha. Houve até palestra sobre o assunto com os/as associados/as da AMPROSUL, em Biguaçu. Uma alternativa pensada que já corria entre eles/as era o investimento em produtos não *in natura* que pudessem ser produzidos fora do período de suspensão das vendas, estocados e vendidos no período de maré vermelha. Era preciso desenvolver etiquetas com informações sobre o produto para o consumidor. Conforme se verá, alimentaram essa esperança com a chegada do Núcleo de Gestão e Design da UFSC para fazer um trabalho com eles/as.

Outro motivo de preocupação constante desses/as maricultores/as era a perda por causa das intempéries, chuvas e ciclones. Acabavam se endividando para continuarem produzindo. Neste sentido, reivindicavam algo que não existia: seguro para suas produções.

Dona Eva lembra das tempestades e dos ciclones: “Cada vez mais difícil. De três anos pra cá, a gente vem sofrendo com essas tempestade, esse ciclone que passa pelo mar, né? E daí é muito difícil, né? Daí, a gente perde... Há três anos atrás, quando deu o primeiro, né, a gente perdeu uma balsa, um barco maior do que este da Associação. Não sei se tu viu ali quando tu chegou ainda, que depois, acho que foi o Romário, que cortou mais o Fernando, tava um monte ali ainda. E a gente perdeu todas as ostra. A gente teve perca total. Há três anos atrás, perca total. Só que a gente entrou com vários processo, vários ofício. A gente não conseguiu nada. É, porque destruiu tudo. Fez assim uma reviravolta no mar, que perdeu tudo. Sumiu assim... Foi tudo. Arrebentou cabo, lanterna, e foi dar em outras praia. E daí a gente perdeu tudo. Então,

quer dizer, todos fizeram empréstimo. Daí, como que vão pagar? E aí foram se endividando pra poder botar tudo de novo de volta na área de cultivo. É onde tá todo mundo assim, né? Trancaram-se todo, né? Aí, quando foi agora, o ano passado, deu outro vento com chuva. Agora deu toda essa enchente, essa enxurrada. Aí que pra ostra não afetou, mas toda a produção de vieira foi embora, né? Só sobrou as casca. Aí, tá sendo difícil por isso”.

Os discursos técnico-científicos (governo, pesquisadores, etc.) reconhecem as dificuldades dos/as maricultores/as, associando-as a determinados gargalos do setor e à característica artesanal e familiar da produção. Alguns dos gargalos do setor já foram comentados, como o tema da informalidade.

Os pontos de estrangulamento do setor seriam os seguintes: crescimento rápido e sem planejamento estratégico adequado; forte pressão sobre os bancos naturais de mexilhões; déficit na produção de sementes de ostras em laboratório; informalidade do maricultor brasileiro; e não participação em programas governamentais, que poderiam permitir acesso a linhas de crédito, dentre outros incentivos. A “maioria absoluta” de pequenos e médios produtores/as de ostras e mexilhões não é licenciada. A informalidade acarretaria, ainda, na inibição de uma expansão sustentável do setor (OSTRENSKY; BOERGER, 2008, 138-139; p. 157-158).

Em relação à produção de moluscos os maiores problemas seriam, por ordem decrescente de gravidade: “falta de estruturas apropriadas de produção ou processamento” e “falta de áreas protegidas para cultivo” (OSTRENSKY; BOERGER, 2008, p. 144).

Ostrensky e Boerger agrupam os principais problemas associados às diferentes atividades do setor: “Problema técnico – falta de treinamento e qualificação técnica na cadeia produtiva da aquíicultura; Problema econômico/administrativo – dificuldade de acesso ao crédito para investimento e custeio em aquíicultura; e Problema político-administrativo – falta de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade” (2008, p. 158)⁴⁹.

⁴⁹ Em relação ao crédito, Ostrensky e Boerger chamam atenção para o argumento de Luciano Marcos de Carvalho, assessor técnico da Comissão Nacional de Crédito Rural, segundo o qual, “apesar do esforço governamental para alocar recursos ao financiamento de investimentos rurais, o sistema financeiro vem demonstrando, nos últimos anos, uma grande inapetência em aplicá-los junto aos produtores rurais”. O problema do crédito rural não diria respeito à ausência de recursos, mas à dificuldade de acesso e ao elevado custo. (2008, p. 147) Dentre as dificuldades de acesso ao crédito, estão as garantias e as comprovações exigidas no processo de financiamento. Como a maioria das áreas aquícolas é da União e não se tem a propriedade, mas o direito de uso, são solicitadas outras garantias ao produtor, afora o fato de não conseguirem

Para Pestana, Pie e Pilchowski, os fatores que afetam a aquicultura, de modo geral, são: acesso ao sistema de crédito; existência de um sistema de controle sanitário; impactos ambientais; mecanismos de acesso ao mercado; e processos eficientes de comercialização. No caso da aquicultura familiar em particular: organização dos produtores; e existência e eficiência de um sistema de capacitação técnica e extensão aquícola que seja eficiente (2008, p. 115). Acrescentam que “as diferentes características socioeconômicas que abrangem as pessoas que desenvolvem a aquicultura em escala familiar exigem que sejam trabalhadas estratégias mais abrangentes que o crédito [...] especialmente no que diz respeito à articulação” (p. 117).

Os autores lembram, ainda, o processo de sabotagem sofrido pelos serviços públicos de extensão no Brasil, que leva à redução de recursos (pessoal, orçamento e tempo), sem a redução dos desafios (p. 123). Somam-se a tudo isso a falta de dados setoriais estatísticos sobre a aquíicultura e de informações sobre o universo exato e as características sociais e econômicas intrínsecas dos produtores, o que contribuiria para a perda de eficiência das políticas públicas (p. 117).

Baseando-se em Vilela, apresentam, ainda, o seguinte diagnóstico (“negativo”) dos/as pequenos/as produtores/as rurais, alvo dos órgãos de extensão: “possuem um nível intelectual mais baixo, em que a capacidade empresarial e a disponibilidade de capital são reduzidas; encontram-se dispersos geograficamente; estão politicamente desorganizados (com exceção de assentados de alguns grupos vinculados do programa de reforma agrária); são carentes de instrução, desinformados e, sobretudo, têm uma baixa contrapartida monetária pela produção” (p. 120)

No caso específico de Santa Catarina, são considerados gargalos do setor produtivo, segundo apresentação feita pela EPAGRI em seminário: “dificuldade na legalização das áreas, falta de um plano de manejo para as áreas existentes, falta de padronização dos cultivos, falta de dados econômicos em toda cadeia produtiva, sistema artesanal de manejo, baixa escala de produção, alto custo dos insumos, deficiências tecnológicas, falta de crédito, baixa lucratividade, falta de padronização do produto, dependência de único fornecedor de sementes, sazonalidade da produção, alto custo de distribuição e venda, falta de unidades de beneficiamento com SIF [Serviço de Inspeção Federal], deficiente estratégia de marketing, baixa organização dos produtores” (s/d, p. 5).

Sem desconsiderar os efeitos positivos observados em um curto

prazo em relação ao desempenho da atividade, a produção seria considerada “pouco expressiva”, tendo em vista o “potencial” existente, não justificando, segundo Pestana, Pie e Pilchowski, a geração de emprego e renda (2008, p. 132).⁵⁰

Apoiados em Machado (2002), os autores afirmam que “a produção individual da maioria dos maricultores catarinenses é muito pequena, pouco significativa para justificar a geração de empregos e renda, demonstrando apenas que atende aos propósitos de melhoria das condições de subsistência das populações menos favorecidas”. Machado apresentaria os seguintes dados: “mais de 81,43% dos produtores não têm condições de contratar nenhum funcionário; 10% contratam um funcionário; 13% contratam dois funcionários e 7% contratam 3 ou mais funcionários” (p. 132).

A literatura técnico-científica classifica a produção de Santa Catarina como um sistema artesanal e tipicamente familiar (GRAMKOW, 2002, p. 104).⁵¹ Poder-se-ia dizer, ainda, que a aquicultura em Santa Catarina é também “comercial”, mas não de “subsistência”⁵².

⁵⁰ Em relação ao cultivo de mexilhões, de acordo com a *Síntese informativa da maricultura 2010*, “os fatores que contribuíram para o aumento da produção são: crescente demanda nacional pelo produto; maior disponibilidade de sementes provenientes de coletores artificiais, assentamento remoto e extração em bancos naturais; estabelecimento de uma tabela de preços mínimos já praticados por alguns produtores, protetoras do mercado, garantindo maior rentabilidade; campanhas de incentivo ao consumo de moluscos inspecionados, o que confere segurança alimentar” (2011, p. 2).

⁵¹ Dados indicam que “com a produção concentrada nos municípios de Florianópolis e Palhoça, a atividade envolve aproximadamente duzentas famílias e gera em torno de mil empregos diretos e indiretos” (SOUZA FILHO, 2003, p. 8). Para dados recentes, ver *Síntese informativa da maricultura 2010*: a) Produção de mexilhões por município em 2010: Palhoça, 7.820t; Penha, 2.720t; Bombinhas, 936t; São José, 840t e Florianópolis, 649t; b) Percentual da produção de ostras por município, no estado de Santa Catarina, em 2010: Florianópolis, 77,4%; Palhoça, 14%; São José, 6,6%; Biguaçu, 1,4% e Governador Celso Ramos, 0,9%. (2011, p. 2; 4) Conforme Pestana, Pie e Pilchowski, “pode-se estimar que seguramente mais de 50% da produção aquícola nacional tenha advindo de empreendimentos de escala familiar”. Estimativa essa feita a partir de dados da FAO (2006). (2008, p. 116-117)

⁵² Pestana, Pie e Pilchowski debruçam-se sobre as definições dos conceitos de aquicultura “familiar”, “comercial”, “de subsistência” e “industrial”. O primeiro já foi comentado. Quanto à “aquicultura comercial”, seu objetivo seria a geração de renda financeira a partir da produção de bens demandados no mercado. Este seria o modo de produção adotado nas nações desenvolvidas, ao qual aderem cada vez em maior número as nações em desenvolvimento. Segundo os autores, não obstante as divergências no campo, existem aqueles que defendem que a “aquicultura familiar” não se opõe à “comercial”, enquanto que esta última opor-se-ia à de “subsistência”, ou de “autarcia”. Neste último caso, a produção é voltada ao sustento familiar e não alcança escala comercial. Para Pestana, Pie e Pilchowski, “projetos familiares e aqueles desenvolvidos em escala muito pequena quase sempre têm fins comerciais”. Acrescentam que “praticamente não existe aquicultura de subsistência no país”. (2008, p. 115-117) Gramkow faz

Na AMPROSUL, observa-se a forte presença de famílias: associados/as com laços de parentesco entre si que trabalham juntos, além daqueles casos de parentes que, embora não façam parte da Associação, trabalham com associados/as. Soma-se à possibilidade de terem seus próprios negócios e de não precisarem trabalhar fora, no Centro, a importância do trabalho em família, tendo em vista a necessidade de mão de obra nos cultivos e as dificuldades envolvidas com a contratação de pessoal.

“Seo” Max pondera: “Ele pode até exercer sozinho, mas só que ele não vai produzir o que ele vai precisar, né. Ele pode ir lá pegar 10 mil semente de ostra e botar na água. Ele vai trabalhar com essas dez mil. Não vai conseguir trabalhar mais. Agora, se tu tens uma produção grande, isso envolve de oito a nove pessoas, trabalhando nessa produção. Então, como nós trabalhamos com a família na ostra e a nossa família é cinco, falta três, né? Aí, esses três a gente teve que contratá, mas só que as pessoas não dá pra ti pagar, entendeu? É difícil tu consegui tirá o teu dinheiro e tirá mais dinheiro dali pra pagar as pessoas. Hoje, a ostra não tá dando assim pra ti conseguir pagar as pessoas”.

Para Ostrensky e Boeger, em virtude da característica artesanal e familiar da malacocultura, o rendimento é baixo, são difíceis os reinvestimentos e os produtores assumem todas as etapas da cadeia produtiva: produção, beneficiamento, distribuição e comercialização. Este quadro indicaria um ponto de impasse e limite à expansão. A aquicultura estaria “sufocada”. Dados indicariam queda nas taxas de crescimento da atividade. (2008, p. 138)⁵³

Pestana, Pie e Pilchowski, a partir de dados da FUNCITEC

referência ao caso do cultivo de mexilhões que tem deixado de ser uma atividade extrativista de subsistência para tornar-se comercial (2002, p. 78). Paulo apresenta alguns indicadores deste processo: “Em 1989, estabeleceu-se a maricultura em escala comercial com boas perspectivas de expansão. Segundo dados da EPAGRI, citados por Vinatea (2000), no início tinham-se 12 unidades de cultivo em caráter experimental e, em 1996, existiam mais de 100 áreas de cultivo, havendo cerca de 600 profissionais cadastrados, produzindo mais de 5.000 toneladas de moluscos cultivados. No ano seguinte, 1997, eram 750 os profissionais, e a produção 7.000 toneladas, o que colocou o Estado como o maior produtor do Brasil de ostras tipo *Crassostrea gigas* e mexilhões *Perna perna*” (2002, p. 4).

⁵³ Ostrensky e Boeger realizaram uma pesquisa entre os participantes da lista de discussão da Revista Panorama da Aquicultura (Panorama-L), considerada por eles: “a principal revista brasileira relacionada à aquicultura”. Dentre os participantes estão representantes de “praticamente todos os elos da cadeia produtiva da aquicultura nacional, desde fornecedores de insumos, serviços e equipamentos, passando por representantes do setor público, instituições de ensino, processadoras e comerciantes”. Por meio dessa pesquisa, detectaram os “principais problemas enfrentados atualmente pela aquicultura brasileira” – este é também o título do artigo. (2008, p. 135)

(2006), alegam que a “produção de moluscos pode chegar a 100.000 toneladas/ano, a médio e longo prazo, contra pouco mais de 12.000 toneladas/ano atuais” (2008, p. 132). Neste sentido, a aquíicultura poderia “cumprir um papel ainda mais importante no desenvolvimento social, econômico e ambiental (GTAF, 2002)” (p. 117).

Afirmam Ostrensky e Boerger: “A expansão sustentável da aquíicultura passa, obrigatoriamente, pelo processo de industrialização da produção e pela expansão da base de consumo”. Os autores defendem que o processamento e a industrialização permitem agregar valor e contribuem para a popularização do consumo do produto. Neste contexto, citam o caso da cadeia produtiva do frango, em que a modificação na forma de apresentação dos produtos levou à expansão e consolidação da atividade. Como pano de fundo estaria uma sociedade em processo crescente de urbanização a exigir cada vez mais “produtos semi-acabados ou acabados, de qualidade e a custos compatíveis” (2008, p. 145).⁵⁴

Um dilema, no entanto, está instalado: “É preciso que haja escala de produção para garantir a viabilidade econômica das unidades processadoras”. Isso porque, “para aumentar a produção é preciso processar/industrializar e para que a indústria possa ser viável é preciso aumentar a base produtiva”. (OSTRENSKY, BOERGER, 2008, p. 145)⁵⁵

Entendem Pestana, Pie e Pilchowski: “Via de regra, as cadeias produtivas da aquíicultura brasileira ainda não estão suficientemente estruturadas para poderem ser classificadas como modelos industriais de aquíicultura. [...] No geral, a aquíicultura nacional dá sinais de que começa a subir um degrau na escala comercial, deixando de ser predominantemente familiar, mas ainda longe de ser verdadeiramente industrial” (2008, p. 120).⁵⁶

⁵⁴ Conforme Ostrensky e Boerger, “Os produtos industrializados, oriundos da aquíicultura, têm um grande mercado para ser explorado no Brasil, a exemplo do que ocorre em vários países, onde a diversidade de produtos industrializados é muito grande” (2008, p. 145).

⁵⁵ Segundo Pestana, Pie e Pilchowski, “não há nenhum sentido em se estigmatizar os grandes empreendimentos. O desenvolvimento deles também é muito importante para o sucesso da aquíicultura familiar. Em um país com graves carências de serviço de extensão aquícola eficiente, os grandes empreendimentos têm condições de desenvolver tecnologias e estudos mais apropriados de manejo, nutrição, genética e métodos de combate às doenças, podendo repassar esse conhecimento aos pequenos produtores, como vem ocorrendo no caso da carcinicultura. Na verdade, o problema é o oposto! A carência de grandes empreendimentos ainda é um dos fatores limitantes ao desenvolvimento dos demais grupos cultivados, como peixes e moluscos” (2008, p. 117).

⁵⁶ Pestana, Pie e Pilchowski afirmam que “a aquíicultura industrial pressupõe a associação a

ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO/ ECONOMIA SOLIDÁRIA (ES) E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)

Foi comentada a percepção oficial de que houve desenvolvimento da atividade, mas este poderia ser muito maior, tendo em vista o potencial existente. Tal discurso reconhece muitas das questões-problema colocadas pelo/a maricultor/a, refletidas na produção pouco expressiva, e que seriam explicadas por gargalos no setor e pela característica artesanal e familiar deste grupo. Produtores/as artesanais (produções familiares) seriam identificados/as pela baixa produção e pelo nível intelectual mais baixo, dispersão, desorganização, desinformação, etc.

Deste ponto de vista oficial, é preciso modificá-los, para que haja aumento da produção e o desenvolvimento da atividade. A meta seria conciliar desenvolvimento econômico (fortalecimento da cadeia produtiva, produção de produtos de qualidade e a custos compatíveis, por meio da expansão da base produtiva e da realização de escala de produção) e social. Os meios que tornariam tudo isso possível: associativismo/cooperativismo e arranjo produtivo local (associar para fazer parte do arranjo).

Como pano de fundo está a tensão: de um lado, a justificativa de que a atividade foi pensada para este segmento, produtores/as artesanais (produções familiares); de outro, pelas características artesanais e familiares deste grupo, o resultado da produção hoje é pouco expressivo, sendo necessário modificar esse caráter artesanal e familiar das produções, no sentido de profissionalizá-las.

Nas reuniões da Associação e em seminários muito se falou do APL. Eventos relativos à maricultura comprovam o esforço de instituições como a EPAGRI para envolver e mobilizar as associações e a cooperativa, COOPERILHA, em assuntos como o do arranjo produtivo local (APL) da Ostra da Grande Florianópolis: plano governamental para o setor voltado para a organização e a estruturação da cadeia produtiva. Paralelamente à tentativa de organizar os/as

regimes mais intensivos de produção e, concomitantemente, a existência de uma cadeia produtiva bem estruturada quanto à oferta de insumos básicos, difusão de tecnologia, capacitação de recursos humanos, assistência técnica, créditos bancários, incentivos governamentais, processamento da produção, marketing e comercialização dos produtos cultivados. O desenvolvimento da aquicultura industrial também implica na atração de investimentos no setor de produção e de beneficiamento de organismos aquáticos cultivados e na implantação de indústrias voltadas à produção de rações e equipamentos para a aquicultura, além da possibilidade de integração ou associação dos produtos familiares aos empreendimentos industriais” (2008, p. 119-120).

produtores/as em associações e cooperativas, essas instituições reforçavam a necessidade de os/as maricultores/as atenderem às exigências do setor relativas à profissionalização e à padronização do processo de produção e participarem da cadeia produtiva.⁵⁷

Nesta composição, procuro delinear, sobretudo, a proposta oficial do APL e do associativismo/cooperativismo, indicando a articulação entre os diferentes níveis de governo para a implementação destas políticas públicas. Abro, ainda, um subitem dedicado ao tema “Economia solidária”, em que indico/comento a relação entre associativismo/cooperativismo e ES. O associativismo/cooperativismo, sob as asas da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (SENAES/MTE), está inscrito no âmbito das políticas públicas voltadas à consolidação de outro tipo de economia, que contribuiria para alcançar os objetivos citados: desenvolvimento econômico e inclusão social.

Nas demais composições, procurei alinhar diferentes vozes em torno de determinados temas. Como esta composição acabou ganhando uma centralidade maior na tese e, portanto, maior desenvolvimento dos argumentos e do texto, optei por separar, em outra composição, posterior a esta, vozes nativas. São composições intimamente relacionadas e que, ao serem vistas desta maneira, sugerem tensões latentes e permitem o questionamento da proposta oficial de resolver problemas e alcançar certas metas, a partir destes instrumentos: APL e associativismo/cooperativismo/ES.

Associativismo/cooperativismo

Do ponto de vista institucional, uma saída para os/as pequenos/as produtores/as, tendo em vista esta ênfase na necessidade de transformar a característica artesanal e familiar da produção e de sua industrialização, está na organização em associações e cooperativas.

Dentre as ações previstas no plano plurianual “Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura” de 2008-2011 estão medidas de incentivo à produção, de estruturação da cadeia produtiva, de estímulo ao consumo, de melhoria das condições sociais e de trabalho dos/as produtores/as artesanais (metas de produção foram estabelecidas, como o aumento de

⁵⁷ Há que se destacar, ainda, a postura do governo diante do mercado internacional: “Empenhada numa corrida pelo crescimento das exportações, a SEAP busca abrir novos mercados” (SEAP, 2006, p. 7). “A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca desenvolve esforços para abrir novos mercados para o pescado brasileiro no exterior” (p. 46).

40% na produção de pescado).⁵⁸ Na rede de ações para o fortalecimento do setor⁵⁹, destaque: incentivo ao associativismo e ao cooperativismo. Esse plano consolidaria uma “política de Estado com inclusão social e contribuindo para a segurança e soberania alimentar do Brasil”⁶⁰. (SEAP, s/d (b), p. 9; MPA, s/d(h); MPA, s/d(i))

A justificativa para o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, em particular, é a seguinte: “Para organizar a cadeia produtiva é preciso que o pescador e o aqüicultor estejam organizados. A produção em pequena escala hoje já é responsável pela maior parcela da produção de pescado no Brasil. A organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo tem a condição de estruturar a cadeia produtiva, reduzir os custos da produção, aumentar a qualidade do pescado, agregar valor e melhorar a renda”. Neste sentido, a meta estabelecida para 2011 é: 200 organizações apoiadas. (SEAP, s/d (b), p. 14-15)

Pestana, Pie e Pilchowski entendem que o “associativismo”

⁵⁸ O “Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aqüicultura: Uma rede de ações para o fortalecimento do setor”, lançado em 2008, foi elaborado pelo Governo Federal com a participação do setor produtivo e da sociedade civil organizada. Dentre os objetivos está a “geração de renda” para pescadores/as e aqüicultores/as; a “produção de alimento saudável” para a população e o “desenvolvimento sustentável”. Isto em um contexto mundial em que há uma crescente demanda por alimentos e um elevado potencial para o desenvolvimento do setor. As diretrizes seriam: consolidar uma política de Estado, inclusão social, estruturação da cadeia produtiva, fortalecimento do mercado interno, sustentabilidade ambiental, territórios, organização do setor (SEAP, s/d (b), p. 9-12).

⁵⁹ Rede de ações para o fortalecimento do setor: Infraestrutura e logística (terminais pesqueiros públicos (TPPs); centros integrados da pesca artesanal e da aqüicultura (CIPARs)); linhas de crédito; profrota pesqueira; assistência técnica e extensão pesqueira e aqüícola; formação profissional; incentivo ao associativismo e cooperativismo; subvenção ao óleo diesel marítimo; incentivo ao consumo de pescados (semana do peixe; pescado na alimentação escolar); ordenamento, monitoramento e controle da atividade (seguro defeso); desenvolvimento sustentável da aqüicultura (aqüicultura em águas da União; aqüicultura em estabelecimentos rurais; sanidade aqüícola; adoção de princípios internacionais e códigos de condutas responsável para a aqüicultura sustentável); gestão estratégica da informação aqüícola e pesqueira (estatística pesqueira e aqüícola; registro geral da pesca; programa de rastreamento das embarcações por satélite (PREPS)) (SEAP, s/d (b), p. 12-20).

⁶⁰ Sobre o sentido de uma política de Estado: “O reconhecimento da importância deste setor para o desenvolvimento econômico do Brasil em bases sustentáveis requer uma política de Estado. Isso se expressa no fortalecimento das políticas públicas definidas, criando uma estabilidade institucional e garantindo a continuidade das políticas. A definição de programas estruturantes da cadeia produtiva, a ampliação de investimentos, a criação de um quadro de pessoal próprio e, principalmente, a concepção de gestão que articula toda a atividade, desde a produção, passando pela transformação até a comercialização, são passos significativos para consolidar a política de pesca e aqüicultura no Brasil. Os acordos de cooperação técnica com governos estaduais e outros órgãos do Governo Federal promovem parcerias e integram as instituições no desenvolvimento sustentável da pesca e da aqüicultura” (SEAP, s/d (b), p. 9).

apresenta-se aos/às produtores/as, de modo geral, como: “instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político, podendo favorecer a superação do isolamento dos diversos grupos associativos de piscicultores e também mediando relações de interesse (comerciais, políticas, etc.) com os outros agentes econômicos e institucionais (Soares e Ferreira, 2005)” (2008, p. 124). Importante a organização dos/as produtores/as, dentre outros fatores, para o desenvolvimento da aquicultura em escala familiar (p. 115).

Em relação aos/às pequenos/as aquicultores/as, “a única saída para conseguir escala de produção e conquistar o mercado está na organização. As indústrias querem contar sempre com uma escala de produção definida e com um padrão uniforme. Para atingir esse objetivo o apoio das associações de produtores é fundamental”. (PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 124). Nas palavras dos autores, “a sustentabilidade futura da atividade passa pelo fortalecimento das ações cooperativistas dos aquicultores nacionais” (p. 127).⁶¹

Tratar-se-ia de estratégias associativas para alavancar o potencial de riquezas, tendo em vista o desenvolvimento local ou setorial (busca de estágios sustentáveis de desenvolvimento social e econômico), associadas a determinado modelo de desenvolvimento. Estratégias essas “coadunadas com os pressupostos de um solidarismo de mercado, capaz de criar novas formas de sociabilidade e cooperação econômica e redes associativas”. (p. 124)

Ostrensky, no mesmo sentido, afirma que “qualquer que seja a opção adotada, dificilmente ela poderá ser abraçada e viabilizada por pequenos ou médios produtores rurais isoladamente, pois essa opção acarretará em custos elevados e a necessidade de produção em larga escala. Aí é que o associativismo e, principalmente, o cooperativismo podem ser importantes” (2008, p. 261-262).

Singer, secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável pela implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, projeto articulado entre ministérios, explica que o surgimento das cooperativas de produção e de comercialização pode ser visto como resistência aos oligopólios, permitindo o alcance de poder de mercado, de barganha e de ganhos de escala aqueles que não os tem.

⁶¹ Perfil dos cooperados de cooperativas agropecuárias: 68%, “não proprietários”, “produtores”, “pequenos produtores rurais” (até 10 ha de terra). Dados utilizados como justificativa para “a importância do cooperativismo para a viabilização das pequenas e médias propriedades rurais no país”. Cooperativismo associado a grande parte da produção. (PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 127)

Singer mostra como exemplo o caso de agricultores familiares que criaram cooperativas de comercialização para contraporem-se a oligopólios de compradores – atacadistas e industriais –, bem como de vendedores industriais de sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos, etc. (2001, p. 106)

Em suas palavras: “A cooperativa que deu mais certo, e até hoje domina segmentos importantes da agricultura é a de comercialização. Ela surge como reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e, mais recentemente, também por parte dos industriais que lhes vendem sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos etc. Esmagados por oligopólios a jusante (oligopsônio) e a montante (oligopólios), a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem em nome deles as compras e as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de *poder de mercado*, ou seja, poder de barganha, além de ganhos de escala” (p. 106).

Em sintonia com as ações do Governo Federal, o apoio subsequente à implementação da maricultura dado pela EPAGRI aos/as maricultores/as envolveu o estímulo à constituição de associações de produtores/as, além da cooperativa, e o estabelecimento de parcerias institucionalizadas com a classe produtora. Conforme Cario, Pereira e Souza, dentre as ações que apoiariam o desenvolvimento da maricultura está a formação de associações e cooperativas de produtores/as, bem como ações relacionadas (vide os projetos cooperativos desenvolvidos para a construção de UBs, ou Unidades de Beneficiamento)⁶². Segundo os autores, a EPAGRI mantém um cadastro de entrada de produtores/as na atividade, incentivando a prática do associativismo em locais de produção. (s/d, p. 14) Gramkow assinala a relação entre o desenvolvimento da maricultura e a formação de associações e cooperativas no setor (2002, p. 124), bem como a “direção central” do “associativismo” entre os/as maricultores/as por esse órgão de extensão (p. 121)⁶³.

⁶² Segundo Gramkow, a EPAGRI, por meio de convênio com a Prefeitura Municipal de Bombinhas, recebeu recursos do Banco Mundial e “organizou e montou quatro unidades de beneficiamento de moluscos nos municípios de Palhoça, Governador Celso Ramos, Bombinhas e Penha”. Essas unidades são geridas por cooperativas de maricultores/as e visam “o processamento e comercialização dos moluscos”. Atendem, assim, às exigências do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura (2002, p. 108-109).

⁶³ Diversos sentidos do termo “associativismo” e de outros termos aos quais ele se vincula, criando um amplo campo semântico. Existe uma variada bibliografia sobre o assunto, incluindo

A estratégia associativa e a formação de uma parceria institucionalizada com a classe produtora visariam à atuação mais eficaz por parte da EPAGRI, na medida em que “a parceria com uma categoria com representatividade facilita os processos de ordenamento, disciplina e legalização da maricultura bem como a formulação de políticas de apoio” (GRAMKOW, 2002, p. 121-122). Por meio de associações os/as produtores/as seriam organizados/as, o que possibilitaria a discussão de problemas, o estabelecimento e a busca conjunta de objetivos, a partir de interesses comuns (p. 132).

Quanto às relações da EPAGRI com as associações, Gramkow mostra que, embora o associativismo não seja obrigatório, “ainda que o produtor tenha a possibilidade de instalar seu cultivo independentemente, o sistema de solicitação de área, licença ambiental e outros requisitos para sua legalização apresentam-se complexos e burocratizados” (2002, p. 108). Essa complexidade e essa burocracia incentivarão a adesão às associações.⁶⁴ Muitos/as produtores/as manter-se-iam associados/as “por necessidades burocráticas de manutenção do ordenamento da atividade e para acesso facilitado aos programas e benefícios destinados às associações” (p. 132).

Conforme dados da EPAGRI, o setor produtivo é “composto por 689 maricultores, em 2009, organizados em 28 associações municipais, 1 associação estadual e duas federações. Possui, ainda, 3 empresas com o Serviço de Inspeção Federal – SIF, responsáveis pela comercialização de, aproximadamente 80% da ostra produzida em Florianópolis, escoada via aérea” (EPAGRI, s/d(a)).

No Ribeirão da Ilha, existiam três associações de maricultura e uma cooperativa. Além da AMPROSUL, existiam a Associação de Maricultores do Sul da Ilha (AMASI) e a Associação de Mulheres Aquicultoras e Ambientalistas da Ilha de Santa Catarina (AMAQUAI)⁶⁵.

textos acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento. Para Gramkow (2002), o sentido aponta para o que “pregoa a filosofia cooperativista”. Eu, particularmente, sigo a orientação de Rifiotis: Trata-se, do ponto de vista da pesquisa, de “categorias que permitem ver e ao mesmo tempo definem o que há para ver”. Esse professor, em conversa, chamou a atenção para os limites e possibilidades das categorias. Lembro-me que quando me apresentei a associados/as da AMPROSUL como uma pesquisadora que faria uma tese sobre associativismo e gostaria de estudar especificamente aquela associação, pessoas do grupo demonstraram não conhecer o termo. Expliquei de modo breve o que significava e, posteriormente, passei a ouvir esse termo entre eles/as.

⁶⁴ Legislação Aquícola: Relatório Geral Licenciamento Ambiental nos Estados – 2005; Autorização de uso de águas da União; Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM; Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – PNCMB; Registro de Aquicultor; Licenciamento ambiental; Outorga de água (MPA, s/d(j)).

⁶⁵ Na FENAOSTRA 2011, participaram cinco restaurantes das associações de maricultores/as

A cooperativa chama-se COOPERILHA. Em Florianópolis, há outras associações, como a Rede Rosa, a associação da Armação. Associados/as da AMPROSUL participaram da AMASI e dessa cooperativa. Na Rede Rosa, estão duas associadas da AMPROSUL e, na da Armação, um. Isto é, participam ao mesmo tempo de mais de uma associação ligadas à maricultura.

Gramkow ressalta que “a formação dessa cooperativa é de iniciativa dos próprios maricultores que, em sua maioria, são ostreicultores” (2002, p. 132). De todo modo, a EPAGRI envolveu-se diretamente com a criação da COOPERILHA, que, por possuir hoje uma Unidade de Beneficiamento (UB) e o SIF, pode comercializar produtos para fora do estado.⁶⁶

A formação de cooperativas a partir das associações (construir, por exemplo, uma cooperativa a partir da reunião de produtores/as de uma ou mais associações) seria outro passo, conforme Gramkow.⁶⁷ A forma de organização em cooperativa permitiria “incrementos na produção e comercialização dos moluscos” e responderia “à necessidade de ordenamento da atividade e gerenciamento das Ubs” (2002, p. 124). Segundo Cario, Pereira e Souza, os projetos cooperativos desenvolvidos para a construção de UBS têm a ver com a exigência do Serviço de

da cidade: AMANI, AMAQUAI, ASIMAR, AMASI e Rede Rosa. A ASIMAR, no caso, é uma associação que surgiu depois da pesquisa de campo realizada. Para maiores informações sobre esse evento, acessar o seguinte endereço eletrônico:

<http://portal.pmf.sc.gov.br/sites/fenaostra/index.php?cms=gastronomia&menu=5>.

⁶⁶ Indica Paulilo: “A produção de mexilhões é totalmente voltada para o mercado interno do Estado, o mesmo acontecendo com 95% da produção de ostras. Os restantes 5% são levados por uma única empresa para os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (LCMM, 2002)” (2002, p. 5).

⁶⁷ Pestana, Pie e Pilchowski afirmam que associações e cooperativas compartilham os mesmos princípios doutrinários e “aparentemente, buscam os mesmos objetivos”. Eles apresentam uma “síntese das diferenças conceituais e legais” existentes entre essas organizações, considerando que a diferença de natureza entre essas organizações determina o tipo de vínculo e o que os/as associados/as podem esperar de cada uma delas (2008, p. 124). Apoiam-se em Veiga e Rech para apontarem a diferença básica entre ambas: “enquanto as associações são organizações que têm por finalidade a promoção da assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado” (p. 124). Em outra passagem do texto, reforçam: “Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais apropriada para desenvolver uma atividade comercial, em média ou grande escala de forma coletiva, e retirar dela o próprio sustento” (p. 125). Fazendo um balanço de vantagens e desvantagens de um e outro tipo de organização, afirmam: “A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa: ela engessa o capital e o patrimônio. Em compensação, tem algumas vantagens para grupos que querem se organizar e comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor” (p. 126).

Inspecção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura para a comercialização dos produtos (s/d, p. 14).⁶⁸

Gramkow afirma que “ao destinar a produção à cooperativa, o maricultor promove o enfraquecimento do modo de comercialização vigente, estimula o sistema cooperativista gerando melhoria no desempenho das unidades de beneficiamento e obtém ganhos individuais e coletivos pela dedicação exclusiva à atividade de cultivo”. (2002, p. 128). Para ela, esta seria “uma evolução na forma de organização do maricultor pelo aumento na complexidade das relações” (p. 124).

Ao mesmo tempo, “nas associações de maricultores em Florianópolis, muitas ações que caberiam a uma cooperativa são realizadas pelos próprios produtores” (GRAMKOW, 2002, p. 122). Gramkow baseia-se em Rosa (1997) e explica: “os produtores mostraram-se resistentes à idéia de formação de cooperativas motivados pelo conhecimento de insucessos anteriores, apresentando maior receptividade à idéia de associativismo” (p. 132). Conforme Pestana, Pie e Pilchowski, “na maioria dos casos, as associações funcionam principalmente como organizações reivindicadoras, quando deveriam trabalhar em sistema cooperativo, comprando insumos e vendendo a produção em conjunto” (2008, p. 124).

Na composição “A união faz a força”, retornarei a este tema, alinhando as vozes nativas em torno dele. Indicarei o porquê de se associarem, de não estarem em uma cooperativa, dentre outros assuntos afins.

Notas sobre a economia solidária

Tratarei aqui da relação entre associativismo/cooperativismo e ES. O associativismo/cooperativismo, sob as asas da Secretaria Nacional

⁶⁸ Cario, Pereira e Souza tecem comentários sobre as UBs: “Promover a construção e funcionamento de unidades de beneficiamento: Nas unidades de beneficiamento mexilhões passam por vários processos dentre os quais a lavagem, cozimento e choque térmico visando a retirada de possíveis agentes contaminadores, e seguem para a etapa de comercialização. Tais unidades representam a possibilidade do produtor agregar valor ao produto na medida em que abrem-se oportunidades de incorporar ao produto novos ingredientes, bem como utilizar a certificação do SIF, como uma garantia de produto saudável no mercado. Nestes termos, sugere-se a expansão desta estrutura com aquisição de equipamentos para beneficiamento, montagem de estruturas de congelamento e armazenamento da produção, melhorar a capacitação de gestores administrativos das unidades de beneficiamento e criação de sistemas de garantia de venda e de pagamento ao produtor, em consonância com a dedicação de entrega do produto e de conscientização de venda somente após passagem do produto pela unidade de beneficiamento” (s/d, p. 17-18).

de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (SENAES/MTE), está inscrito no âmbito das políticas públicas voltadas para a consolidação de outro tipo de economia, que contribuiria para alcançar os objetivos citados: desenvolvimento econômico e inclusão social.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) criou a “Série Formação e Valorização do Pescador”, disponível no site do Ministério da Pesca e Aquicultura.⁶⁹ Dentre os volumes da Série está o caderno *Economia solidária*, voltado para a socialização de pescadores/as, de modo geral, o que inclui maricultores/as. Destaco a relação entre ministérios e secretarias, como esta entre SEAP/MPA e SENAES, e a implementação de políticas integradas.

De acordo com esse caderno, dentre as organizações que fazem parte da ES, chamadas de “empreendimentos solidários”, estão “desde grandes empresas e unidades industriais, agrícolas ou agroindustriais até experiências comunitárias, grupos de produção, associações”, incluem-se aí as “cooperativas e associações de pescadores”, que se juntam para “produzir, beneficiar e comercializar diferentes tipos de pescados [animais de origem aquática, como peixes, moluscos (ostras, mariscos, lulas, polvos)]” (SEAP/PR, 2007, p. 10-11).⁷⁰

Conforme o discurso oficial, presente nesse caderno *Economia solidária*, a ES corresponde a outra modalidade de economia, cujos princípios são: autogestão e emancipação, democracia, cooperação, valorização da diversidade, do saber local e da aprendizagem, justiça social e cuidado com o meio ambiente (p. 12-14). Ênfase é colocada na união, e não no individualismo; na cooperação, e não na competição; na solidariedade, e não na indiferença; no cuidado com a natureza, e não na devastação do ambiente; e na democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde e não no autoritarismo de chefes ou patrões (p. 9).

Para conceituarem “solidariedade”, os autores, primeiro, falam da definição no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*: “laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes”; “relação de

⁶⁹ No MPA, existe a Coordenação Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura.

⁷⁰ A ES abarca empreendimentos/organizações solidários, como associações e cooperativas. Acrescente-se a esse universo, como diz Sousa, outras práticas econômicas e sociais como empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, dentre outros, que atuam em diferentes ramos: produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo, etc.

responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s)”. Depois, da perspectiva sociológica: “a condição do grupo que resulta da comunhão de atitudes e de sentimentos, de modo a constituir o grupo uma unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face de oposição vinda de fora” (p. 8).

Ainda de acordo com o discurso oficial, na ES, o trabalho e as atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – estão organizados sob a forma de autogestão, implicando a administração participativa e democrática dos empreendimentos pelos seus membros. Essa modalidade de economia corresponderia a um modo inovador de geração de trabalho e renda e de busca de inclusão social. Nela, não deveria haver a relação patrão e empregado, a exploração, a ganância nem a tentativa de se levar vantagem sobre as pessoas. Tratar-se-ia de cooperar, fortalecer o grupo, pensar não só em si, mas também no bem de todos, de modo que não haja ninguém excluído. Neste contexto, os resultados econômicos, políticos e culturais seriam compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. (SEAP/PR, 2007; MTE, s/d (a))

Produzir-se-ia, vender-se-ia, comprar-se-ia e trocar-se-ia o necessário para viver, considerando as pessoas como o bem mais importante. Desta perspectiva, o ser humano seria visto a partir da sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Um modo associado a uma nova lógica de desenvolvimento sustentável preocupada com a proteção dos ecossistemas que não destruiria o ambiente. (SEAP/PR, 2007, p. 9)

A ES proporia, ainda, a reflexão sobre o comportamento das pessoas em sociedade, de modo geral. Seus princípios, como o da solidariedade, seriam importantes não apenas em organizações como cooperativas, associações e outros empreendimentos, mas, para além delas, na vida. Neste contexto, incentivar-se-ia o conhecimento da história, dos valores e das práticas culturais e objetivar-se, ainda, o fortalecimento da “autoestima, afetividade e sensibilidade” (SEAP/PR, 2007, p. 21).

Quanto ao processo de formação da ES, é dito que ele não é fruto de um decreto, de um indivíduo, mas da coletividade, quando um grupo com objetivos comuns reúne-se para, juntos, mudarem a situação em que vivem (p. 10).

Segundo Wellen, o ministro do Trabalho e do Emprego do Brasil, Luiz Marinho, na ocasião, advogaria o papel da economia solidária no

sentido de superar o modo de produção capitalista, implantando no seu lugar um novo ordenamento social (2008, p. 106). Ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais e à lógica assalariada, que separa entre capital e trabalho, a ES implicaria a reversão da lógica capitalista.

Singer chega a dizer que, ao fazer essa separação, a empresa capitalista torna-se “quase uma anomalia”. Tal separação não ocorre em outros modos de produção não capitalistas: “A propriedade dos meios de produção está unida com o trabalho não só na economia solidária, mas na atividade do camponês, do pescador, do artesão, do pequeno comerciante, do pequeno prestador de serviços, etc.” (ROVAI; MASSAD, 2004, p. 3)⁷¹

A economia solidária teria um “caráter revolucionário”, por ser “completamente oposta à capitalista em todos os aspectos importantes”.⁷² O fato de unir capital e trabalho, separados no capitalismo, colocaria o trabalhador em uma situação “totalmente diferente”: adquiriria poder, responsabilidade total e coletiva, participaria de modo ativo, emancipar-se-ia e desalienar-se-ia: “O assalariado é um trabalhador sem poder nem responsabilidade, por definição legal. Se a empresa vai mal, ele não sofre nada. Se vai bem, tampouco. Tem direito ao salário. Na economia solidária ao revés, o trabalhador tem responsabilidade total, não individual, mas coletiva, pela empresa. Ele é, por todos os pontos de vista, um participante ativo,

⁷¹ Na entrevista realizada com Singer, Rovai e Massad apresentam-no da seguinte forma: “Nos anos 80 o que o professor Paul Singer falava era entendido de alguma maneira como a palavra do PT sobre economia. De convicções socialistas declaradas, foi um dos primeiros militantes intelectuais do partido. Até por isso tornou-se secretário de Planejamento na gestão Luiza Erundina, que se iniciou em 89. [...] No momento da vitória de Lula, a militância-intelectual do professor se realizava na economia solidária. Ele já trabalhava há anos com gente de todos os cantos do Brasil para construir um sistema cooperativo justo e distributivo” (2004, p. 1).

⁷² Sobre a possibilidade de a economia solidária representar uma espécie de revolução social e cultural, Singer defende: “Ao lado de Mandela, há um sujeito, chamado (Muhammad) Yunus, de Bangladesh, que fez uma revolução social e cultural sem tomar o poder, pela linha da economia solidária. A grande diferença é que Yunus tomou uma decisão revolucionária ao dar crédito exclusivamente a mulheres. Na cultura do país, profundamente muçulmano, elas são particularmente submissas e subordinadas. Como a maior parte do crédito oferecido era destinado a comprar ou construir casas em aldeias – o banco está presente em dezenas de milhares delas, com 2,8 milhões de sócios – ele instituiu que a propriedade precisava ser da mulher para ser favorecida pelo crédito. O dono era sempre o marido. Por querer o crédito, os homens começaram a passar o terreno para o nome das esposas.” Com o divórcio, hoje os homens é que têm que sair de casa e não as mulheres que antes iam com as crianças para a casa dos pais. “Yunus e as mulheres também tomaram a decisão no Grammem Bank de que os associados não devem dar nem receber o dote. [...] Essa prática também está desaparecendo em Bangladesh, o que é uma tremenda revolução social e cultural”. (ROVAI; MASSAD, 2004, p. 1)

com poder e responsabilidade. Há uma emancipação, uma desalienação.” (p. 1)

Mondragon é citada como uma referência por diferentes autores/as. Arroyo, por exemplo, refere-se a esta cooperativa espanhola como “o exemplo mais eloquente desta possibilidade”: “Do trabalho iniciado pelo jesuíta Dom José Maria Arizmendiarieta (1915-1976) – que, na década de 1940, ao mesmo tempo em que ensinava aos jovens um ofício também ensinava gerência e ética –, hoje o complexo cooperativo de Mondragón ultrapassou os 22 mil cooperados em mais de 100 cooperativas do grupo, movimentando mais de 2,6 bilhões de dólares anuais”. Descreve, então, qual seria o segredo de dom José: “a percepção dos atributos locais; uma região basca que sob pressão do governo espanhol desenvolveu ‘um povo esforçado e trabalhador, uma solidariedade baseada nos maus-tratos do governo e uma forte estrutura social’ (BARKER, 1997, p. 35). Somou a isso uma respeitável reputação do trabalho que realizava com os jovens para enfrentar um desemprego de 20% e uma estratégia de marketing capaz de mobilizar a sociedade local que, mesmo com suas dificuldades, arrecadou cerca de 360 mil dólares para que iniciassem um negócio”. (2008, p. 74)

Apoiando-se em Barker, o autor associa esta experiência a “uma democracia trabalhista única”. Isso em um período, segunda metade do século 20, em que, segundo Arroyo, o neoliberalismo alastrava-se no mundo. No complexo cooperativo de Mondragón, “os funcionários eram donos das empresas, a relação capital-trabalhador foi invertida e o espírito empreendedor florescia num ritmo de sucesso sem igual” (BARKER, 1997, p. 37). [...] Antes de mais nada todos os trabalhadores participam com recursos financeiros próprios na cooperativa da qual fazem parte. (...) Em segundo lugar, foi criado um banco cooperativo para atender à cooperativa. Sua missão é muito clara: financiar novos empregos de forma que todas as pessoas que desejem trabalhar na região de Mondragón possam fazê-lo. Essa missão é mais importante do que conseguir o melhor retorno sobre o investimento, violando assim o paradigma predominante das atividades bancárias.” (p. 74)

A ES ocorreria, portanto, na contracorrente do modo capitalista de vida que aprofunda “o individualismo, o egoísmo, a ganância, a competição pura e a concentração de renda e poder”, e indicaria o “descontentamento das pessoas com o modo de vida propiciado pelo sistema econômico capitalista”. Esse descontentamento ganharia, por sua vez, maior visibilidade com a institucionalização de ONGs e outras organizações relacionadas ao “terceiro setor” do que com as

manifestações difusas na sociedade. (ARROYO, 2008, p. 74)⁷³

Para Singer, este é um fenômeno relevante, que marca o “reaparecimento do associativismo entre os trabalhadores, um fenômeno com larga história e múltiplos desenlaces (SINGER, 1998)” (GAIGER, 2008, p. 13).⁷⁴ Inclusive, a opção e o incentivo para que a ES ficasse a cargo do MTE dar-se-ia pelos “estreitos laços políticos e ideológicos” entre a ES e o movimento operário (SINGER, 2004, p. 3). No site do ministério, lê-se que, historicamente, o movimento está ligado às ações e lutas organizadas de trabalhadores.

Ao falar da ES como agregadora de “diferentes tipos de 'empresas', associações voluntárias”, o secretário enfatiza a finalidade de essas proporcionarem a seus/suas associados/as “benefícios econômicos”, em reação “a carências que o sistema dominante se nega a resolver” (SINGER, 2001, p. 105). Sobre essas carências, ele comenta: “A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social. Os pobres são pobres porque foram colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social. Sobrevivem de transferências públicas (aposentadorias, pensões, cestas básicas ou *green stamps*, merenda escolar etc.), de transferências privadas (obras caritativas) ou do exercício de trabalhos que não exigem quase capital ou qualificação profissional: serviços domésticos remunerados, biscates, venda de bens ou serviços na rua, sendo os serviços muitas vezes uma mistura de extorsão com mendicância, como a guarda de carros na rua etc.” (p. 105-106).

Neste sentido, a busca de inclusão produtiva na sociedade contra a exclusão social e a indigência dar-se-ia por meio de “variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas”. Neste último caso, a opção “quase sempre” seria pela “autogestão”, ou seja, “pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos”, “empreendimentos solidários”. (SINGER, 2004, p. 3) Segundo Arroyo, em discurso alinhado ao oficial, as cooperativas, “possibilidade de

⁷³ As ONGS, especialmente aquelas vinculadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), seriam “uma expressão eloquente de possibilidades de cooperação institucional nacional e internacional”. Segundo Arroyo, “desde a década de 1960, elas vêm gerando novos espaços de sociabilidade, de educação política, através de metodologias de 'educação popular' e de avanços na direção do 'controle social' sobre o Estado, visando influir nas políticas públicas para diminuir a exclusão e permitir o afeiçoamento da democracia” (2008, p. 74).

⁷⁴ Laville faz menção a um “impulso associacionista” originário de uma primeira reação da sociedade contra a desregulamentação provocada pela economia de mercado (2001, p. 64).

organização social e de produção” que surgiu no século XIX e foi “derrotada pela hegemonia capitalista”, “permanecem como alternativas que se mantêm dando viabilidade econômica a grupos sociais antes excluídos e até reabilitando empresas falidas, que passam a ser gerenciadas pelos seus trabalhadores cooperados, sob autogestão”. (2008, p. 74)

No Brasil as origens recentes da economia solidária estariam associadas aos problemas provocados por “mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas nas últimas décadas”, que “fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho” e provocaram “o aumento da informalidade e a precarização das relações formais”. (MTE, s/d (b)) Referência é feita à desindustrialização, que levou à perda de milhões de postos de trabalho; à abertura do mercado, que intensificou a competição global; ao desassalariamento em massa; e ao desemprego maciço e de longa duração, que causou a precarização das relações de trabalho. Em tal conjuntura de desemprego, trabalhadores/as abdicam de direitos sociais para garantir a sobrevivência. O impacto da crise do trabalho no país teria se dado desde a década de 1980. Estes seriam fatos que vêm afetando não só o Brasil, mas também muitos países. (SINGER, 2004, p. 3)⁷⁵ O

⁷⁵ A “onda solidária”, segundo Sousa, ou o fenômeno da ES “reaparece”, para lembrar Singer, como fruto da atuação de movimentos sociais, sindicais e ONGs em reação à crise do capital e do trabalho, ao desemprego. Esses grupos forjariam estratégias de ação política e organização do trabalho (SOUSA, 2008, p. 54). De acordo com a autora, desde o final do século passado este setor vêm se desenvolvendo, o que pode ser visto como uma reação da sociedade civil às mudanças nas relações de trabalho, ao desemprego, e à ampliação da pobreza (p. 55). Conforme Silva e Oliveira, “em meados da década de 1990, entra em cena uma nova concepção de cooperativismo denominada ‘economia solidária’, visando oferecer uma alternativa aos trabalhadores afetados negativamente pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nas décadas de 1970 e 1980”. Os autores descrevem fatos ocorridos nos anos 70 e 80 que contribuíram para essas transformações no mundo do trabalho: “Nesse período, ocorre a crise do antigo modelo fordista-taylorista de produção (HARVEY, 1996), paralelamente à emergência de inovações tecnológicas e novas formas de gestão da produção que reduzem a necessidade de mão-de-obra e/ou possibilitam a transferência das unidades produtivas para locais que ofereçam custos de produção mais baixos. Como resultado, observa-se o crescimento do desemprego em praticamente todo o mundo, especialmente em países centrais como Estados Unidos e Inglaterra. Essa situação é agravada pelas duas crises do petróleo da década de 1970, pelas dificuldades de financiamento do Estado de Bem-Estar Social na Europa ocidental e pela adoção de políticas econômicas neoliberais (primeiramente por Pinochet no Chile, depois por Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA) (HOBSBAWM, 1995). Tamanhas transformações fizeram da década de 1980 um período de recessão e crises econômicas (no Brasil denominada de “a década perdida”), que logicamente se refletiram na esfera social. Os efeitos mais imediatos, além do crescente desemprego mencionado, foram o aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda, o aumento da pobreza e o enfraquecimento dos sindicatos e demais instituições representativas dos trabalhadores (PINTO, 2006). É neste contexto que a proposta de economia solidária ganha espaço, primeiramente na França e,

aprofundamento da crise teria levado, portanto, ao “surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho”. (MTE, s/d (b))

Arranjo produtivo local

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), uma das entidades envolvidas com a maricultura e o APL no estado de Santa Catarina, dentre outras maneiras, define os arranjos como: “conjunto de empresas e entidades que interagem entre si, gerando e capturando sinergias, com potencial de atingir crescimento competitivo superior ao de uma simples aglomeração econômica. Nele, as empresas estão geograficamente próximas e pertencem à cadeia de valor de um setor industrial. Um ponto-chave para o sucesso de um Arranjo Produtivo reside na possibilidade que oferece às empresas de compartilhamento, de divisão de custos e de riscos” (s/d(b)).

Estudos empíricos feitos pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) no final dos anos de 1990 seriam considerados um marco a partir do que o conceito de “arranjo produtivo” passou a ser difundido. A abordagem dos APLs teria tido, então, uma difusão rápida no país, incluindo as agendas de políticas do governo. Nessas agendas, essa abordagem passou a ser o eixo organizador de ações de apoio às atividades produtivas. A estratégia de atuação do governo em relação ao desenvolvimento do país está associada a ações integradas de políticas públicas voltadas para os APLs. (MDIC, s/d (a))

Do ponto de vista institucional, conforme declaração do Governo Federal, associativismo/cooperativismo/ES são ações dos APLs. Ou seja, existe uma estreita relação entre os APLs e a difusão de formas cooperativas ou associativas, sendo a difusão dessas formas um entre tantos temas a serem tratados pelos APLs: “Está claro que nenhum órgão ou instituição, individualmente, detém a capacidade de enfrentar o desafio do desenvolvimento do país de modo integral. Alguns podem contribuir para o esforço dirigido ao aumento das exportações, outros, para a melhoria da capacitação gerencial e profissional das empresas outros ainda, para a disponibilização de crédito finalmente outros, para a difusão de formas cooperativas ou associativas, entre tantos temas a serem tratados nos APLs. A partir do reconhecimento da necessidade de somar esforços em busca do desenvolvimento do país, iniciou-se uma

posteriormente, como experiência concreta na América Latina e no restante da Europa.” (SILVA; OLIVEIRA, 2008, p. 60)

articulação entre os órgãos interessados, com vistas à elaboração de uma estratégia de atuação conjunta” (GTP APL, 2004, p. 3).

O Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) justifica esta opção estratégica pelos APLs por reconhecer uma maior efetividade de políticas de fomento às pequenas e médias empresas quando essas políticas são dirigidas a grupos de empresas, e não a empresas individualizadas. De acordo com esta concepção, até mesmo o tamanho de uma empresa deixaria de ser relevante, já que o potencial competitivo passa a estar associado a ganhos de escala advindos da cooperação entre firmas, e não de ganhos de escala individuais.

A abordagem dos APLs enfatiza, neste sentido, a cooperação.⁷⁶ Conforme o SEBRAE (s/d(b)): “Cada vez mais a competição deixa de ser individual para ser coletiva. As pequenas e médias empresas necessitam cooperar em algumas funções da cadeia de valor para conseguir escala, especialmente de marca ou fama regional, tecnológica e logística”. De acordo com a entidade, “as atitudes cooperativas devem prevalecer, inclusive quando há competição entre alguns membros, o que é bastante comum nos Arranjos Produtivos”⁷⁷. Dentre os desafios está a “lógica individualizada” de ação de organizações atuantes no campo do desenvolvimento local e regional.

Os APLs proporcionariam vantagens competitivas, sem perder de vista a sustentabilidade dos empreendimentos, a elevação do número de postos de trabalho e a redução das desigualdades regionais, dentre outros. Haveria o estímulo à retomada do desenvolvimento a partir de processos locais de desenvolvimento, com a conjugação de desenvolvimento econômico e social.⁷⁸

⁷⁶ Dentre outros fatores, como: “o aprendizado coletivo, o conhecimento tácito e a capacidade inovativa das empresas e instituições locais como questões centrais e como funções interdependentes para o aumento da competitividade sustentável, fortalecendo os mecanismos de governança” (GTP APL, 2004, p. 8).

⁷⁷ É citado um exemplo: “no caso de duas empresas que atuam numa mesma atividade, ambas podem vir a compartilhar a execução de encomenda de produção, caso nenhuma delas possa produzir o volume total desta encomenda, poderão compartilhar custos de treinamento ou de assistência técnica. Poderão inclusive, como é comum nos Arranjos Produtivos Locais bem sucedidos, compartilhar aquisição e uso de equipamentos e maquinário mais especializado, os quais certamente ficariam ociosos, caso fossem de propriedade exclusiva de uma única empresa” (SEBRAE, s/d(b)).

⁷⁸ Os benefícios para a empresa participante seriam: “Aumento do grau de competitividade; Elevação do patamar tecnológico e gerencial; Busca de novos mercados, minimizando assim a dependência da grande empresa; Maior sinergia com outras empresas do setor; Troca de experiências com outros empresários; Melhora a concepção de produtos e serviços”. Para o território: “Aumento de perspectivas para a população local e regional; Vocações do território são destacadas; Sinergia de atuação entre as diversas instituições local e regional; Incremento

Tornados prioridade no Governo Federal, foi feita a formalização nos Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros, conforme informa o site do MDIC. A partir de 2003, foi iniciado “um movimento em favor da abordagem de APL”. Reconhecida sua importância, “o tema foi incluído como política de governo no Plano Plurianual de 2004-2007 e nos documentos que tratam das políticas nacionais de desenvolvimento”⁷⁹. (GTP APL, 2004, p. 4) A abordagem de APLs passou a nortear iniciativas públicas das três esferas de governo e também da esfera privada. Destaque é dado à “atuação dos bancos, públicos e privados, que reconhecem a importância da disponibilização de crédito em APLs”. Os APLs só seriam efetivos se as ações das agências envolvidas fossem planejadas e executadas de forma integrada. Um Grupo de Trabalho Permanente (GTP) para APLs foi criado para isto. (MDIC, s/d (a))⁸⁰

econômico proporcionando desenvolvimento sustentável; Transbordamento do conhecimento gerado para diversas empresas; Promoção do território permitindo o desenvolvimento de outros setores econômicos; Fortalecimento das entidades empresariais”. (SEBRAE, s/d(b)) Buscar-se-ia, não só o desenvolvimento econômico, mas também “a redução das desigualdades sociais e regionais; a inovação tecnológica; a expansão e a modernização da base produtiva; o crescimento do nível de emprego e renda; a redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas; o aumento da escolaridade e da capacitação; o aumento da produtividade e competitividade; o aumento das exportações” (GTP APL, 2004, p. 9). Associados a esses objetivos, estão as seguintes diretrizes: “protagonismo local, promoção de um ambiente de inclusão, elevação do capital social, preservação do meio ambiente, integração com outros atores, colaboração entre entes federados, mercado (“as ações nos arranjos deverão estar orientadas para o mercado”), sustentabilidade, inovação, relações de trabalho, redução das desigualdades” (p. 10-11).

⁷⁹ Plano Plurianual 2004 – 2007; Megaobjetivo Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais; Desafio Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidades culturais e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local; Público-alvo Microempresas e empresas de pequeno e médio porte localizadas em arranjos produtivos locais (SIGPLAN, s/d, p. 35).

⁸⁰ O Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL), composto por 33 instituições públicas e privadas, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Deve-se observar o estímulo à criação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs nos estados. (MDIC, s/d (b)) Inicialmente, o Grupo de Trabalho era composto por representantes de ministérios, dentre outras instituições, e atuava de modo informal. A consolidação das discussões do Grupo de Trabalho sobre a proposta de atuação integrada de políticas públicas em arranjos produtivos locais foi feita em um Termo. (GTP APL, 2004, p. 3-4) Conforme ata, na reunião da Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2006, foi explicado que houve uma Oficina Regional de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais Articulados ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos

O “arranjo produtivo local da ostra de Florianópolis”, segundo informação da EPAGRI (s/d(a)), foi implantado em junho de 2006, a partir de uma parceria entre o SEBRAE-SC e a EPAGRI.⁸¹ (EPAGRI, s/d(a)) Trata-se de um projeto interinstitucional, sendo as entidades parceiras: SEBRAE/SC, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis, governo do estado; EPAGRI/CEDAP, SEAP/PR, MAPA/PR, UFSC, UNIVALI, PMF/IGEOF, ACAQ, Federação das Empresas de Aquicultura (FEAQ), COOPERILHA, Atlântico Sul, Cavalão Marinho, Ostravagante e Ostraviva. Os municípios envolvidos são: Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça. (EPAGRI; SEBRAE, s/d, p. 3)

Conforme publicado no site da EPAGRI, nos últimos vinte anos, considerando a implantação da atividade nos anos de 1980, ocorreu a estruturação da cadeia produtiva da ostra de Florianópolis, com a agregação de diferentes atores. Esses teriam contribuído para o “processo de organização, desenvolvimento e profissionalização” do setor. Na “governança” dessa cadeia estariam as seguintes entidades, dentre outras: UFSC, EPAGRI, SEBRAE, UNIVALI, SEAP (atualmente MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura), PMs, BB, IBAMA. (EPAGRI, s/d(a))

Gramkow, no mesmo sentido, afirma que com a ampliação da produção foi necessário envolver mais organizações para ordenar a atividade, sendo que a EPAGRI ocuparia a coordenação e a liderança da cadeia produtiva em todas as suas fases (2002, p. 108).

Assisti a uma palestra sobre o tema, junto com dona Eva, em que o técnico da EPAGRI explicava, utilizando o *datashow* (*powerpoint*), que as ações do “arranjo produtivo local da ostra de Florianópolis” buscariam “promover a sustentabilidade da atividade através da: melhoria dos processos produtivos, profissionalização dos produtores, ampliação da estrutura de beneficiamento, abertura de novos mercados; resolver gradativamente os problemas existentes (gargalos) na cadeia produtiva [identificar e encontrar soluções para esses gargalos setoriais]; previsão de aumento de 20% na produção e comercialização de ostras

Produtivos Locais (GTP APL), realizada pela Secretaria Técnica do GTP APL do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em Curitiba. (MDIC, 2006)

⁸¹ O SEBRAE viria apoiando os/as produtores/as da região, desde 2005, por meio do Projeto Desenvolvimento do Cultivo de Ostras da Grande Florianópolis, que visaria: “promover o acesso a mercados e a sustentabilidade dos maricultores da região. Entre as ações estão capacitações, consultorias, promoção mercadológica, feiras, missões, desenvolvimento de máquinas e a criação do programa de certificação” (SEBRAE, s/d(a)).

até 2008” (EPAGRI; SEBRAE, s/d, p. 4)⁸².

Tendo em vista os gargalos existentes e os objetivos propostos, seriam desafios: “melhorar a organização dos produtores e da produção; profissionalizar os maricultores; mecanizar os sistemas de produção da maricultura; viabilizar o beneficiamento e a comercialização de todos produtos da maricultura através de empresas com SIE ou SIF; implantar os Sistemas de certificação de processo e de origem; desenvolver novos produtos e processos; melhorar os canais de beneficiamento, distribuição e comercialização da produção; implantar um eficiente programa de marketing” (EPAGRI; SEBRAE, s/d, p. 30).

Esforços e recursos foram dirigidos, principalmente, à “comercialização, marketing e Certificação do Processo Produtivo”.⁸³ Cito as ações realizadas em relação ao processo de certificação: “elaboração do Caderno de Normas; elaboração do documento estabelecendo Critérios e Pontos de Controle; desenvolvimento de software para Gestão de Propriedade; elaboração de planilhas para gestão (para os que não dispõem de computador); reuniões de sensibilização dos produtores; treinamento dos produtores interessados; seleção de auditores; curso de formação de auditores; consultorias à produtores interessados; constituição do Comitê de Acreditação; constituição do Comitê Técnico e constituição da Secretaria Executiva”. (EPAGRI, s/d(a))

Durante a FENAOSTRA/2007 (Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana), o SEBRAE/SC lançou o Programa de Certificação da Ostra da Grande Florianópolis, que trata “novos padrões que o setor deve seguir para receber o selo”. Planejava-se distribuir “cerca de 200

⁸² Mais informações sobre o APL da Malacocultura da Grande Florianópolis, ver: SEBRAE, s/d(a) e EPAGRI; SEBRAE, s/d.

⁸³ Divisão em sub-comitês: marketing e comercialização, certificação, máquinas e equipamentos, fiscalização, agregação de valor.” Demais subprojetos com destaque para a COOPERILHA: “Rota das Ostras (seminário para discutir os projetos existentes), valorização dos resíduos da maricultura (financiado projeto), COOPERILHA (recebimento do SIF; em fase de início de comercialização), indicação Geográfica (Ex. vinhos de Bourdeux, presunto de Parma, mexilhão da Galícia).” Subcomitê de certificação: “Programa de Certificação da Qualidade das Ostras da Grande Florianópolis, LCG Consultoria, padronização e certificação do processo produtivo.” Caderno de Normas: “estabelece uma tecnologia padrão, gestão da produção e propriedade; possibilitando atender os critérios e pontos de controle para obtenção do selo de certificação.” Programa de certificação: “treinamento de auditores; elaborado um software para gestão da produção e propriedade; lançamento do Programa realizado durante a FENAOSTRA 2007; produtores podem dar entrada ao processo de certificação; meta de 30 produtores certificados até o final de 2008; curso de capacitação: empreendedorismo (EMPRETEC) (julho), segurança alimentar (setembro), curso de habilitação marítima (outubro), gestão, comercialização, informática”. (EPAGRI; SEBRAE, s/d)

exemplares do 'Caderno de Normas – Melhores Práticas para Produção de Ostras de Florianópolis' junto com o software do Sistema de Gestão para Produção, contendo os métodos de implementação e suporte para os maricultores”. (SEBRAE, 2007)

Os objetivos, conforme o coordenador Denilson Coelho, são: “melhorar a qualidade dos processos e dos produtos, associados à promoção da saúde, segurança e bem-estar do trabalhador, e garantir a satisfação dos clientes. As propriedades certificadas vão utilizar o selo em notas fiscais, catálogos, folders e placas indicativas dos produtos”. O “certificado”, no caso, é visto como garantia da qualidade das ostras do estado. De um lado, satisfaz à exigência dos consumidores/as e clientes, de outro, garante a profissionalização e um diferencial competitivo aos/às produtores/as. De acordo com o coordenador, “a iniciativa reflete o esforço conjunto de ampliar a produção e a lucratividade dos produtores locais, além de representar um passaporte para a entrada das ostras catarinenses nos mercados nacional e internacional”. (SEBRAE, 2007)

Neste contexto, recebem o “selo de certificação” as ostras produzidas no estado que satisfazem “aos critérios de qualidade e implantação de boas práticas no processo produtivo, com respeito ao meio ambiente e em adequadas condições de trabalho”. O certificado, no caso, é conferido pelo SEBRAE, em parceria com as seguintes instituições: EPAGRI, SDR, SEAP, UFSC e UNIVALI. (SEBRAE, 2007)

No mesmo âmbito de preocupações estaria o Projeto Indicação Geográfica das Ostras de Florianópolis, executado pela EPAGRI em parceria com o SEBRAE estadual (financiamento SEBRAE), cujo alvo seria o registro da Indicação Geográfica (IG)/Indicação de Procedência (IP) da Ostra da Grande Florianópolis perante o Instituto Nacional de Proteção Intelectual (INPI). Além de habilitar a origem da produção, que já seria reconhecida pelo mercado consumidor, haveria outros avanços relacionados ao estabelecimento de “mecanismos operacionalmente mais adequados para o processo de controle e certificação” e, por conseguinte, de “condições para uma melhor padronização e maior agregação de valor ao produto”. Tais condições eram tratadas como “desejáveis e necessárias” para a consolidação e “sustentabilidade” do “aquanegócio da Ostra de Florianópolis”. A execução desse projeto, etapa do “processo de desenvolvimento sustentável e consolidação setorial”, justificar-se-ia pelo fato de a organização da cadeia produtiva da Grande Florianópolis estar em estágio adiantado e já ser reconhecida pelo mercado consumidor. O público-alvo seria os/as produtores/as

submetidos/as ao Sistema de Inspeção Federal, responsáveis por 80% da produção comercializada. Estes/as seriam apoiados no “processo de estruturação documental e operacional”. (EPAGRI, s/d(a))

Estava em curso a construção da “Ostra de Florianópolis” como uma marca reconhecida nacionalmente e do Ribeirão, por um grupo de entidades públicas e privadas, como localidade turística atrelada à produção de ostras: portal, cidade, rota da ostra. Destaca-se o forte apoio-apelo publicitário. O informe da EPAGRI indica este clima:

“Relativamente à visibilidade e projeção ao nível nacional, a ostra de Florianópolis tem se beneficiado com a realização das diversas edições da Fenaostra – Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana, cuja última edição ocorre em outubro de 2007. A festa, criada com forte apelo gastronômico e cultural, ao longo destes anos, ganhou mídia gratuita, local e nacional, colocando a ostra catarinense em programas televisivos com forte apelo público tais como: Olga Bongiovani, Programa do Jô, novelas da Globo, Globo Rural, além de outros veículos como rádios, jornais e revistas. A ostra tem estado presente em diversos eventos vinculados às mais importantes instituições atuantes no setor da gastronomia como os da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL e da Associação Brasileira da Alta Gastronomia – ABAGA, dentre outras entidades. O município de Florianópolis ganhou 4 prêmios nacionais com o projeto “Desenvolvimento Sustentável da Maricultura”, são eles, Gestão e Cidadania; Mário Covas; Superecologia e Prefeito Empreendedor. Estes fatos transformaram o nome “Ostras de Florianópolis” em uma marca, conferindo-lhe o status de grife. Em todo o Brasil o nome Ostras de Florianópolis é reconhecido” (EPAGRI, s/d(a)).

A UNIÃO FAZ A FORÇA

A seguir, detenho-me, ainda, nos temas associativismo/cooperativismo/ES e APL, com a atenção voltada para as vozes nativas. Não obstante a separação em composições, permanecem a ideia da polifonia e, portanto, a conexão desta composição com a anterior. Está em jogo, nesta tese, a chegada destes temas até os/as produtores/as, por meio das políticas públicas, e a tensão gerada: de um lado, o reconhecimento da necessidade de estarem associados/as e em uma cooperativa e a vontade de participarem do arranjo produtivo local; de outro lado, as críticas ao excesso de regras e exigências, aos ditos privilégios e à má aplicação dos recursos públicos.

O cooperativismo e o APL eram temas familiares ao/às

maricultores/as, enquanto o termo *associativismo*, não (conforme expresso em nota anterior). Dona Eva, representando a AMPROSUL, participava de eventos como o “Seminário sobre Arranjo Produtivo da Ostra da Grande Florianópolis. Prestação de Contas 2007 – Planejamento 2008” e o “I Seminário Municipal de Maricultura do município de Biguaçu”, que tratavam do tema. Nesses eventos, as instituições reforçavam a importância de os/as produtores/as se associarem, de fazerem parte do arranjo. Dona Eva repassava as informações aos/às associados/as. Viviam às voltas com o tema do APL. Quanto ao arranjo do marisco, diziam que ele ainda não existia por enquanto.

Nesses eventos, o termo APL era utilizado para falar de um mercado, uma “cadeia produtiva”, em que as diferentes empresas, cooperando entre si, deveriam atuar de forma coordenada, sendo feita a articulação do/a produtor/a ao/à consumidor/a final, sem deixar de lado as preocupações com a comunidade, com a cultura e com o meio ambiente. O assunto vinha articulado com a proposta de “certificação”. Participar do APL, conforme Paulo de Tarso, técnico da EPAGRI, não era obrigatório, mas desejável, pois abria ao/à produtor/a a possibilidade de participação no mercado interno e até mesmo internacional. Seriam exigências de mercado e condição para o aumento da competitividade e inclusão, em um contexto, conforme delineado, de organização e consolidação da cadeia produtiva, com forte investimento do estado, para a ampliação da produção e do consumo de pescados e produtos aquícolas nos mercados interno e externo.

As mudanças em curso possibilitariam aos/as maricultores/as atenderem às exigências do setor relativas à profissionalização e à padronização do processo de produção e participarem da cadeia produtiva. Havia os pontos considerados positivos por eles/as: a FENAOSTRA, os cursos realizados e a produção de produtos não só *in natura*. Manifestavam-se, no entanto, contra a série de exigências e dificuldades para conseguirem cumpri-las. A participação no APL exigiria adequações nos processos de produção, considerados artesanais, e nos ranchos. Tais adequações apontariam para a padronização do processo de produção e a profissionalização de produtores/a e do setor. Ironicamente, a sigla AMPROSUL significa Associação de Maricultores e Pescadores Profissionais. Não são considerados profissionais, deste ponto de vista da profissionalização.

No Porto das Ostras, foi possível compartilhar com eles/as a expectativa que tinham de poder fazer reformas no rancho, atendendo às exigências do setor e abrindo caminhos para a participação no APL.

Dona Eva chegou a referir-se ao rancho como uma “ranchola caindo aos pedaços”. Pela proximidade entre o banheiro e a cozinha, ficavam lado a lado, o que era proibido pela Vigilância Sanitária, já tinham recebido uma multa considerada enorme por eles/as. Não podiam utilizar a água da cachoeira na cozinha. Deveria ser filtrada, considerando que manipulavam alimentos.

O relato de “seo” Max sinaliza o quanto era difícil atender a tantas exigências: “Tem hora assim que eu até desanimo, sabe? Então, eu até fico meio desanimado, porque tudo, tudo assim, ó, tu querê fazê as coisa... Aí, tu qué vê eu ficar... Esse negócio essa minha doença aí foi mais é por isso, porque o ano passado eu me incomodei com esses cara da FLORAM aí que tu nem imagina, tu nem imagina. Eu fiz aquilo ali, ó, aquela parte ali. Chega aí, chega pessoal da EPAGRI aqui pra ti e diz assim: ‘Ó, tu vais ter que fazer um banheiro pelo lado de dentro’. E a Vigilância Sanitária a mesma coisa: ‘Vais ter que fazer um banheiro assim e uma cozinha assim, pelo menos pro pessoal se alimentá. E tem que ter uma bombona d’água aqui pro pessoal tomar água’”.

Dona Eva explica que a “água de cachoeira não pode, porque não é tratada. Tem que ter água tratada”. “Seo” Max completa: “Tem que ser água tratada. Não pode ser água de cachoeira. Aí, tu vai ali e tu constrói. Aí, vem a FLORAM e diz que você não pode construí, que vai botá no chão, entendeu? Então, não tem assim como a gente entendê esses cara. Aí, vieram aí e me deram quinze mil reais de multa”. Finalizam questionando o valor elevado da multa. Como diz “seo” Max: “Isso aí é muito dinheiro! Não tem essa aí de multá as pessoas em quinze mil reais. Onde é que se viu uma coisa dessa! Isso aí é um absurdo, rapaz”.

Eram muitas as reformas a serem feitas. Por exemplo: o balcão onde manejavam os moluscos também deveria ser modificado. Os balcões, antes de madeira, agora deveriam ter superfície, ser revestidos de aço, ou melhor, folha de alumínio, mesmo material de calhas de água, explicam. Existiria, ainda, a opção do azulejo. Sendo de madeira, não seria permitido manusear as ostras depois de lavadas, jateadas. Dona Eva dá mais detalhes: “O certo dessa mesa aqui, tá? Tu pode fazer a mesa assim e tens que passar um aço por cima. Tens que revestir ela com um aço, entendesse? Aquela folha de alumínio, né, que se põe em calha pra, pra correr a água... Isso aqui não pode ser assim. Só que, como a gente trabalha, vem direto do mar, aí a gente joga aqui, né? Mas teria que ser o alumínio ou ajulejo. Se eu lavar ela e jogar aqui em cima pra manusear, eu não posso, entendesse? Aí já não pode sair. Só vindo como a gente fazendo aquele processo. Suja. Aí, a Vigilância já não deixa... Só vindo direto do mar pode ficar aqui na tábua. Agora, se eu

lavar, jatear ela e jogar aqui em cima, eu já não posso. Eu tenho que tirar da caixa que eu limpei, botar em outra caixa e levar. Tem umas regrinhas aí por esse negócio, aí”.

Dentre outras regrinhas: na utilização do vap, que jateia os moluscos, as caixas e os suportes, é necessário utilizar protetores para os olhos (óculos) e ouvidos. O casco, a sujeira da ostra pode atingir os olhos. O barulho do motor pode ser prejudicial aos ouvidos. As botas e as luvas são necessárias, pois protegem contra os cortes que a casca da ostra pode provocar. O avental e o macacão são utilizados. Eles protegem contra a lama, a sujeira das lanternas e das ostras. Evitam que as pessoas se molhem. Existe também o argumento da higiene. Em relação aos riscos, dona Eva falou sobre a possibilidade de o funcionário se machucar e se afastar pelo INSS, o que não é bom para o patrão.

Dona Eva explica: “A bota, aquela roupa, o macacão, que é a jardineira, que é pra pegar lá pra se cair ali, não, não corta, né? E a luva, a bota e a jardineira, isso é o essencial pro maricultor, porque ele também tem que corrê risco de se machuca, né? Então, se uma ostra desta aí vem a cortá ele, vai inflamá o pé ou a mão. Ele vai pará de trabalhá, entendes? A primeira coisa que ele vai fazê é procurá o INSS e se encostá, né? Aí, o que que ele vai fazê? Se ele é empregado, o patrão dele já não vai gostá que ele vai pegá o INPS... Pra todos, não, porque a bota é mais é pra tu não te cortar, não te machucar, né? É bem por isso também, né? E a higiene também, né? Maisi ajuda muito, porque tu vê: tu vai trabalhar com a lanterna de ostra, bate na perna. Se tu tá de bota, já não te corta, né? Se tu não tá, tu te corta. E avental também. É porque tu tá trabalhando ali, tu te suja, te molha. Tudo isso é necessário também pra ajudar a gente, né. É que a gente tem que trabalhá com esse avental, né? E com as bota? Como a gente jateia, né, ele vai pegar os apetrecho como jateia... Ó, então isso aqui é pra fazer a limpeza das ostra, com o vap, né, porque solta casco da ostra na vista, né? Então, tem que tê isso aqui, ó. Tem que tê esses óculos aqui, que é pra manter livre as vista de pegar a sujeira da ostra. E isso aqui, também. Se você for trabalhar o dia inteiro, tem que usar isso, que é por causa do barulho do motor, do vap, né? Então, de matéria de segurança, é isso aqui e as botas também, né. A luva precisa também”.

“Seo” Max alega que na França é diferente: “É, na França em si, qualquer cantinho da França já tem um pessoal vendendo ostra, né? Então, você tá passeando lá, dá vontade. ‘Ah, vou lá comê uma ostra’. Cê pega uma faca, cê vai lá pega a ostra, abre com limão e você come. E no natal lá também é comemorado com ostras. Não é com frango e com essas coisa assim, né?” Ao levantar a hipótese de fazer algo parecido

aqui, chega a rir ao pensar sobre todo o aparato exigido pela Vigilância Sanitária: “É, a gente já pensou até nisso, de colocá assim, no centro, assim, em alguns ponto de estratégico no centro, pra vendê, né, mas aí envolve a mão de obra, um monte de coisa. E você leva, chega lá, não vende, tem que trazer de volta. Aí, tá, tem todo esse tipo de coisa, né? Aí fica, aí tem o problema da refrigeração, porque tem que tá refrigerado, vai ficar exposto ao sol, não pode, né? É tudo isso aí... Vigilância Sanitária tem que ter balcão pra botá ela à venda também. Negócio todo. Então, nem é bom nem falar sobre isso aí, porque... (risos)”

A respeito da Vigilância Sanitária, cito o curso de preparação de alimentos que fizemos para poder participar da FENAOISTRA, evento importante no contexto do APL. Esse curso gerou polêmica na AMPROSUL, dentre outras razões, pela obrigatoriedade e alto custo. Tudo isso no contexto deste evento que se poderia dizer ambíguo do ponto de vista dos/as associados/as e que retoma temas como o de imposição de regras e custos proibitivos impostos a eles/as e o da existência de privilégio em relação a determinadas grupos e pessoas.

Dona Eva comenta a importância da FENAOISTRA para eles/elas e, ao mesmo tempo, algumas das dificuldades enfrentadas: “Olha, o, a importância da FENAOISTRA pra nós é uma importância muito grande, principalmente na parte da divulgação, né, que a FENAOISTRA é divulgado praticamente no Brasil inteiro através das emissoras de rádio e televisão locais, e isso traz o turista até Florianópolis pra comê essas ostra, né?... FENAOISTRA é a nona FENAOISTRA. Já faz nove anos, né? Antes, era a Prefeitura que promovia o evento. Hoje, parece que já tem uma empresa terceirizada fazendo isso, né, fazendo esse evento, né? Pra nós produtor é ruim, porque desde que já tenha um outro na parada, pra nós fica ruim... É, nós tinha, nós temo na última FENAOISTRA, assim, ó, cada associação tem um espaço lá na FENAOISTRA, que a Prefeitura, repassa aquele espaço para as associação. E lá, chegando lá, a gente encontrou dificuldade em vender as ostra, porque já tinha a própria Prefeitura, juntamente, com um cidadão lá. Já tinha fechado com a ABRASEL. ABRASEL é Associação Brasileira dos Restaurante. Já tinha fechado com um produtor, né? Aí, esse produtor vendeu todas as ostra deles, e os outros ficaram sem vendê, né? Só que a partir desse ano a coisa vai mudá, que a partir do mês que vem a gente já vai começá, a AMPROSUL já vai começá já a fiscalizá isso aí, já vai começá a participá de reunião da FENAOISTRA, né? Desde já até a FENAOISTRA, que vai ser em novembro, né? E nós vamo fazê um trabalho melhor, que venda de todos os produtores, não de um só, né? Esse galo é chato, né? Tás com medo dele, né Renata?”

Registro aqui, também, a fala de um senhor que cultivava ostras para a venda em seu restaurante no Sambaqui, bairro de Florianópolis, norte da Ilha. Perguntado se participaria da FENAOSTRA, ele disse que não, que ali era lugar apenas para magnatas...

Neste universo do APL, chamou-me a atenção a necessidade de se fazer inúmeros cursos associados às mais diferentes áreas. Dona Eva conta: “É, eu fiz vários seminários. Eu fui em vários seminário. Fui em dois seminários em Lousiane, no estado de Goiás, fui duas vezes em Brasília, né, e fiz um curso em Ilha da Pintada, no Rio Grande do Sul, São Sebastião do Cai, Esteio no Rio Grande do Sul, Belém do Horto, e participei de três Fórum Mundial. E foram muito seminário em São Francisco na Penha. A gente tá sempre viajando, né, porque tá sempre aprendendo, né? Ah! Fiz também pela UNISUL, aqui em Florianópolis. A EPAGRI, fiz vários pela EPAGRI, pela Federal, pela Universidade Federal. Ah, é... Comperativismo, né, e curso de manejo, de manipulação de alimento. É tudo baseado em alimentação, né, e nas ostra e frutos do mar, todos os frutos do mar”.Relatou, ainda, que maricultores/as da AMPROSUL haviam feito o curso de cooperativismo promovido pela EPAGRI, na ocasião de formação da COOPERILHA. Em visita a essa empresa com a presidenta, um de seus técnicos teceu comentários sobre a intenção de oferecer aos/às maricultores outros cursos como gestão e informática.

Dona Eva lembra dos certificados: “Ah, eu tenho lá em casa. Ó, tenho certificado lá em casa”. Diziam que já tinham muitos certificados e que já podiam ser professores/as. Pude presenciar um embate nesse curso de preparação de alimentos entre “seo” Max e um “especialista”, em que o primeiro contrapôs-se à visão do segundo, sustentando a credibilidade da sua argumentação pautada na experiência. Neste contexto, observa-se a existência de maricultores/as portadores/as de um saber construído a partir dos cursos feitos e da experiência. Existem também aqueles/as outros/as produtores/as que trabalham com consultores/as, pessoas “especializadas”. Há que se lembrar dos/as profissionais que têm sido formados/as pela UFSC.

“Seo” Max muito pesquisa sobre a atividade na Internet, mantém-se informado, busca soluções para problemas e investiga alternativas. É o caso, por exemplo, da máquina de mariscos que construiu com o filho e outra pessoa. Isso também em um contexto polêmico, associado a uma das ações do APL: o projeto de construção de determinadas máquinas pela UNIVALI. Os responsáveis demoraram na entrega, o que por si só já abalou a credibilidade do projeto. Os resultados também foram questionados pelos/as associados/as. Diziam saber fazer melhor. E,

como no caso do Porto das Ostras, construíram seu equipamento. De acordo com notícia recente, as máquinas estavam enferrujando.

Não obstante as críticas ao elevado grau de exigências, às dificuldades de ordem financeira, aos altos custos e a questões de ordem técnica, membros da AMPROSUL buscavam seguir as normas de produção para obterem a “certificação” e participarem do APL. Articulavam-se ao máximo.

Quando perguntado sobre o porquê de se associarem, “seo” Max argumenta que hoje é necessário que as pessoas se organizem para fazer reivindicações e ter acesso aos políticos. Caso contrário, não são ouvidas. Os/as associados/as precisariam, portanto, juntar-se, porque quanto mais juntos estiverem mais maricultores/as forem, mais condições terão para fazer reivindicações. Tudo isso mirando os políticos, os/as governantes/as. É a eles/as que os/as associados/as devem recorrer. Os/as maricultores/as seriam obrigados/as a estar associados/as. Seria uma exigência dos órgãos públicos. Mesmo politicamente, seria necessário juntar-se, estarem unidos/as, uma exigência de todo o segmento no Brasil. Os ditados populares, ou o que dizia o pessoal antigo, são lembrados por “seo” Max. Ele diz: “O que eu, o que eu penso dentro de uma associação é a gente se juntá, né, porque, como se diz, isso é um pessoal antigo, né? É, a união faz a força, né? Então, a gente tem que se juntá, porque quanto mais junto, mais maricultor a gente tivé, a gente tem mais condições de reivindicá. Então, tu vai explicá isso pra quem? Prum político, ou prum governante, ou pra esse pessoal que cuida do governo, né? Então, a gente corre a esse pessoal aí. Então, a associação, pra mim, é isso: não torná a visa lucro, porque a associação não dá lucro. Associação gera também prejuízo. A gente é obrigado a tar associado, porque até os órgãos público exige isso, né? Exige que a gente seja associado a alguma coisa, não é, tanto politicamente como a gente tem que tá unido, né? É uma exigência de todo segmento no Brasil. É isso aí. A gente tem que se juntá e tem que uni”.

Dentre as atividades da Associação, reúnem-se para tratar assuntos relativos à atividade; colocam em pauta as demandas do momento: o que é preciso fazer, de que maneira, como podem fazer, quem o fará; envidam esforços para que os compromisso sejam realizados; problematizam situações, demandas, contrapõem-se a elas e pensam alternativas. Estão em jogo os cultivos particulares e o coletivo: os membros da AMPROSUL desenvolvem seus cultivos próprios e o cultivo em grupo, na área da Associação. Uma das bandeiras de Dona Eva era buscar apoio/ajuda para ambos.

Dona Eva costuma dizer que o partido deles/delas é a maricultura. Aceitar apoio de políticos não implica votar neles. Aceitam ajuda de onde ela vier. Associados/as da AMPROSUL ocupam outros fóruns, como a Associação Catarinense de Aquicultura (ACACQ), caso de dona Eva e de Ademir, que compuseram a diretoria dessa Associação. Conforme mencionado, associados/as da AMPROSUL participam, simultaneamente, de outras associações (caso de duas associadas na Associação Rede Rosa e de um associado em uma associação localizada na Armação), bem como de outros projetos (caso de Ademir, líder AVINA e partícipe do Projeto Trilhas do Ribeirão, lembrando que ele já foi presidente de uma associação no município da Palhoça/SC). Há, ainda, o caso de uma associada, que trabalha no IGEOF, órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis ligado à maricultura.

Estavam recorrentemente na mídia, principalmente em jornais. Vídeos eram gravados. “Seo” Max, na ocasião, queria muito ter um site. Sobre sua vontade de construir um site, ele explica: “Nós queremos fazer porque assim é mais uma apresentação. Tu vai vendê mais, entendeu? Tu vai vendê mais, tu vai ficá assim exposto na mídia. Tu sabes que hoje em dia se não tivé a mídia tu não vende, né? Aí tu lá vai, vai tê os telefone de lá, né? E aí colocá os telefone de lá. E é assim. Fazê um negócio. Eu não sei bem ainda, ô, Renata”.⁸⁴

Estavam associados/as e, diante da situação colocada entendiam que, realmente, a saída era a formação de uma cooperativa. A construção da UB implicaria investimento em infraestrutura e equipamentos. Também possibilitaria produzir de acordo com as normas do setor, o que lhes permitiria adquirir o SIF e abrir canais para a comercialização dos produtos⁸⁵.

⁸⁴ Construído em 2011, a URL do site deles é:

<http://www.portodasostras.com.br/produtos>.

⁸⁵ Em encontro fortuito com Ademir, posterior à pesquisa, ele falou-me do Selo de Inspeção Municipal de Florianópolis (SIM), o qual estariam pleiteando: “O Projeto é uma das principais metas do IGEOF para 2011 na busca de caminhos para profissionalização da maricultura, uma das principais atividades econômicas de nossa cidade. O IGEOF - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis, junto com a Secretária Municipal da Saúde de Florianópolis, por intermédio da Vigilância em Saúde, e o Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária são parceiros na implantação do SIM - Selo de Inspeção Municipal de Florianópolis. Para viabilizar o projeto o IGEOF já promoveu alguns encontros bem sucedidos e contaram com a participação tanto das autoridades e técnicos da área como maricultores, pescadores e agricultores do nosso município. A iniciativa visa criar maiores oportunidades ao maricultor, aumento da qualidade da produção e comercialização de produtos inspecionados. Com a criação do SIM - Florianópolis, os maricultores terão a oportunidade de seguir os procedimentos necessários para a manipulação dos moluscos e garantir que os mesmos sejam comercializados com

Na AMPROSUL, nem todos/as possuem SIF, vendendo, portanto, sua produção para o comércio local. Esta é uma exigência: o SIF para a venda para outros estados. Membros dessa Associação, como dona Eva e “seo” Max, contornaram esse problema da exigência do SIF, que não possuem, estabelecendo uma sociedade com outro/a produtor/a. Ele explica que a venda para quem tem SIF é uma alternativa. “É assim, ó: o produtor tem que vender as ostra. Então, como ele produz uma certa quantidade, ele não consegue vender essa quantidade dele no varejo, porque ele produz mais do que ele vende. Então, ele tem que vender, tirar essas ostra aqui de Santa Catarina. Então, o que que a gente faz? A gente fizemos uma parceria com uma pessoa que tem uma unidade de beneficiamento, que é o SIF, né? Aí, a Fazenda Marinha Molúsculo já existe. Foi uma das primeiras aqui de Santa Catarina, aqui de Florianópolis, pra ter o SIF, né, e essas ostra hoje vai pra São Paulo, Rio, vai pra tudo quanto é parte do Brasil, né, e também os resultado dela, os lucro, são bem pouco, né, porque tem que pagar. É embalagem de isopor, é gelo, é frete dos aviões, né? ... Vai pela TAM e pela GOL. Aí, tem representante lá pra pagar também, porque representante trabalha pra empresa. Então, é assim. É um monte de uma série de coisas, que no fim a ostra sai barata. Não. Lá, o SIF é feito três vezes por semana. Ela vai assim, ó: três vezes, por segunda, quarta e sexta, a quantidade de mil dúzias, cada dia... Vai pra São, vai pro Brasil, vai pra Minas, vai pra qualquer parte do país. E na terça e na quinta-feira, ela sai, mas é bem pouquinha. Sai assim é, não chega a sair 50, 60 dúzias, né? Mas esses três dias aí ela sai bastante. Mais pro comércio local, e tem alguns que vende pro SIF, né? Tem maricultor desse produtor que trabalha com o SIF. É como o caso aqui. Tem o meu vizinho, trabalha com o Ostravagante. Ele vende pro Ostravagante”.

Com a entrada do NGD/UFSC na AMPROSUL, passaram a vislumbrar a possibilidade de atuarem como uma cooperativa. O NGD chegou à AMPROSUL, apresentando seu intuito de desenvolver um trabalho de extensão semelhante a outros já feitos, voltados a “pequenos/as produtores/as”, “produtores/as artesanais” (produções artesanais e familiares), termos esses incorporados aos discursos dos/as associados/as.⁸⁶ Propôs à Associação a realização de um trabalho

qualidade. 'A ideia é fazer com que a atividade seja cada vez mais organizada e lucrativa em Florianópolis'. Diz Guilherme Pereira” (PMF, s/d).

⁸⁶ No contato com as instituições envolvidas com a atividade, essas pessoas são socializadas, passando a incorporar técnicas, processos de trabalho, bem como linguagens, categorias, valores. Os/as maricultores/as não só são vistos a partir dessas categorias como se apropriam delas e manipulam-nas. Ideia de manipulação de Soares, segundo a qual “toda formação

voltado para a sua organização e profissionalização. Criaram-se expectativas em relação à possibilidade de conseguir: marca, embalagem, selo, indumentária com a marca (camisa, boné, etc.), site, banner, sede, unidade sifadora, unidade de beneficiamento (UB), sede para reuniões e ranchos coletivos, dentre outros recursos.

“Seo” Max, diante das propostas desse núcleo, animava-se, dizendo que elas iam ao encontro do que idealizava e das experiências que admirava: “Olha, a cooperativa, eu ainda tava lendo no jornal ontem sobre uma. Eu ainda tava tirando o chapéu pra uma cooperativa lá de Concórdia. Os cara tão aumentando a produção deles. Agora, são 60 e poucos cooperados. A área, se não me engano, é frango ou suíno. É nessas duas parte aí que eu não tô lembrado agora. Mas os cara já vão construir um outro prédio pra fazer a ampliação da indústria deles. Então, quer dizer, uma cooperativa virou uma grande indústria, né? E hoje, a parte da ostra, nós temos uma cooperativa ali que tá praticamente parada, porque faz dois anos que começaram a construir um prédio, ou três anos atrás, e até hoje ela tá nesse... desenvolvimento. Agora, tá funcionando, mas não sei como é que tá o funcionamento dela. Não sei se eles tão vendendo ostra. Eu também não sei, né? Eu não tô participando mais dela”.

O trabalho do professor que coordena o NGD, segundo dona Eva, consistia em mostrar para eles como deveriam agir para serem uma associação de verdade. O núcleo passou a afirmar a necessidade de os/as associados/as se organizarem, unirem-se, participarem mais (para que não ficasse tudo sob a responsabilidade de dona Eva). Essas passaram a ser palavras-chave recorrentemente repetidas por eles/as. Ao mesmo tempo, diziam terem sido escolhidos por causa de sua organização. Este seria o caminho para conseguirem apoio. O recebimento de recursos exigiria cada vez mais organização e profissionalismo.

A organização, por sua vez, gerou impasses em relação ao modo informal e pessoal, não necessariamente alinhado ao Estatuto, a partir do qual diferentes situações eram tratadas até então.⁸⁷ A Equipe do NGD,

cultural existe para ser manipulada – reinventada, no limite. A rigor, existe sendo manipulada e enquanto manipulação, que se dá sempre em contextos sociais definidos, segundo dinâmicas interacionais específicas” (SOARES, 1994, p. 207).

⁸⁷ Este argumento de Cario, Pereira e Souza fez-me pensar na AMPROSUL, na medida em que há um certo ar familiar entre estes contextos: “Por sua vez, as formas de manifestação cooperativa dos produtores ocorrem através de processos informais, encaminhados em encontros que se realizam a beira do mar, no armazém, no bar ou em visitas pessoais que realizam no bairro onde residem. Dentro desta informalidade, os produtores discutem o processo de produção e a forma de comercialização, bem como procuram realizar ações visando solucionar problemas, divulgar técnicas novas, fazer reivindicações outras de interesse

inclusive, interveio, explicando a necessidade de os assuntos da associação não serem levados para o lado pessoal, mas tratados de modo profissional. Um curso sobre associativismo foi programado para 2009.

Membros da AMPROSUL participaram da criação da cooperativa, mas, por desentendimentos, saíram. Aos/às que saíram estava fora de questão voltarem a participar da COOPERILHA. Dali, como da AMASI, aqueles/as que saíram, fizeram-no depois de desentendimentos e suspeitas. “Seo” Max narra o seu início: “É, nós fomos um, um dos fundadores da cooperativa, né? Nós começamos aqui na, aqui na, na nossa casa. Na época, pra gente podê formar a cooperativa, nós temos que colocar quatro cooperado daqui de casa. E faltou pra formar a cooperativa. Tinha que ser 22 cooperado. Pra completar esses 22, nós botamos quatro. Ah, nós ficamos lutando várias vezes lá. É, fizemos um assentamento na... lá de semente. A gente aprendeu a secar as semente, as larva, né? E, ah, ficamos lá na cooperativa até entrar um outro presidente lá”.

A cooperativa, segundo contam associados/as da AMPROSUL, foi uma iniciativa de moradores/as do Ribeirão. Nela, as mulheres produziram redes e lanternas; ou seja, materiais para serem utilizados por seus maridos maricultores. Fizeram um baile para arrecadar fundos e iniciar os trabalhos.

A atuação dessa cooperativa é polêmica. “Rumores” existem, para além da AMPROSUL, ouvidos em conversa com pessoas na Freguesia, “vila sede” do Ribeirão, de que ela não funciona, ou funciona a serviço apenas da sua diretoria⁸⁸. “Seo” Max fala sobre o momento de saída: “Aí, só que chego. Chega uma hora que é assim, ó: tu começa a pagar. Isso que aconteceu com a gente, que a gente começa a pagar as cotas, a parte, e a gente não sabe pra onde é que tá indo teu dinheiro, entendesse? Tu não vê aquilo ali se concretizar. Então, tu tava achando que teu dinheiro tá indo pro ralo, cê entendeu? Então, ó, vamos pará. A gente não sabe pra onde é que tá indo o dinheiro, né? E vamos deixá de pagar as cotas, a parte, e ninguém vai mais. Aí, eu sei que dos quatro um é cooperado, ainda assim por direito, porque cota tinha direito a uma cota, a parte lá... É da minha família, nós somos cooperado da

da classe produtora. A partir destes encontros surgem idéias e ações práticas envolvendo vários produtores que se não solucionados em seus campos de atuação, encaminham para instituições responsáveis no intuito de dinamizar esta atividade em seus locais de cultivo” (s/d, p. 14).

⁸⁸ Sobre o rumor: “O rumor, relato social que existe para além da mídia oficial, é um modo de comunicação cujo emissor primeiro permanece desconhecido; que se propaga geralmente por via oral, de boca a orelha; que se distingue da notícia, que conta com canais de expressão legítimos e com fontes identificáveis, mesmo quando não reveladas” (RIAL, 2003, p. 15-16).

cooperativa, por direito, né? E, ah, ficamo lá na cooperativa até entrar um outro presidente lá, porque...”

A notícia mais recente é que sua diretoria está sob investigação e que, a partir da intervenção de órgãos governamentais, abriu-se a possibilidade de voltar a funcionar com nova diretoria, que incluiria membros da AMPROSUL.

NARRATIVAS NEGATIVAS

De acordo com a composição “A coisa tá ficando cara... cada vez mais difícil”, há reclamações por parte dos/as produtores/as quanto a altos custos para a produção, baixos preços dos produtos, intermediários e queda nas vendas. Há também o reconhecimento, conforme discursos técnico-científicos (governo, pesquisadores, etc.), de problemas, gargalos, como o fato de a produção ser artesanal e familiar. A saída encontrada pelo governo e instituições parceiras expressa-se, dentre outros, por meio das políticas públicas voltadas ao associativismo/cooperativismo/ES e ao APL.

Já na composição “A união faz a força”, os/as maricultores/as sugerem que os instrumentos criados, arranjo e cooperativas, são importantes. Defendem a importância de estarem associados, lançam mão deste instrumento para fazerem suas lutas e querem participar de uma cooperativa, do APL. Mas como as duas faces de uma moeda, existem dificuldades gritantes. Críticas são dirigidas ao excesso de exigências e regras, dificuldade de atendê-las, altos custos. Neste sentido, somam-se aos antigos novos problemas.

Chamam a atenção os diagnósticos “negativos” dos/as pequenos/as produtores/as, os quais fazem um balanço dos resultados destas políticas associativista, cooperativista e do APL. De um lado, destacam-se os avanços por parte das políticas públicas e, de outro lado, problemas atribuídos a este grupo, responsabilidade relacionada a características próprias dele, ao modo como participam de associações, e estas do APL. Reconhece-se uma tensão latente nesses diagnósticos, alinhados ao discurso oficial, que atribuem responsabilidade aos/às maricultores/as por entraves na realização dos objetivos das políticas públicas.

Apontam-se como aspectos positivos, conforme Gramkow, os efeitos das políticas instituídas, como a atuação bem sucedida da EPAGRI no contexto do “associativismo” de produtores/as da maricultura. Em sua dissertação de mestrado, apresenta informações relativas a estudos feitos sobre associações locais, indicando que “a

atuação das associações, segundo os produtores foi considerada positiva no que diz respeito à busca e concretização de diversos objetivos conjuntos tais como apoio ao crédito, apoio técnico, compra de materiais, contato com instituições e comercialização dos produtos (ROSA, 1997)". (2002, p. 121)

A atuação de produtores/as por meio de associações e cooperativas teria atenuado “o problema da comercialização através de um intermediário (bastante comum entre os produtores de mexilhão) principalmente em virtude da proposta das cooperativas em buscar canais de comercialização e incentivar a venda do mexilhão processado pelas Unidades de Beneficiamento (UBs)”, além de ter proporcionado “a determinação dos preços do produto no mercado [...] e maior autonomia no planejamento e determinação dos rumos da atividade” (p. 121). A autora conclui que estas “formas organizacionais” teriam possibilitado conquistas aos/às maricultores/as e levado ao “desenvolvimento e crescimento da atividade” (p. 125).

Gramkow ressalta, ainda, a possibilidade de a organização em associações contribuir para a redução de determinados conflitos: divergências de posicionamentos, conflitos por áreas de cultivo e roubo ou corte de cordas de cultivo: “a incidência desses fatos tem diminuído gradativamente, provavelmente pelo aumento do número de maricultores organizados em associações e pela maior aceitação ou conformidade das comunidades locais quanto à permanência dos cultivos” (2002, p. 133).

Em suma, apoio ao crédito, apoio técnico, compra de materiais, contato com instituições, comercialização de produtos, determinação dos preços, autonomia no planejamento e determinação dos rumos da atividade. Ao mesmo tempo, redução de conflitos relativos a posicionamentos diferentes, áreas de cultivo, roubo ou corte de cordas de cultivo, conquistas dos/as maricultores/as, maior aceitação das comunidades locais e desenvolvimento e crescimento da atividade.

Quanto aos aspectos negativos, em suma, prendem-se a: baixa participação comunitária e política em suas comunidades; falta de capacidade de articulação e de organização comunitária; e caráter individualista e imediatista do modo como produzem em detrimento de atitudes cooperativas e solidárias. Dentre as explicações, está a “questão cultural”, vista como “fator presente e limitante à participação tendo em vista a origem pesqueira e o baixo grau de escolaridade predominante”. Os vínculos às associações dar-se-iam, neste contexto, por interesse, ou seja, por necessidades burocráticas de manutenção do ordenamento da atividade, e para acesso facilitado aos programas e benefícios destinados

às associações.

Pestana, Pie e Pilchowski, baseando-se em Vilela, apresentam o seguinte diagnóstico dos pequenos produtores rurais, alvo dos órgãos de extensão: “possuem um nível intelectual mais baixo, em que a capacidade empresarial e a disponibilidade de capital são reduzidas; encontram-se dispersos geograficamente; estão politicamente desorganizados (com exceção de assentados de alguns grupos vinculados do programa de reforma agrária); são carentes de instrução, desinformados e, sobretudo, têm uma baixa contrapartida monetária pela produção” (2008, p. 120).

Em relação ao fato de estarem politicamente desorganizados, os autores fazem referência “à falta de capacidade de articulação e de organização comunitária desses produtores” (p. 127).

Cario, Pereira e Souza salientam a baixa participação de produtores/as nas associações e cooperativas: “As funções desempenhadas pelas associações como fonte de informações sobre matéria-prima, equipamentos, assistência técnica, financiamentos, entre outras são desconhecidas e são avaliadas como de baixa importância para a maioria dos produtores. Porém, quando as associações encabeçam reivindicações comuns da classe produtora, estas são consideradas como importante instrumento de defesa de seus interesses, porém sem participação efetiva destes produtores das discussões que legitimam suas demandas” (s/d, p. 14). Ainda em suas palavras: “Registra-se baixa participação dos produtores em instituições de apoio à atividade criada em levar adiante seus interesses, sinalizando assim ausência de ações conjuntas e baixa participação política” (p. 17).⁸⁹

Comparativamente a outras instituições, “as associações e cooperativas [...] encontram uma série de dificuldades em relação à adesão e participação de seus membros”, diz Gramkow (2002, p. 131). Para esta autora, a baixa participação associa-se à ausência de cidadania e participação política: “Evidenciou-se [...] a baixa participação do

⁸⁹ Cario, Pereira e Souza propõem soluções para estes problemas: “Considerando que as Associações e Cooperativas nascem a partir desejos dos próprios produtores, ainda que apoiada por outras instituições, é vital levar criar formas que possibilitem maior participação de produtores, como associados e cooperados, no desenvolvimento da malacocultura. Por sua vez, funcionamento insatisfatório das associações e cooperativas tem conduzido a baixa participação dos produtores. Nestes termos, ações devem ser feitas no sentido de reverter tal quadro, dentre estas se destacam campanha própria de adesão atrair produtores, formação de parceria com outras instituições de apoio no desenvolvimento das atividades das associações e cooperativas, realização de um conjunto de atividades de interesse da classe produtora como viagem de negócios, aquisição de equipamentos, condições de financiamento, obtenção de certificados sanitários, etc.” (s/d, p. 17)

maricultor nas associações e cooperativas, indicando a ausência de dimensões como cidadania e participação política” (p. 142-143).

Gramkow marca o “caráter individualista na produção”: “Destaca-se que a condição de associado nem sempre implica na efetiva participação conjunta com outros maricultores, mantendo, muitas vezes, um caráter individualista na produção” (p. 123). A autora apresenta a opinião de um técnico da EPAGRI de Governador Celso Ramos: “o maricultor tem dificuldade de trabalhar a questão da organização e do associativismo porque culturalmente permanece vinculado a sua atividade original na pesca, mantendo um caráter individualista e imediatista prejudicando a iniciativa do trabalho em grupo” (p. 132). Ela cita também o relato de um produtor do Ribeirão da Ilha, que se refere à “cultura individualista do pescador, que atualmente é maricultor”, refletida “na falta de compartilhamento de benefícios oriundos da proximidade existente entre os produtores”(p. 132-133).⁹⁰ Retomo e acrescento a avaliação do NGD dos membros da AMPROSUL (dita a eles/as em uma reunião) a respeito da baixa participação dos/as associados/as, tudo ficaria a cargo de dona Eva, e da falta de organização. A partir da organização e do profissionalismo os, os assuntos da Associação não precisariam ser tratados de modo pessoal, o que pode gerar conflitos.

O que explicaria então a associação? Para Gramkow, “estar associado [...] garante ao maricultor o acesso aos benefícios e incentivos recebidos pelas associações, bem como a submissão ao regimento interno e às determinações legais da atividade” (2002, p. 123-124). Em relação às UBs aconteceria algo semelhante: “nas unidades de beneficiamento os produtores carecem de atitudes associativistas pois compreendeu-se que, mesmo com a cooperativa ou associação formalizada, o modo de trabalho não corresponde integralmente àquilo que a filosofia cooperativista apregoa. Mesmo associados, muitos produtores desconhecem seu papel e permanecem vinculados à

⁹⁰ Gramkow aponta tensões entre, de um lado, comportamento individualista por parte dos/as produtores/as e, de outro, relações informais entre eles/as e de parceria com empresas: “Considerando o predomínio da tendência de ações voltadas aos interesses próprios, guiados por valores utilitários e em prol do desenvolvimento, Arana (1999, p. 117) coloca que ‘o comportamento individualista e competitivo, motivado pelo neoliberalismo, obscurece o verdadeiro sentido da cooperação e solidariedade que o ser humano deveria sentir, como animal social que é, pelos seus semelhantes’. Por outro lado, apesar do ponto de vista individualista em relação ao mercado, esse produtor mantém relações informais com outros produtores e com a associação local, além de estabelecer parcerias com outras empresas, acreditando haver uma interação e relação de apoio e dependência entre os envolvidos na atividade” (2002, p. 134).

associação por necessidades burocráticas de manutenção do ordenamento da atividade e para acesso facilitado aos programas e benefícios destinados às associações” (p.132)⁹¹

Cario, Pereira e Souza chamam atenção para a importância da relação entre associação e cooperativa, de um lado, e bases produtivas, de outro, com reflexo sobre o APL: “outras instituições, como as associações e cooperativas, não estabelecem articulações sólidas com suas bases produtivas, criando, assim, vazios entre a estrutura de produção e o arcabouço institucional, que no final não contribuem, de forma efetivas, para o desenvolvimento deste arranjo produtivo (GRAMKOW, 2002)” (s/d, p. 16).

A baixa participação repercute nas interações entre organizações: “as interações entre os malacocultores das diversas áreas de produção não se mostram virtuosas a partir das associações de produtores” (CARIO, PEREIRA, SOUZA, s/d, p. 14); “não estabeleceram relações de parcerias com outras associações e cooperativas na maior parte dos casos” (GRAMKOW, 2002, p. 131).

Gramkow estabelece ligação entre o tipo de relação e o estágio de desenvolvimento e integração em que se encontram: “No contexto das redes organizacionais e a partir das instituições visitadas, pode-se estabelecer distinções entre os tipos de relações existentes nas associações e cooperativas que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento e integração” (p.123).

No âmbito do APL, notam-se densidades diferentes de relações de cooperação, a depender dos atores em interação e do contexto: “Neste APL, as relações de cooperação ocorrem de forma distinta e em graus de intensidade diferenciados entre os agentes participantes do arranjo produtivo da malacocultura da região da Grande Florianópolis. As relações de cooperação ocorrem com maior densidade, em determinadas esferas do arcabouço institucional, expressa por formas cooperativas entre as instituições e destas com os produtores. Porém, não se verificam densas relações cooperativas entre produtores na esfera de suas instituições representativas, pois o envolvimento em projetos associativos e cooperativos se mostra de fraca postura. As maiores relações de cooperação entre produtores ocorrem dentro da esfera da informalidade, fundamentada em troca de informações e de

⁹¹ Gramkow explica o que apregoa a filosofia cooperativista: “De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, os princípios básicos de toda e qualquer cooperativa devem ser: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica do sócio, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, intercooperação e preocupação com a comunidade” (2002, p. 132).

conhecimento sobre a natureza dos processos produtivo e inovativos” (CARIO, PEREIRA, SOUZA, s/d, p. 20-21).

Cario, Pereira e Souza fazem referência a duas associações de Florianópolis em particular: “A este contexto somam as fracas interações entre as associações, mesmo entre as mais representativas, como a AMASI localizada na região sul e a AMANI situada no norte da ilha de Florianópolis. As ações quando existem, são pontuais e uma vez alcançado o objetivo, dissolvem-se as relações podendo ser reatadas em outras demandas futuras” (s/d, p. 14).

Não obstante as fracas interações, Gramkow refere-se ao fato de elas terem fortalecido suas relações para a formação da cooperativa: “Junto às associações verificou-se ser pouco frequente a realização de ações conjuntas tanto internamente, quanto entre associações ou mesmo através das cooperativas, ainda que em associações mais organizadas como a AMASI [...] tenham intermediado financiamentos para os produtores e realizado compras conjuntas. Apesar do fraco ou inexistente relacionamento entre a maioria das associações, deve-se destacar que as associações do norte e sul da Ilha, AMASI e AMANI, têm fortalecido suas relações principalmente em função da formação de uma cooperativa que reúne ambas, em um clima de informalidade e cooperação” (2002, p. 131-132).

Em relação às cooperativas, ela afirma: “Observou-se que entre cooperativas existe uma intencionalidade de integração, o que se traduz em uma visão em longo prazo de formação de parceria e ajuda mútua entre elas” (p. 131).

Predominaria, no entanto, a falta de cooperação entre as associações: “Apesar dos diferentes aspectos presentes das relações entre os produtores, verificou-se que a filosofia e ideologia cooperativista não são marcantes nos relacionamentos, permanecendo em destaque as atividades de parceria advindas das atribuições legais de competência das instituições públicas envolvidas. E, em lugar da concentração geográfica de produtores especializados estimular a cooperação e o espírito inovativo, predomina ainda a falta de cooperação entre as associações” (p. 135).

É destacado o aspecto da competitividade: “A competitividade, entretanto, evidenciou-se pela participação empresarial no processo, em que maricultores associados atuando individualmente como microempresários, rivalizam pela conquista de mercado ainda que se encontrem em situação vantajosa em relação ao restante” (p. 131). A partir do relato de um produtor entrevistado, a autora observou características competitivas sob o ponto de vista empresarial e

desconhecimento das características atuais do mercado (interdependência) (p. 134).

Problemas associados ao individualismo: “Como a cultura individualista do pescador se estende a figura do produtor de ostra e marisco, logo as possibilidades de unir os esforços individuais e torná-los coletivo visando compartilhar os resultados mostram-se tênues. A predominância de ações voltadas para os interesses próprios guiados por valores competitivos e utilitários dificulta o enraizamento de ações coletivas que pregam a cooperação e a solidariedade, por consequência, limitando o maior desenvolvimento do arranjo produtivo em estudo. Nestesentido, ressaltam-se as ações da EPAGRI, em seu trabalho de extensão, de inculcar valores cooperativos nas zonas de produção visando a construção de valores que pregam a união dos interesses individuais em favor de práticas coletivas”. (CARIO, PEREIRA, SOUZA, s/d, p. 14-15)

Arroyo, citando Porter (1999, p. 245), referência no âmbito da administração de empresas, afirma que o problema de consolidação dos arranjos seria nacional: “O desenvolvimento de aglomerados que funcionem bem é um dos passos essenciais na evolução para uma economia avançada. Nas economias em desenvolvimento, a formação dos conglomerados é inibida pelo baixo nível de educação e de qualificação do pessoal local, pelas deficiências tecnológicas, pela falta de acesso ao capital e pelo subdesenvolvimento das instituições. Às vezes, as políticas governamentais também atuam contra a formação dos aglomerados. As restrições relativas à localização industrial e aos subsídios provocam uma dispersão artificial das empresas. Os currículos das universidades e das escolas técnicas, estabelecidos por órgãos centrais, não se adaptam às necessidades dos aglomerados (...).’ Esta precisa descrição do sinergismo negativo, que em parte vivemos no Brasil, é o construto de nossa história, cultura e de tudo o que nos conforma” (2008, p. 81).

Gramkow indica situações em que os relacionamentos acontecem: “Os relacionamentos são estabelecidos com maior frequência entre os produtores dentro das associações através de reuniões e assembléias e entre dirigentes das associações e cooperativas através de encontros, geralmente promovidos por outras instituições como a UFSC e EPAGRI, ou ainda, favorecidos pela proximidade geográfica entre os produtores” (GRAMKOW, 2002, p. 124).

Outro comportamento foi evidenciado por instituições como UFSC, EPAGRI e UNIVALI: “Com base nos dados coletados procurou-se observar situações de cooperação e competição nas inter-relações da

maricultura, em função da importância do predomínio de relações cooperativas para o estabelecimento de redes e parcerias entre organizações. A esse respeito observou-se que as instituições de ensino, pesquisa e extensão como a UFSC, EPAGRI e UNIVALI e as instituições públicas ligadas à regulamentação da atividade estabeleceram relações mais sólidas de parceria (entre si e com as cooperativas e associações de maricultores), considerando serem instituições já estruturadas e comprometidas com a atividade” (GRAMKOW, 2002, p. 131).

Quanto aos resultados do APL, declara o SEBRAE-SC: “Os resultados indicaram a proximidade territorial que facilitou interações, as quais conduziram a ganhos de competitividade e duas instituições públicas de pesquisa tiveram um papel crucial no desenvolvimento e transferência de inovações tecnológicas” (SEBRAE, s/d(a)).

“Que se adote pois, como princípio de nossa vida, aquilo que sempre foi um princípio e o será sempre: sair de si, dar, livre e obrigatoriamente; não há risco de se enganar. Um belo provérbio maori diz: [...] ‘Dá tanto quanto recebes, tudo estará muito bem’”

(Marcel Mauss)

REMARCANDO FRONTEIRAS

MERCANTILIZAÇÃO DA MARICULTURA

Como eu disse no início, na composição “Fios da estória”, já no campo, nas discussões em torno do APL, da cadeia produtiva e da certificação, o problema de pesquisa começou a tomar forma para mim – qual seja, o da existência de lógicas sociais distintas em jogo. De um lado, a orientar o projeto institucional da maricultura, estaria a lógica “instrumental”; e, de outro, a nortear a maneira como aquelas pessoas da AMPROSUL estabeleciam vínculos com as de dentro e as de fora da associação, uma lógica “não instrumental”.

Posteriormente, “no gabinete”, quando passei a ler outra sorte de textos sobre a maricultura, buscando montar as peças deste grande quebra-cabeças, ao me aprofundar na leitura dos discursos técnico-científicos (governo, pesquisadores, etc.), especialmente sobre os temas citados, que permeavam o campo: “certificação”, “arranjo” e “cadeia produtiva”, fortaleceu-se ainda mais esta ideia do viés instrumental, utilitário destas políticas. Foi nas leituras posteriores que ficou mais clara a estratégia de governo: estimular o associativismo/cooperativismo/ES, para, então, inseri-los no arranjo. Descobri que neste plano o associativismo/cooperativismo/ES está subordinado ao APL – alinhamento das políticas do Governo Federal.

A organização de pequenos/as produtores/as em torno de associações e cooperativas com ênfase na cooperação/solidariedade seria crucial para a aquisição de poder de mercado e a obtenção de ganhos de escala. A cooperação a serviço da competição também estaria implícita na ideia dos APLs. Em ambos (ES e APL), ressalta-se a ênfase na cooperação e na solidariedade entre empreendimentos, visando competitividade.

Os discursos técnico-científicos (governo, pesquisadores, etc.) apoiavam-se na seguinte argumentação: necessidade de industrialização da produção; produção em escala; fabricação de produtos semiacabados

ou acabados de qualidade e a custos compatíveis; padronização e uniformização da produção e dos produtos. Ressalta-se a importância neste universo de planejamento estratégico adequado/eficiente; organização dos/as produtores/as; profissionalização por meio de treinamento e qualificação técnica; e acesso à infraestrutura e a equipamentos adequados.

No horizonte, está a busca pela eficiência econômica das produções, articulada em uma cadeia produtiva organizada e estruturada, e associada a ganhos de poder de mercado e à produção em escala (aumento da produtividade e da competitividade das diversas cadeias produtivas). Esta seria a estratégia adotada para enfrentar o desafio do desenvolvimento e estimular sua retomada em diferentes níveis como o local.

Embora as pessoas da AMPROSUL nunca tivessem ouvido falar no termo *associativismo*, o movimento da EPAGRI ia no sentido dessa estratégia, a partir do esforço articulado envolvendo diferentes instituições. Os/as maricultores/as deveriam estar associados/as e fazer parte de cooperativas e do arranjo.

A presença do NGD também foi marcante no sentido de buscar dar um novo rumo às práticas ali presentes: necessidade de organização e profissionalização dos/as maricultores/as, que precisariam tornar-se uma associação e produtores/as de verdade, de modo a se engajarem na cadeia produtiva, no arranjo, a atenderem às exigências institucionais e de mercado, cada vez maiores, e a contornarem problemas relativos às queixas de quedas nas vendas, altos custos de insumos e mão de obra, entre outras.

Este contexto, incluindo grandes polêmicas e críticas por parte dos/as maricultores/as, reportava-me a discussões clássicas nas ciências humanas sobre a lógica utilitária e a não utilitária, que, inclusive, tinham me impulsionado a querer estudar uma associação.

O cerne do problema para autores como Mauss (1974) e Polanyi (1980), referenciais teóricos importantes da minha dissertação de mestrado, é o seguinte: nas economias capitalistas e nas sociedades de mercado forjadas após a Revolução Industrial na Inglaterra, no século XIX, a ação passou a ser orientada, sobretudo, pelo lucro em detrimento de outras motivações. Os mercados separaram-se das demais instituições sociais, ganhando autonomia. Transformaram-se em mercados autoreguláveis (rejeição a qualquer intervenção externa e autoregulação

dos preços). As transações passaram a ser, basicamente, monetárias.⁹²

Neste processo, que Mauss identifica como a vitória do racionalismo e do mercantilismo, ganharam centralidade noções como lucro e indivíduo. Nos termos do autor, “foi preciso a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que fossem postas em vigor e elevadas à altura de princípios as noções de lucro e de indivíduo” (1974, p. 176). A noção de interesse também se tornou objeto de estudo de Mauss, na medida em que sua conotação ficou restrita ao aspecto econômico.

A lógica da mercantilização, acionada no capitalismo, impõe um *modus operandi*, determinada racionalidade e um modo particular de ação, de socialidade, associado à autonomização do econômico e à submissão a ele das demais esferas sociais – desimplicação social da esfera econômica. Trata-se da lógica da rentabilidade, em que a noção de riqueza cede lugar à de valor de troca, relacionada ao princípio da escassez e ao utilitarismo. A ação é orientada por valores/noções, como lucro e resultado (associados a outros valores/noções como o de indivíduo). Neste sentido, desconsidera-se o fato de a ação ser afetada, por exemplo, por sentimentos de pertencimento ou de combinações entre desinteresse e interesse, como ocorreria em outros contextos sociais. (GAIGER, 2008, p. 12-13)⁹³

Estes autores tinham como contraponto estudos realizados em

⁹² Polanyi define uma economia de mercado como “um sistema auto-regulável de mercados; em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado auto-regulável. Essas indicações preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana” (1980, p. 59).

⁹³ Adoto o termo *socialidade* nesta tese, seguindo as pistas de Viveiros de Castro. Segundo o antropólogo, a orientação predominante na antropologia contemporânea “tende a recusar concepções essencialistas ou teleológicas da sociedade como agência transcendente aos indivíduos. À 'sociedade' como ordem (instintiva ou institucional) dotada de uma objetividade de coisa, preferem-se noções como 'socialidade', que exprimiriam melhor o processo intersubjetivamente constituído da vida social. [...] Se é possível definir uma orientação predominante na antropologia contemporânea (ORTNER, 1984), esta consiste no abandono das concepções estruturais de sociedade em favor de pragmáticas da agência social capazes de 'promover uma recuperação do sujeito sem cair no subjetivismo' (GIDDENS, 1979: 44)” (s/d, p. 8) Marlyn Strathern, por exemplo, opta pelo conceito de socialidade, que recupera a ideia de ação individual e de relação recíproca entre as partes (RAPPORT; OVERING, 2000, p. 340; GDAT, 1996). Importância da descrição para Strathern. Já para Simmel, como diz Dias, Silva, Lobo, Bizerra e Fleischer, sociabilidade e sociação são dois conceitos usados amplamente por ele. Relação estabelecida por Simmel entre sociabilidade e reciprocidade – espécie de forma pura; exemplo: a conversação. (2001) Na tese, o termo *sociabilidade* aparece em citações de autores/as que optam por esse termo.

outras sociedades. Como sustenta Polanyi, antes todas as sociedades, desde as mais primitivas, eram limitadas por fatores econômicos, possuindo mercado e economia de alguma espécie. No entanto, configuravam-se como locais de encontro para a realização da permuta ou da compra e da venda, subordinados à vida social. Em suma, a economia estava embutida nas relações sociais (1980, p. 61).

Estas transformações remetem à Adam Smith (1723-1790), teórico liberal com forte influência sobre a economia moderna. Ele defendia a “propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”. Tal afirmação teria inspirado o conceito de “Homem Econômico”, ou *homo oeconomicus* (POLANYI, 1980, p. 59). Para esse teórico liberal, quando cada indivíduo busca a maximização dos seus ganhos particulares alcança-se a maximização do interesse coletivo (ARROYO, 2008, p. 77). Contrariamente a Rousseau (FERRY, 1991, p. 165-168), defendia que “o contrato mercantil por si só pode servir de contrato social. O equilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho só pode estabelecer-se a partir do momento em que o Estado assegura o bom funcionamento dos mecanismos do mercado. O mercado, garantindo o acesso ao trabalho, eliminaria a pobreza. Da extensão dos direitos civis originar-se-ia uma tendência à igualização das condições” (LAVILLE, 2008, p. 22)⁹⁴.

Neste sentido, teria sido dado respaldo aos liberais, cuja aposta estava na substituição das estruturas sociais hierarquizadas do antigo regime pela construção de uma ordem econômica e social baseada no interesse, livre de proibições que pudessem restringir o funcionamento do mercado, a busca de lucro e a acumulação de riqueza. Essa ordem econômica e social, conforme o receituário liberal, teria a vantagem da previsibilidade e da continuidade. Segundo Laville, foi postulado, ainda, que o mercado garantiria o projeto democrático e a paz social, pela articulação dos interesses dos indivíduos. Creditaram-se a ele virtudes como inocência e *doucer*, capazes de pacificar e frear paixões e violências próprias ao comportamento humano em uma sociedade já não mais protegida por uma proteção externa, ou transcendental. Por meio de sua “mão invisível”, o mercado afigurou-se como “princípio de coordenação”, passando a ter importância cada vez maior na regulação e na organização de relações entre indivíduos livres. (2008, p. 21)⁹⁵

⁹⁴ Dentre os nomes citados por Caillé (2002) como membros do núcleo duro do MAUSS, está o de Jean-Louis Laville.

⁹⁵ Fatos importantes para compreender este contexto: A Renascença e o Iluminismo contribuíram para a valorização da “dimensão individual”, da “individualidade” nos planos da filosofia, arte e política, individualidade que havia sido solapada na Idade Média. Com a

A economia clássica, influenciada pelas ideias de Adam Smith, teria criado, segundo Durkheim, “um mundo econômico que não existe”, marcado pela desregulamentação econômica e pelosuperdimensionamento das instituições econômicas particulares (ARROYO, 2008, p. 77).⁹⁶

Polanyi reage: “Em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro. Na verdade, até a época de Adam Smith, essa propensão não se havia manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada e, quando muito, permanecia como aspecto subordinado da vida econômica. Uma centena de anos mais tarde, porém, já estava em pleno funcionamento um sistema industrial na maior parte do planeta e, prática e teoricamente, isto significava que a raça humana fora sacudida

Revolução Francesa foi consolidada a importância da “liberdade” como norte para transformações nas esferas política, econômica e demais esferas sociais. Diante de duas possibilidades de avanço da individualidade: 1- vínculo entre individualidade, liberdade individual, e fraternidade e igualdade (caso do ideal republicano da Revolução Francesa); 2- vínculo entre liberdade individual e “direito à livre iniciativa econômica” (caso da formação dos burgos contra a nobreza opressora, ainda que decadente), prevaleceu a segunda opção, que teria se transformado em “individualismo”. Importância do utilitarismo neste processo, relação deste com o racionalismo. Primeiramente, utilitarismo de Benthan e Mill: ação orientada por cálculo de utilidade, tendo em vista bem-estar. Depois utilitarismo somado à divisão do trabalho, ao individualismo (liberdade individual liberal), às pretensões sociais e políticas burguesas, modificação do utilitarismo de Benthan e Mill: importância do “imediatismo em torno de resultados”; “depreciação da moral”; “sacrifício de um grupo para benefício de outro”; ação orientada por cálculo racional tendo em vista a maximização de lucros e ganhos; a busca de bem-estar (Benthan e Mill) transformou-se em conforto material; a acumulação, em propriedade; o crescimento, em desenvolvimento; contradição entre solidariedade necessária para a coesão social e acumulação privada de capital; separação entre trabalho (transformado em força de trabalho, fator de produção, insumo, elemento de custo sujeito à otimização e maximização da rentabilidade, mercadoria subordinada a leis econômicas) e trabalhador (ser humano com função econômica e elemento da sociabilidade necessária, inclusive para o fluxo econômico). Com a separação entre trabalho e trabalhador; o trabalho transformado em força de trabalho, fator de produção, insumo, elemento de custo sujeito à otimização e maximização da rentabilidade, mercadoria sujeita a leis econômicas, o corte de pessoal é visto como uma atitude racional; o recurso ao desemprego torna-se justificável perante o credo liberal, em um “contexto cultural utilitarista”. Exemplo do impasse: cortar trabalho, corte de pessoal, cortar insumo, atitude vista como racional a partir do receituário liberal. (ARROYO, 2008, p. 75-77)

⁹⁶ Mauss lembra a questão colocada por Durkheim sobre a “origem religiosa da noção de valor econômico” (1974, p. 171). E aqui não é possível esquecer, como diz Perez, do “grande ancestral” Durkheim e de sua ideia de efervescência, em que ele enfatiza “a produção de laços sociais baseados não em interesses racionais, mas em sentimentos/emoções”. A autora prossegue: “vale dizer que a efervescência diz respeito a uma forma de estabelecimento do laço social, na qual o acento é posto na comunhão, na realiança” Mostra-se elucidativo o comentário da autora sobre a origem etimológica das palavras “comunhão” e “comunicação”: “ambas vêm de comum [do latim *communicare*], isto é, aquilo que é feito em sociedade ou comunidade e acentuam idéias tais como pôr-se ou ficar em contato, ligar-se, unir-se, participar, partilhar”. (1999, p. 6- 7)

em todas as suas atividades econômicas, se não também nas suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por essa propensão particular” (1980, p. 59-60).

O homem teria se tornado “uma máquina complicada como uma máquina de calcular”. Neste sentido, conforme as palavras de Mauss, “o *homo oeconomicus* não está atrás de nós, e sim a nossa frente” (1974, p. 177).

Polanyi defende que a história econômica incorre em um tremendo erro ao desconsiderar as importantes contribuições da antropologia social. Max Weber teria sido o primeiro a protestar contra a falta de interesse pelos estudos das economias primitivas. Para este pensador, o estudo dos povos “não civilizados” poderia contribuir muito para a compreensão das motivações e dos mecanismos presentes entre os “civilizados”. Posteriormente, teriam surgido os trabalhos de antropologia social no sentido de recuperar a ponte que une “civilizados” e “não civilizados”. Entre ambos existiria uma semelhança fundamental: todo ser humano é, antes de tudo, um ser social. (POLANYI, 1980, p. 61)

A atualidade destas questões é expressa, por exemplo, por Lavielle: aliados às resistências e contraofensivas que nunca deixaram de existir, “os dois últimos séculos foram marcados pelo utilitarismo procurando, ‘absolutizar’ a economia de mercado e a sociedade de capitais. Essa naturalização inerente à modernidade, e periodicamente atualizada, [...] subtrai a economia do debate” (2008, p. 20).

Na mesma direção parece ir Godbout, quando afirma que, hoje, o “paradigma dominante” é o “neoliberalismo”. Nas ciências humanas, ele permearia os seguintes arcabouços teóricos: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus* e teoria econômica neoclássica. Todas essas teorias teriam um núcleo comum, qual seja: “procuram explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade” (1998, p. 39).

Debruçando-se sobre o “paradigma dominante”, possuidor de um “privilegio paradigmático”, Godbout ressalta duas de suas noções fundamentais: a preferência e a otimização. De acordo com esse paradigma, o indivíduo toma suas decisões a partir de suas preferências, com base em interesses, valores, fins, necessidades e paixões. A preocupação está em saber, “dadas” as preferências, de que maneira o indivíduo toma suas decisões. Surge aqui outro conceito-chave, fornecido pela teoria da racionalidade instrumental ou da racionalidade

dos meios em relação aos fins: a otimização, atitude do indivíduo de maximizar a diferença custo-benefício, independente dos seus valores, e escolher a ação que traga melhor resultado de acordo com os seus interesses “naturais”. (p. 39-40)

Godbout esclarece que “bastante modesta na época de Mandeville e de Adam Smith, essa teoria veio a ter, atualmente, um alcance impressionante, a ponto de o indivíduo moderno não ser mais capaz de pensar o que circula na sociedade sem partir dessas noções e desse modelo” (p. 39).

Para Perez, “nossos intelectuais e os mídias parecem sofrer de uma atração fatal por visões reducionistas, utilitaristas, bipolares, em consonância com a razão iluminista” (1996, p. 10).

Foi mergulhada nestas impressões, viés instrumental do projeto institucional da maricultura, que deparei com o estudo de Paulilo. Para a autora, estão em curso a mercantilização crescente da maricultura e o desenvolvimento de uma mentalidade mais empresarial por parte dos/as cultivadores/as (2002, p. 16). Vale dizer que seu estudo não aborda os temas: APL, associativismo/cooperativismo/ES, ainda que trate rapidamente da existência de fortes indícios de que os incentivos dirigidos a sistemas coletivizados de produção em Santa Catarina apontam para a mercantilização crescente.

Paulilo sustenta que a mercantilização da maricultura está inscrita em um modelo de desenvolvimento que naturaliza as leis de mercado. Ela alerta para o fato de tudo isso não ser “natural”. Embora haja o risco de as leis de mercado serem tomadas como inevitáveis, elas dizem respeito ao modelo de desenvolvimento adotado. A autora declara seu receio quanto à perda da função social da maricultura por esta razão. (2002, p. 16; 18)

Posteriormente, os comentários de Lisboa em relação à noção de “terceiro setor” lembraram-me deste argumento de Paulilo (2002) sobre a mentalidade empresarial, remetendo-me ao universo: maricultura, ES/SENAES, APLs. Para o autor, nessa noção “predomina um enfoque operacional que acentua o aspecto da gestão profissionalizada das organizações civis, buscando-se acriticamente, para o ‘setor independente’, padrões de eficiência gerencial semelhantes aos do campo empresarial” (s/d (a), p. 2).⁹⁷

⁹⁷ Lisboa comenta as diferenças existentes entre as noções “economia social”, “economia solidária”, “sociedade civil”, “economia popular”, “economia popular solidária” e “terceiro setor”, indicando a imprecisão conceitual dessas noções e, também, a diversidade de abordagens, tendências. Ao destrinchar o sentido dessas noções, o autor indica o modo como se relacionam Estado, mercado e sociedade em cada uma dessas modalidades, bem como os locais

Outro tema que considero correlato, o qual passou a chamar a minha atenção, foi o fato de o discurso do governo ser atravessado pela linguagem, pelo enfoque da administração de empresas, o que pode ser visto na parte 1: ênfase na gestão, no planejamento estratégico, em metas de produtividade, na eficiência.

Passei, então, a acompanhar debates que problematizavam o dito “modelo de desenvolvimento”, a identificar-me com posições como a de Edélcio Vigna, cientista político do INESC, para quem, o perfil da presidenta Dilma mostra que ela está “menos ligada às demandas dos movimentos sociais. ‘Se Lula não fez, Dilma fará menos ainda. A tendência dela é mais economicista e tecnocrata, levando menos em conta a razão social. Ela não age para alterar o modelo, mas para aumentar a produção. É uma presidenta mais focada em resultados econômicos” (CARVALHO; AGGEGE, 2011, p. 24).⁹⁸

Mesmo dentre aquelas vozes indicadas aqui como alinhadas ao discurso das políticas públicas, houve quem defendesse que, não obstante estarmos na “fase do humanismo crítico”, norteadas por princípios participativos, a maioria das empresas de ATER segue a mesma orientação, qual seja: “‘incluir’ o pequeno agricultor [leia-se ‘aquicultor/a’] familiar na lógica do mercado, torná-lo cada vez mais dependente dos insumos industrializados, subordinando-o ao capital industrial” (PESTANA; PIE; PILCHOWSKI, 2008, p. 121).

Em seu estudo, Radomsky afirma que estão em jogo (também) a certificação como “um produto de mercado”; a existência de “indústrias de certificação apenas interessadas nos lucros advindos desta prática valorizada nos mercados da Europa, Japão e Estados Unidos”. O autor comenta os temas: “postura utilitarista do selo”; selo como “sustentáculo de uma forma de trazer o esquema do mercado capitalista para as relações”; selo, certificação valida produtos, cria valores de troca; selo como “símbolo e representação para administrar valores econômicos”

onde são adotados. (s/d(a); s/d(b))

⁹⁸ Ricardo Carvalho e Soraya Aggege completam: “Dilma mira em outro ponto: reduzir a pobreza no meio rural, sob o entendimento de que ela é mais grave e afeta o sistema econômico de forma mais brutal do que a configuração atual da posse da terra. Como no Bolsa Família, a lógica é suprir uma renda às famílias até que elas tenham condições de se integrar à estrutura produtiva, por meio da educação ou da infraestrutura montada pelo poder público. O Brasil Sem Miséria vai oferecer o Bolsa Verde (trimestralmente, 300 reais por família), sementes e até cisternas. Mas não distribuirá terras”. Os escritores fazem referência à posição de Plínio de Arruda, para quem: “como o governo centrou recursos em funções secundárias da reforma, como à assistência técnica e ao crédito, acabou por deteriorar o sentido do MST. ‘O governo transformou o MST numa ONG, o que em si modifica a relação do movimento com o camponês. Em vez de ativista, o militante torna-se um técnico do estado” (2011, p. 24-25).

(2009, p. 154; 156).

Parece-me plausível, neste sentido, pensar a maricultura a partir de um processo de mercantilização, haja vista o viés instrumental/utilitário destes instrumentos ou destas políticas públicas voltadas ao associativismo/cooperativismo e ao APL, inscritas em um modelo de desenvolvimento particular que, conforme Paulilo (2002), naturaliza as leis de mercado. Plausível, ainda, associar os discursos técnico-científicos que sustentam essas políticas públicas, incluindo as narrativas negativas alinhadas a eles, a este arcabouço que Godbout chamou de “paradigma dominante”, reencarnação daquele outro, o do “*homo oeconomicus*”.

Cooperação/solidariedade como estratégia competitiva

Nuanças deste debate que merecem ser destacadas:

Reporto-me aquele livro sobre economia solidária publicado pela SEAP/MPA, mencionado na parte 1, que, em resumo, apresenta essa forma de economia como algo diferente da capitalista. Se se além ao discurso oficial sobre a ES, apresentado anteriormente, percebe-se a expectativa criada sobre a construção de outro tipo de economia, baseada em outros pressupostos e voltada para a solução de dilemas éticos e sociais impostos pela economia capitalista.

No site da SENAES e em entrevistas de Singer aparecem falas contundentes que afirmam a diferença entre estes dois tipos de economia, a qual poderia ser traduzida para aqueles termos que me são familiares: economia capitalista, associada à *lógica utilitária*, e economia solidária, associada àquela *não utilitária*. Tratar-se-ia de lógicas e de modalidades de ação distintas. A competição seria a marca da economia capitalista e a cooperação/solidariedade, da economia solidária.

Ao mesmo tempo, toda a discussão em torno do associativismo/cooperativismo articulado ao APL aponta para: a adoção da lógica capitalista por parte das organizações solidárias e da ES de modo geral, conforme desenvolvido acima (o estímulo à difusão do associativismo/cooperativismo é um dos temas tratados nos APLs, cujas ações deverão estar orientadas para o mercado); e a construção da cooperação/solidariedade como um pilar do capitalismo atual, isto é, como “estratégia competitiva”. Este é o mote dos APLs.

Tentemos acompanhar o raciocínio: o manual da SEAP, trechos do site da SENAES e falas de Singer indicam que os empreendimentos solidários, como associações e cooperativas, estão inscritos em outra

modalidade de economia (lógica não utilitária). Simultaneamente, os/as produtores/as deveriam articular-se em torno de associações/cooperativas para fazerem parte do APL. Neste caso, o associativismo/cooperativismo e o próprio arranjo, pautados na cooperação/solidariedade, são entendidos como estratégia competitiva, meio de se adquirir ganhos de escala, competitividade e poder de mercado (lógica utilitária).

Na entrevista concedida por Singer a Rovai e Massad, estas contradições expressas na proposta da ES e sua articulação com a economia capitalista foram abordadas, e as respostas do secretário só reforçaram a argumentação anterior sobre o viés instrumental/utilitário das políticas públicas em questão (ROVAI; MASSAD, 2004). Ao ser perguntado sobre a convivência entre a economia solidária, formada por organizações como associações e cooperativas, e a economia capitalista, Singer afirmou que “a inserção da economia solidária na capitalista não é uma crítica, é uma constatação inegável”, que ele subscreve. O objetivo/a tendência seria, então, “tentar estruturar a economia solidária para que ela funcione em forma de redes”.⁹⁹ (p. 2)

Para Singer, uma empresa deve ser “suficientemente grande para comportar todo o capital fixo que a tecnologia mais moderna requer”. Trata-se de alcançar um “tamanho mínimo” que permita “ganhos de escala”, “categoria crucial para entender a lógica do capitalismo”. Este processo está ligado, por sua vez, à concentração do capital, consequência da competição, como já mostrou Marx¹⁰⁰ (competição, sobretudo, envolvendo preços entre vendedores e entre compradores, sendo que vendedores que vendem mais barato expulsam os demais do mercado). (SINGER, 2001, p. 101)

Ainda segundo Singer, a competição dentro e entre empresas

⁹⁹ Caso do MST: “processo de comercialização solidária” chamado de “comércio justo”, iniciado na Europa e agora presente no Brasil. A expectativa de futuro seria, conforme Singer, a formação de “uma ou duas redes de empresas cooperadas”: “Uma é a Anteag (Associação Nacional de Empresas em Auto-Gestão) que reúne 300 ou 400 empreendimentos. A Unisol, da ADS-CUT está começando, mas já congrega umas 80 cooperativas. E vai crescer muito. Há uma nova lei de falência em discussão no Congresso, que saiu do Senado em julho e voltou para a Câmara. Nela está previsto explicitamente o arrendamento da massa falida pelos trabalhadores organizados em cooperativas ou associações”. (ROVAI; MASSAD, 2004, p. 2)

¹⁰⁰ A atração do capital pelo capital, também conhecido como “centralização dos capitais” – modificação na divisão dos capitais existentes – é um fenômeno importante, gerado pelo processo de acumulação capitalista. Segundo Marx, o desenvolvimento da concorrência e o surgimento do sistema de crédito são duas alavancas poderosas que impulsionam a centralização. Esta, por sua vez, acelera os efeitos da acumulação, já que os capitalistas ampliam ainda mais a escala de suas operações. A condição necessária para a perpetuação deste processo é a constante reprodução ou eternização do trabalhador.

deveria ser a regra de sociabilidade na economia capitalista, posto que a sua ausência implica a constituição do monopólio. Ela seria fundamental para garantir os direitos da parte mais desconcentrada, compradores ou vendedores, e o equilíbrio entre a oferta e a demanda. Em situações como estas o que se observa é um número elevado de vendedores e compradores sem que um dos lados possa impor o preço ao outro. (p. 101)

Há, no entanto, contradições neste processo. Observa-se que, a partir do “uso crescente de capital fixo indivisível na produção, distribuição e comunicação”, a competição livre torna-se “extremamente antieconômica”. Esta situação, que pode ser entendida como uma “contradição”, seria observada há mais de 200 anos com o capitalismo industrial – introdução das primeiras máquinas automáticas e semiautomáticas. (p. 101) Existira, portanto, um limite para a competição. Passado esse limite, ela se tornaria “destrutiva em relação ao fim maior que a justifica” (p. 103). Nas palavras de Singer, “a conglomeração contradiz a lógica competitiva do capitalismo. De acordo com a doutrina econômica liberal, a produtividade é elevada ao máximo pela competição entre as empresas no mercado. Esta doutrina já vem sendo desmentida desde a 2 Revolução Industrial (1880-1980): os ganhos de escala e a corrida tecnológica impõem tanto a fusão de empresas que estão produzindo a mesma gama de mercadorias como a fusão entre empresas complementares” (p. 111).¹⁰¹

Outro argumento do secretário: “A competição entre vendedores tem como justificativa favorecer o consumidor. [...] Mas, se um vendedor vence a competição e elimina os outros, tanto pior para os consumidores. A competição tem como fim lógico apontar um vencedor e para que haja incentivos para competir é preciso que o vencedor seja devidamente recompensado e os vencidos punidos. Na competição pelo mercado, os compradores naturalmente eliminam os vencidos, sem sequer saber que o estão fazendo.” (p. 103) O que se observa, portanto, no capitalismo do modo como o conhecemos, segundo Singer, é a substituição da competição livre pela “oligopólica (poucos vendedores) ou oligopsônica (poucos compradores)”. Em suas palavras: “No capitalismo contemporâneo, a competição fundamental que ocorre é entre empresas gigantes ou multiempresas transnacionais”. Ao mesmo

¹⁰¹ Singer faz referência a problemas criados a partir do processo de fusão: “Mas, é claro que isso cria problemas para as multiempresas resultantes, pois a coordenação e o planejamento em escala universal requerem alto grau de burocratização, que traz consigo novas ineficiências” (2001, p. 111).

tempo, no “campo do consumo doméstico”, permanece como regra a “dispersão”. (p. 101)

O resultado de tudo isto é, portanto, o “poder descomunal” do “grande capital” em relação ao consumidor final.¹⁰² Em resumo: “Os compradores dos bens e serviços finais (destinados à satisfação direta de necessidades ou desejos humanos) vão ao mercado às dezenas de milhões, individualmente, e são forçados a escolher entre um número muito limitado de marcas que, em geral, oferecem produtos padronizados e com preços muito semelhantes”. (p. 101)

De acordo com Singer, impor-se-ia aos empreendimentos ou empresas solidárias um processo imperativo de concentração e conglomeração, expresso no dilema: crescer ou perecer (p. 109-110). Esse cenário aponta não só para o convívio entre ES e economia capitalista, como também para a adoção pela primeira de características da segunda. Esta é a expectativa hoje existente no Brasil, segundo o secretário da SENAES. Ele completa que pelo fato de a competição não ser a regra preferencial na ES, “a conglomeração é comparativamente mais fácil, porque a solidariedade torna a associação e a colaboração entre empresas natural” (p. 111).

Declara o secretário: “O principal campo de ação solidária das cooperativas já consolidadas é para fora. As suas sobras ('lucros') são em geral reinvestidos integralmente tendo em vista gerar novas fontes de trabalho e renda dentro da própria empresa ou sob a forma de novas cooperativas. Esta solidariedade intercooperativas é vital para o êxito das empresas solidárias. O desafio que o mercado em geral lança à empresa capitalista – ou cresce ou perece – vale também para as cooperativas e demais organizações solidárias” (p. 108). Ainda em suas palavras: “Não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado. Para que uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ela atinja um tamanho que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que

¹⁰² O aumento do número de ONGs de defesa do consumidor e de Códigos de Defesa do Consumidor comprovaria esta disparidade de forças, apenas atenuada com a presença destes órgãos de defesa: “Na realidade, onde a competição de fato disciplina o grande capital é no mercado de capitais, em particular na Bolsa de Valores. Ali se leiloam diariamente ações de todas grandes empresas e as cotações refletem as expectativas sobre o desempenho de cada uma em comparação com as outras. A companhia que apresentar em seu balancete trimestral lucros decepcionantes, vê imediatamente o valor de suas ações despencar” (SINGER, 2001, p. 102).

multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários” (p. 109).

Nas falas de Singer, a tensão entre economia capitalista e economia solidária desdobra-se em outra: competição e cooperação/solidariedade, em relação à qual ele também busca uma conciliação.

Ao analisar situações de cooperativas não consolidadas, em estágio inicial, faz referência ao caso de Mondragón, apontando a diferença deste em relação a cada nova cooperativa de produção criada: “Enquanto a economia solidária não representa um setor consolidado da economia, como o é, por exemplo, a Corporação Cooperativa de Mondragón, cada nova cooperativa de produção é uma aventura, cujo êxito não está assegurado. Ela passa quase sempre por um estágio inicial que pode ser chamado de tempos heróicos, quando a retirada dos associados se limita ao indispensável para assegurar a subsistência, as jornadas são de longa duração e todos fazem de tudo para a sobrevivência da cooperativa. É neste estágio que se forjam os laços de confiança mútua que tornam a solidariedade possível” (p. 106-107).

O autor estende a argumentação a outros empreendimentos em situação semelhante, isto é, empreendimentos “de gente desprovida de capital”: “O mesmo vale para outros tipos de cooperativas, que igualmente são iniciativas de gente desprovida de capital e que se capitalizam por meio do sacrifício dos associados. A prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum mas também para cobrir deficiências de companheiros. E assim por diante” (p. 107).

Com a superação dos “tempos heroicos”, a solidariedade passaria a ser combinada com “diferenças e idiosincrasias individuais”. Singer associa esta passagem ao processo de burocratização da organização: plano de retiradas mensais, baseado em critérios; divisão técnica de trabalho com definição de funções e remuneração; fixação de jornada de trabalho, etc. (p. 107).

A racionalização e a burocratização da organização não fariam, contudo, desaparecer a solidariedade, que continuaria “dando o tom” e marcando a especificidade da cooperativa. Neste contexto, o secretário frisa o aspecto democrático e autogestionário do empreendimento solidário: “A direção é eleita pelos associados, cada um tendo um voto. Todas as decisões estratégicas são submetidas à assembléia. Em caso de divergência, é comum o recurso a referendos. A disciplina é mantida

solidariamente, ou seja, transgressores são identificados pelos próprios companheiros de trabalho. Não há uma estrutura estranha aos trabalhadores que os vigia, admoesta e pune. A autodisciplina, um elemento fundante da autogestão, dá dignidade ao trabalhador e representa uma vantagem considerável da cooperativa em relação à empresa capitalista” (p. 107-108).

A remuneração nas cooperativas também indicaria a existência de solidariedade: a escala de remunerações seria decidida pelo voto individual de cada associado. A distância entre menor e maior remuneração seria menor na cooperativa. Apenas uma minoria caberia no topo da pirâmide salarial, e seus executivos satisfazer-se-iam com remunerações menores comparativamente às empresas capitalistas. De acordo com suas palavras: “É por solidariedade aos demais trabalhadores que os gerentes de grandes empresas solidárias se dispõem a ganhar muito menos do que poderiam ganhar em empresas não solidárias” (p. 108).

Singer fala da existência do campo “economia social”, uma escola de pensamento a favor do “pequeno tamanho das associações solidárias”, o que permitiria “a prática da democracia direta e do igualitarismo, sendo, portanto, uma garantia contra a burocratização e as concessões ao individualismo, que são endêmicas às grandes organizações, inclusive solidárias”. Para ele, no entanto, “estes argumentos têm muito de verdade, mas eles não resolvem a contradição central deste modelo: as microassociações solidárias continuam pobres, seus associados permanecem mergulhados em pobreza e nada permite esperar que isso mude no futuro”. (p. 109)

De acordo com sua argumentação, não só é fundamental a adoção da lógica capitalista por parte das organizações solidárias como elas não deixariam de ser fundadas sob o princípio da cooperação/solidariedade, que continuariam “dando o tom”. E, como indicado acima, cooperação e solidariedade também seriam fundamentais no capitalismo hoje, pois funcionariam como “estratégia competitiva”. Este é o mote dos discursos em defesa dos APLs, em que também aparecem reflexões sobre as relações entre competição e cooperação.

Arroyo (2008) defende os APLs, apoiando-se no argumento de que não existe antagonismo entre competição e cooperação/solidariedade. Ambas seriam complementares. O que haveria, segundo o autor, são dois processos: um homogeneizado pela competição e outro pela cooperação, o que implicaria resultados distintos.

Apoiado em Singer (2002, p. 8), Arroyo indica que a competição

não é ruim. Ao contrário, é boa. Quando vista destes dois pontos de vista: “ela permite (...) escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença”. O problema ocorreria, no entanto, com a quebra de empresários, o que atingiria também os empregados destas empresas. Neste sentido, “o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais pagam juros cada vez maiores, são demitidos (...) tornam-se inempregáveis”. (2008, p. 77)

Por isto, a competição não poderia sobrepor-se à cooperação. A cooperação – mais especificamente, a cooperação econômica, no caso – é entendida como “uma construção cultural estratégica baseada na interação social, em que os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos com equilíbrio por todo o sistema” (p. 78). Arroyo afirma que quando o par cooperação-competição é presidido pela competição “a tendência é de exclusão dos ‘derrotados’, enfraquecendo o ambiente sistemicamente, ou seja, todos perdem” (p. 77).

Retoma Adam Smith (1988, p. 19/22) para embasar seu argumento: “As raízes da cooperatividade já estão manifestas em Adam Smith (1723-1790): ‘Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, em geral, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho que, de outra forma, teria de ser feitas por muitas (...) o casaco de lã, por exemplo, que o trabalhador usa para agasalhar-se é o produto do trabalho conjugado de uma multidão de trabalhadores. O pastor, o selecionador de lã, o cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o confeccionador de roupas, além de muitos outros” (p. 78).

O autor defende, neste contexto, os APLs, na medida em que neles o par cooperação-competição seria presidido pela cooperação. Vejamos seus argumentos: “A clara tendência a modelos de desenvolvimento que dão relevância para cadeias, *clusters*, aglomerados, arranjos e sistemas produtivos, vai aos poucos dando evidência para o papel de estratégias cooperativas na sustentação da sobrevivência de empreendimentos, particularmente os da ‘economia popular’ (ARROYO; SCHUCH, 2006) e, da própria ‘vantagem

competitiva' (PORTER, 1999) de setores e regiões” (p. 75). Vale acrescentar sua percepção de que: “esta é uma tendência que transborda a economia e remete a uma expectativa de resgate da valoração da integralidade humana e seus valores positivos, nas mais diversas atividades da sociedade” (p. 78).

Gramkow destaca que essas configurações e a possibilidade de compartilhamento de recursos, informações, conhecimentos e riscos, além da aquisição de novas competências, atendem aos “interesses de sobrevivência e competitividade principalmente de micro e pequenas empresas” (2002, p. 17). A constituição de redes organizacionais favoreceria, inclusive, associações e cooperativas, considerando os problemas que enfrentam: obtenção de recursos financeiros, capacitação técnica e gerencial, e acesso a informações e a oportunidades de mercado. Tratar-se-ia por parte dessas organizações de “estratégias de sobrevivência e competitividade”. (p. 19)

Ao mesmo tempo, ao abordar o tema da relação entre cooperação/solidariedade e competição, a autora ressalta as contradições e os conflitos envolvidos: “A atuação das organizações de forma competitiva e cooperativa simultaneamente constitui-se uma contradição pois no atual contexto sócio-econômico de competição acirrada, a cooperação adquire um caráter estratégico para a obtenção de maiores vantagens competitivas. A competitividade enquanto capacidade das organizações em formular e implementar estratégias a fim de ampliar ou conservar uma posição sustentável no mercado (FERRAZ *et al*, 1995) encontra nas relações cooperativas os meios para manutenção da concorrência e ainda que conceitualmente ofereça benefícios aos participantes, na prática é fonte de conflitos por seu caráter de rivalidade e disputa” (p. 20).

As relações entre ES e economia capitalista e entre cooperação/solidariedade e cooperação, que geram um amplo debate, apontam para a existência de controvérsias teóricas importantes. As perguntas feitas a Singer por Rovai e Massad (2004) já o sugerem, bem como a argumentação feita por autores como Arroyo (2008) e Gramkow (2002), que procuram uma solução para as contradições existentes. Autores como Sousa (2008) e Wellen (2008), partindo de referenciais teóricos de tendência marxista, debruçam-se de modo crítico sobre a saída dada por Singer a estas contradições.

Para Sousa, a concepção de ES que aparece nos trabalhos de Paul Singer, que tem dado o tom do debate sobre o tema no país, sendo considerada uma referência teórica fundamental, aponta para um conteúdo eclético, influência de ideias socialistas utópicas, socialistas

marxistas, anarquistas, social-democratas e reformistas em geral, bem como polimorfo (2008, p. 53; 55; 57).

Wellen (2008) indica as incongruências da ES proposta por Singer, indicando a impossibilidade de convivência entre economia solidária e economia capitalista.

Rovai e Massad, naquela entrevista, questionam Singer a respeito de suas posições políticas. Perguntam a ele se ainda era um socialista convicto ou se havia mudado de opinião. Singer respondeu que não mudara de opinião, exceto porque: “até os anos 80, acreditava que a sociedade teria de ter apenas um modo de produção. No Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) comecei a perceber isso. Era uma postura de Marx que se revelou falsa. Ele dizia que o capitalismo era um pedaço da economia do século XIX, mas em pouco tempo, seria uniforme, uma sociedade de capitalistas e trabalhadores e um punhadinho de burocratas. Isso é literal. Como os trabalhadores serão pobres, explorados etc. e os donos cada vez menos numerosos, chegará um momento em que a maioria expropriará os expropriadores etc. Essa era a visão de que nós todos compartilhávamos. Hoje, uma parte dos trabalhadores quer ser assalariada, e não levar uma empresa para casa. Quando uma empresa entra em crise e os trabalhadores decidem tomar a empresa, parcelas grandes optam por não integrar a cooperativa. [...] Imagine se não pudessem? Seria uma forma de restrição às liberdades individuais. Sonho com o socialismo em que as pessoas tenham mais chances de escolha, não menos. [...] Estou recusando hoje a história de que o mundo vai mudar como novo homem que quer ser socialista. Excluo, porque é muito favorável ao que quero, mas é um sonho. No fundo, estou apreciando cada vez mais a diversidade. **O mundo é mais interessante com várias lógicas e opções.** [...] O socialismo é uma proposta, a meu ver, maravilhosa e por isso sou socialista. Mas que tem ônus. Não é o paraíso na terra. Ao estudar economia solidária passei a ter um conhecimento que eu não tinha. Há conflitos, não de classes, porque todos são iguais, mas de outras ordens [Exemplo: entre jovens e velhos; os primeiros querem que a empresa cresça, os segundos, usufruam do que ganham, já na lógica da aposentadoria.]” (2004, p. 2-3) (grifos meus).¹⁰³

¹⁰³ Singer exemplifica: O país que estaria mais próximo desse socialismo hoje seria a Islândia, “uma economia agropecuária, em que 80% de tudo está organizado em cooperativas. São basicamente camponeses que se juntam para industrializar a produção, comprar o que precisam”. Isto seria comum na Europa, que “tem, na agricultura, muita economia solidária, que em geral chamam de cooperativas ou de economia social. Na agricultura, é um fenômeno complexo, a indústria é capitalista, mas os fornecedores camponeses”. Associa, então, o caso

Para Sousa, a classificação ES “tem sido dada a tudo que relaciona uma atividade de fins econômicos a supostos princípios ou benefícios na esfera social”. Este argumento da autora pareceu-me muito importante: o contexto da ES é marcado por “um número muito amplo e muito diferenciado – se considerarmos as vinculações teóricas e políticas – de autores, de estudiosos, de profissionais, de grupos, organizações e de partidos, que vêm produzindo intelectualmente e/ou desenvolvendo atividades nessa linha” (2008, p. 55). Trata-se de diferentes segmentos da sociedade com objetivos e interesses diversos (p. 54).

Entendo que é necessário levar em conta o aspecto polissêmico dos termos *solidariedade*, *cooperação*, etc., associados a orientações teóricas e políticas distintas.¹⁰⁴ Diante das muitas críticas à ES, optei por circunscrever o problema nos seguintes termos: as políticas públicas, a ES articulada com o APL e a maricultura são atravessadas pela lógica mercantil. Neste sentido são também os discursos técnico-científicos que apoiam essas políticas ou lhes são afins. Poderiam ser, inclusive, associados ao “paradigma dominante”, uma ressignificação, neste contexto, do sentido de solidariedade/cooperação, que assume o mesmo viés instrumental/utilitário. A cooperação/solidariedade como estratégia competitiva é emblemática neste sentido.

Sousa afirma, em relação às ideias de Singer sobre a ES, que o problema não é só de ordem intelectual. Há efeitos sobre a realidade (2008, p. 57). Neste sentido, penso que a ES em sua articulação com o APL, no caso específico da maricultura, abre um vasto leque de reflexões, dentre elas, as implicações econômica, social e cultural da mercantilização a afetar a vida daquelas gentes: os/as maricultores/as.

de Santa Catarina ao da Islândia, pelo fato de o cooperativismo ser muito forte no estado. Completa: “Mas existem várias empresas por lá, como a Sadia. O Furlan é o exemplo típico do novo capitalista, que explora, mas precisa manter uma vasta base de fornecedores. E esses fornecedores se organizam em cooperativas para se defender do capitalista. Uma cooperativa para alguém como o Furlan é o normal, mesmo que ele não esteja em uma”. (ROVAI; MASSAD, 2004, p. 3)

¹⁰⁴ Vide a própria orientação marxista de Sousa: “Apesar de temas como autogestão, auto-organização dos trabalhadores, sociedade de ‘produtores livres’, justiça social, entre outros, estarem vinculados historicamente às origens do socialismo moderno do século 19, esse conceito – economia solidária – é cunhado na atualidade, nas duas últimas décadas do século 20, sob a marca da ‘solidariedade indiferenciada transclassista’, resultante dos processos de e das transformações do capital e suas estratégias de controle sobre o trabalho” (SOUSA, 2008, p. 57-58).

IMPLICAÇÕES

Novamente reporto-me às discussões clássicas nas ciências humanas sobre a lógica utilitária e não utilitária, que me orientavam, considerando sua atualidade, como afirmam Laville e Godbout acima. Não obstante as transformações que ocorreram no capitalismo, permanecem problemas relacionados ao utilitarismo. Não é por outra razão que as reações e as contraofensivas continuam existindo, como defende Laville (2008).

Polanyi adverte que o movimento colocado em marcha pela Revolução Industrial provocou a desarticulação na vida dos indivíduos. Sua pergunta é contundente: “Que ‘moinho satânico foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?’” (1980, p. 51). Conforme Laville, o otimismo que havia no ideário liberal foi contestado pelos fatos. A economia mercantil não só não promoveu a “paz social”, como levou à criação da “questão social”, com a intensificação não prevista do empobrecimento, da pobreza (2008, p. 22).

Tendo em vista a autonomização do fator econômico e a submissão a ele das demais esferas sociais, movimento que indica a desimplicação social da esfera econômica, Gaiger afirma, apoiado em Sen: “A economia distancia-se das considerações éticas e dos sentidos morais emulados a partir da vida social” (2008, p. 13).¹⁰⁵

Proponho, diante destas questões, uma reflexão sobre as contradições do discurso “oficial”, que, orientado pela lógica utilitária/instrumental, defende a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e inclusão econômica, social e cultural, por meio da transformação do artesanal e da criação de um artesanal profissional competitivo. Ou melhor, pela combinação associativismo/cooperativismo/ES e APL. Tal atitude é pertinente, tendo em vista as tensões observadas no campo: críticas, conflitos e reações às políticas públicas. Como dizem os/as maricultores/as, os tempos já foram melhores...

Novamente, Paulilo oferece pistas importantes. A autora debruça-

¹⁰⁵ Segundo Marx: “a ‘desumanização’ da economia é uma possibilidade humana, uma construção abstrata a partir de um processo de alienação do homem com relação a suas próprias projeções na natureza e nos outros indivíduos, passando a admitir sua própria reificação (MARX, 1987a; b)” (ARROYO, 2008, p. 77). Para Prates, Paixão e Freitas, constata-se um confronto entre a racionalidade formal do capitalismo e a ética social relativa às relações de produção: “a racionalidade técnica do capitalismo, que inegavelmente constitui um avanço considerável da capacidade humana em controlar as forças da natureza, está comprometida pela ética social gerada no interior das relações de produção” (1991, p. 79).

se sobre as implicações da mercantilização na maricultura. Para ela, a intensidade da competição favorece a exclusão de pequenos/as produtores/as e reduz o papel social da maricultura como alternativa às populações de baixa renda (2002, p. 16; 18), o que contradiz o discurso “oficial” e as análises afins.

Paulilo mostra as contradições presentes na maricultura: em um primeiro momento, a atividade expandiu-se de modo significativo sem “maiores regulamentações”. Depois, ocorreu o surgimento gradual de normas, como aquelas relativas ao controle de qualidade e de pureza do produto (moluscos) e à demarcação de áreas de cultivo pela EPAGRI, o que implicou o aumento das exigências relativas ao conhecimento técnico e à qualidade dos equipamentos. Resultado desse aumento de exigências, a partir de novas regras, é o fato de ter se tornado mais difícil estabelecer-se como maricultor/a (p. 15), além das dificuldades impostas aos/as produtores/as, de modo geral, independentemente de seu tamanho, não obstante o prazo de adequação à nova legislação (p. 16).

A essas se acrescentam outras exigências, conforme indicado na parte 1. Foi feita referência à política anterior a 2003, a do “não pode”, e àquela instituída com a criação da SEAP, pautada no uso racional de recursos naturais, no desenvolvimento sustentável, em planos de gerenciamento e monitoramento ambiental e nas “boas práticas” para o desenvolvimento da maricultura. Em suma, uma política nacional de fomento e de desenvolvimento setorial, inscrita nos “marcos de uma nova política de gestão e ordenamento”, comprometida com a “sustentabilidade ambiental” (BOERGER; BORGHETTI, 2008, p. 99). Para tal, foram criados instrumentos como: parques e áreas aquícolas (protegidas para cultivo); e PLDMs, para ordenar e disciplinar a atividade, amarrados à busca de legalização e formalização dos/as maricultores/as (solicitação de área e obtenção de licença ambiental), condição para que estes/as sejam atendidos por programas oficiais de governo e tenham acesso a incentivos, como linhas de crédito.

Foi ressaltado que a legalização dos projetos em águas da União é um procedimento burocrático moroso e caro. Isso porque a aquicultura é afetada por normas jurídicas de diferentes órgãos governamentais. Observam-se indefinição sobre responsabilidades e regras relativas à emissão de documentos; conflitos institucionais relativos à gestão, fiscalização e fomento do setor; e sobreposição de atos normativos referentes a diferentes setores. Os documentos exigidos são complexos e onerosos. Em relação ao licenciamento ambiental, a situação não é diferente: “indefinição quanto à competência dos entes federados”; “visões subjetivas impostas a conceitos institucionais de

sustentabilidade e equilíbrio ambiental”; e “demora na análise dos requerimentos de licença, resultado de dificuldades orçamentárias e do número reduzido de técnicos”.

Segundo “seo” Max, o processo relacionado à solicitação de área levou dois anos. Afirma que no governo Lula as coisas mudaram: era necessário preencher toda uma documentação que nem o técnico da EPAGRI ou um engenheiro consegue. Conclui que é mais fácil passar no vestibular do que preencher toda a documentação exigida. Quanto à licença ambiental, estão esperando há doze anos. Acrescenta-se a visão negativa que possuem de órgãos ambientais, vistos como instituições contra a maricultura e os/as maricultores/as.

Sobre o surgimento gradual de normas relativas ao controle de qualidade e de pureza do produto (moluscos), comentado por Paulilo (2002), costuro o que já foi dito em composições anteriores: visão da necessidade de industrialização da produção e de criação de estruturas apropriadas de produção e processamento, dentre outras exigências correlatas, como: sistema de controle sanitário, no contexto de uma sociedade moderna, em crescente processo de urbanização, que exige, cada vez mais, produtos semiacabados ou acabados de qualidade e a custos compatíveis; e processo de organização, desenvolvimento e profissionalização do setor, associado à padronização da produção (marca, embalagem, selo, indumentária, site, banner, sede, unidade sifadora). Tais instrumentos foram criados articulados à política dos APLs, que institui ações como: cadernos de normas, programa de certificação e projeto indicação geográfica das ostras.

Destaco a relação estabelecida pela autora entre o surgimento gradual de normas e o aumento de exigências relativas ao conhecimento técnico e à qualidade dos equipamentos. Maricultores/as reclamam do excesso de burocracia e de exigências técnicas. Tudo muito caro: tem que ter contador e advogado. UB implica investimento em infraestrutura e equipamentos. Para ter o SIF, é necessário pagar embalagem, isopor, gelo, frete dos aviões e representante. Lucro é bem pouco, diz “seo” Max.

As regras de controle, de acordo com especialistas entrevistados, seriam, com base no artigo de Paulilo, mais rígidas comparativamente àquelas existentes em países europeus. Para esses especialistas, o problema não estaria na existência dessas normas em si, mas na maior rigidez observada no Brasil. Esse argumento leva a autora a refletir sobre a possibilidade de haver relação entre preocupações higienistas e

reservas de mercado, relação essa já observada no país¹⁰⁶. (2002, p. 16)

Outro tema comentado por Paulilo, que expressa o confronto de interesses e atua como mecanismo de exclusão, é a demarcação de áreas de cultivo feitas pela EPAGRI. Apesar de essa empresa ter assumido a administração de muitas delas, alocando os cultivos segundo normas que contemplam prioridades sociais, exigências, complexidade, burocracia e legislação favorecem/podem estar associadas a reservas de mercado, seletividade e exclusão.

Existem sistemas coletivizados de produção em Santa Catarina bem sucedidos, inclusive, a exemplo do México (sistemas coletivizados, com ênfase na gestão por meio de condomínios, cooperativas, integrações e outras formas associativas), mas não se pode desconsiderar os fortes indícios de que os incentivos apontam para a mercantilização crescente. A autora cita a Instrução Normativa Interministerial 9, de 11 de abril de 2001, e as reações que esta estaria provocando pela “pouca ênfase nas questões sociais”. “Preocupa-se mais com as regulamentações técnicas e, entre outras disposições, exige que as áreas de cultivo sejam individualizadas”¹⁰⁷, o que daria abertura a novos conflitos. (p. 16)

A maricultura está associada a “novas formas de ocupação das águas costeiras, nem sempre pacíficas” (p. 5). Trata-se de uma “nova estrutura fundiária” (BOERGER; BORGHETTI, 2008, p. 107). Da ocupação e demarcação com “cercados brancos” das águas para cultivo advêm conflitos, em que participam aqueles que valorizam as paisagens, turistas, moradores, agências imobiliárias e ambientalistas, atores preocupados com a ocupação desordenada e a superutilização de determinadas áreas e embarcações cerceadas em suas movimentações.

¹⁰⁶ Paulilo faz referência a outros estudos que fez sobre o assunto e apontam para uma situação semelhante a esta observada na maricultura: “Situação semelhante foi vivida no Oeste do Estado quando da implantação de frigoríficos nos anos 70 e, atualmente, na questão da qualidade do leite. No primeiro caso, muitos suínos foram abatidos, e a produção caseira severamente restringida em função de as autoridades terem alegado presença de um mal contagioso, a 'peste suína'. Até hoje a existência ou não da peste é assunto polêmico (PAULILO, 1990). Quanto ao leite, quando seu preço foi liberado depois de 45 anos de tabelamento, em 1990, surgiram sérios questionamentos sobre a qualidade do produto oriundo dos estabelecimentos mais rústicos, o tipo 'C', embora ele estivesse dentro dos padrões sanitários exigidos no País (PAULILO, 2001)” (2002, p. 16-17).

¹⁰⁷ Segundo Gramkow: “Pode-se supor uma maior integração caso as áreas de cultivo tivessem sido oferecidas para um grupo de maricultores em lugar de um lote por produtor, levando em consideração que a característica de individualismo do maricultor não se manifesta quando realiza atividades de pesca em que se faz necessária a união do grupo, como na retirada do barco ou da rede do mar” (2002, p. 130-131).

(PAULILO, 2002, p. 5-6)¹⁰⁸

Levando-se em consideração os recursos escassos, a valorização da atividade, a legislação (excludente), a entrada na atividade de pessoas com maior poder econômico (comparativamente às famílias com recursos e/ou instrução insuficientes para competir com os novos interessados na atividade), e a existência de um mercado à espera, já que a produção atual não dá conta nem mesmo do consumo interno, Paulilo aposta “em um aumento da disputa pelo recurso finito que são as áreas liberadas para cultivo”. Lembra que no passado “a extensão rural foi seletiva no Brasil, tendo criado grandes contingentes de excluídos, parte dos quais integraram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)”. Adverte que “dependendo do modelo de desenvolvimento que for adotado para a produção marítima, poderemos ter os 'sem-mar””. (p. 16; 18)

Como lembra “seo” Max, de modo contundente, ao problema da área no mar soma-se o da área na praia. Não só as fazendas marinha, mas também os terrenos à beira do mar são objeto de disputa, havendo conflitos relativos à ocupação de áreas na praia para a instalação de ranchos, importantes para o exercício da atividade. Por meio de lancha e

¹⁰⁸ Lembro que o PLDM está sujeito ao planos diretores do município. Ou seja, a EPAGRI deve consultar a Prefeitura para ver se existe conflito do primeiro em relação aos segundos. Abre-se, assim, outras questões para reflexão. Conforme chamam atenção Lüchmann *et alii*: “O principal fenômeno que a [a cidade de Florianópolis] transforma a cada dia é o crescimento vertiginoso de sua população, resultado de migrações de grupos de todas as classes sociais em busca de uma cidade que é propagandeada aos quatro cantos como “capital da qualidade de vida”. [...] Em consequência disso, a ocupação do solo ocorre de forma desordenada, alvo muitas vezes da especulação imobiliária. O poder estatal, além de não responder às demandas dos serviços das comunidades que crescem, está fortemente orientado para a defesa dos interesses de empreiteiras e grandes empresas de turismo”. Ainda nas palavras dos/as autores/as: “Florianópolis vive um momento crítico no que diz respeito à questão do planejamento urbano. Faz-se clara uma disputa de projetos e representações do que seria uma cidade melhor, que se manifesta principalmente no processo de construção dos planos diretores locais e que exemplificam um pouco como (não) tem se dado o diálogo entre sociedade civil e prefeitura”. (2004, p. 62) Eles/as continuam: “Tais projetos urbanos representam uma imagem, expressam uma finalidade, suscitam uma pergunta: para quem é a cidade? Mas não só isto. Os procedimentos de gestão da máquina estatal estão ancorados em uma noção de democracia e de participação da sociedade civil que passam longe dos ideais preconizados por estas comunidades que, em função da indiferença político-institucional, viram-se obrigadas a se mobilizar e a elaborar, com a ajuda de membros da universidade, planos diretores alternativos para suas respectivas regiões, já que muito do que desejavam foi completamente ignorado pelo projeto 'oficial”” (p. 62-63). Em outro momento do estudo: Dentre outras razões, os desafios de um associativismo associado a novas propostas e orientações da sociedade civil, diferentes de velhas práticas (clientelistas, oligárquicas), “dizem respeito, no caso específico de Florianópolis ao retraimento da esfera estatal que, muitas vezes de costas à participação popular, investe maciçamente na implementação de um modelo de cidade que prioriza a iniciativa privada em detrimento do interesse público” (p. 68).

barco, trabalham entre o mar, onde estão as fazendas marinhas com os cultivos, e o “rancho”, onde fazem o “manejo” dos moluscos e guardam, dentre outros, as embarcações. É possível observar vários ranchos à beira da praia no Ribeirão. Nem todos da AMPROSUL tinham ranchos à beira da praia. Acompanhando dona Eva, participei de uma reunião de produtores/as com o vice-prefeito sobre a construção de ranchos. A prefeitura estaria destinando recursos para isso. Seria necessário, no entanto, terem um terreno na praia, o que engendra outra *via-crúcis*.

Por considerar ser tão importante os/as maricultores/as terem uma saída para o mar – ou seja, ranchos na beira da praia – “seo” Max chega a dizer que é um direito: “Todos os terrenos daqui rezam a frente pro mar. Todos eles rezam a frente pro mar. O meu pai tinha já um terreno na praia. A dele já tinha perdido a metade do terreno, porque vieram e invadiram o terreno. E esse aqui na época também. Certamente, isso também foi invadido. E tinha, tinha dono isso aqui, entendeu? Aí, na época, fizeram um escritura fria, inclusive uma escritura boa, uma escritura legítima disso aqui. Um instituto (?) que criaram por debaixo dos panos para quem era rico se regularizar, ter escritura boa. E eu meti os peito e vim. Isso, há 30 anos atrás, e construí aqui, construí um rancho... Fiz um rancho, e agora nós vamo brigá. Vamo pra justiça e vamo vê o que vai dá, porque, pô, pra começar a parte de marinha é da União. O cara que é pescador, onde é que vai botar o barco? Tens carteira de pescador pra quê? Pra que que eles te dão uma carteira de pescador? Ela tem que ter algum valor pra ti. E assim eu fiz. Eu coloquei as embarcação aí dentro dos 33 metros de marinha, na qual eu tenho direito, e vou lutar por isto a vida inteira. E eu quero que todo mundo que é pescador, que nasceu e se criou na beira da praia, que faça o mesmo como eu fiz. Não deixe pessoa de fora invadir, entendeu? Que fique ali na sua comunidade e vá lutar pelo que é seu, pelos seus direito. Eu acho que é um direito da gente, que a gente tem. Até essa ranchola aí, ó, tem registrado no CREA, com engenheiro com tudo. Tem a planta lá em casa, tem a planta da rua. Tudo, tudo certinho, assinado pelos engenheiro do CREA. Tudo”.

Os comentários sobre as implicações das normas de controle de qualidade e de pureza do produto (moluscos) no Brasil e da demarcação de áreas de cultivo feitas pela EPAGRI no sentido de expressarem confronto de muitos interesses e de atuarem como mecanismos de exclusão vão ao encontro das observações que fiz na pesquisa, contribuindo para a compreensão do contexto estudado, ainda que Paulilo (2002) não enfoque o associativismo/cooperativismo e o APL.

Relações de poder

Retomo aqui a diversidade de atores envolvidos com a maricultura: diversidade de vozes, pontos de vista e interesses que se cruzam nos diferentes níveis da Federação, das disputas no CONAPE às disputas locais, afora o cruzamento de interesses entre áreas distintas e afins, como a maricultura e o turismo, este associado a todo o processo no Ribeirão: planos em torno da “rota das ostras” e “portal das ostras”. Maricultores/as, ou melhor, associados/as da AMPROSUL, por sua vez, buscam a participação nestas diferentes instâncias e reclamam quanto ao excesso de exigências e de burocracia relacionados a licenças, etc., bem como aos privilégios em relação aos “grandes”.

Paulilo desconstrói o “discurso homogeneizador sobre a maricultura”, segundo ela, “muito utilizado politicamente no Estado, que a considera, sem problematizar, como uma alternativa para os pescadores artesanais que perderam suas condições de trabalho e como uma atividade que beneficia a família como um todo” (2002, p. 18). Existe um embate: de um lado, a “tendência em se reproduzirem na maricultura muitos dos costumes da pesca tradicional por parte de ex-pescadores e, de outro, a insistência por novas leis requeridas pelos que vêm de outro grupo social, como empresários, profissionais liberais, entre outros” (p. 7). Para a autora, “interessa menos como se dá a formação de alianças, ou seja, como se dão os processos integradores, que desvendar os conflitos abertos ou potenciais que permeiam a convivência comunitária nos locais onde está se estabelecendo a maricultura. [...] O que nos interessa é levantar questões que ponham em cheque a construção excessivamente homogênea e integradora dos grupos analisados” (p. 8). Neste sentido, ela propõe “ver a maricultura do ponto de vista das relações de poder e das formas de legitimação que este poder busca” (p. 17-18).

A autora constrói o embasamento teórico de sua proposta a partir da seguinte argumentação: “Há diferenças sócioeconômicas e culturais entre grupos internos a ela [localidade], que se refletem em diferenças de interesse e poder. Quem age são as pessoas e dificilmente em concordância, como enfatizam estes pesquisadores que dão grande importância aos estudos de caso. As forças sociais não são produto de um consenso, mas a resultante de embates entre interesses em conflito. A localidade é uma arena. O poder local não se apoia em uma soma de interesses, mas em alianças que buscam legitimidade social. Nesta busca são elaboradas diferentes construções do real que lutam por hegemonia”

(p. 8).

As regras e as normas agiriam no sentido de demarcar fronteiras e poderiam ser tratadas como operadores, mecanismos de exclusão acionados – formas de controle que atualizam relações de poder e expressam interesses divergentes. Considerando os projetos e as expectativas para o setor, voltados para a profissionalização das produções e a inserção dos/as produtores/as no mercado (interno e, se possível, internacional), e daí a suposta justificativa de adoção de regras, como aquelas relativas à qualidade do produto, válidas internacionalmente, deve-se falar em estabelecimento de fronteiras e relações de poder em nível internacional. Radomsky debruça-se sobre este assunto.

O processo e os selos de certificação, segundo Radomsky, dizem respeito a “um esquema geral concernente aos mercados contemporâneos e à expansão do capitalismo” (2009, p. 143). Em suas palavras: “Pesquisas mostram que a certificação tem sido prática crescente nos últimos anos e esteve vinculada ao aumento do comércio mundial desde a abertura crescente das economias nacionais, à valorização das economias locais e dos produtos de qualidade. Nisto, a certificação impõe imperativos tanto para um comércio de longa como para o de curta distância aplicando qualificativos essenciais aos produtos” (p. 135). O autor problematiza: “Com o aumento das transações globais e com o 'suposto' fim das barreiras comerciais na implementação das diretrizes da Organização Mundial do Comércio (1994), outros impedimentos foram criados. É o caso, por exemplo, do Acordo TBT (*Technical Barriers to Trade*) de 1995 que terá papel central para imposição de barreiras não tarifárias na OMC. Este acordo passou a dispor sobre a conformidade, as características e os métodos de produção ou processamento dos produtos (FONSECA, 2005, p. 158). Além deste, muitos outros mecanismos foram formulados. As certificações de modo geral representam esse movimento que reconstitui e renova os poderes das organizações e instituições que têm capacidades de atuação internacional e que, não raro, falam em nome de atores sociais do Norte Global” (p. 136). Não se pode perder de vista: “formas de controle atualizam relações de poder no panorama político-econômico internacional” (p. 148).

Wellen conta que “nos anos 90, cooperativas cearenses ficaram quase seis meses sem encomendas em função da crise Argentina, país para o qual a empresa parceira destinava parte de sua produção (LIMA, 2003, p. 18)”. Destaca, ainda, que “geralmente a empresa determina a produção, como deve ser organizada, padrões, etc. (LIMA, 2003, p. 19)”

(2008, p. 111).

Na mesma direção acenada por Paulilo (2002), Radomsky (2009) e Wellen (2008), Sousa afirma que no âmbito da ES, marcado pela diversidade de empreendimentos solidários (organizações formais e informais, de representação de trabalhadores ou patronal, associações de interesses sociais, econômicos e políticos, indivíduos comuns, e experiências ligadas ao poder estatal), existe um “suposto consenso de interesses” (2008, p. 58).¹⁰⁹

Essas questões recolocam as peças do quebra-cabeça, ao menos da forma como ele vinha sendo montado até a parte 1. No início desta composição, colocou-se em dúvida se a maricultura e as políticas públicas dirigidas a ela, como o associativismo, o cooperativismo e o APL, no limite, as “estratégias associativas”, construídas sobre relações de solidariedade e cooperação, conciliariam desenvolvimento e inclusão sob seus diferentes aspectos. O argumento desenrolou-se no sentido de não conciliar, tendo em vista as implicações da lógica mercantil que atravessa a atividade e suas políticas.

Na busca por acompanhar a conjuntura, a partir de debates críticos, em diferentes meios de comunicação, despertou minha atenção uma entrevista com Marilena Chauí (2010), defensora do governo Lula na ocasião. Primeiro, ela teceu elogios ao governo: 18 milhões de brasileiros saíram da linha da miséria, 32 milhões da linha de pobreza e 40 milhões de empregos novos foram criados com elevação salarial. Acrescenta que 73 Conferências Nacionais foram realizadas, com 70 mil pessoas participando para decidir sobre todos, conforme suas palavras.

Tece, então, comentários sobre o modo como a economia foi concebida, apontando para: o fortalecimento da demanda interna, do crescimento interno, o impedimento do processo de desindustrialização, o controle do poder financeiro e o investimento no conjunto das políticas sociais que produzem a inclusão econômica. Destaca o fato de que os programas sociais constituem um “sistema institucional”.

¹⁰⁹ De uma perspectiva marxista, Sousa afirma que a dinâmica contemporânea do capital e o atual padrão de acumulação, associado a formas atuais de desenvolvimento econômico e industrial, estão associados à reestruturação produtiva, a transformações no âmbito do trabalho, que apontam para o constrangimento das relações sociais de produção e a intensificação das condições de exploração da força de trabalho. Tratar-se-ia de estratégias de controle sobre o trabalho, podendo ser consideradas transformações funcionais ao capital. As atividades de trabalho organizadas no âmbito da ES, “modalidades que aparentemente seriam formas autônomas e independentes de trabalho”, poderiam ser analisadas a partir deste ponto de vista. Mistificação, portanto, de alternativa socioeconômica para a classe trabalhadora e empresas sublocadas no processo de produção fabril. Tratar-se-ia não de mudanças de fundo no modo de produção capitalista, mas na re-atualização desta (SOUSA, 2008, p. 58).

Exemplificando: “Você tem o Bolsa Família que só funciona, porque você tem, através do PAC, o Luz para Todos, o Minha Casa Minha Vida, os quais só funcionam porque tem o PRONAF, a agricultura familiar, a qual só funciona porque tem um atendimento para as crianças através do FUNDEP, o qual só funciona porque há um vínculo entre todas essas políticas e a economia solidária, isto é, a constituição da economia através das cooperativas, e, portanto da recusa da propriedade privada do meio social de produção. É uma coisa gigantesca, é uma coisa gigantesca!” (2010, p. 13) Chega, então, à ES: “Quando você vê cada programa social articulado no outro e o vínculo disso com o trabalho do Paul Singer, através do sistema de cooperativas, e, portanto, da propriedade coletiva dos meios sociais de produção” (p. 14).

Ao ser questionada sobre o fato de o grande beneficiário não popular da política econômica do governo Lula ser o capital financeiro, ela deu sua resposta: “Eu não acho. Eu achava isso até um tempo atrás... [...] Quando nós atravessamos a crise do jeito que atravessou, eu disse: os banqueiros vão muito bem, obrigado, a gente sabe, mas por que a crise praticamente não nos tocou, nos tocou mais tarde que os outros e foi embora mais cedo que os outros? É porque a ênfase foi dada no capital produtivo, na reindustrialização do país, e da infraestrutura. [...] Então, é uma nuvem de fumaça que nós temos de que é o capital financeiro. Ele vai muito bem, obrigado. Mas, ele não é o núcleo duro do projeto econômico e eu acho que a proposta de reestruturar o Estado, recuperar as empresas estatais, marcar a intervenção direta do Estado na produção econômica, orientar isso, prioritariamente, de um lado para o mercado interno, e, do outro lado, do hemisfério sul. Por isso, a recusa de entrar na Alca” (p. 14).

Ela enfatiza a importância da pressão dos movimentos sociais, considerando que “agora tem tudo agora para fazer, porque agora tem os Conselhos, os Conselhos Nacionais. Do ponto de vista institucional, está tudo montado, tem que usar a institucionalidade para fazer isso” (p. 15).

Ao acompanhar debates que problematizavam o dito “modelo de desenvolvimento”, chamaram minha atenção os comentários do professor de filosofia da USP Vladimir Safatle, em diferentes meios de comunicação, a respeito da existência no Brasil de um “capitalismo de Estado”, que favorece a formação de cartéis, de monopólios e de oligopólios. Sua visão apresenta nuances não destacadas no discurso de Chauí.

Ao recuperar as origens do termo *capitalismo de Estado* na tradição marxista, bem como seus usos distintos, o professor afirma que esse termo poderia parecer inutilizável, no entanto aponta para um

fenômeno que pode nos ajudar a compreender o capitalismo brasileiro. Segundo Safatle, o “processo de redimensionamento do livre mercado pela força planificadora do Estado”, expresso por esse termo, indica contradições. De um lado, o que poderia ser considerado seu ponto positivo: “consciência da necessidade de saber como limitar as tendências de pauperização e desigualdade produzidas pelo capitalismo”; de outro lado, o que seria considerado temerário: modelo de associação entre Estado e setores da burguesia que garante aspirações oligopolistas desses setores por intermédio da intervenção estatal (2011, p. 88).¹¹⁰

À luz desse termo, Safatle faz a seguinte leitura do capitalismo brasileiro: “Lula compreendeu que os próximos passos dos capitalismo mundial caminhariam em direção à reconstrução do capitalismo de Estado. A crise de 2008 deu-lhe completa razão. Utilizando-se de um tripé composto de bancos públicos (que, tragicamente, não existem mais em país desenvolvido algum), empresas privadas com grande participação estatal (como Embraer e Vale) ou empresas públicas (como Petrobras), o governo conseguiu criar uma política econômica anticíclica que se demonstrou extremamente acertada. Não era necessário esperar, porém, a crise de 2008 para chegar à conclusão de que o futuro passaria pela reconstrução do capitalismo de Estado. [...] Esta não era toda a história, porém. Se, por um lado, o Brasil conseguia escapar das tendências suicidas dos economicistas neoliberais, ele estava mais uma vez aberto ao lado negro do capitalismo de Estado: sua tendência oligopolista. Tendência fartamente financiada pelo BNDES. De fato, é difícil encontrar atualmente algum setor estratégico na economia nacional que não esteja dominado por oligopólios ou duopólios. [...] Em boa parte desses casos, o processo de oligopolização foi feito pelo financiamento estatal, a despeito da necessidade de criação de grandes empresas capazes de competir no mercado internacional” (2011, p. 89-90).

Como já disse Singer, justificando a importância da organização em cooperativas, “no capitalismo contemporâneo, a competição

¹¹⁰ Ainda nas palavras de Safatle: “O capitalismo de Estado tendia necessariamente a ser um capitalismo monopolista. Ou seja, mobilização do Estado para assegurar um processo de oligopolização da economia pela facilitação da criação e financiamento de grandes empresas, graças a um sistema público de participação e garantias fornecidas pelo Estado. Por meio desses sistemas, grandes empresas tinham, entre outras coisas, acesso a fundos de financiamento a taxas reduzidas de juros. O resultado final era a submissão das dinâmicas de concorrência dos preços e ofertas a uma situação na qual todos os setores fundamentais da economia encontravam-se nas mãos de oligopólios, duopólios e outras formas de cartéis. Algo não muito diferente do que vemos hoje no Brasil” (2011, p. 89-90).

fundamental que ocorre é entre empresas gigantes ou multempresas transnacionais” (2001, p. 101). A questão que Safatle nos faz pensar é: Até que ponto o governo não alimenta essa competição?

Interessante retomar a afirmação feita por Polanyi de que não deixou de haver regulamentação com o mercantilismo (1980, p. 80). O autor defende a impossibilidade de existência de um sistema de mercado autoregulável em sua totalidade, como propõe o liberalismo. A história do século XIX, segundo o autor, está amplamente marcada por mecanismos de proteção contra as violências exercidas pelo sistema de mercado autoregulável, principalmente, quando ele tenta dominar a sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias.

Vimos que, de fato, tem havido intervenção por parte do Estado. A questão está em saber: Intervenção em qual direção? A favor de quais interesses? Qual a configuração de forças irá promover? Abre-se, assim, outra vertente do debate: sobre as relações entre mercado, Estado e sociedade. Entrelaçamento destas discussões com a política. Trata-se de um debate engajado.

Contam Graeber e Lanna que Mauss, socialista engajado contra comunistas e social-democratas que “fetichizariam a política” e o papel do estado, defenderia que os limites deste estaria no “provimento de um quadro legal (ou no falar atual, regulatório) dentro do qual os trabalhadores poderiam trazer a lei de volta à coerência com a moralidade popular” (2005, p. 3).¹¹¹ O socialismo liberal de Mauss iria contra as duas formas de economicismo: mercantilismo capitalista e comunismo marxista. (DERRIDA, 1995)

Godbout afirma a possibilidade de convivência entre as três esferas: mercado, Estado e dádiva. Assume o traço instrumental do Estado e do mercado, defendendo a convivência entre essas três esferas sem a sobreposição da lógica utilitária.¹¹² Embora não considere

¹¹¹ Fournier debruça-se sobre o lado político de Mauss e o aspecto político de sua obra (1993, p. 104). Destaco sua participação no movimento cooperativo: “Era ativo no movimento francês cooperativo, tendo fundado e administrado com um amigo uma cooperativa de consumidores em Paris, assumido vários cargos e feito viagens a várias partes da Europa, a partir das quais publica reportagens sobre o movimento cooperativo na Alemanha, Inglaterra, Hungria e Rússia [...] nunca foi comunista, mas adepto de um socialismo criado de baixo para cima, através de cooperativas e sindicatos, não deixou de contemplar a abolição do sistema salarial”. Graeber e Lanna referem-se a Polanyi como “outro socialista crítico ao comunismo” (GRAEBER; LANNA, 2005, p. 2-3). Sobre o projeto cooperativista de Mauss, ver Graeber (2002, p. 25; 28).

¹¹² Segundo Godbout, as sociedades modernas não podem ser pensadas somente a partir das esferas do mercado e do estado. Para o autor, é necessário não só introduzir uma outra esfera: a

desejável, o autor contempla a possibilidade de existência de organizações solidárias submetidas à lógica utilitarista. Abertura para a pergunta: E quando o próprio Estado estimula a adesão a essa lógica utilitária por parte de organizações solidárias?

Laville também se posiciona: “A articulação entre resistência e construção passa pela introdução de lógicas solidárias nos atos econômicos mais comuns. Uma abordagem renovada de mudança social define-se assim: a colocação ao debate de práticas que visam à democratização da economia permite atacar concretamente “a naturalização” da economia mercantil dominante” (2008, p. 39).

Gaiger, em um mesmo sentido, entende que são fundamentais a regulação e a intervenção do Estado sobre o mercado, sendo imperiosa a participação política da sociedade.¹¹³

Diante de todas estas considerações, construídas a partir de determinadas referências bibliográficas, torna-se plausível falar, portanto, em termos de um modelo de desenvolvimento que naturaliza as leis de mercado, ainda que enfatize sua preocupação com a dimensão social. Está em jogo a prevalência da lógica mercantil na concepção da ES articulada ao APL, com reflexos na maricultura: implicações como diferentes formas de exclusão e relações de poder assimétricas, que vão

dávica, que seria fundante das outras duas, mas também revitalizar as primeiras. A dívida seria um elemento regulador que introduziria uma nova dinâmica no circuito mercado-estado-dávica. O estado deixaria de reproduzir a lógica do mercado e passaria a ter uma nova relação com os organismos comunitários. Para isto seria necessário, no entanto, a transformação da democracia representativa em democracia direta. O autor comenta a importância dos três sistemas atuando em conjunto: “equivalência mercantil, igualdade e direitos estatais, gratuidade do estado de dívida: a sociedade atual tem necessidade dos três sistemas, e não nos ocorre sugerir a eliminação nem do Estado nem do mercado. Isso seria não só impossível, mas também bastante nefasto, pois uma grande sociedade (estatisticamente falando) necessita do aparelho estatal e também do mercado. A dívida, por sua vez, acarretaria fenômenos de dominação pessoal particularmente graves, efeitos perversos de clientelismo que nos são familiares”. (p. 221)

¹¹³ Nas palavras de Gaiger: “A razão instrumental aplicada à economia propõe soluções simples que a tomaram plausível, atraente e bem sucedida, como forma pretensamente espontânea de arbitragem. Contudo, ela possui uma contradição fatal, pois apenas preserva sua racionalidade como sistema ao preço da eliminação sistemática dos fatores que geram impasse ou perturbações à sua continuidade. Custo desprezível para quem nela se mantém, mas extremamente caro para quem o paga. Diante disso, a via que se apresenta conduz a um novo sistema de regulação, a outra institucionalização da economia (GAIGER, 2004), que discipline a liberdade imanente à conduta econômica, o que é factível somente a partir de fundamentos éticos conscientes e de uma deliberação política, como, aliás, acontece com a economia redistributiva cada vez que o pêndulo moderno inclina-se do mercado para o Estado (BERMAN, 1990). A solidariedade democrática é um dos movimentos a operar nesse sentido, de lenta e incerta alteração na relação de forças. A economia solidária representa uma de suas fontes de energia e de exemplificação” (2008, p. 18).

ao encontro das constatações nativas de que os tempos já foram melhores e das reclamações sobre o privilégio dado aos “grandes”.

Neste sentido, há uma inversão: diferentemente das narrativas negativas, a abordagem desta tese não dirige a responsabilidade aos/às produtores/as. Sob certo ponto de vista, nessas narrativas, estes seriam responsáveis por seu próprio fracasso. Tom de culpa e responsabilidade dirigido aos/às pequenos/as produtores/as: faltar-lhes-iam organização, solidariedade, etc. O foco, no caso, não está no modelo de desenvolvimento adotado. Este não é problematizado.

Esse processo, sob certo ponto de vista, é observado na ES, de modo geral, por outros/as autores/as. Cito um dos casos estudados por Gonçalves, o da Cooperativa de Crédito Rural de Jaguaretama. A autora problematiza a visão de técnicos do BC de que as dificuldades por que passam cooperativas estão associadas à falta de determinado “nível de consciência e de reflexividade coletiva”, o que seria “difícil de germinar em um contexto socioeconômico que não propicia o exercício da cidadania, da justiça, da educação e o acesso à informação” (2008, p. 137).

Gonçalves questiona o fato de esta cooperativa precisar seguir os princípios de rentabilidade exigidos pelo Banco Central. As mesmas leis e normas seriam aplicadas a todos os segmentos ou instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN), independentemente de suas especificidades. (p. 137) A autora conclui: “A despeito de suas singularidades, a maioria dos empreendimentos enfrenta o mesmo conjunto de discriminações negativas, persistentes na esfera do mercado e na esfera do ordenamento jurídico, quanto à: a) mercado, na identificação de nichos de mercado onde o empreendimento seria competitivo; b) escala de produção; c) produção com maior valor agregado; d) marco legal adequado; e) acesso ao crédito; f) acesso às informações; g) ausência de assistência técnica e acompanhamento e h) políticas públicas” (p. 139).

Para Gonçalves, não obstante as entidades de apoio e fomento à economia solidária terem adotado uma conduta exemplar no plano de formação das consciências para a prática de novos valores, nenhuma delas “tem força suficiente para intervir nas regras de mercado e no marco legal”, dimensões que ela chama de estruturais (p. 139-140).

O baixo nível de consciência coletiva não poderia ser explicado pela baixa escolaridade. Dever-se-ia questionar “as raízes históricas e estruturais da pobreza e do baixo nível de escolaridade, portanto, do baixo ‘nível de consciência’”. (p. 137) Aluna de Otávio Ianni, Alicia lembra que ele dizia em sala de aula que “as nossas elites historicamente

estabeleceram um laço débil com o seu povo e com os interesses da nação” (p. 138).¹¹⁴

Cito, ainda, o argumento de Wellen (2008), de tendência marxista, como o de Gonçalves (2008), sobre a importância da dimensão individual e subjetiva no contexto da ES. Ele também abre caminhos para se pensar na existência de um processo de culpabilização de grupos que não correspondem às expectativas ou ao modelo.

O autor problematiza ideias da ES que fazem crer que o aproveitamento de qualidades subjetivas gera uma eficiência coletiva necessária para a formação de economias de redes, *clusters* e APLs ou que o uso do capital também está associado a aspectos subjetivos. Essa forma de percepção favorece o entendimento de que os problemas são de ordem individual, ou relativa aos grupos tratados individualmente, e não coletiva, e abrem caminhos para que a percepção de que os/as pequenos/as não teriam ou não aproveitariam essas qualidades subjetivas ou não saberiam fazer uso do seu capital.

De acordo com Wellen, nas organizações da ES, seriam privilegiados fatores subjetivos, segundo orientação a partir de qualidades como consciência social, valorizadas socialmente e, portanto, passíveis de sucesso no mercado capitalista. Tratar-se-ia de um

¹¹⁴ Relata o primeiro presidente da Cooperativa: “Foi difícil a gente atingir a meta de crescimento que tornasse a cooperativa viável e sustentável. Para que seja uma cooperativa de alta sustentação, é preciso que ela tenha um crescimento exigido por nós (cooperados) e pelo BC. O BC estabelece metas com muita rigidez para as cooperativas de crédito. A Ecosol também estabelece metas olhando para os critérios do BC. Se a cooperativa não crescer o Sistema não vai querer mais a cooperativa no seu quadro. O bom desempenho seria o crescimento do número de cooperados e de capital de giro, de poupança, recursos, patrimônio. O BC diz então que cooperativa de crédito com cinco anos tem que ter 300 cooperados. A lei trata todas iguais independentemente da localização regional”. A justificativa do ponto de vista do BC seria: “Da perspectiva do BC, a regulamentação e a atuação conforme as leis do mercado financeiro são importantes para a sustentabilidade, a autonomia e a viabilidade econômica da cooperativa. No entanto, técnicos do BC afirmam que a atuação articulada nessas dimensões exige um nível de consciência e de reflexividade coletiva difícil de germinar em um contexto socioeconômico que não propicia o exercício da cidadania, da justiça, da educação e o acesso à informação. Eu acrescentaria mais um elemento a esse rol: o acesso e a capacitação às tecnologias de informação, uma vez que a cooperativa de crédito é monitorada on-line e em tempo real, pelo Sistema e pelo BC. A esse respeito Alves e Soares (2006, p. 40) afirmam que: ‘Com efeito, por ser uma sociedade de pessoas, é a qualidade dessas pessoas que faz um projeto cooperativista avançar, criar raízes, desenvolver-se de forma continuada. Quando o corpo cooperado é formado por pessoas com baixo grau de escolaridade, que vivem em regiões pobres, a análise empírica tem demonstrado que o crescimento é lento, instável e necessita apoio externo para se manter. Ressalte-se que esse apoio externo representa subsídio e só deve ser utilizado na fase inicial do projeto de constituição da cooperativa, por ser incompatível com a auto-sustentabilidade, fator essencial para a sua continuidade e desenvolvimento pleno, autônomo e transparente e independente’”. (GONÇALVES, 2008, p. 137)

diferencial competitivo, uma vantagem competitiva, dessas organizações comparativamente às empresas capitalistas, um recurso interno que, inclusive, poderia suprimir a diferença competitiva entre estes tipos distintos de empreendimentos: capitalista e, diríamos, solidários, isto é, da ES. Enfim, transformação de qualidades subjetivas solidárias em valor de troca, como atributo de valor de troca (substituição: trabalho como fonte de valor da mercadoria por características individuais que lhe seriam peculiares); e mercantilização de qualidades subjetivas. (2008, p. 111-112) Segundo o autor, essas qualidades subjetivas estariam “potencialmente presentes nesses tipos de organizações” e haveria que se buscar seu melhor aproveitamento, o que resultaria em uma “eficiência coletiva” e, por conseguinte, em “economias de rede” (p. 110).

Wellen identifica na ES a concepção de que o sentido do capital pode ser determinado pelo seu portador individual, pelo destino dado a ele pelo uso particular. Ou seja, “sendo seu detentor um indivíduo de valores solidários, o capital teria também esse sentido, ou seja, a economia seria solidária”. Teses da economia solidária preconizam “o uso do capital como uma escolha individual”. (2008, p. 106; 109) Dentre as implicações deste modo de operar da ES estariam: a explicação das desigualdades e das contradições sociais a partir da definição do uso individual do capital, da “vontade egoísta do seu portador”, e não do “capital como uma relação social”; “as vontades humanas [são tratadas] como independentes das determinações do capital”; e “o capital não representaria uma força ativa na totalidade social [...] seria induzido de acordo com a subjetividade de cada um dos seus portadores” (p. 106-107; 109). Neste contexto, assiste-se ao apelo “para a boa vontade das pessoas, para que essas façam um uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, a 'economia solidária’” (p. 106). Trata-se, no limite, de uma “análise moralista ou valorativa da sociedade” (p. 107). Para Wellen, é importante analisar a ES a partir “de suas relações de dependência com o mercado” (p. 111).¹¹⁵

¹¹⁵ O argumento de Wellen, a seguir, sugere o caráter instrumental/utilitário que pode assumir a ES: “Conforme aponta Lima (2003, p. 19-20), 'Para Quijano (2002), as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário e o caráter de reciprocidade ou solidariedade operariam externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros. Essa consciência é um processo complexo, pois raramente significa uma situação de materialidade mais satisfatória para seus membros o que explica o desinteresse por esse tipo de empreendimento em momentos de estabilidade e crescimento econômico. O caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Fica a questão se é uma alternativa a exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração’” (2008, p. 112).

PONTO DE VISTA SIMBÓLICO

Considerando a mercantilização da maricultura, a incorporação da “lógica” capitalista pela ES articulada ao APL, convém refletir sobre as implicações dessa lógica a partir de outro prisma. Além das diferentes formas de exclusão social e econômica apontadas, associadas a relações de poder assimétricas, existe outra questão a ser explorada, que seria, digamos, de ordem “cultural”, “simbólica”, ou a ser tratada destes pontos de vista.

A lógica da mercantilização, acionada no capitalismo, impõe um *modus operandi*, determinada racionalidade, um modo particular de ação, de socialidade, associado à autonomização do econômico e à submissão a ele das demais esferas sociais. Donde os efeitos dessa lógica para além da esfera da produção.

Wellen, apoiado em Paulo Netto, comenta a tendência à apropriação de todos os complexos sociais pela lógica da mercantilização: tendência à organização monopólica da vida social, compreendendo os interstícios da vida pública e da vida privada, para além dos territórios da produção; domínio sobre a circulação e o consumo, além da indução comportamental sobre os agentes sociais; e subordinação a esta lógica de setores ligados à produção capitalista, bem como as demais esferas sociais (2008, p. 108).¹¹⁶

Diante deste estado de coisas, há que se considerar a pluralidade de formas de organização social e econômica nas sociedades capitalistas e as implicações, do ponto de vista do simbolismo, do “contato” desta lógica mercantil com outros grupos organizados social e economicamente de modos distintos. No caso desta tese, o que dizer da

¹¹⁶ Ao mesmo tempo, Wellen combate a “possibilidade de que as organizações integrantes desse projeto se localizarem num espaço alheio ao domínio do capital, ou seja, nos interstícios do sistema capitalista”. Contrapõe-se a Singer (2002, p. 88) para quem “o cooperativismo, apesar de situar-se nos interstícios do sistema capitalista, consegue realizar um papel importante de obstrução à ampliação do domínio do capital”. Nas palavras de Singer: “se o cooperativismo desempenhou e desempenha um papel de freio à centralização do capital ao menos num setor, ele não passa de um modo de produção intersticial nas formações capitalistas” (2008, p. 107-108). Wellen diz identificar, nas teses da 'ES' (ele coloca o termo entre aspas), “um elevado grau de voluntarismo que, por sua vez, pode ser relacionado diretamente com uma posição filosófica idealista. Essa perspectiva relega a apreensão da totalidade social em prol de aspectos avulsos”. Esta característica já estaria presente dentre os “socialistas utópicos”. A diferença estaria no fato de “o contexto que influía nas organizações dos socialistas utópicos era bem menos impactante, abrindo maiores possibilidades de sucesso no mercado”. Em outras palavras: “enquanto as organizações propostas pelos socialistas utópicos possuíam uma margem de manobra de sobrevivência no mercado, as experiências de 'economia solidária' atuais se defrontam com um quadro muito mais restritivo, consubstanciado pelo crescimento e dominação do capital” (p. 109).

chegada das políticas públicas de viés mercantil em grupos como o Porto das Ostras e a AMPROSUL?

Fazendo analogia com o que diz Wellen (2008), também nestes grupos haveria a tendência, ou a pressão, para a organização monopólica da vida social, compreendendo os interstícios da vida pública e da vida privada para além dos territórios da produção. Percebe-se nestes termos o estímulo ao APL, articulado ao associativismo/cooperativismo, junto aos/às pequeno produtores/as, ou melhor, aos/às maricultores/as do Porto das Ostras e da AMPROSUL.

A lógica, a racionalidade, o *modus operandi* acionado no sistema capitalista, associados à autonomização do econômico e à submissão a ele das demais esferas sociais, infiltrados nestes contextos outros, instituem modos particulares de vida, de conduta, de socialidade, afetando, portanto, comportamentos, a vida das gentes estudadas, organizadas de modo diferenciado. Com a mercantilização, é imposto um padrão de experiência, de configuração dos vínculos: estímulo à padronização, à normatização das condutas e à profissionalização, tendo em vista a resultados e à competitividade, o que culmina na figura do/a maricultor/a artesanal, com sua produção familiar e profissional. À margem, tendem a ser colocadas experiências organizadas de outras maneiras e com outros “*locus* de produção simbólica”.

Nos termos de Sahlins, na civilização ocidental, nas economias capitalistas, observa-se a supremacia da ordem econômica. Como *locus* de produção simbólica, a economia oferece o código para a compreensão de outras relações e atividades. Para além das transações comerciais, instituições, independentemente dos princípios ou propósitos que as orientam, são influenciadas, direta ou indiretamente, pela economia. Ou seja, estão sujeitas à estruturação pelas forças econômicas (1979, p. 232).

Seguem-se suas palavras, mas, antes, vale chamar atenção para a referência feita em relação às associações: “mesmo fora das transações comerciais, no que é às vezes chamado de 'vida' em vez de 'trabalho' – nas associações de bairro, grupos de igrejas, clube, ou no pôquer semanal – também aí entra um elemento econômico decisivo: um reflexo, direto ou indireto, mas sempre essencial das relações de produção. [...] nenhuma instituição, não importa se dirigida por outros princípios ou orientada com outros propósitos, é imune a essa estruturação pelas forças econômicas. [...] O dinheiro é para o Ocidente o que o parentesco é para os demais” (p. 237).

Para o autor, a diferença entre as sociedades primitivas e as civilizações ocidentais está no fato de que nas primeiras o *locus* de

produção simbólica está associado às relações de parentesco, enquanto que na civilização ocidental o *locus* está na economia. Na primeira, as transações são reguladas por um “coeficiente social”; na segunda, por um “termo material”. (1979, p. 232; 234; 236-237)

Considerando que tanto as sociedades primitivas quanto as civilizações ocidentais são sistemas culturais, a diferença entre ambas é que as últimas possuem a ilusão de que a economia e a sociedade são formuladas a partir de uma razão prática, pelo fato de a economia ser nas sociedades modernas o local institucional privilegiado onde se exerce a atividade simbolizadora. A economia capitalista, mais precisamente, “produz não somente objetos para sujeitos apropriados, como sujeitos para objetos apropriados” (p. 237).

Sahlins pensa os sistemas simbólicos a partir da “razão simbólica” (p. 239). Como ele sugere, não se pode dissolver a ordem simbólica na “verdade ácida da razão instrumental” (p. 93). Baseando-se em Boas, para quem “o olho que vê é considerado em sua particularidade cultural”. Ele afirma que a cultura estabelece as mediações entre sujeito e objeto não só ao permitir a apreensão do real por meio de formas e conteúdos significativos, como também ao definir os elementos relevantes do real a serem apreendidos. (p. 140)¹¹⁷

O argumento de Singer sobre o fato de a economia no Brasil não ser capitalista por inteiro, de um lado, reforça a convivência entre

¹¹⁷ A possibilidade que os homens possuem de atribuir às coisas significados distintos e valores diferenciais faz com que os grupos sociais constituam quadros culturais distintos. O domínio do social é o domínio da modalidade, como diria Mauss. De acordo com Sahlins, as culturas devem ser compreendidas, assim, enquanto sistemas simbólicos específicos, cada qual apresentando uma organização particular das relações dos indivíduos entre si e dos indivíduos com a natureza. Considerando que a cultura é formulada a partir de uma razão simbólica ou significativa, somente por meio do estudo do significado é possível compreender a unidade de certa ordem cultural. Qualquer explicação funcional deve ser subordinada ao sistema significativo. Ou seja, a utilidade e o interesse prático são criados pela atividade de simbolização. Isto não implica, contudo, a exclusão das possíveis consequências das forças e das limitações materiais sobre a ordem cultural. No entanto, a natureza das forças não determina a natureza dos efeitos: “a natureza dos efeitos não pode ser interpretada a partir da natureza das forças porque os efeitos materiais dependem de sua localização cultural. A própria forma de existência social da força material é determinada por sua integração no sistema cultural” (SAHLINS, 1979, p. 227). Tendo em vista a citação recorrente de autores de tendência marxista nesta tese, vale retomar a crítica de Sahlins às “teorias acadêmicas de práxis”: “Tudo no capitalismo conspira para esconder a ordem simbólica do sistema especialmente aquelas teorias acadêmicas de práxis pelas quais nos concebemos e ao resto do mundo. Uma teoria da práxis baseada em interesses pragmáticos e condições 'objetivas' é a forma secundária de uma ilusão cultural, e seu fruto elaborado, empírico e estatístico, a investigação 'ética' de nossas ciências sociais, a titulação intelectual de uma mistificação 'êmica” (p. 239). Tratar-se-ia do “economicismo nativo do mercado” aplicado à análise da sociedade burguesa (p. 101)

diferentes formas econômicas e sociais, de outro, não problematiza o “contato”, ou implicações, da lógica mercantil. Destaco a referência aos “pescadores” na citação abaixo, lembrando, como indicado nesta tese, que eles/as são alvo das políticas públicas marcadas pelo traço mercantil, não estando alheios/as ao capitalismo – fronteiras fluídas entre as diferentes formas econômicas.

Conforme o secretário, não obstante correntes contrárias, ele parte do princípio de que “a economia brasileira não é capitalista por inteiro”. Ele sustenta a partir de estatísticas que, do ponto de vista social, “menos da metade da população economicamente ativa [...] vive na lógica capitalista”; “dos que trabalham, menos da metade está em empresas capitalistas”; “uma enorme quantidade trabalha por conta própria e outros em produção de mercadorias – camponeses, pescadores, artesãos, donos de bar, feirantes”. Em suma, essas iniciativas não seriam capitalistas, mas outra coisa. Acredita, ainda, que em cinquenta anos continuarão a existir outros tipos de economia; ou seja, a ES não será a única. Isso seria “desejável” e “sadio” para a própria ES; isto é, que “haja alternativas, inclusive o capitalismo”. (ROVAI; MASSAD, 2004, p. 2)

À pergunta feita por Rovai e Massad, se o capitalismo, com sua característica monopolista e competitiva, não poderia ser um risco à diversidade, Singer retoma o argumento acima, acrescentando que a economia brasileira “não é capitalista, é outra coisa. O capitalismo teve um êxito fantástico e suscitou uma oposição enorme. Eticamente, a maior parte das pessoas é anticapitalista, muitas vezes sem saber. Um mundo desigual, em que o equilíbrio da economia se baseia no desemprego – e é só olhar o Banco Central. Não é o mundo que se deseja. A história dos últimos dois séculos diz que a economia não está ficando inteiramente capitalista, mas ele também não está desaparecendo de jeito nenhum (risos)” (2004, p. 3).¹¹⁸

Ratifico o que foi dito acima: o argumento de Singer sobre o fato de a economia no Brasil não ser capitalista por inteiro, de um lado, reforça a convivência entre diferentes formas econômicas e sociais, e, de outro, não problematiza a infiltração da lógica mercantil em grupos organizados social e economicamente de modo distinto. Foi destacada a

¹¹⁸ Em outro texto, Singer diz que existem espaços sociais marcados por outras lógicas que não a do capital ou por outros modos de sociabilidade (primária): família, vizinhança, etc. “Na sociedade capitalista, a interação social está cindida em dois campos distintos: o competitivo, que abrange parte das atividades econômicas políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipe etc.” (2001, p. 100).

referência aos pescadores em citação anterior. Estes/as, como indicado nesta tese, são alvo das políticas públicas com este traço mercantil. Não estão, portanto, separados do capitalismo. Inclusive, em relação aos empreendimentos solidários não consolidados e de gente desprovida de capital, os tempos heroicos, os sacrifícios devem ser tratados como etapa a ser superada, segundo o secretário.

A questão colocada neste item é a seguinte: a lógica capitalista acionada, no caso, pelas políticas públicas pode ter efeitos para além dos territórios da produção, do trabalho, da esfera econômica, como provocar reviravoltas em grupos organizados de modo diferente, portadores de outras formas de socialidade.

Poder-se-ia dizer, ainda, que no caso da maricultura os discursos normativos, genéricos e hegemônicos, e as narrativas negativas acionam um processo de “normalização” – ou seja, a eleição “arbitrária” de uma identidade, associada a modos de conduta, comportamentos – no caso, o/a maricultor/a artesanal, com sua produção familiar e profissional, estabelecida como parâmetro de avaliação e de hierarquização para “outras identidades” (SILVA, 2000a, p. 83).

Nos temos de Silva: “Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é 'natural', desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. [...] A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade” (p. 83).

Desta perspectiva, a produção da identidade está associada à produção da diferença, implicando operações de inclusão e exclusão, isto é, a demarcação de fronteiras: de um lado, aqueles/as que pertencem, que estão incluídos/as; de outro, aqueles/as que não pertencem, que foram excluídos/as.¹¹⁹ Trata-se de um processo de

¹¹⁹ Chamo atenção para a relação existente entre pares como identidade e diferença, dentro e fora, normal e anormal, produzidos a partir da “operação de diferenciação”. Em termos derridianos, poder-se-ia dizer que tanto a identidade quanto a diferença resultam da *différance*. Isto quer dizer que “o processo de significação depende tanto de uma operação de diferença quanto de uma operação de diferimento (adiamento)” (SILVA, 2000b, p. 42). A operação de diferimento (adiamento) tem lugar em virtude de uma característica do signo: ele é um sinal, marca ou traço que está no lugar do referente (a “coisa”) ou do conceito e não coincide com ele. Em termos derridianos, referente (“coisa”) e conceito não estão *presentes* no signo, isto é, o signo não é uma *presença*. Sobre a operação de diferença, pode-se dizer que o signo contém em si o *traço* do outro. Para Derrida, a idéia de *rastró* (*tracé*), indica que o signo porta o *traço*

produção simbólica e discursiva, em que relações sociais são produzidas. Neste sentido, pode-se falar da produção de relações sociais marcadas por vetores de força, disputas, ou relações de poder. “Nós” e “eles”: não se trata de distinções gramaticais, mas de “posições de sujeito” em um contexto marcado por relações de poder. (p. 81-82)¹²⁰ Segundo Silva, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (p. 91).¹²¹

daquilo que ele substitui, do que não é, do que falta, de um exterior constitutivo, ou seja, da diferença. Nesses termos, o signo não se reduz a si mesmo, à identidade. Ele contém o *traço* do outro, da diferença, isto é, “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outriedade (ou da diferença)” (2000a, p. 79). A partir desta abordagem, Silva conclui: “Na medida em que é uma operação de diferenciação, de produção de diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal. Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do 'dentro'. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade” (p. 84).

¹²⁰ Segundo Silva: “A mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas. O filósofo francês Jacques Derrida analisou detalhadamente esse processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. 'Nós' e 'eles', por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (2000a, p. 82-83). A posição derridiana, ao voltar-se para as aporias do discurso filosófico ocidental e para as oposições binárias presentes neste, põe em questão as relações de poder. Derrida, em *Papel-Máquina*, responde que a *desconstrução*, ao colocar em questão o “falocentrismo”, “traço estrutural do discurso filosófico”, emerge como um “gesto político, uma oposição ou uma estratégia política” (2004, p. 349). O “Falocentrismo” combina “falocentrismo” e “logocentrismo”. Falocentrismo como “tendência a privilegiar as características e valores masculinos, em detrimento das características e dos valores femininos”; e logocentrismo como “tendência da filosofia ocidental a privilegiar o logos, isto é, a palavra e, por extensão, o significado fixo e determinado ou o conhecimento certo, racional e absoluto” (SILVA, 2000b, p. 59; 76). Neste sentido a desconstrução é um “procedimento de análise empregado pelo filósofo francês Jacques Derrida. Em sentido amplo, qualquer análise que questione operações ou processos que tendam a ocultar ou olvidar o trabalho envolvido em sua construção social, tais como a naturalização, o essencialismo, a universalização ou o fundacionalismo. Na concepção de Derrida, a desconstrução envolve ler um texto, buscando suas contradições e ambigüidades internas” (SILVA, 2000a, p. 36).

¹²¹ No contexto destas ideias, são importantes algumas considerações sobre a noção de “representação”: “O pós-estruturalismo e a chamada ‘filosofia da diferença’ erguem-se, em parte, como uma reação à ideia clássica de representação. É precisamente por conceber a linguagem - e, por extensão, todo sistema de significação como uma estrutura instável e indeterminada que o pós-estruturalismo questiona a noção clássica de representação. [...] Nesse contexto, a representação é concebida como um sistema de significação, mas descartam-se os

Nos termos de Hall, a “identificação” é uma prática de significação que envolve fechamento, demarcação de fronteiras simbólicas e produção de “efeitos de fronteiras” (HALL, 2000, p. 106). Ainda em suas palavras: “as identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em 'exterior', em abjeto. Toda identidade tem, à sua 'margem', um excesso, algo a mais. (...) toda identidade tem necessidade daquilo que lhe 'falta' – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (2000: 110).

A disputa pela “identidade”, pela definição da identidade e da diferença por grupos situados assimetricamente em relação ao poder, no caso, implicaria, conforme Silva, “uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” e dizem respeito ao “desejo [...] de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”. (2000a, p. 81)

Um aspecto importante desta discussão diz respeito à característica “performativa”, e não só “descritiva” das representações (identidade/diferença e como representação). Nos termos de Judith Butler (1999), há que se levar em conta o aspecto “performativo” das representações. É a “repetibilidade” que garante a “eficácia dos atos performativos”¹²². Trata-se de pensar a identidade/diferença como “tornar-se”, movimento e transformação. “Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um 'fato' do

pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica. Trata-se de uma representação *pós-estruturalista*. [...] No registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material. [...] sempre marca ou traço visível, exterior. [...] É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. [...] Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2000a, p. 90-91).

¹²² Segundo Silva: “A formulação inicial do conceito de 'performatividade' deve-se a J.A. Austin (1998)” (2000a, p. 92). Quanto à ideia de repetição: “É aqui que entra outra noção semiótica importante, uma noção que foi especialmente ressaltada por Jacques Derrida. Uma característica essencial do signo é que ele seja repetível. [...] Derrida (1991) estende essa ideia para a escrita, em particular, e, mais geralmente, para a linguagem. Para Derrida, o que caracteriza a escrita é precisamente o fato de que, para funcionar como tal, uma mensagem escrita qualquer precisa ser reconhecível e legível na ausência de quem a escreveu e, na verdade, até mesmo na ausência de seu suposto destinatário. Mais radicalmente, ela é independente até mesmo de quaisquer supostas intenções que a pessoa que a escreveu pudesse ter tido no momento em que o fez. Tudo isso é sintetizado na fórmula de que 'a escrita é repetível'. [...] Ele chama essa característica, essa repetibilidade da escrita e da linguagem, de 'citacionalidade’” (p. 94).

mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo”. (p. 92-95)

Para além de contradições epistemológicas, políticas públicas indutoras da mercantilização destes contextos impõem e normalizam um padrão de experiência, de configuração dos vínculos, um *modus operandi*: estímulo à padronização, à normatização das condutas e à profissionalização, tendo em vista resultados, competitividade. São estabelecidos padrões de comportamento ideais, que contribuem para a discriminação de comportamentos e a criação de representações negativas sobre pessoas e grupos considerados fora do padrão.

Aciona-se a produção de representações (identidade/diferença como representação) no campo e mecanismos de demarcação de fronteiras: dentro e fora, incluídos e excluídos. Estabelece-se quem está dentro e quem está fora, quem pertence e quem não pertence, quem foi incluído e quem não foi. Poder-se-ia falar na produção da diferença, neste caso, como falta de alguma coisa. Ao mesmo tempo, os diagnósticos negativos dirigidos a essas gentes dizem mais sobre o que não possuem, ou o que lhes faltaria, do que sobre seus modos de vida. Neste contexto, ficam fora da fronteira outros modos de vida, vistos de modo negativo, como imagens invertidas em um espelho, para lembrar de um argumento de Kuper apresentado a seguir.

De um lado, a identidade, a imagem, a representação do/a maricultor/a, com sua respectiva produção artesanal, familiar e profissional; de outro, a diferença, a contraimagem, a contrarrepresentação, que pode ser associada aos diagnósticos negativos sobre os/as pequenos/as produtores/as (perspectiva da falta), a partir do que eles/as são considerados/as desorganizados/as, passivos/as, individualistas, não cooperativos/as e até mesmo competitivos/as, ou melhor, competitivos/as entre si e não competitivos/as no mercado. Este processo demarca fronteiras, institui ou realimenta hierarquias, relações de força e poder assimétricas.

Retomo aqui o argumento de Paulilo em relação à maricultura: “Há diferenças sócioeconômicas e culturais entre grupos internos a ela [localidade], que se refletem em diferenças de interesse e poder” (2002, p. 8). Como efeito desse processo há diferentes formas de exclusão. Daí, também, a exclusão “simbólica” dessas gentes: exclusão da alteridade, de modos de vida e de condutas diferentes.

Na antropologia, existe uma vasta discussão sobre narrativas antropológicas negativas construídas sobre os outros dentro da própria

disciplina e suas implicações. Kuper sintetiza o problema: “They [most influential writers] had particular ideas about modern society and constructed a directly contrary account of primitive society. Primitive society was the mirror image of modern society – or, rather, primitive society as they imagined it inverted the characteristics of modern society as they saw it” (1998, p. 240).

Segundo Rapport e Overing, a pergunta que deveria ser “Qual o caráter da socialidade deles?” acaba sendo “Em que grau a vida social deles aproxima-se ou afasta-se da nossa sociedade moderna?”. Exemplificando: nas sociedades modernas haveria tecnologia, ciência; nas primitivas, práticas artesanais. Nas primeiras, os homens e as mulheres seriam letrados; nas outras, analfabetos/as. Novamente, nas primeiras haveria racionalidade; nas segundas, tradição. Muitos outros exemplos poderiam ser citados. A exotização das outras culturas surgiria, portanto, do contraste em relação à cultura de sociedades modernas. Esta operação retiraria do outro sua experiência cultural, além de colocá-lo em uma posição hierárquica inferior. (RAPPORT; OVERING, 2000, p. 99)

No estudo *Cosmologias do capitalismo: o setor trans-Pacífico do “sistema mundial”*, Sahlins inicia o texto problematizando o ato costumeiro de se inscrever ações ilhéus em noções ocidentais (1988, p. 47-48), ou explicar essas ações como reação à presença estrangeira. O autor cita Dorothy Shineberg, que diria que o princípio explicativo, neste caso, é de que “deve haver um homem branco por trás de todo homem pardo” (p. 48).

Seguindo as pistas dos/as antropólogos/as citados/as, poder-se-ia dizer que essas narrativas negativas podem falar menos das pessoas às quais dirigem suas análises, destes “outros”, destas “diferenças”, do que daqueles/as que as defendem (ou da “identidade” que defendem) a partir da filiação a determinados paradigmas e visões de mundo. Essas narrativas destacariam aspectos que esses “outros” não têm comparativamente aqueles considerados normais, ideais, esperados.

Há que se levar em conta, portanto, “os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação”, “que fixam as pessoas em determinadas identidades culturais e que as separam por meio da diferença cultural”. Desse modo, “antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida. [...] A diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação”. (SILVA, 2000a, p. 99-

100)¹²³

O que Silva diz sobre “política pedagógica e curricular da identidade e da diferença” pode ser aplicado aqui. É necessário “ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença”. É preciso “não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las” (p. 100). Neste sentido, o autor destaca as contribuições da teoria cultural recente, sobretudo aquela de inspiração pós-estruturalista. A partir desta abordagem, a identidade e a diferença são “produzidas” e tratadas como questões de política. (p. 99)

Se se pensar que a força de narrativas e de identidades, sustentadas por paradigmas hegemônicos, reside na sua “invisibilidade”, a desconstrução, a não naturalização, seria um meio de se fazer o questionamento, a contestação, a interrupção.

Nas palavras de Silva: “Segundo Judith Butler (1999), a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. É essa possibilidade de interromper o processo de 'recorte e colagem', de efetuar uma parada no processo de 'citacionalidade' que caracteriza os atos performativos que reforçam as diferenças instauradas, que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades” (2000a, p. 95-96).

Diante dessa possibilidade, orienta-se a opção nesta tese pela adoção dos dois movimentos abaixo:

a) O primeiro já foi feito: desconstruir os discursos normativos, genéricos e, poder-se-ia dizer, hegemônicos, que informam os diagnósticos negativos sobre os/as pequenos/as produtores/as, a partir do que eles/as são considerados/as desorganizados/as, passivos/as, individualistas, não cooperativos/as e, até mesmo, competitivos/as, ou melhor, competitivos/as entre si e não competitivos/as no mercado. Esse movimento é norteado pelo entendimento de que esses discursos estão associados a um processo simultâneo de produção de identidade/s, por

¹²³ Reinhardt e Perez fazem a seguinte reflexão: “Pensar a diferença continua a ser o nosso *telos*. Mas, é introduzida a indagação: e se o pensar já estiver ligado à diferença em sua própria origem, num acordo tácito, que anula todo o seu poder desvelador? E se a diferença, antes de objeto, for uma força disseminadora e produtiva, que envolve e supera o observador, nos deixando apenas os rastros de sua passagem? E se a origem do pensar, do experienciar e do textualizar for o próprio diferir?” (2004, p. 3).

um lado, e diferença/s como falta, por outro lado.

b) O segundo a ser feito desde já: refletir, nos termos de Sahlins (1988), sobre “leis de movimento”, “estrutura” ou “sistema” que sejam (“lógica e ontologicamente”) próprios, inclusivos daquela localidade. O autor, conforme será visto adiante, opta pela seguinte abordagem: ênfase em lógicas culturais exóticas, características de esquemas culturais locais, que integram a experiência do sistema mundial, com suas forças capitalistas, forças materiais globais.¹²⁴

Trata-se de questionar e interromper as narrativas e as identidades hegemônicas, de um lado, e dar abertura para a alteridade, de outro, não reproduzindo as relações de poder existentes. Sem esquecer que, já na parte 1, o estilo da narrativa teve essa intenção de falar sobre a maricultura de diferentes pontos de vista, buscando retratar a tensão latente, envolvendo atores (e interesses) diversos.

Comparando os fatos com a expectativa existente na literatura lida sobre como deveria ser uma associação, a AMPROSUL, provavelmente, não corresponde ao modelo e seria abarcada por estes diagnósticos negativos. Parece, antes, ser uma espécie de antimodelo, confirmando a “falta” de muitas coisas. Ao mesmo tempo, as estórias que me foram contatadas, o que observei na pesquisa de campo, além, é claro, da influência antropológica sobre o meu olhar, diziam que as coisas não são bem assim e poderiam ser contadas de outro jeito. Como disse Rifiotis, em conversa, essa associação poderia ser tratada como um “outro modelo”, ou melhor, uma experiência, ou não categoria.

GLOBAL E LOCAL

Quanto às considerações a respeito de leituras centradas na “exclusão”, embora marcadas pelas boas intenções, sob certo ponto de vista, também correm o risco de ser “negativas”. Inspiro-me aqui em Sahlins, que diz ter se juntado “ao coro antropológico de protesto contra a ideia de que a expansão global do capitalismo ocidental, ou o chamado Sistema Mundial, fez dos povos colonizados e ‘periféricos’ objetos passivos e não autores de sua própria história, e transformou analogamente sua cultura em bens adulterados através de relações econômicas tributárias”. Ele sintetiza: “Presume-se aí que outras

¹²⁴ Sigo as pistas de Sahlins, ainda que com certa desconfiança em relação a estes termos, que ele próprio coloca entre aspas: “leis de movimento”, “estrutura” ou “sistema” que sejam (“lógica e ontologicamente”) inclusivos de determinada localidade (1988, p. 48-50). Penso aqui, por exemplo, no que foi dito em nota sobre a crítica feita por Derrida ao “logocentrismo”.

sociedades não agiriam mais conforme suas próprias 'leis de movimento', e que não haveria nelas qualquer 'estrutura' ou 'sistema', exceto os dados pela dominação capitalista ocidental.” Ao que ele questiona: “Mas não serão tais ideias a mesma dominação sob uma forma acadêmica? Como se o Ocidente, tendo materialmente invadido as vidas dos outros lhes negasse agora intelectualmente qualquer integridade cultural. A teoria do Sistema Mundial torna-se assim a expressão superestrutural do mesmo imperialismo que despreza – a auto-consciência do próprio Sistema Mundial”. (1988, p. 48-50)

A alternativa para Sahlins está em: “examinar como povos indígenas tentam integrar a experiência do sistema mundial em algo que é lógica e ontologicamente mais inclusivo seu próprio sistema de mundo”. Ainda em suas palavras: “O problema é como evitar a redução do encontro intercultural a uma física, de um lado, e a uma teleologia de outro. Precisamos escapar da percepção corriqueira da economia global simples e mecanicamente como forças materiais, bem como de seu corolário, as descrições de histórias locais como invariáveis crônicas de corrupção cultural”. (p. 51)

O autor argumenta, por meio de estudos etnográficos: “É verdade que, um século após a descoberta das Ilhas Sandwich pelo Capitão Cook, empresários norte-americanos ocupavam a região, e transformavam os havaianos num proletariado rural. Mas não é verdade que o curso da história havaiana, desde 1778, tenha sido governado por esta finalidade, ou tenha consistido na mera substituição de relações polinésias por relações burguesas. As Ilhas, ao contrário, assistiram a um período significativo de desenvolvimento indígena, quando os chefes se apropriaram das mercadorias ocidentais em favor de seus próprios projetos hegemônicos – o que significa dizer, em favor de concepções tradicionais de sua divindade. Se, mais tarde, o Havaí sucumbiu rapidamente às pressões do imperialismo, foi precisamente porque os efeitos do comércio estrangeiro foram ampliados pela sua incorporação em uma competição polinésia por poderes celestiais. Isso acontece repetidas vezes na moderna história do mundo as forças capitalistas se realizam em outras formas e finalidades, em lógicas culturais exóticas, muito distantes do fetichismo da mercadoria nativo da Europa. 'Em nossos objetos / ocidentais / – diz um relatório das terras altas da Nova Guiné – eles percebem múltiplas possibilidades de satisfazer necessidades com que os fabricantes jamais sonharam' (Lederman 1986 8)” (p. 51-53).

Donde conclui: “Assim sendo, o sistema mundial não uma física de relações equilibradas entre 'impacto' econômico e 'reações' culturais.

Os efeitos específicos das forças materiais globais dependem dos diversos modos como são mediados em esquemas culturais locais.” Ainda em suas palavras: “Mais do que uma física planetária, esta é uma história do capitalismo mundial, o que, além do mais, testemunhará de dupla maneira a autenticidade de outras formas de existência. Em primeiro lugar, pelo fato de que a presente ordem global foi decisivamente moldada pelos chamados povos periféricos, pelos diversos modos como articularam culturalmente o que lhes estava acontecendo. Em segundo lugar, porque a diversidade, apesar das terríveis perdas que vem sofrendo, não está morta, mas persiste na esteira da dominação ocidental (Talvez devêssemos acrescentar um 'pós-ocidentalismo' à corrente voga pós-modernista de pós-ismos) Com efeito, pesquisadores respeitáveis vem sustentando que a história mundial, desde cerca de 1860, tem sido marcada pelo desenvolvimento simultâneo de integração global e diferenciação local”. (p. 53)¹²⁵

¹²⁵ Sahllins descreve seu “objeto de estudo” à luz desta proposta teórica: “Desse processo, desejo focalizar aqui o setor do Pacífico, e em especial o período que vai de meados do século XVIII a meados do século XIX, com o fito de mostrar como os povos de ilhas e dos continentes asiático e americano adjacentes organizaram o impacto do capitalismo e, conseqüentemente, fizeram o curso da história mundial. Em parte, o título 'Cosmologias do Capitalismo' provém da observação de que, nas Ilhas, bens ocidentais e até pessoas são frequentemente incorporados enquanto forças indígenas, em uma espécie de homenagem neolítica à Revolução Industrial. Mercadorias européias aparecem como sinais de benefícios divinos e concessões míticas, negociados em trocas e ostentações cerimoniais que são também sacrifícios costumeiros. Assim sendo, 'do ponto de vista nativo', uma exploração pelo sistema mundial pode representar um enriquecimento do sistema local. Apesar de haver uma transferência lucrativa da força de trabalho para a metrópole, através de valores de troca desiguais, os povos das terras remotas adquirem mais bens, de extraordinário valor social, com menos esforço do que jamais poderiam no tempo dos ancestrais. Seguem-se então as maiores festas, trocas, e cantorias que já aconteceram. E, como isto significava uma acumulação máxima de benefícios divinos com poderes sociais humanos, o processo, em sua totalidade, é um desenvolvimento, nos termos da cultura em questão. Não se trata de 'atraso', excedo de uma perspectiva burguesa ocidental. Nem se trata de 'conservantismo'. Há, certamente, uma continuidade cultural, mas a maior continuidade pode consistir na lógica da mudança cultural. De qualquer modo, continuidade não é o mesmo que imobilidade. 'Desenvolvimento neotradicional' poderia ser o termo apropriado neste caso, dado os evidentes paradoxos envolvidos em atrelar o costume ao comércio. Mas prefiro uma expressão neomelanésia improvisada que ouvi por acaso na Universidade do Pacífico Sul, onde a palavra inglesa 'development', desenvolvimento, soava, dentro de uma frase em pidgin, como 'development', desenvolvimento. Da perspectiva daquilo que os melanésios consideram digno de seres humanos, trata-se, com efeito, de 'develop-man'. É uma auto-realização cultural na escala material, e em formas materiais nunca dantes conhecidas, mas nem por isso é simples instalação de relações de mercado capitalistas. É claro que a dependência da economia mundial, que possui suas próprias razões e seu próprio progresso, pode, com o tempo, tornar vulnerável o 'develop-man' local. Mas, por outro lado, destino não é história. Pode nem sequer ser tragédia. Os antropólogos registraram algumas formas espetaculares de mudança cultural indígena convertidas em modos de resistência política, em nome de uma persistência cultural. Assim, por todo o Pacífico,

Abertura para pensar sobre grupos à margem (ao mesmo tempo, conforme se verá, na margem, na fronteira, que misturam as coisas) e vistos de modo negativo nas sociedades contemporâneas, de outro prisma, ou seja, não obstante, digamos, a “força” do capital e da integração global, é preciso considerar as “lógicas culturais”, associadas a “esquemas culturais locais”.

Apóio-me aqui em Sahlins (1988) e procuro fazer o mesmo. Retomando o que vem sendo dito desde a primeira composição, percebia no Porto das Ostras e na AMPROSUL a ocorrência de outra “lógica”, identificada como não utilitarista. Neste sentido, a intenção era poder falar deles de outro jeito, diferente das narrativas negativas, construir uma representação que remetesse a essa lógica, relativa a princípios e valores que os mobilizam e influenciam na maneira como se organizam, pensam e fazem as coisas, relacionam-se entre si e com os outros quando o assunto é economia e trabalho.

Diante do discurso do APL e das regras e exigências que chegam por meio deles aos/as maricultores/as, há hibridizações e transformações, tendo em vista características próprias do grupo – articulação entre os níveis local e global. Para compreender o contexto pesquisado, é preciso levar em conta o modo como são estabelecidas as relações com a EPAGRI e demais entidades e com seus respectivos discursos (normativos e genéricos), a partir de valores associados à família e à amizade.

A partir da pesquisa de campo, foi possível observar a importância da família e da amizade, no modo como essas “pessoas” da AMPROSUL relacionam-se com os de dentro e os de fora (instituições vinculadas à maricultura, outras associações, etc.). Estes são fatores fundamentais no processo de apropriação e de “ressemantização” dos discursos oficiais e da política pública voltados para o setor.

O movimento desta tese aponta para outras formas de representação, diferente daquelas centradas na falta ou na passividade dessas gentes. Considera, também, uma abordagem não centrada na ideia de interesse, oportunismo ou algo do gênero (viés instrumental). A afirmação de Prazeres indica a abertura para outros modos de pensar e tratar a questão, levando em consideração o que aqui está sendo tratado como instância “local”: “a repercussão do associativismo para os associados pode revelar, mais que estratégias de reprodução social ou de inserção no mercado” (2009, p. 119). Contrapõe-se ao *establishment*,

mercadores ocidentais, que buscavam valor de troca, foram forçados a aquiescer a demandas locais por valor de prestígio” (1988, p.54-56).

que, ao mesmo tempo, conforme ressaltou Paulilo, afirma a homogeneidade na maricultura, discurso homogeneizador muito utilizado politicamente pelo Estado (2002, p. 18), característica também observada no âmbito da ES, no qual, como ressaltam Silva e Oliveira, as análises “macro” são a regra. Estes autores propõem uma abordagem diferente: voltam-se para a “microdinâmica interna” dos empreendimentos solidários e problematizam a aparente homogeneidade dos atores sociais e das relações estabelecidas entre eles. (2009, p. 60)

De modo explícito, Radomsky busca a articulação entre os níveis global e local ao analisar o processo de certificação, sublinhando a ideia de resistência local. Nas palavras do autor: “Formas particulares e contextualizadas de agência não são separadas dos eventos e dos processos mundializados, nas quais a insistência para uma crescente certificação de produtos é eminente. Todavia, conforme pontua Escobar (1995), os discursos e dispositivos globais são resistidos, hibridizados e transformados no nível local, o que implica pensar, tal qual sustentou Appadurai (2000), numa globalização com raízes locais” (2009, p. 141).

Ao estudar o selo da Ecovida, o autor busca entendê-lo a partir do que ele chamou de uma “perspectiva dialética” (p. 156): “Uma das preocupações de Byé et al. consiste em mostrar que na Ecovida existe um apelo a não tornar a certificação um produto de mercado. O mercado não deveria ser o essencial, pois ele gera indústrias de certificação apenas interessadas nos lucros advindos desta prática valorizada nos mercados da Europa, Japão e Estados Unidos. Entretanto, aqui reside um problema interessante, pois é difícil observar onde é o limite que separa uma postura utilitarista do selo de uma predisposição generosa e preocupada com a identidade da rede ou com os ideais da agroecologia” (p. 154). Ainda nas palavras do autor: “É neste sentido que se pode entender o selo da Ecovida desde uma perspectiva dialética. De um lado, há forças sociais que promovem um circuito não capitalista ancorado nas relações de reciprocidade e proximidade para a circulação de objetos, sementes, informações e saberes na rede; de outro lado, o selo acaba sendo sustentáculo de uma forma de trazer o esquema do mercado capitalista para as relações, uma vez que, mesmo afrontando a lógica do mercado, faz a certificação validar produtos para fora da rede, criando valores de troca. O selo torna-se símbolo e representação para administrar valores econômicos” (p. 156).

Cito aqui também o estudo de Gonçalves: *Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos*, em que a autora, inclusive, apoia-se em Sahlins, articulando seus conceitos de “estrutura e processo ou ação social e estrutura”, desenvolvidos no livro *Ilhas de história*.

Nesse estudo, a autora procura: “refletir sobre os múltiplos sentidos que a economia solidária assume devido a interesses, contextos e conjunturas específicos e valores atados às tradições culturais particulares, articulando em suas respectivas experiências duas dimensões: estrutura e processo ou ação social e estrutura” (2008, p. 133).¹²⁶ Vale destacar os múltiplos sentidos não só de economia solidária, mas também de solidariedade e reciprocidade: “conceitos como economia solidária, solidariedade e reciprocidade assumem múltiplos sentidos nas experiências contemporâneas dos agentes vinculados ao campo” (p. 132).¹²⁷

Sobre as descobertas feitas, Gonçalves acentua: “As etnografias revelam que cada agente aciona em seus relatos os conceitos de economia solidária, solidariedade e de reciprocidade (re)significando-os segundo interesses estratégicos, conjunturas específicas e valores oriundos de tradições particulares as quais estão vinculados, articulando, portanto, duas dimensões: estrutura e processo” (p. 132).

Procuru, então, a seguir, a partir da experiência de campo no Porto das Ostras e na AMPROSUL, aprofundar um pouco mais na

¹²⁶ Gonçalves cita uma passagem de *Ilhas de história*, em que Sahlins (1999, p. 182) comenta as relações entre estrutura e evento: “Ele [Cook] é um Deus. Este conhecimento, porém é uma espécie de reconhecimento. O evento é inserido em uma categoria preexistente e a história está presente na ação corrente. O surgimento de Cook, vindo de além do horizonte, fora realmente um evento sem precedentes, jamais visto antes. Mas, por assim abarcar aquilo que é realmente singular naquilo que é conceitualmente familiar, introduz o presente no passado.” E aplica esta abordagem ao seu caso etnográfico: “Tanto quanto Sahlins (1999) – como no caso etnográfico –, que relata a experiência contemporânea dos nossos pequenos agricultores assentados que vivem no semi-árido cearense, podemos considerar o crédito solidário como o evento que incorporaram no plano simbólico a partir de suas próprias categorias, introduzindo, desta forma, o presente no passado” (2008, p. 138).

¹²⁷ A partir de sua etnografia, Gonçalves constatou que os empreendimentos constituíram-se de diferentes maneiras: a partir dos movimentos sociais, do poder público local, da confluência de interesses do poder público local, das instituições financeiras e de iniciativas de grupos de pessoas, da prática terapêutica, de ex-empregados de empresas estatais que foram privatizadas e de grandes empreendimentos capitalistas. E identificou diferentes sentidos de solidariedade. A partir dos laços sociais estabelecidos e da solidariedade, delinear-se três tipos de empreendimentos: aqueles marcados por [1] teias sólidas de reciprocidade; solidariedade como instrumento de crítica, de negação, de superação da sociedade capitalista e de emancipação social; [2] ausência de laços sólidos e coesos e fundamentados em relações simétricas, para transcender o individualismo exacerbado, o auto-interesse e o clientelismo político; solidariedade associada a clientelismo; [3] racionalidade empresarial capitalista, embora falem em nome da economia solidária, de modo a construir a sua viabilidade econômica (2008, p. 133). Neste último caso: solidariedade submetida aos interesses sistêmicos da reprodução ampliada do capital – “a lógica de coordenação da ação são os interesses sistêmicos da reprodução ampliada do capital, a exemplo da cooperativa de pescadores da Praia do Forte, constituída por donos de barco, a partir da iniciativa de um grande empreendimento capitalista o complexo turístico Porto Sauípe” (p. 139).

descrição deste modo de vida, de organização econômica e do trabalho e sobre a experiência destas pessoas, a maneira como estas instâncias são vividas e estão articuladas com as demais esferas sociais. Isso no contato com as instituições públicas, nos quais ocorrem as resistências, hibridizações e transformações daquilo que lhes chega. Neste contexto, o discurso da amizade é muito importante, e o peso dado à família também.

Junto-me ao coro das abordagens contextuais e não normativas, não genéricas, não negativas, considerando a relação global e local. Atitude coerente com a proposta de buscar “interromper” os discursos normativos, genéricos e hegemônicos, ou seja, questioná-los, e de dar abertura a outras narrativas e identidades, outros “padrões” de experiência, outros tipos de vínculos, experiências “organizadas” de outras maneiras.

FAMÍLIA, AMIGOS/AS E TRABALHO

No período da etnografia, a AMPROSUL contava com vinte e poucos associados/as. Muitos/as eram parentes entre si e trabalhavam juntos em seus cultivos particulares. Também havia associados/as que trabalhavam com parentes não associados/as. Explica “seo” Max: “Sim, há. São duas famílias aqui no Ribeirão que eu vejo que têm o mesmo seguimento da nossa, né, que é a família lá do Ademir, que os filhos já vêm tudo junto com ele trabalhando na maricultura, né, e aqui, no outro amigo nosso, no Joel, que é da AMPROSUL também, que a família trabalha todos junto no desconchamento do marisco e as mulheres também trabalham junto, né?”

O trabalho em família, representando, conforme indicado na parte 1, a possibilidade não só de uma produção maior, de realização de “negócio próprio” sem a necessidade de busca de empregos fora, como também de permanência da tradição da pesca e de manterem-se unidos.

Descrevi, em particular, o caso dessa empresa Porto das Ostras. A família trabalhava junto: os pais e os filhos possuíam seus cultivos individuais, dividindo a estrutura do rancho. Ao mesmo tempo, colaboravam nas produções uns dos outros. Aos/às filhos/às é pedido apoio, ajuda na produção. Aos/às filhos/às é dado esse tipo de apoio também, dentre outros, como o oferecimento de estrutura para a produção (áreas e rancho). Vale marcar que trabalhavam e moravam juntos, ou seja, em casas situadas lado a lado no terreno do casal

Mendes.¹²⁸

Ter funcionários/as não é a regra. Muito pelo contrário. A contratação de funcionários está associada a determinados problemas: alta rotatividade, altos custos de contratação (não obstante a concordância de serem baixos os salários), ausências frequentes, além de problemas de roubos e de fofocas, dentre outros. Ao mesmo tempo, as relações patrão-empregado podem ser vistas, também, pelo prisma da amizade: os/as funcionários/as parentes, amigos/as e vizinhos/as. Dona Eva, por exemplo, era madrinha do filho de sua funcionária na ocasião. Com “seo” Maneca, funcionário muito elogiado por ela, almocei na casa do casal Mendes em um domingo. Era considerado por eles/as um grande amigo também.

Aos/as funcionários/as é pedido flexibilidade no horário, ficar um pouco mais, pois existe sazonalidade na produção e em determinados momentos há mais trabalho. Dona Eva diz que eles não podem reclamar, pois faltam muito, atrasam. Ela está sempre concedendo-lhes favores: adiantamento de salário, comidas levadas para casa, compreensão em relação a problemas corriqueiros, como furtos, faltas e fofocas. A retribuição não é só financeira. Há trocas de confidências, compartilham-se problemas pessoais e, inclusive, brinca-se com eles.

Na ausência de funcionários/as, recorre-se aos/às amigos/as, incluindo os/as próprios/as associados/as da AMPROSUL, vizinhos/as, o sócio (no caso do Porto das Ostras, por meio de seus funcionários), além de parentes, que não aqueles/as já envolvidos/as com o trabalho. Fatos imponderáveis aconteciam com frequência, dentre eles, a ausência de pessoas. Em situações como esta, viravam-se; recorriam a pessoas que circulavam pelo rancho.

Não se pode esquecer da necessidade de “habilidades” especiais. Isso também é definidor das ajudas. Quem pode ajudar e como: dirigir a lancha, puxar as lanternas, manejar as ostras e os mariscos, produzir ostras gratinadas, dentre outras tarefas? Há que se levar em conta, ainda, que havia períodos de maior demanda. Logo, havia a necessidade de mais ou menos pessoas para ajudar.

Ocorria a divisão do trabalho entre gêneros para a realização das tarefas. O carregamento dos suportes e a direção da lancha são consideradas tarefas masculinas, pela exigência de força física.¹²⁹ As

¹²⁸ Quando saíamos, dona Eva fazia compras para si sem se esquecer dos/as filhos/as e dos/as netos/as. Exemplo: fomos ao sacolão e ela comprou uma quantidade maior, já pensando neles/as. Dizia que na casa grande sempre recebia muitas visitas. Mencionou, certa vez, um número enorme de amigos/as dos/as filhos/as que chegaram a dormir na sua casa.

¹²⁹ Quanto à possibilidade de uma mulher realizar tarefas ali designadas aos homens, “seo” Max

demais tarefas, por exemplo, manejo e costura de lanternas, eram realizadas por homens ou mulheres. Já os cuidados com o rancho, a preparação da comida e a limpeza eram feitos preferencialmente pelas mulheres. Ao mesmo tempo, dona Eva, com suas deficiências, como o problema de visão, coordenava todos os processos em sua empresa e na Associação, dizendo trabalhar como um homem.¹³⁰

Percebe-se um circuito de trocas: compreensão em relação a dramas pessoais, apoio nos cultivos particulares quando necessário, hospitalidade por meio da oferta, por dona Eva e “seo” Max, do rancho

dizia: “Não, eu acho que a maricultura tem um espaço pra todo mundo, só que desde que as mulheres também consegue pegar uma lanterna que pesa 50 kg, né, pra colocar pra dentro. Então, eu acho isso. Pras mulheres, é um trabalho manual, é um trabalho pesado, entendeu? É um trabalho pesado, porque o ser humano não foi feito pra pegar peso. Então, a gente tá pegando peso que não pode. Tem que ser através de uma máquina, de um guincho, de uma coisa, tá entendendo. E, mesmo assim, ainda a gente ainda se estoura mesmo com guincho. O negócio aí é doloroso. Ah, sim, hoje eu tenho dores na minha mão. Eu, inclusive, tenho a mão toda inchada, ó, problema nos osso, devido a puxamento dessas lanterna, né, porque é muito peso que a gente pegou, e hoje a gente já tá aí com 8 anos, ou 10 anos de atividade. Tá tudo estourado já. Não, eu não acho restrito. Eu acho que a mulher pode fazer o seguinte: ela pode fazer um barco, construir um barco, desde que seja adaptado a ela, entendeu, desde que o barco seja adaptado a ela, pra ela poder botar essas lanterna pra dentro, porque se você for produzir hoje é cem mil sementes. Você não consegue sobreviver. Vocês só vai botar semente na água e ter trabalho.” Chamou-me a atenção o dia em que um funcionário, na época, levou-me de lancha para conhecer a fazenda do casal. Ele tinha que buscar, para o manejo, berçários, intermediárias e lanternas, que estavam dependurados nas extensas linhas sobre a superfície do mar. Embora conhecesse, como o Fernando, melhor do que os demais, a localização desses suportes, ainda assim teve que levantar alguns do mar para verificar se se tratava do que estava procurando. Olhando da embarcação não é possível saber o que está dependurado. E para levantar o que tinha ali, seja para olhar, seja para retirar do mar e colocar no barco, esse funcionário fez muita força. A embarcação, isto é, a lancha que utilizavam não possuía guincho, sistema mecânico para carregar os berçários, as intermediárias e as lanternas. “Seo” Max chegou a tecer comentários sobre embarcações com esse mecanismo que faz a movimentação dos suportes da embarcação para o mar, e vice-versa, concluindo que não os considerava eficientes.

¹³⁰ Paulilo, em seu estudo, também chama atenção para esta divisão: “O trabalho das mulheres na pesca está ligado ao beneficiamento do produto que é trazido do mar. Elas limpam os peixes, tiram os mexilhões das conchas e, para isso, devem cozinhá-los antes, separam os camarões de suas cascas, desfiam siris e caranguejos etc. Essas tarefas tanto podem ser feitas por cada grupo familiar isolado, como em grupo de mulheres que vendem a força de trabalho. [...] Faz parte também da ocupação destas mulheres a coleta de frutos do mar junto às praias, seja na areia, seja nos costões. Nestes lugares temos mexilhões, o berbigão, as ostras nativas, as tatuíras e outros. [...] Nos cultivos próximos da praia, as mulheres participam fazendo o manejo” (2002, p. 13). Ela prossegue com uma argumentação que eu não sustentaria em relação à pesquisa realizada: “Embora algumas tenham carteira profissional de maricultoras, esta é uma situação rara. Em geral, são os maridos os responsáveis pela atividade, os registros são em seu nome, são eles que recebem os financiamentos e que comercializam. Quando a mulher se responsabiliza é porque tem filhos homens trabalhando junto, e o marido tem outra profissão. Do que observamos, não há mudança significativa na situação subordinada da mulher em relação ao marido nesta passagem da pesca artesanal para o cultivo” (p. 13-14).

e da casa para atividades da AMPROSUL, de modo geral, e festas de confraternização, além de empréstimo de insumos de trabalho (caixas).

Sem querer reduzir a situação a uma questão de “necessidade” estritamente, o argumento de Paulilo lembrou-me muito do contexto vivido: “A necessidade de ajuda mútua é fundamental entre os pescadores. São precisos muitos homens para colocar um barco na água, muitos mais para puxá-lo para fora do mar quando carregado de peixes. Costuma-se tocar o sino da igreja para chamar homens a qualquer hora do dia ou da noite quando isto se faz necessário. Por ser uma atividade exposta à força dos elementos como ventos e tempestades, o perigo é algo sempre presente. Tripulantes de barcos perdidos ou que sofreram falha mecânica em pleno mar têm que contar com a solidariedade de outros pescadores. Cultivar inimizades pode trazer consequências dramáticas” (2002, p. 10).¹³¹

Na AMPROSUL, também, as ações com os de dentro e os de fora eram orientadas por valores e práticas construídos a partir de relações de amizade, vizinhança e parentesco. A criação da Associação já estaria inscrita nas relações sociais da comunidade e ligada a projetos anteriores. O contexto é o do Ribeirão da Ilha, em que existe uma rua só, conforme diz o Ademir, e todos/as se conhecem e já transitaram pelas mesmas entidades: passagem de muitos, por exemplo, pela AMASI e pela COOPERILHA, além de participarem de eventos da maricultura. Melhor dizer que antes de criarem a AMPROSUL participaram da criação desta cooperativa, além de outros projetos comunitários, desenvolvidos em conjunto.

Segundo os/as associados/as da AMPROSUL narram, ela foi fundada em 2005, quando membros da Associação de Maricultores do Sul da Ilha (AMASI), primeira da região, desentenderam-se e romperam com ela, compondo sua diretoria. Em conversas, comentam sobre esses desentendimentos, diferenciando a associação que criaram daquela da

¹³¹ Questão correlata abordada por Paulilo: “Durante uma entrevista, insistimos muito sobre a possibilidade de conflitos na apropriação dos espaços marítimos entre os pescadores locais, enquanto o entrevistado reafirmava que todos eram amigos e que se respeitavam. Se uma rede já estava estendida em um local, quem chegasse depois teria que se afastar, colocando sua rede de forma a não atrapalhar a pescaria alheia, ou seja, bloquear a ‘passagem do peixe’. Às vezes podiam surgir discussões, ‘bate-bocas’, mas que não derivavam em nada mais sério, pois ‘amanhã ou depois ele também precisa de mim lá fora, precisa de um reboque que o motor quebrou, aí a gente não vai deixar ele lá, já traz. Porém, se ‘num dia aquele lá não me ajudou, então amanhã ou depois eu também já não ajudo ele. É assim’. As desavenças podem ser mais fortes entre pescadores locais e pessoas vindas de fora, como pescadores ocasionais e turistas. Nestes casos ‘já conversamos em grosseria, briga’” (2002, p. 10). Em outra passagem diz: “Acusar um vizinho pode significar represálias como agressões físicas” (p. 14).

qual saíram. Dizem que os membros da AMASI brigam muito, enquanto eles/as são amigos/as e não brigam, embora “lavem a roupa suja em casa”.

A narrativa de formação da AMPROSUL retrata a tensão em relação à AMASI. Não obstante o tom de enfrentamento dado por sua narrativa¹³², dona Eva conclui: “Hoje, eles dizem que graças ao meu trabalho, né? A área continua vazia ali. Eles não têm nada ali, e a nossa área tá quase preenchida, né? Hoje, eu me dou bem com todos eles. Não tem nada... Isso aí foi só, eu acho, como eu sai da AMASI. Daí eles, né, ficaram magoado. Só que hoje não. Hoje, eu me dou com todos eles. Já veio bastante da AMASI pra cá, pra AMPROSUL, e de vez em quando vem um e pede pra vim”.

Desde a criação da AMPROSUL, houve poucas modificações na

¹³² Dona Eva narra que no início os/as maricultores/as do sul não tinham área. Só existia a área da AMASI, que era de todos do Ribeirão. Quando colocaram o primeiro coletor na água, essa associação não aceitou. Foi uma briga. Embora não tivessem nenhum coletor, não aceitaram. No estabelecimento da área de cultivo da AMPROSUL, contam o quão foi importante a intermediação da “ambiental” e da Marinha, tendo em vista a ocupação de parte da área da AMASI que, segundo dona Eva e “seo” Max, não era utilizada por essa associação: “Já que eles não colocam, então a gente vai colocar ou pra fora ou pra dentro da área deles, porque a nossa Associação vai ter que ter uma área pra nós trabalhar. E, daí, eu fui, mandei um ofício pra ambiental. A ambiental douu uma caminhonete de rede que eles prende das pessoas que não estão legal no mar, que é de aviãozinho, eu acho. Não sei bem explicá o tipo de rede que eles tomam dos pescadores. E, daí, eles fizeram uma doação pra nossa Associação. E, daí, com essa rede a gente se juntava aqui na praia e pegava um cabo daqueles que vinha na rede, enrolava e colocava de metro em metro uma garrafa de coca-cola, sem rótulo que é pra não poluir o mar, né? E ali a gente colocou. A primeira vez que a gente colocou a gente tirou 46 caixas de semente, de marisco. E, daí, começou a briga dos outros maricultores da AMASI, porque eles achavam que a área ali era deles. [...] Daí, um dia, eu fui pra Marinha, eu e o Ademir e o Max e mais uns dois maricultores. Fomos pra lá. Quando chegou lá, eu falei com o Flávio, que é um cara lá da Marinha, né, e falei pra ele: ‘Ó, o negócio é o seguinte: a gente tá impedido de ir até o costão pra tirar a semente. Então, nós queremos uma área pra nós coletar nossa própria semente pra poder dividir com os maricultor’. Então, ele disse assim: ‘Não, dona Eva, a senhora tá certa. [...] Eles vão ficar com não sei com quantos metros pra dentro e vocês vão ficar...’ E deu um tanto lá, né, pra fora. E essa área vai ser da AMPROSUL. Aí, ele deixou lá, né, anotado. E, daí, a gente continuou a colocar coletores ali, dessa rede que a gente pegou. Só que depois com os 10 mil que eu ganhei da prefeitura, a gente pagou a reforma do barco e o resto a gente comprou mais três ou quatro cabos coletores que tão ali. Hoje a gente tá com bastante coletores ali. Já tão prontos pra fazer a coleta já, né? Então, essa área é da Associação. E o que tira dali é dividido com esses 26 maricultores que participaram. E, daí, eles fazem as penquinha e colocam nas área deles.” Tendo em vista situações como esta, chamou-me a atenção o argumento a seguir de Paulilo: “O mar é visto pelos pescadores como um espaço imenso e livre, que é de todos. Nas palavras de Martinello (1992), ‘o mar é um ambiente inapropriável e indivisível’. Durante as entrevistas, foi preciso insistir muito para que algumas regras de ocupação das águas fossem explicitadas, para além da resposta costumeira de que cada ponto de pesca é de quem chegar primeiro. Esta insistência, porém, teve que ser feita com delicadeza, pois os pescadores se ofendem e reagem diante de qualquer insinuação de que o mar tenha dono” (2002, p. 9).

composição da diretoria. A mudança maior foi em relação aos/as associados/as. Katiane, filha de dona Eva, certa vez, fez um comentário em relação à AMPROSUL que vale lembrar. Segundo ela, melhor seria se ali tivesse apenas pessoas conhecidas, e não estranhos. A Associação estava crescendo muito e recebendo desconhecidos/as.

Relações entre associações e Estado (técnicos e políticos), de um lado, e maricultores/as, de outro, são personalizadas, de proximidade. Há que se levar em conta a característica participativa, dialógica que ganhou os órgãos de extensão e a política de ATER. Na pesquisa de campo, observei o contato direto e de proximidade entre a EPAGRI e os/as maricultores/as, de modo geral. O contato com a AMPROSUL, em particular, era intermediado por dona Eva. Ela encontrava-se com seus/as técnicos/as no Porto das Ostras, por onde passavam (encontrei-me com um deles no rancho), em eventos da maricultura e no escritório desta instituição.

De um lado, os/as maricultores/as eram procurados/as pelos/as técnicos/as, por meio dos/as quais recebem apoio, que se desdobra em várias ações, e a possibilidade por parte dos/as maricultores/as de acesso a informações, recursos, etc. Os informes dizem respeito a tempestades e maré vermelha, ao cumprimento de exigências técnicas e regras novas e antigas (assuntos relativos aos processos de ordenamento, disciplina e legalização da atividade), à necessidade de adequação dos modos de conduta, a projetos e ações em andamento, à existência de projetos e verbas disponíveis para a maricultura, à promoção de eventos e cursos de formação e a intercâmbios com outros países (França, Chile e África¹³³); etc. Reconhecidos/as como maricultores/as, são chamados/as, escolhidos/as, para participar de eventos, viagens, projetos, vídeos e gravações. Tudo isso é articulado, de modo geral, em torno daqueles temas: APL, certificação, PLDM, cadeia produtiva, etc. O contexto é aquele da pressão para a profissionalização, uniformização e padronização da produção, culminando na certificação, promovida pelas instituições públicas envolvidas no arranjo produtivo local.

De outro lado, dona Eva e os/as maricultores/as da AMPROSUL

¹³³ Neste dia, um técnico da EPAGRI estava com um grupo de africanos/as no rancho do Porto das Ostras que, segundo dona Eva, queriam conhecê-la, isto é, saber sobre a participação das mulheres na maricultura, o que não ocorreria, ao menos como ocorre aqui, no país de onde vinham. Embora não tenha ido, dona Eva chegou a ser convidada para um intercâmbio na África. Dona Eva conta: “Queriam uma mulher, né, que pudesse chegar lá e mostrar como era o trabalho aqui no Brasil, né, como uma mulher que trabalhava aqui. É, sim. O que elas falaram foi que lá é assim, né, a maricultura lá os home só pode trabalha nas ostra e no marisco, né, e as mulheres só podem vender. Elas não podem manipular, né, elas só podem vender o produto”.

procuravam esses/as técnicos/as para pedir diversos tipos de apoio: auxílio na escrita de ofícios e “projjetinhos”, como dizia dona Eva, tendo em vista a solicitação de recursos e insumos a diferentes órgãos, na prestação de contas para a Prefeitura (recursos auferidos para a compra do barco), no alargamento de prazos de empréstimos e financiamentos (pedido de um associado, que não conseguiria honrar o pagamento do empréstimo com o Banco do Brasil) e no esclarecimento de dúvidas, de modo geral. Era solicitada até mesmo a escrita de ofícios para a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), pedindo “brindes” para festas da Associação.

A AMPROSUL está a par das exigências do setor, buscando à sua maneira, o que envolve a ajuda dos/as amigos/as, incluindo representantes de instituições públicas e privadas envolvidas com a maricultura e parentes, adequar-se a essas exigências e fazer parte da cadeia produtiva. Dona Eva justificava a necessidade de ajuda por não possuir estudos e por uma série de deficiências, além de não saberem o que os/as amigos/as sabem.

Os/as técnicos/as da EPAGRI e de outras instituições são considerados/as amigos/as pelos associados/as da AMPROSUL. Os/as associados/as consideram que eles/as muito os/as ajudam. São amigos/as que ajudam: na escrita de projetos, em prestações de contas, etc. Contavam com o auxílio dessas pessoas. Em certa reunião, Ademir lembrou que antes técnicos/as da EPAGRI iam à noite às reuniões da Associação para ajudá-los, mas que agora isto já não era mais possível, pois não recebiam por isso. Em relação ao professor, o vice-presidente reforçava que ele estava ali fazendo um favor, ajudando-os/as. Neste sentido, os/as associados/as, só teriam que agradecer a ele. Este, por sua vez, também disse em reunião algo como estarem ali, o NGD, para ajudá-los/as.

As relações da Associação com as instituições passa pela ideia de “ajuda”, de “presente”. O tom é de presente recebido: o barco dado, os insumos que ganharam, os recursos que deveriam ser dados. O modo como se relacionam com regras e normas institui (e cria a expectativa) um sistema, ou relações de troca, entre a AMPROSUL e essas instituições, marcado pelos seguintes traços: pessoalidade, personalismo e amizade.

Reconhecem a ajuda dada. Procuram retribuir da maneira que podem: com ostras. Em visita à EPAGRI, ao setor de produção de vídeos, pedimos para que fossem feitas cópias do vídeo da FENAOSTRA de 2007. Ademir disse depois no carro à dona Eva para que dessem ostras em agradecimento ao responsável pela gravação.

Brincou que dinheiro não tinham, mas ostras, sim. Ostras para professor Merino (NGD), para mim, para o advogado...¹³⁴

Não que concordem com tudo. De um lado, percebe-se o interesse em seguir as normas de produção para obter a certificação e participar do APL, o esforço para se adequarem às normas. Notório o esforço da família Mendes e da AMPROSUL, por meio, principalmente, da figura de dona Eva, para fazer parte, para estar dentro desta rede da maricultura, do APL. Querem também ser reconhecidos/as como maricultores/as, serem chamados/as, escolhidos/as para participar (eventos, viagens, projetos, vídeos e gravações), para trocar experiências com comitivas de outros países; enfim, fazer parte da rede. De outro, reclamações diante do que consideram “dificuldades” impostas para que os “pequenos”, ou “produtores artesanais” consigam tal objetivo: elevado grau de exigências, intrincada burocracia e altos custos para adequação às regras. As dificuldades são de natureza financeira, como altos custos, e técnica. Conforme “seo” Max, nem mesmo os técnicos entendem os termos e o que pede a legislação.

Havia insatisfação em relação ao privilégio dado pela iniciativa pública a outros segmentos da maricultura, como os “grandes”, em detrimento dos “pequenos”, dentre os quais se incluíam. Insinuam e acusam que essas instituições privilegiavam ora os grandes ora aqueles/as que não são maricultores/as.¹³⁵ Tais reclamações apontam

¹³⁴ Na segunda fase da pesquisa, isto é, quando passei a levá-la para os compromissos fora e no Ribeirão, ela passou a me dar ostras in natura e gratinadas. Pagou o combustível uma vez, alegando que o Fabinho, tesoureiro, havia autorizado. Depois disto, passei a recusar, e ela começou a retribuir com as ostras. Na FENAOSTRA 2008, quis me dar o dinheiro diário das passagens, mas recusei. No final, tentou me dar R\$50,00, mas também recusei. Levava sempre alguma coisa para comer em casa. Depois, em uma reunião da Associação na pousada, o imóvel de quatro apartamentos, ela deu-me um jogo de toalhas para casal de presente em agradecimento. Antes, nas vésperas do Natal de 2007, quando eu havia acabado de chegar, trocamos presentes: dei uma camisa para “seo” Max, que dona Eva chegou a dizer que ele não tirava, e, se não me enganar, dei um pano de prato bordado para ela. Ganhei uma caixa de bombons e um colar feito à base de garrafa pet por uma vizinha artesã. Em fevereiro, quando voltei de viagem, trouxe para eles goiabada e uma outra lembrança. Ao longo da pesquisa, ganhei, também, um penduricalho com cascas de ostra e, em outro dia, uma casca de ostra gigante e uma caneta prateada da Eletrosul. Em uma das vezes que me deu bandejas de ostra gratinada, ela fez o mesmo com o advogado que havia ido à pousada fazer um serviço para ela.

¹³⁵ O critério “ser maricultor” é importante, inclusive, para entrar na AMPROSUL. Dona Eva explica por que: “a gente aceita assim que seja só da maricultura que não teja outra renda. Porque tem, tem uns três que tem outra renda. Só que a gente gosta mais assim que seja só da maricultura porque daí sente na pele tudo que a gente sofre, entendeu? Porque quem tem uma renda boa pensa assim: pô, aquilo ali é só pra ajudar, né? Não sei o que que é um perdi hoje um cabo, enrola lá, ou perdi toda a minha vieira, ou perdi... Então, mas ele tem outra pra renda pra, pra suprir aquilo ali, né? [...] E tem a maricultura assim só pra ajudar, né? Na despesa, né? E quem vive só da maricultura, só da pesca sabe que é muito difícil, né?”

para a declaração de que existem relações de poder, hierarquias e privilégio, o que faz com que relações, antes de antagonismo entre associações e a cooperativa, tornem-se relações de aliança.¹³⁶ Posicionam-se em relação a tudo isto: ao excesso de exigências, ao que consideram privilégio em relação a determinados grupos, etc.

Junto com o sentimento de gratidão em relação às ajudas está o de direito. Lutam pelo que consideram ser de direito. Acreditam que os recursos deveriam ser dados diretamente a eles/as, os “pequenos”. Neste sentido, questionavam sobre a aplicação e distribuição dos recursos. Com o aporte maior de recursos e incentivos à maricultura e às associações, queixavam-se da chegada de “estranhos” e do fato de os recursos irem para “projetos” e não serem distribuídos diretamente para os/as maricultores/as. Reclamam que os recursos públicos direcionados à maricultura não chegam às mãos dos pequenos. Perguntam: Para que gastarem tanto dinheiro na promoção de eventos do setor? Reclamam do que consideram má aplicação dos recursos públicos. Este assunto vem à tona quando ficam sabendo que verbas foram destinadas à maricultura, e não diretamente a eles/as.

No Seminário sobre Arranjo Produtivo da Ostra da Grande Florianópolis, como representante da AMPROSUL, que levava questões discutidas em reuniões do grupo, dona Eva perguntou a Cristiano, funcionário da SEAP, por que os recursos destinados à maricultura não eram investidos na compra de insumos para os/as maricultores/as, considerando que era disso que precisavam. Ele respondeu que verbas destinadas a projetos como este, embora pareçam muito dinheiro, quando se pensa em termos de todos/as os maricultores/as do estado, o dinheiro não é muito e não teria efeito. Seria uma quantia irrisória caso fosse distribuído entre esses/as produtores/as para a compra de insumos. Se os recursos fossem distribuídos entre os/as maricultores/as, seria muito pouco para cada um e não provocaria mudanças na atividade.

Apoiavam aqueles/as que apoiavam a maricultura, os/as maricultores/as (“pequenos”). Afinal, como diziam, o partido deles/as era a maricultura.¹³⁷ Importante era ser associado/a, neste contexto.

¹³⁶ Essa associação mantém com os demais atores relações de proximidade e disputa, dependendo do contexto e das questões envolvidas. Para citar uma situação: nem-se para cobrar e dividem-se na disputa por recursos. A categoria “maricultor/a” é “manipulada” pelos associados/as (no sentido dado por Soares à manipulação), dependendo do contexto e dos/as interlocutores/as envolvidos/as.

¹³⁷ A entrada da ministra Ideli Salvatti, no MPA em 2011, trouxe esperanças. Ficou, no entanto, pouco tempo no ministério. Têm lembranças positivas do governo da Angela Amin,

“Seo” Max, em nosso primeiro encontro, justificou a importância da Associação dizendo que “uma andorinha sozinha não faz verão” e que era preciso eles/as estarem unidos/as para que fossem ouvidos/as pelos políticos. Dona Eva justifica todo o seu movimento e participação constante nos eventos relacionados à maricultura dizendo que “é preciso ser visto para ser lembrado”.

De modo geral, mesmo em relação a outras instituições, o tom dado pela presidenta e pelo vice-presidente, Ademir, é de conciliação, contemporizando conflitos em relação aos/as de dentro e aos/as de fora. Afirma que devem ser unidos/as dentro e fora da associação. Não que não se desentendam ou que as coisas não sejam difíceis, como diz dona Eva. Afinal, nem todos/as estão em dia com as mensalidades ou participam das reuniões e das atividades e eventos do setor. Existem os atrasos. O valor da mensalidade é baixo e falta dinheiro na Associação para arcar com as despesas. É preciso sacrifício por parte da presidenta: tirar dinheiro do próprio bolso para cumprir com compromissos da entidade. Some-se a estes outros problemas como: nem sempre consegue ajuda, ou seja, alguém que a leve de carro para realizar estas tarefas.

Na Associação, procuram “lavar roupa suja em casa”. Existe um acordo tácito: não ajuda, mas não atrapalha. De modo geral, o tom é de conciliação. Em situações de conflito mais acirrado, os parentes saem em defesa dos seus, somando-se a eles aqueles que lhes são mais próximos. Estabelece-se certa correlação de forças, prevalecendo o esforço pela conciliação, papel desempenhado pela presidenta e seu vice. Não se deve esquecer da prática recorrente da brincadeira, da gozação, da ironia, do humor, neste contexto¹³⁸. Contam que este procedimento (serem unidos, organizados...) teria sido, inclusive, o critério que motivou a escolha dessa associação pelo NGD.

Essa comunicação que dona Eva estabelece entre os/as associados/as e os “de fora” – ou seja, essa articulação entre a AMPROSUL e as instituições vinculadas à maricultura – implica, também, levar as demandas e reivindicações dos/as associados/as a essas instituições. Isso ela faz de modo bem particular, usando do “jeitinho”, da “camaradagem”, evitando confronto, o que ela atribui a uma atitude “educada”.

que teria feito muito pela maricultura na sua gestão (referem-se, por exemplo, às viagens para a França).

¹³⁸ Não que as brincadeiras, a gozação, a ironia, o humor não pudessem desencadear situações de conflito. Cito como exemplo a fala de um dos funcionários do casal Mendes, em 2007. Ele disse que preferia costurar as lanternas em um local reservado, por causa de brincadeiras constrangedoras em torno de sua vida pessoal feitas com ele.

Dona Eva conta também que foi convidada para dar palestras sobre a experiência bem-sucedida da Associação em termos de relacionamento interpessoal: “É porque a Associação nem todos combinam, assim, né? Tem muita discussão, e a nossa assim, que eu lembre, todos esses três anos nunca teve uma briga ou discussão. Todo mundo combina. No final dá tudo certo, né, todo mundo conversa. Participasse de uma reunião, visse. É sempre aquilo ali. Então, isso aí é legal. Eu acho legal, né? Acho que todo mundo acha. Assim, dei palestra já pra uma, pra duas ONG que teve aqui, que teve certificado, e acho que eu te mostrei, né? E, então, as ONG também nos procura assim pra saber, né? É legal isso aí, né? Eu gosto. Eu me sinto bem ajudando”.

Dona Eva explica que as coisas são desta maneira. “Acho que é escutá, né, porque todo mundo tem problema. Eu tenho problema, tu tem, todo mundo tem, né? E tem que entendê o problema de cada um, porque a vez tu escuta um lado, mas tu não escuta o outro, né? Então, tu sempre escutando os dois lado, tu vai ver que alguma coisa errada tá ali, né? E, talvez, se um cedê um pouquinho, dá certo, né? Vê que eu tô casada há 36 anos, cedendo sempre. Então, por isso que meu casamento ainda tá dando certo, porque não é fácil. Mas é assim, né? Tem que cedê um pouquinho. Sempre tem que cedê. Mas é isso aí”.

Ela considera ter muitos/as amigos/as. Neste momento de crise da maricultura, seu filho chegou a pedir para ela, considerando que ela tinha muitos/as amigos/as, que arrumasse outro emprego para ele. É notório o prazer que tem em ser reconhecida, em ser lembrada, em ser chamada para participar de eventos, para viajar, etc. Conta sobre as viagens, ter visto o Chavez e o Lula, a proposta de sociedade feita por uma cantora famosa, etc.

Em suma, vizinhos/as, técnicos/as, estudantes, jornalistas, políticos/as, sócios/as, funcionários/as, todos são tratados como amigos/as. A hospitalidade no rancho estende-se a todas essas pessoas. Estão prontos para receberem, darem entrevistas, trocarem experiência, serem “objeto” de estudos... A comida (cafés ao longo do dia e almoço), sempre farta, é oferecida aos/as que chegam. A circulação no rancho e as trocas estabelecidas entre as diferentes pessoas que por lá passam indicam essas misturas entre trabalho, família, vizinhança e amizade. O rancho é um espaço de trabalho, mas também de moradia, se necessário, e um local para fazer as reuniões da AMPROSUL, quando necessário, receber amigos/as e fazer festas.

Sacrifícios de dona Eva

O exercício da presidência pela dona Eva merece um item à parte. Ela revelou ser uma figura central neste movimento com os/as de dentro e os/as de fora em direção a outras formas de troca.

Ela narra o processo que levou a sua escolha como presidenta. Conta que, quando pediram para que fosse presidenta da primeira vez, ela e a família ficaram na dúvida se iriam respeitá-la, tendo em vista que eram 26 homens e uma mulher. Acabou aceitando. Diz ser respeitada por todos/as. Se tem algo a fazer para a Associação, eles/as chamam por ela, perguntam, conversam. Atribui a este respeito a razão de estar na Associação até hoje. Quando terminou seu primeiro mandato, pediram que ela fosse presidenta novamente. Hoje, está no segundo mandato. Diz trabalhar como um homem junto com eles/as para ver se conseguem alguma coisa, dado que todos os/as maricultores/as vivem da atividade. Conta o que fez e o que gostaria de fazer.

Sobre a divisão de tarefas, esclarece: “É assim, se tem um documento pra gente tirar, é o tesoureiro e o presidente. Aí, quando é a parte de serviço braçal, que é aqui na praia, aí, sim, envolve todos os maricultores, que são os 26. Mas se é parte de documento, documentação, aí já parte mais pro tesoureiro e pro presidente. Aí, é os coletores que a gente faz aqui na praia, né? Que daí envolve todos, porque se eles não trabalhar com os coletores, eles não têm direito na semente”.

Sobre essa parte da “documentação”, presenciei, ao acompanhar dona Eva, no ano de 2008, a entrega de ofícios com pedidos de recursos e insumos. Participamos de reuniões e eventos, nos quais dona Eva é chamada a atuar como representante da AMPROSUL. Acompanhei-a também na condução da parte administrativa: prestação de contas, controle da conta bancária, etc. Em suma, entramos em contato com uma série de instituições envolvidas, direta ou indiretamente, com a maricultura.

É Dona Eva que faz a articulação entre a AMPROSUL e as instituições públicas, levando e trazendo informações, bem como demandas e reivindicações dos/as associados/as. Fica a par das informações, compartilha-as e discute-as com os/as associados/as e dá retorno às instituições públicas neste sentido. Organiza, participa e preside, ainda, as reuniões da Associação, que acontecem em sua casa ou no rancho. Organiza, também, as demais atividades, como a coleta de marisco, além de emprestar a associados/as, conforme relata, utensílios, como caixas de plástico para colocar os mariscos coletados. Uma marca

sua é sempre oferecer algo aos/às associados/as nesses encontros, ao menos, café e doces. No rancho, a comida é sempre farta (cafés ao longo do dia e almoço), oferecida a todos/as que chegam

Em relação aos de fora, movimentava-se, fazendo um grande esforço para participar de todas as atividades, alegando que “quem não é visto não é lembrado”. Digo que fazia esforço pela série de obrigações que possuía como maricultora e perante seus familiares (marido, filhos/as e netos/as). Dona Eva dividia-se entre a família e a AMPROSUL. Considerem-se, também, as dificuldades físicas (baixa visão), além de ter de inserir-se em outros fóruns. Queria retorno para os/as associados/as (informações em primeira mão, recursos, apoio técnico), o que incluía seus familiares e para si. Gostava de ser convidada, de participar das atividades (eventos, viagens), de ajudar, de ser reconhecida como amiga, de ser procurada.

Dona Eva diz ter feito pouco. Queria fazer mais. Conseguiu um barco, em substituição a outro que a tempestade, um ciclone, levou rês anos atrás, junto com embarcações de outros/as pescadores/as. Os destroços desse primeiro barco podem ser vistos na beira da praia, ao lado do rancho. Fez pedidos de boias e de linhas. Diz querer ajudar os/as associados/as, conseguir algo em troca, tendo em vista a situação difícil pelas perdas que sofrem. Justifica que a pessoa que vive da maricultura tem muito prejuízo. O vento que faz perder cabo, lanterna, e não há como pegar de volta. Pretende conseguir uma sede, um carro para a Associação. Depois disso, poderia deixá-la.

A narrativa de dona Eva ressalta as dificuldades, os desafios enfrentados, as superações, os sacrifícios feitos por ela. Essas dificuldades e desafios são de ordens diferentes. Existem as dificuldades impostas pela natureza, isto é, ciclones e tempestades, que provocaram a perda do barco da Associação, de insumos, como cabos e lanternas, e de moluscos, bem como o fenômeno da maré vermelha, que leva à suspensão das vendas e dos pedidos (demanda). Há também aquelas relativas aos pedidos de apoio, como recursos, insumos e financiamentos.

O processo para conseguir ser atendida é difícil. Chega-se com o ofício a instituição, e este nem sempre chega ao destino; é extraviado. É necessário insistir em determinados procedimentos, como protocolar os ofícios para que cheguem ao destino, além de interferir o fato de o remetente ser conhecido e entregar pessoalmente o documento: “Então, há dois anos aconteceu isso. Eu deixava e não ia até a mão dele. Aí, o que que eu fiz um dia? Foi eu e o Max e mais um amigo da gente, que é maricultor. A gente foi e começou a protocolar tudo, desde o gabinete do

prefeito até embaixo, na portaria. E daí, com isso aí, chegou à mão [dele], e a gente conseguiu marcar a reunião. Se não for assim, a gente não consegue. É tudo muito difícil. [...] como tu mesmo viu. Se não for eu, se eu mandar outra pessoa que eles não conhece, não é muito bem interpretado pra entregar o ofício. É desta maneira. Então, é tudo muito difícil pra tu chegar e conseguir as coisas”.

O sacrifício, a doação de si também aparece na área financeira, quando comentam a falta de dinheiro da Associação. A AMPROSUL não tem dinheiro e ela tem que pagar as ligações para celular para avisar os/as associados/as das reuniões, a gasolina para ir resolver assuntos da Associação. Quando vai ao Centro, a Associação não tem dinheiro para pagar um lanche sequer. Em suas palavras: “Ela gera prejuízo, porque o presidente tem que andar, o tesoureiro tem que andar, né? A mensalidade de um associado é 5 reais, e ainda quando paga. Uma associação, ela não tem fins lucrativos, ela não pode ter, né? Então, às vezes, o presidente, ou outras pessoas que nela estão envolvidas, tem que colocar dinheiro de seu próprio bolso pra correr atrás. É registro no cartório, é um monte de coisa que tem que fazer, é pagar contador, é um monte de coisa”.

O tom de sacrifício dado por dona Eva a suas ações aparece na sua fala articulando as dificuldades enfrentadas, como o fato de ela ficar sobrecarregada, concentrando não só as tarefas da Associação como também as de casa, da família e do rancho. Queixa-se dizendo que tudo recai sobre suas costas, tanto em casa quanto na Associação. As pessoas não ajudam. Faltam pessoas para “ajudarem-na” em suas saídas do Ribeirão para resolver assuntos da Associação. Ela não podia ir sozinha, por causa de suas “deficiências”. Ela precisa ficar pedindo. Abre sua casa e o rancho pelo fato de a AMPROSUL não ter sede própria. Oferece comida a associados/as. Eles/as pegam suas caixas no dia de coleta de marisco e não devolvem, ou devolvem arrebentadas.

Declara “seo” Max: “Ah! Aí, sim, nós fundamo a AMPROSUL lá na minha casa. Aí, depois, eu vim pra cá. Eu morei um ano e pouco aqui. Aí, as reuniões eram feita aqui, no sábado de manhã, no domingo de manhã. E aqui a gente se juntava, fazia os coletores, como a Eva já falou, né? E, aí, depois, eu comprei aquela outra parte lá e fui pra lá. A reunião era feita no apartamentozinho daquele onde tu viu lá. Aí, agora, a gente não tem mais aonde se reunir. Vai ter que ser aqui ou lá em casa. Eu não sei mais aonde”.

Havia, ainda, reclamações por parte de associados/as. De modo geral, quando consideradas não pertinentes por aqueles/as que recebem as críticas – comumente, a diretoria da Associação –, costumam ser

contornadas em público e respondidas “à boca pequena”, com respostas do tipo: “Não participa, mas não reclama”. Em defesa da presidenta, saíam seus familiares e aqueles/as que estavam mais próximos, dizendo que dona Eva fazia tudo, além de arcar com custos de telefone, transporte e alimentação para resolver assuntos da AMPROSUL, já que esta estava no vermelho.

Em uma das reuniões da Associação, a que esteve presente o NGD, foi colocado por um dos membros desse núcleo que as tarefas deveriam ser mais bem distribuídas, pois estavam excessivamente concentradas nas mãos de dona Eva. Buscaram introduzir princípios do associativismo no grupo.

Ao mesmo tempo, dona Eva diz que gosta de fazer o que faz, de ser presidente, de participar das diferentes atividades da maricultura. Fez e espera fazer muito mais pela Associação. Diferencia-se de outros/as, que diz pensarem muito em si próprios.

Gosta das viagens. Relata o encontro com Hugo Chavez: “É, isso aí foi no Fórum Mundial, né, último que eu fui. Aí, a gente tava no fórum, e daí a gente foi convidado pra ir se encontrar com ele. E daí, quando a gente chegou lá na oficina que ele tava (que eles dizem oficina, né?), e daí ele cumprimentou todos eles, sem segurança, sem nada. Ficou sentado assim, conversando. E foi muito legal, porque a gente conheceu o presidente, que era lá da Venezuela, né, de outro país, né, e a gente não precisou de segurança nem nada pra se encontrar ali, né? Enquanto que o nosso, né, a gente ainda tem que enfrentar um monte de segurança pra chegar até ele, né, mesmo de perto”.

Dona Eva ressentente-se de não poder fazê-las mais: “Teve agora tá fazendo uns seis meses, era em Rondônia, né, era a Associação de Moradores lá. Daí, eu não fui; porque logo em seguida o Max adoeceu. E, daí, não tinha como deixá ele aqui sozinho, né? E agora teve aquele pessoal aqui também da África, né? Também não deu. Aí, de vez em quando, surge assim oportunidade pra fazer uma viagem, pra fazer um seminário. Nem toda vez dá certo, porque também eu tenho que cuidar aqui, né? E agora, com a doença do Max, se tornou mais difícil pra mim, né, porque sobrou tudo pra mim, né? Daí, eu tenho minha deficiência também. Daí, eu não posso viajá sozinha, sai sozinha, por causa da minha deficiência, né? Daí, eu enxergo muitio pouco, né? Ah, então por isso, né? É daí, a Patrícia, ela viajava comigo, né, pra tudo quanto era lugar. Ela gostava de viajar. Coisas assim que eu não enxergava, ela via pra mim. E a Katiane, ela nunca foi assim. Ela viajou uma vez. Ela foi comigo em Brasília e foi ao Fórum Mundial comigo. Mas ela não é muito assim de viajar. Ela é mais assim que nem o pai; é mais na dela. E

a Patrícia, depois que casou, e daí agora ela teve a bebê, e daí não deu dela viajar mais. Aí, foi aonde que se tornou mais difícil pra mim, né?”

Orgulha-se dos cursos feitos e das pessoas que conheceu ao fazê-los, afirmando que possui vários certificados. Não deixa de ironizar, dizendo que já possui até certificado demais (assunto que remete à percepção de que não precisam de mais cursos, e sim de outras coisas, como insumos).

Adora festas, um gosto que diz ter puxado do pai. Gosta de ajudar. Era muito procurada por pessoas que tinham algum tipo de problema, como os de ordem afetiva, para que desse conselhos: “Vários, várias pessoa. Eles atravessam o barco pra vim. É assim. Se um homem se separa, ou uma mulher se separam, eles não vão procurar outra pessoa, eles vem me procurar pra pedir conselho, né? E daí a gente se senta, conversam. Sempre arruma um tempinho. E depois acaba tudo bem. Uns fazem as pazes, outros saem e namoram e arrumam outra, mas sempre, sempre dá certo”.

TRADUÇÕES POSSÍVEIS

Diferentes autores da antropologia, e não só dela, da história, por exemplo, dedicaram-se a estudar e a tentar compreender outras formas de organização social e econômica, em que não prevaleceria a lógica mercantil (instrumental, utilitária). Nas sociedades ditas primitivas, foram observados regimes econômicos orientados por princípios de valor e regras legitimados em outras esferas que não a econômica, de onde se originavam a racionalidade do sistema social e suas vias de reprodução. O sistema econômico seria dirigido por motivações não econômicas. Os interesses sociais governariam a vida econômica, ou seja, os processos de produção e de distribuição. Em suma, a economia estaria subordinada às relações sociais, ou submersas nestas. Neste sentido, sociedades com estas características seriam tratadas como sociedades portadoras de outras lógicas, princípios, razões e racionalidades, para utilizar aquela mesma linguagem (suspeita) filosófica, ocidental. Discussão essa que aponta para a reflexão sobre a motivação da ação das pessoas, os móveis da ação.¹³⁹

¹³⁹ Conforme o estudo de Guy Nicolas algumas sociedades parecem ser sociedades mercantis. No entanto, como é o caso de Maradi, o consumo é algo público e para o público. Não é privado. Consumo como trabalho ritual. A lógica do valor das coisas, dos objetos está subordinada à lógica do valor das pessoas. (GODBOUT, 1999, p. 136)

Exploro nesta tese um autor em especial, Marcel Mauss (1974)¹⁴⁰. Ao investigar a circulação obrigatória de riquezas, tributos e dádivas existente na Polinésia, na Melanésia e nas sociedades americanas, este pensador constatou a presença do sistema de prestações com os seus três momentos complementares e interdependentes: as obrigações de retribuir, de dar e de receber. Tais obrigações constituem o que foi chamado de uma “teoria geral da obrigação”, em que “tudo vai-e-vem como se houvesse uma troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as categorias, sexos e gerações”. Direitos e deveres se mostram simétricos e contrários, e dão vazão à circulação de dádivas entre os diversos grupos. Os homens estão ligados espiritualmente a seus bens, que, quando passados a outrem, estabelecem ligação espiritual com o doador. E, neste sentido, misturam-se doadores e beneficiários, homens, coisas e matéria espiritual.¹⁴¹

Nas “Conclusões de Sociologia Econômica e de Economia Política” do estudo *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss conclui que essas prestações dizem respeito a um híbrido: liberdade e obrigação, liberalidade, generosidade, luxo e poupança, interesse e utilidade (1974, p. 172), que explicaria “esta forma de circulação de riquezas e a da circulação arcaica dos signos de riqueza que as seguem” (p. 174). A esse híbrido articula-se outro par, que vale lembrar: pessoas e coisas (o

¹⁴⁰ Villela ressalta que a preocupação com a problemática do dom está presente no pensamento maussiano muito antes da publicação do *Ensaio* (2001, p. 186-187). O *Ensaio* é considerado, por muitos autores, o estudo mais importante de Mauss. Maurice Leenhardt teria dito em 1950 que esta seria sua “obra central”; Stephen Lukes, a “obra prima” (FOURNIER, 1993, P. 109); Lévi-Strauss (1974), “o acontecimento decisivo da evolução científica”. Fournier lembra também da interlocução com Malinowski nos cursos ministrados por Mauss em 1923 e 1924, anos que seguem a publicação dos *Argonautas do Pacífico Ocidental* em 1921. Neste sentido, o *Ensaio* está inscrito em um amplo programa de pesquisa, no qual participam alunos e colaboradores. (p. 109)

¹⁴¹ Um relato de um informante maori mostra-se bastante elucidativo para a compreensão desta moral dos presentes: “O *hau* não é o vento que sopra. Nada disso. Suponha que o senhor possui um artigo determinado (*taonga*) e que me dê esse artigo; o senhor o dá sem um preço fixo. Não fazemos negócio com isso. Ora, eu dou esse artigo a uma terceira pessoa que, depois de algum tempo, decide dar alguma coisa em pagamento (*utu*), presenteando-me como alguma coisa (*taonga*). Ora esse *taonga* que ele me dá é o espírito (*hau*) de *taonga* que recebi do senhor e que dei a ele. Os *taonga* que recebi por esses *taonga* (vindos do senhor) tenho que devolver-lhe. Não seria justo (*tika*) de minha parte guardar esses *taonga* para mim, quer sejam desejáveis (*rawe*) ou desagradáveis (*kino*). Devo dá-los ao senhor, pois são um *hau* de *taonga* que o senhor me havia dado. Se eu conservasse esse segundo *taonga* para mim, isso poderia trazer-me um mal sério, até mesmo a morte. Tal é o *hau*, o *hau* da propriedade pessoal, o *hau* dos *taonga*, o *hau* da floresta” (MAUSS, 1974, p. 53). Conforme Graeber e Lanna, “isso tem levado a antropologia a renovar o estudo das relações entre pessoas e coisas, dando a ambos os termos um sentido mais amplo” (2005, 502-503).

espírito da coisa dada).

Neste contexto, haveria outros significados para o “econômico” e as noções que lhes dizem respeito, como os termos desse híbrido. Em relação à palavra *interesse*, por exemplo, poder-se-ia falar em interesse pelas pessoas, e não simplesmente pelos objetos. Esses objetos, essas coisas, encerrariam os espíritos dos doadores. Nas palavras de Mauss: “A ideia de valor, do útil, do interesse, do luxo, da riqueza, da aquisição e da acumulação e, por outro lado, do consumo, e mesmo a do gasto puro, puramente suntuário, estão sempre presentes, embora sejam aqui entendidas de maneira diferente da nossa” (p. 179). Se interesse para nós corresponderia a “procura individual do útil” – explicação do racionalismo econômico –, outros, que não “a fria razão do comerciante, do banqueiro e do capitalista”, seriam os motivos que animam essas pessoas: “Nessas civilizações, as pessoas são interessadas, mas de maneira diferente da de nossa época. Entesourar-se, mas para gastar, para 'obrigar', para ter 'homens lígios'. [...] Há interesse, mas este interesse é apenas análogo ao que, segundo se diz, nos guia”. (p. 175-176)

Segundo Levi-Strauss, neste tipo de troca, o valor simbólico do bem excede o valor do trabalho e da matéria-prima. Em outras palavras, a troca vale mais do que as coisas trocadas, pois, na circulação de presentes, também circulam gentilezas, banquetes, ritos, danças e festas (1976, p. 94).

Na parte “Conclusão de Sociologia Geral e de Moral”, Mauss faz considerações a respeito do princípio seguido, isto é, do método adotado, que o permitiu chegar a essas conclusões. Os fatos estudados foram tratados como “fatos sociais *totais*”, ou “gerais”, embora ele próprio diga que não gosta muito desta última palavra: “põem em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlatch, clãs enfrentados, tribos que se visitam, etc.) e, em outros casos, somente um grande número de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito de preferência ao indivíduo”. Ainda em suas palavras: “Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e mesmo estéticos, morfológicos, etc.” (p. 178-179) Para exemplificar, cito o “potlatch”, um dos fenômenos tratados como “totais”, por ser, ao mesmo tempo, religioso, mitológico, xamanístico, econômico, de morfologia social, estético, jurídico (p. 103-104).¹⁴²

¹⁴² Mauss define o *potlatch*: “é muito mais que um fenômeno jurídico: é um daqueles fenômenos que nos propusemos a chamar de ‘totais’. É religioso, mitológico e xamanístico,

Mauss defende, ainda, que o “fato social total” é um princípio que permite acessar o “concreto” (talvez por esta razão não gostasse do termo *fatos sociais gerais*). Ele diz: “São, portanto, mais do que temas, mais do que elementos de instituições, mais do que instituições complexas, mais até do que sistemas de instituições divididas por exemplo em religião, direito, economia, etc. São 'todos', sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. Vimos sociedades em estado dinâmico ou fisiológico. Não as estudamos como se estivessem fixas, em um estado estático ou antes cadavérico, e menos ainda as decomposemos e dissecamos em regras de direito, em mitos, em valores e em preço. Foi considerando o todo em conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugidio em que a sociedade e os homens tomam consciência sentimental deles mesmos e de sua situação face a outrem. Há, nesta observação concreta da vida social, o meio de encontrar fatos novos que mal começamos a entrever. Em nossa opinião, nada é mais urgente nem mais frutífero do que este estudo dos fatos sociais”. (p. 180)¹⁴³

Mauss teria, ao mesmo tempo, se voltado para o estudo da lógica

visto que os chefes que nele se empenham representam e encarnam os antepassados e os deuses cujo nome usam, cujas danças eles dançam e cujos espíritos os possuem. É econômico e cumpre aquilatar o valor, a importância, as razões e efeitos dessas transações enormes, mesmo na atualidade, quando expressos em valores europeus. O *potlatch* é também um fenômeno de morfologia social : a reunião de tribos, de clãs e de famílias, e mesmo de nações, produz um nervosismo e uma excitação notáveis; confraternizam-se, contudo continuam estrangeiros; comunicam-se e opõem-se em um gigantesco comércio e um constante torneio. Passamos por cima dos fenômenos estéticos, que são extremamente numerosos. Enfim, mesmo do ponto de vista jurídico, além daquilo que já desprendemos da forma desses contratos e daquilo que poderíamos chamar de objeto humano do contrato, e ademais do estatuto jurídico dos contratantes (clãs, famílias, categorias e esponsais), cumpre acrescentar o seguinte: os objetos materiais dos contratos, as coisas que são trocadas, têm, também elas, uma virtude especial que faz com que sejam dadas e sobretudo com que sejam retribuídas” (1974, p. 103-104).

¹⁴³ Nas palavras de Fournier: “O 'mérito' de Mauss é, como sublinha Renê Maunier na resenha que fará do 'Ensaio sobre a dádiva' para a *Année Sociologique*, demonstrar duas coisas: 1) 'a vida dos 'primitivos' é mais complexa, mais ativa, mais dinâmica que acreditamos: é preciso não representá-la como 'estática'; 2) 'a vida econômica está profundamente ligada à moralidade e à religiosidade. Tudo está em tudo'. Sobre a noção de totalidade, muitas coisas foram ditas. Mauss fala ora de 'homem total', ora de 'fato social total'. No primeiro caso trata-se da natureza indissociavelmente psico-orgânica e social do homem. Aqui Mauss é fiel à tese durkheimiana do *homo duplex*. No segundo caso, trata-se do caráter indissociavelmente jurídico, econômico, estético, morfológico, etc. de todo fenômeno social. Mas aos numerosos 'méritos' de Mauss eu acrescentaria um outro: ao contrário do que deixa entender uma leitura simplista de Durkheim, a sociedade não é uma massa homogênea: toda coletividade é uma realidade mais complexa como precisa Mauss, 'grupos e subgrupos que se imbricam, se entrecruzam e se soldam'. A coesão social - um tema caro a Durkheim e a Mauss - não repousa somente sobre uma comunidade (de língua, de valores, de tradições); ela exige também a reciprocidade e todo um conjunto de laços contratuais” (1993, 110-111).

do mercado, característica das sociedades modernas, que distingue rigidamente pessoas e coisas, interesse/egoísmo e altruísmo, liberdade e obrigação, e de toda uma cosmologia moderna que se define por meio dele (GRAEBER; LANNA, 2005, p. 513).¹⁴⁴ Desafiou o conhecimento moderno, indicando estas oposições criadas (p. 503). A operação feita pela modernidade separou interesse e desinteresse, coisas e pessoas, etc.

Contrapôs-se de modo radical aos liberais de sua época, que afirmavam um paradigma no qual a vida social fica reduzida a interesses, competições econômicas e/ou manipulações políticas. Afirmou uma ideia de relações sociais que substitui a de contrato: “Essa ideia não remeteria a acordos com nossos instintos (e os dos outros) ou com sentimentos e vontades supostamente anteriores aos sociais, mas sim a 'obrigações', simultaneamente coercitivas (para usar o termo de Durkheim) e voluntárias. Ao mesmo tempo, se a vida social não se reduz a ganhos, estes não deixam de estar presentes, para Mauss, na forma de interesses individuais e coletivos” (p. 502).

Comenta Fournier, “O 'Ensaio sobre a dádiva' é tão importante e

¹⁴⁴ Mauss “preferiu, de modo similar a Marx, privilegiar a especificidade da sociedade capitalista. [...] Poderíamos até dizer que ele buscava explicar por que tantas pessoas, particularmente tantos dos menos privilegiados membros da sociedade capitalista, condenavam ou repudiavam moralmente essa sociedade (ou não). Por que, por exemplo, instituições que insistiam na rígida separação entre “produtores” e seus produtos se contrapunham a intuições comuns a respeito da justiça? Em resumo, Mauss buscava desvendar o “fundamento moral”, como ele dizia, da nossa e de qualquer outra sociedade. A conclusão do Ensaio fala em conflito entre uma moralidade universal e o desenvolvimento do comércio, da indústria e da lei, dado o desejo, suposto por Mauss, dos “produtores” seguirem a coisa que produziram. Tudo se passa como se os produtores inapelavelmente reconhecessem que deram/venderam seu trabalho sem compartilhar dos lucros. Estaria Mauss, baseado em um reconhecimento mais ou menos consciente das conquistas teóricas do próprio estudo sobre o dom, tirando conclusões apressadas, transferindo de modo substantivo a inalienabilidade da circulação de trabalho que constatou em outras sociedades ao caso capitalista?” (GRAEBER; LANNA, 2005, p. 514) Ainda nas palavras dos autores: “A questão a se analisar aqui é a da existência de uma teoria da alienação em Mauss. Já indicamos que o Ensaio é muito mais uma reflexão sobre a inalienabilidade entre bens e pessoas. De todo modo, a teoria de Mauss deriva de uma tradição diferente da dialética hegeliana, a da história jurídica clássica, segundo a qual uma propriedade é alienada quando todos os direitos nela incorporados são desligados de um possuidor e incorporados a outro. Particularmente para as classes trabalhadoras francesas, que não haviam se afastado totalmente de uma condição anterior camponesa e artesã, na qual a terra circulava menos como mercadoria (cf. Polanyi, 1978), haveria algo profundamente errado nisso. Mauss tentava entender o que seria, assim como tentava entender por que a legislação da previdência social poderia parecer correta se “se inspira no seguinte princípio: o trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade, de um lado, a seus patrões, de outro” (2003 [1925b], p. 296), e desse modo merecia mais, “uma seguridade em vida contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte”, tanto por dar algo tão valioso como por dar algo que não beneficiara só o patrão, que aliás já colaborara em seu pecúnio, mas também toda a comunidade, representada aqui pelo Estado. Caracterizar-se-ia assim na previdência “um socialismo de Estado já realizado” (p. 515-516).

central na obra de Mauss que constitui 1) um ponto de encontro entre suas preocupações científicas e políticas e 2) um prolongamento-renovação da teoria durkheimiana da coesão social, da relação indivíduo-sociedade” (1993, p. 109). Ainda em suas palavras: “Lembremos que esse estudo permite a Mauss ao mesmo tempo tocar o 'concreto', pôr em evidência o mecanismo central de solidariedade que é a reciprocidade, criticar o utilitarismo das teorias econômicas e extrair um princípio heurístico que consiste em estudar os fatos como 'fatos sociais totais'. É para ele uma maneira de 'tocar uma das rochas humanas sobre as quais se assentam nossas sociedades” (p. 110-111).

Fez um movimento no sentido de criar um outro espaço de pensamento: possibilidade de pensar o dom como contabilidade inaudita – *alogos* e *atopos* – que coloca em crise o *logos* e o *topos*, uma forma de troca, que “mistura”, “ao mesmo tempo e de uma só vez”, obrigação e liberdade, interesse e gratuidade, coisas e pessoas (importância da ideia de “força” ou “virtude” da “coisa”). (DERRIDA, 1995)

Defendeu que, embora as sociedades ocidentais tenham transformado o homem em um “animal econômico”, nem todos são ainda deste gênero. Em suas palavras: “Em nossas massas como em nossas elites, a despesa pura e irracional é prática corrente; é também característica de alguns fósseis da nossa nobreza [...] felizmente, ainda estamos distantes desse constante e glacial cálculo utilitário” (1974, p. 176-177).

Caillé e Godbout discutem a passagem da “dáviva primitiva” à “dáviva moderna”, apontando a especificidade da dáviva no mundo moderno e sua não aniquilação ou substituição pelas duas esferas: mercado e estado. Ressaltam que ela não só não está morta como também não ocupa apenas os interstícios sociais, locais associados ao espaço doméstico ou privado. Transformada historicamente, por suas relações com o mercado e o estado, que fundaram a modernidade, a dáviva moderna aparece sob novas formas – caso da dáviva a estranhos. Essa dáviva a desconhecidos corresponderia a uma especificidade moderna e não a um resíduo da dáviva primitiva. Ela não se originaria diretamente desta.

Alargando a visão maussiana, Godbout e Caillé afirmam que a dáviva, nas sociedades modernas, não está restrita aos interstícios sociais – visão do próprio Mauss, embora paradoxalmente ele a considere “uma das rochas sólidas sobre as quais estão erigidas nossas sociedades” (MAUSS, 1974, p. 42), e de Lévi-Strauss. (GODBOUT, 1999, p. 20) Uma das propostas deste livro *O espírito da dáviva*, escrito por Godbout em colaboração com Caillé, é “passar em revista e discutir

os principais achados das pesquisas e reflexões sobre a dádiva nas nossas sociedades, continuando assim, com toda modéstia, o empreendimento de Mauss no ponto em que ele o interrompeu: às portas da modernidade” (p. 33).

Sem perder o caráter de “rocha dura” sobre a qual se alicerçam as relações sociais entre “pessoas”, a dádiva, em seu “sistema de transformações”, mantém-se para esses autores como uma categoria que permite explicar a criação e a manutenção do laço social, sendo a condição de possibilidade das sociedades. Uma explicação do social que também permitiria resolver os impasses colocados por outras teorias, ou melhor, por outros dois paradigmas: o holismo e o individualismo metodológico. Estes são considerados incapazes de resolver o problema das dicotomias. Aqui a dádiva deixa de ser tratada como categoria e assume o status de paradigma: o terceiro paradigma ou o paradigma do dom (CAILLÉ, 2002). De acordo com essa formulação, a dádiva representa a “socialidade primária” e “engloba” a “socialidade secundária” (relações estabelecidas nas esferas do mercado e do estado).¹⁴⁵

Flanco aberto para pensar relações sociais contemporâneas a partir da categoria de dádiva, conforme indicam diferentes estudos; reconhecimento por muitos da atualidade do seu pensamento por diferentes razões. Para exemplificar, retomo o estudo citado

¹⁴⁵ Tentando superar os dois paradigmas presentes nas ciências sociais, o “holismo” e o “individualismo metodológico”, Caillé faz a sua aposta no “paradigma do dom e do simbolismo”, ou o “terceiro paradigma”. Para o autor, os dois paradigmas citados são “incapazes de pensar – ao contrário do que crêem – a *gênese do laço social* e a aliança. Totalmente incapazes, também, de pensar a dádiva. E, por conseguinte, o político” (1998, p. 14). O holismo não consegue explicar a formação do laço social que existiria antes e independentemente dos sujeitos. Por outro lado, o individualismo metodológico, ao hipostasiar o indivíduo e propor que “as relações podem e devem ser compreendidas como resultante do entrecruzamento dos cálculos efetuados pelos indivíduos”, mostra-se incapaz, tanto quanto o holismo, “de proceder à geração lógica do elo que une esses átomos individuais”. Ele lembra Durkheim, para quem “não é possível fazer o altruísmo nascer do egoísmo” (p. 14-15). O paradigma do dom pretende suprir uma lacuna deixada pelo liberalismo econômico e político e por visões contrárias que defendem a presença forte do estado – mercado e estado vistos aqui como “grandes maquinarias modernas impessoais”. Caillé (2002) utiliza a noção de “englobamento” para demonstrar a superação das antinomias. Para o autor, há um englobamento de contrários, sendo o dom o termo englobante e que representa a “socialidade primária”, diferentemente do contrato, termo englobado e que é associado à “socialidade secundária”. Godbout sugere pensar a dádiva a partir de abordagens não-deterministas presentes no campo da inteligência artificial (IA) e das ciências cognitivas. A IA abriria caminhos para a compreensão de um fenômeno “sem regra de funcionamento explícita”, que não só “possui tantas características aparentemente opostas a qualquer formalização – livre, indecível, contextual, espontâneo”, como também se nega à “distinção sujeito-objeto que está no cerne do pensamento moderno” (1999, p. 226).

anteriormente, de Radomsky (2009), em que se destacam o circuito não capitalista e as relações de reciprocidade e proximidade na Ecovida, e, também, o de Gonçalves (2008).

Gonçalves trata os empreendimentos econômicos solidários estudados como “fatos sociais totais”: “Os empreendimentos econômicos solidários se constituem como um universo simbólico distinto e específico que articula simultaneamente no tempo e no espaço várias esferas da vida social: simbólica, política, econômica, geográfica, ecológica, religiosa, de gênero e étnica, configurando um 'fato social total' (MAUSS, 1974)”. Donde conclui, já não mais a partir de Mauss, que “os experimentos em economia solidária podem assumir vários formatos e se originarem de diferentes 'razões práticas' (BOURDIEU, 1997)”. (2008, p. 133)¹⁴⁶

Ao mesmo tempo, apoiada em Karl Polanyi, que estabelece diálogo com as ideias de Mauss no *Ensaio*, ela comenta que a gênese de um dos empreendimentos estudados, a Cooperativa de Crédito Solidário (Coopsol), estaria imersa nas relações sociais da comunidade, associada às lutas sociais por moradia, saneamento básico, água, energia elétrica, escolas, postos de saúde, transportes, segurança e emprego, principalmente, empreendidas pela população que veio residir ali. Neste sentido, a atividade econômica estaria imersa nas relações sociais. Donde, outras conclusões: “para além da motivação estritamente econômica, há outras motivações e interesses relacionados às lutas sociais e ao projeto da economia solidária do modo como é resignificada por essas mulheres e homens. São essas motivações e interesses que explicam a permanência dessas mulheres na cooperativa, a despeito de não conseguirem extrair nem um salário mínimo mensal”. (p. 134-135)¹⁴⁷

¹⁴⁶ Esta relação estabelecida entre Mauss e Bourdieu por Gonçalves reporta-me a uma palestra dada por Marcel Fournier no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC (27 de maio de 2004). Ali ele comentou sobre o fato de Bourdieu ser visto pelo MAUSS como um “utilitarista”, ou estar vinculado ao “paradigma do individualismo metodológico”. Em virtude de uma percepção semelhante a esta, em 1998, fiz um trabalho para a disciplina do professor Leonardo Figoli, no mestrado em sociologia na UFMG, intitulado “Em busca da razão simbólica”, em que procurei perceber o fenômeno religioso de uma perspectiva diferente daquela feita por Bourdieu a partir da “razão prática”. Para isto apoiei-me em Sahlins, na sua noção de “razão simbólica”, ou “significativa”.

¹⁴⁷ Gonçalves descreve, ou melhor, reflete sobre a situação de algumas cooperadas: “Lúcia permanece na cooperativa porque acredita de forma lúcida na transformação da sociedade e na construção de uma nova sociabilidade, e, como mãe, acredita que com sua ação vai deixar uma sociedade melhor para os seus filhos viverem.” “Francisca Ferreira Gomes também está desde o início na cooperativa, trabalha por alguns anos em uma empresa de confecção, com carteira assinada. É mãe de cinco filhos. Ela não tem o mesmo nível de compreensão de Lúcia acerca

Sobre as possibilidades abertas pelas ideias maussianas, expressas no *Ensaio sobre o dom*, para operar a tradução do universo da AMPROSUL, do Porto das Ostras, mostram-se bastante interessantes, especialmente, as ideias associadas às noções de fato social total, de híbrido/mistura e de “concreto”. Nesse universo simbólico distinto e específico, como dito por Gonçalves (2008) em seu estudo e cabível aqui, estão articuladas, simultaneamente, no tempo e no espaço, várias esferas da vida social. Destacam-se a família, a amizade, a vizinhança, o trabalho e a economia. Ainda em apropriação do enfoque (e das palavras) da autora, a atividade econômica e o trabalho estão imersos nas relações sociais. Neste sentido, para além, ou a despeito da motivação estritamente econômica, há outras motivações e interesses envolvidos, fazendo com que essas pessoas ressignifiquem aquilo que lhes chega por meio das políticas públicas e dos planos para a maricultura. As coisas ali estão misturadas...

O *Ensaio* permite pensar outras formas de troca, construídas sobre relações de amizade, personalizadas, e a circulação de outras moedas de troca: ostras, presentes, comida. Tem-se amigos/as não só porque são necessários/as, úteis; ostras são boas não só para comer e vender...

Vale lembrar de Strathern: “A troca de dádivas sempre foi um enigma para a imaginação ocidental.” Para a autora, dádiva (e mercadoria) falam de relações: “Ela é, *tout court*, a circulação de objetos em relações com vistas a produzir as relações em que os objetos possam circular. Esta é a recursividade do resultado antecipado. Não há nada de particularmente místico ou humanístico nisso. Meu argumento é o de que ele deriva de tornar explícita uma técnica particular de objetificação, ou seja, o modo personificador em que os objetos de relações são sempre outras relações” (2006, p. 328).

Cito, ainda, outro texto de Mauss, escrito junto com Hubert: *Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício*, bastante interessante, também, para pensar a ideia de sacrifício, tendo em vista a figura de dona Eva, que mereceu um item à parte. De acordo com os autores, no sacrifício, estendido às trocas entre homens, de um lado, e a divindade, de outro, e, também, às trocas estabelecidas somente entre homens, opera a lógica da dádiva e do simbolismo, em que as palavras-chave seriam: não equivalência, espontaneidade, dívida, incerteza, prazer do

do projeto da economia solidária. Sabe, porém, exatamente o valor da reciprocidade e da solidariedade na esfera da produção e fora dela, pois, assim como Lucia e as outras cooperadas, ela não separa o trabalho das demais esferas da vida, como a família, a fé religiosa e os demais laços sociais” (2008, p. 135).

gesto, liberdade, obrigação, desinteresse e interesse, escapando à lógica utilitária do lucro e do ganho.

Hubert e Mauss argumentam: “Em todo sacrifício, há um ato de abnegação, visto que o sacrificante se priva e dá. Mesmo esta abnegação às vezes lhe é imposta como um dever. Pois o sacrifício não é sempre facultativo; os deuses o exigem. É dever prestar-lhes culto, serviço, como diz o ritual hebreu; é dever pagar-lhes sua parte, como dizem os hindus. Mas esta abnegação e esta submissão não são isentas de um retorno egoísta. Se o sacrificante dá alguma coisa de si, ele não se dá; ele se reserva prudentemente. É que, se ele dá, em parte é para receber. O sacrifício se apresenta, portanto, sob um duplo aspecto. É um ato útil e é uma obrigação. O desinteresse se mistura aí com o interesse. Daí por que com tanta freqüência foi tão amiúde concebido sob a forma de contrato. No fundo, talvez não haja sacrifício que não tenha alguma coisa de contratual. As duas partes em presença trocam serviços e cada uma tem aí sua conta. Pois os deuses, também ele, têm necessidade dos profanos” (2001, p. 225).¹⁴⁸

Bataille (1981) dedicou-se a este tema também¹⁴⁹. Para o autor (1975, 1981), o princípio do sacrifício é a destruição, sendo que sacrificar não é matar. Ao contrário, é abandonar e dar, sendo a característica do dom passar do “mundo real” para o mundo do consumo precipitado, em que não se conserva, mas, antes, gasta-se. Em suma, sacrificar é passar de uma ordem duradoura, em que prevalecem as operações de longo prazo, a produção com vistas ao futuro para um outro domínio, submetido à violência do consumo incondicional, em que o que importa é o instante imediato. A intenção é permitir a passagem do “mundo real”, da utilidade, ao “mundo da intimidade”.

¹⁴⁸ De acordo com Mauss: “um dos primeiros grupos de seres com os quais os homens tiveram que contratar e que, por definição, ali estavam para contratar com eles foi, antes de tudo, o dos espíritos dos mortos e dos deuses. Com efeito são eles os verdadeiros proprietários das coisas e dos bens do mundo. Era com eles que era mais necessário trocar e mais perigoso não trocar. Inversamente, porém, era com eles que era mais fácil e mais seguro trocar. A destruição sacrificial tem precisamente por fim ser uma doação que seja necessariamente retribuída” (1974, p. 63). Se nas trocas entre os homens era-se obrigado a retribuir sempre mais, quiçá nas trocas entre os homens e os deuses, os quais sempre retribuíam as pequenas dádivas com outras incomparavelmente maiores. Através do sacrifício, não só se estabelecia um contrato com a Divindade, obrigando-a a retribuir, como também se comprava dos seres sagrados o direito de realizar determinados atos. É interessante perceber que, se por um lado, os sacrifícios não eram totalmente facultativos, por outro, os benefícios sacrificiais podiam ser considerados como contragolpes necessários, não existindo vontade divina livre – a Divindade só existe na medida em que existe o sacrifício.

¹⁴⁹ Sobre as relações entre Mauss e Bataille, ver Clifford (2002), mais precisamente o artigo “Sobre o surrealismo etnográfico”.

Poeticamente, o autor fala: a intimidade ou o retorno da vítima sacrificada ao estado de imanência é indescritível, é a ausência de individualidade, é a sonoridade inapreensível de um rio, a limpidez vazia do céu. No entanto, ela também é violência e destruição. A consumação intensa exige mais do que o consumo da riqueza útil de um povo; ela exige o próprio povo.

Pensar sobre os sacrifícios de dona Eva nesta perspectiva é abordá-los de um jeito diferente. Acionando, mais um vez, outra lógica, inscrevendo a experiência em outra dinâmica. Sem colocar a questão nos termos de Singer: sacrifício como etapa passageira a ser superada, associado à não racionalização da organização (2001, p. 107), ou do NGD: dona Eva faz tudo, sendo necessário racionalizar as condutas e acabar com o sacrifício.

O “caminho das pedras” não é percorrido por todos: exige acesso a conhecimento técnico, político, da burocracia; pertencimento a uma rede; predisposição a fazer e manter contatos, etc., o que dona Eva, dentre outros/as associados/as, parecem possuir de sobra. Silva e Oliveira falam sobre o “capital social” da presidente da associação estudada por eles, relacionado a acesso à rede, autoridade e prestígio no interior dessa rede (2009).

Vale, ainda, uma nota sobre o tema do “clientelismo”. Ao falar sobre parentesco, amizade e vizinhança na AMPROSUL, sem dúvidas, pode sugerir o tema do clientelismo: relações pessoais, personalistas, de amizade, de dependência, etc.

Na literatura, existe uma vasta referência à conexão entre dádiva e clientelismo. Segundo Godbout, a dádiva pode acarretar fenômenos de dominação pessoal particularmente graves, efeitos de clientelismo que nos são familiares, ele diz (1999, 221).

Exemplifico com um dos casos que Gonçalves considera como experiências exemplares na etnografia realizada: a cooperativa de crédito composta por assentados da reforma agrária incorporaria o projeto da ES, nos termos da autora, a partir de suas próprias categorias simbólicas ou de seus respectivos sistemas classificatórios; isto é, por meio do clientelismo político. Incorporaria o crédito solidário a partir de uma visão imediatista e pragmática. Assim, esse tipo de economia reproduziria relações clientelistas, assimétricas estruturalmente, construídas historicamente por meio de relações de dominação política, de dependência dos poderes local e central, e de exclusão social. Este argumento é sustentado a partir de Faoro, Tavares e Chauí (2000). Seria um caso, portanto, em que o dom teria se revestido de forma assimétrica e reproduziria a desigualdade social, situação diferente de outras que ela

observou, em que foram construídos novos sentidos de vida e identidade social. (2008, p. 133; 138-139)¹⁵⁰

Em seu estudo sobre maricultura, Paulilo também identifica este tipo de prática nas relações estabelecidas com as instituições: “O relacionamento entre os mais ricos e os mais pobres, entre patrões e camaradas, entre autoridades e população, entre outros, é facilitado pela existência das relações de vizinhança, de parentesco e pelo clientelismo sempre presente” (2002, p. 13).

Outro estudo sobre associativismo comenta a particularidade da política local e as relações estabelecidas entre o Poder Público e as associações: “No caso de Florianópolis, percebe-se, em algumas práticas, um assumido compartilhamento de projetos e interesses com o poder público municipal. O que parece claro é que algumas Associações e Conselhos Comunitários não só reproduzem relações verticais entre poder público e população, como dão sustentação às tradicionais práticas políticas, pautadas em relações de hierarquia e subordinação. As ligações de suas lideranças com o poder público municipal aparecem não somente no campo ideológico/político, como também no plano instrumental (lideranças remuneradas ou liberadas de suas atividades para atuar exclusivamente nos Conselhos). Ao reproduzir práticas

¹⁵⁰ Segundo Gonçalves: “é preciso sensibilidade analítica para ver que essas pessoas pobres incorporam o crédito solidário e a cooperativa de crédito a partir de suas próprias categorias simbólicas, engendradas historicamente nas relações clientelistas. Isto é, essas pessoas pobres (re)significam o crédito solidário a partir do clientelismo político. [...] Portanto, o que limita a rentabilidade dos empreendimentos não é somente a baixa escolaridade nem a ausência de consciência coletiva, mas, sim, relações sociais ancoradas no clientelismo político, raízes históricas da pobreza e da baixa escolaridade no universo dos assentados. Os nossos cooperados não opõem solidariedade e clientelismo, contudo articulam essas duas dimensões no plano simbólico. E, à medida que (re)significam o crédito solidário, a partir das relações clientelistas, reproduz-se a assimetria estrutural, ela mesma construída historicamente por meio das relações de dominação política (FAORO, 2000; TAVARES, 2000; CHAUI, 2000). [...] Podemos nos perguntar, afinal de contas as coisas mudaram? Sim, mudaram, mas não o suficiente para romper com as relações de dominação e de dependência do poder local e do poder central” (2008, p. 138). A autora comenta, especificamente, o caso da Cooperativa de Crédito Rural de Jaguaretama: “De fato, há um conjunto de fatores que limitam o desenvolvimento da cooperativa, como o isolamento geográfico de Jaguaretama, a falta de conhecimento técnico e de escolaridade formal. Os cooperados, contudo, ao invés de se mobilizarem e de se organizarem coletivamente para a poupança na cooperativa, esperam receber apoio financeiro de entidades externas. Os relatos etnográficos revelam que a maioria dos cooperados, que são também os assentados, incorpora o crédito ‘solidário’ a partir de uma visão imediatista e pragmática. Uma visão de mundo baseada nas relações estruturais de clientelismo que, de certa forma, impede que os pequenos agricultores incorporem em suas vidas cotidianas o sentido do crédito solidário, da auto-gestão e da solidariedade como um instrumento de crítica, de negação e superação da sociedade capitalista e, portanto, de emancipação social (HABERMAS, 1987)” (p. 139).

clientelistas e assistencialistas tradicionais, os Conselhos aparecem muitas vezes aos moradores apenas como um 'balcão de favores', e não como instrumento próprio de sociabilidade, reivindicação e luta comunitária” (LÜCHMANN *et alii*, 2004, p. 59-60).

Os/as autores/as deste estudo indicam o contexto de fundo, citação feita anteriormente, ao tecerem alguns comentários sobre Florianópolis: “retraimento da esfera estatal que, muitas vezes de costas à participação popular, investe maciçamente na implementação de um modelo de cidade que prioriza a iniciativa privada em detrimento do interesse público” (p. 68); “o poder estatal, além de não responder às demandas dos serviços das comunidades que crescem, está fortemente orientado para a defesa dos interesses de empreiteiras e grandes empresas de turismo” (p. 62).

Clientelismo é um tema que poderia ser aprofundado, o que não faço nesta tese. De todo modo, chamo a atenção para algumas particularidades neste estudo. Primeiramente, valeria a pena refletir sobre a linha que separa clientelismo e política participativa de ATER, tendo em vista a característica dialógica que ganhou os órgãos de extensão. Depois, sobre a possibilidade de refletir sobre este assunto a partir de outros referenciais que valorizem os laços de parentesco, amizade e vizinhança, e também o modo particular de atuação política da AMPROSUL.

Suas estórias versam sobre a participação anterior de associados/as na AMASI, a saída deles/as dessa associação e a busca de articulação para formação da AMPROSUL. Membros dessa Associação já participaram de outros projetos coletivos, como a construção da igreja e da escola, e da criação da cooperativa, além da presença em outros fóruns, como a ACAq. A associação, representada pela presidenta, envia esforços com políticos e instituições ligadas à maricultura (os/as amigos/as) para conseguir apoio aos/às maricultores/as, para seus cultivos individuais e para o cultivo coletivo de marisco na área da Associação. Reclamam em determinadas situações. A presidenta participa de eventos e atividades da área, sob a alegação de que “quem é visto não é lembrado”, compartilhando informações com os/as associados/as. Fazem cursos de formação e participaram ativamente das conferências nacionais, do Encontro das Mulheres e de edições do Fórum Social Mundial. Conforme relato de “seo” Max, na conferência em Brasília, trabalhavam até tarde, reivindicavam, lutavam e defendiam seus direitos. Eram discussões tremendas, independentemente de se ser analfabeto ou não. Quando o assunto é política, a fala de dona Eva é emblemática: a presidenta diz que o partido deles/as, maricultores/as, é a

maricultura; apoiam quem apoiar a maricultura. Além de sugerirem que é possível prometer voto e não votar. Há que se levar em conta o movimento desencadeado por essas pessoas, como a família de dona Eva e os/as associados/as da AMPROSUL, e a capacidade de afetarem esta rede.

Neste terreno, tenho simpatia pela abordagem de Goldman. Seguiria as pistas dadas por ele: “se as principais atividades de um bloco afro são musicais, isso não significa, é claro, que sejam as únicas. Os blocos costumam se envolver com a política, seja fazendo apresentações em campanhas de políticos, apoiando explicitamente algumas candidaturas ou recebendo bens ou promessas em troca de votos e apoio eleitoral. É claro que, como adverte Cambria (2002: 108), não se trata de imaginar que os blocos simplesmente usem a música para fazer política, ou seja, para obter algumas vantagens materiais. Embora isso evidentemente ocorra, também é verdadeiro que 'esses grupos (...) usam a 'política' para fazer música', ou seja, que as pequenas vantagens materiais às vezes obtidas dizem respeito precisamente às próprias atividades musicais (e outras) dos blocos” (2006, p. 19-20).

Fazendo analogia, poder-se-ia pensar na seguinte situação: os/as maricultores/as não usariam a maricultura simplesmente para fazer política ou obter vantagens materiais. Embora isso possa ocorrer, trata-se de refletir também sobre o fato de essas pessoas usarem a política para fazerem maricultura. Ou seja, as “pequenas” vantagens materiais às vezes obtidas dizem respeito às próprias atividades relacionadas à produção. O trabalho é muito importante para eles/as.

ENCONTRO/CONTATO INTERCULTURAL

Relembrando, o contexto de chegada da maricultura deu-se em comunidades de pescadores artesanais, sendo que dentre os objetivos iniciais estava a inclusão social e econômica dessas pessoas. A maricultura desenvolve-se, então, sob dupla característica: familiar e comercial. Trata-se de uma tentativa de junção entre maricultura familiar e comercial moldando o aspecto familiar. Não basta ser artesanal; é preciso ser artesanal de um modo específico.

Pertinência da evocação daquela discussão antiga nas ciências humanas (utilitarismo e não utilitarismo): Ela se renovaria por meio do debate em torno do associativismo/cooperativismo/ES, articulados com o APL, no contexto da maricultura. A lógica utilitarista, característica da economia capitalista, marcaria também essas políticas públicas. Haveria o estímulo na maricultura à mercantilização e à formação de vínculos

sociais com traço utilitário. O pêndulo da ação recairia sobre o interesse, e um interesse de tipo específico, voltado para a competitividade e a lucratividade. Neste contexto, os sentidos de solidariedade e de cooperação seriam instrumentalizados, dizendo respeito a estratégias competitivas, o que implica estimular a circulação das coisas e dos serviços a partir dos móveis do interesse e da utilidade.

Impor-se-ia, dessa maneira, um modo de socialidade particular diferente, inclusive, daquele vislumbrado no discurso oficial da SENAES quando apresenta a ES como outra modalidade de economia, uma forma alternativa de organização do trabalho, com impacto na vida das pessoas, de modo geral. Em suma, outro modo de socialidade (acento posto na cooperação, na solidariedade, etc.), diferente da capitalista.

Traduzi, sob certo ponto de vista, para termos comparáveis o contexto estudado, a AMPROSUL, o Porto das Ostras, utilizando referenciais não antiutilitaristas, como as ideias maussianas. Nessa Associação, trabalho e outras esferas da vida social, como família, amizade e vizinhança, estão interligados. A partir da observação da importância das relações familiares e de amizade no exercício da profissão e na prática associativa deste grupo, busquei um referencial teórico não utilitarista para “traduzir” (e já “trair”) este contexto: importância da noção de fato social total como princípio heurístico que articula as diferentes esferas sociais e de uma abordagem que aponta para o aspecto plural da ação social.

Tal referencial permitiu-me pensar sobre o econômico subordinado às relações sociais e sobre outros móveis da ação que não o interesse utilitário, instrumental. Teci comentários sobre o traço não utilitário da socialidade na AMPROSUL, no Porto das Ostras. Desdobraram-se diferentes temas, como o do sacrifício de Dona Eva (a doação de si), etc. Poder-se-ia falar em um modo de socialidade particular, fundado em relações pessoais. O móvel da ação poderia ser entendido como uma mistura de interesse e desinteresse, etc.

Desde a implementação da maricultura, passando pelo processo de produção, pela luta por serem incluídos/as na “rede”, misturam-se parentes e amigos/as, o que inclui técnicos de instituições ligadas à maricultura, os/as próprios/as associados/as da AMPROSUL e vizinhos/as. Em um contexto em que relações de parentesco, amizade, vizinhança são muito importantes, inclusive em espaços de trabalho e econômico, chegam as políticas públicas. Valores relativos a estes aspectos da vida social são importantes para o entendimento das relações sociais estabelecidas na AMPROSUL e de seus membros com

os de “fora”.

Às pessoas organizadas desta maneira chegam as determinações da atividade. Por meio das instituições vinculadas à maricultura, chegam até os/as associados/as ideias relativas ao “associativismo”, ao APL, e são implementadas ações às quais eles/as “reagem”. Ressignificam os discursos oficiais e constroem práticas sociais de modo particular. Destaca-se o imbricamento das características familiar e comercial da produção. Do ponto de vista da AMPROSUL, possibilidade de junção: amizade, proteção de suas famílias e inserção no mercado. Não pensam/agem a partir de categorias dicotômicas.

Se o significado “macroestrutural” pode ser compreendido a partir da lógica (universalizante) da racionalidade instrumental, aquele outro, diríamos “microestrutural”, relativo à “microdinâmica interna” da AMPROSUL, seria influenciado pelas relações de parentesco, amizade e vizinhança, não havendo uma suposta autonomia da economia; economia subordinada a essas relações, ou ao social, de modo geral. Em suma, de acordo com a argumentação feita, haveria, de um lado, uma motivação não utilitarista, orientando a ação dos/as maricultores/as; de outro, o estímulo à construção de relações instrumentais por parte das políticas públicas: associativismo/cooperativismo/ES articulado ao APL. Ou seja, trata-se de modos de socialidade particulares.

De um lado, um modelo organizacional /gerencial /operacional/ empresarial/mercantil/comercial idealizado para associações e, de outro – no caso, da AMPROSUL –, um modo de socialidade fundado em relações de parentesco e em laços comunitários, relacionado a formas tradicionais de solidariedade social. Poder-se-ia pensar esta questão a partir das categorias de Sahlins (1979). Ou seja, se o arcabouço dessas políticas estimula transações mediadas por um “termo material”, na AMPROSUL, elas seriam mediadas por um “coeficiente social”.

Esta questão teórica é importante, tendo em vista a percepção de que existe um confronto entre visões de mundo diferenciadas. A suposta orientação utilitarista das políticas públicas em questão desemboca em tensões para os/as maricultores/as da AMPROSUL. A ênfase crescente na profissionalização e na racionalização dos processos, com a solidariedade e a cooperação submetidas a elas, gera impasses. Como pano de fundo aparece o conflito entre formas tradicionais de solidariedade social fundada em relações de parentesco e em laços comunitários e modelos organizacional/gerencial/operacional prescritos para os empreendimentos solidários.

Retomando uma situação: Com a entrada do NGD na AMPROSUL, passou-se a afirmar a necessidade de os/as associados/as

organizarem-se, unirem-se. Essas passaram a ser palavras-chave recorrentemente repetidas por eles/as. A organização, por sua vez, gerou impasses em relação ao modo informal e pessoal, não necessariamente alinhado ao Estatuto, a partir do qual diferentes situações eram tratadas até então. A Equipe do NGD, inclusive, interveio, explicando a necessidade de os assuntos da Associação não serem levados para o lado pessoal, mas tratados de modo profissional.

Desde a composição 1, procurei indicar as tensões entre os/as maricultores/as, de um lado, e as entidades, representantes da política pública para o setor, de outro, tendo em vista o que entendo como motivações distintas e conflitantes, resultado desta dupla característica da maricultura: familiar e comercial, e da tentativa de ajustamento da primeira em favor da segunda por essas entidades. Tensões, impasses, conflitos relativos à necessidade imposta de adequação ao “modelo”, ao “ideal” associativista/cooperativista, do APL, de modificação do familiar (e do que é familiar¹⁵¹), que vêm acompanhados da percepção de que existem privilégios em relação a determinados grupos, aos “grandes”.

Perante esse “modelo”, esse “ideal”, diante das regras e das normas prescritas, normatizadas, as misturas feitas pela AMPROSUL parecem ser consideradas “estranhas”, talvez anacrônicas. O episódio envolvendo o NGD, citado acima, indica este “estranhamento”: misturariam coisas que precisariam ficar separadas. É preciso organização; é preciso separar questões pessoais. Isso me faz lembrar da máxima: “Amigos, amigos, negócios à parte”. A fala do professor é emblemática: é preciso organização, separar as coisas. Assuntos da associação devem ser tratados de modo impessoal... O comentário de Singer indica ir no mesmo sentido: o sacrifício deve ser uma etapa passageira, ligada aos tempos heroicos, etapa que deveria ficar para trás (2001, p. 107).

O argumento de que na AMPROSUL prevalece uma lógica não utilitária da ação, de as relações serem mediadas por um “coeficiente social”, faz-me pensar naquele estudo de Radomsky citado anteriormente. O autor, no estudo do selo da Ecovida, refere-se à existência de “um circuito não capitalista ancorado nas relações de reciprocidade e proximidade para a circulação de objetos, sementes, informações e saberes na rede” (2009, p. 156), o que “afronta a lógica da

¹⁵¹ Lembro-me de Katiane, em tom de lamento, dizer que melhor seria se ali tivesse apenas pessoas conhecidas e não estranhos. A Associação estava crescendo muito e recebendo desconhecidos.

mercadoria para a qual convergem as relações sociais no capitalismo” (p. 136). Sob certo ponto de vista, poder-se-ia pensar, nestes termos, a AMPROSUL, a maneira como essas pessoas concebem e exercem o “associativismo”, no contato com as instituições vinculadas à maricultura.

Pode-se colocar o problema em termos de encontro, sendo necessário considerar a irredutibilidade, a contradição do contato cultural. Inspiro-me em Menezes Bastos, ainda que ele trate do “encontro colonial”. Para o antropólogo, esse encontro diz respeito a uma conjunção necessária, provavelmente, por dizer respeito à mutualidade de uma procura e ao desejo de encontro, mas irredutível a uma das partes (1996, p. 168). Um encontro que, segundo o autor, não produz uma soma possível, não existindo sobreposição da lógica de um grupo à de outro ou a criação de uma terceira lógica. As coisas se passam como em um jogo no qual uma equipe jogasse futebol e a outra, basquete.

Nas palavras de Menezes Bastos: “no encontro colonial não há soma possível e, então, não se trata, para buscar entendê-lo, de saber se uma das lógicas em contato predominantemente se sobrepõe ou não à outra ou se tais lógicas somadas fazem nascer uma terceira, aritmética culturalista que os anos 60 pensavam já exorcizadas, mas cujos fantasmas parecem estar de novo à solta: o encontro colonial constitui uma 'relação de contradição’” (1996, p. 168).

Dadas a irredutibilidade e a contradição do contato e de sua interpretação, ou tradução, pela característica da linguagem, caso do diálogo entre teoria e universo nativo, trata-se da possibilidade de provocar uma espécie de “mal-entendido” (im)produtivo, que não impede o desenrolar da “conversação”. Ao mesmo tempo, não se trata de consenso, diálogo ou comunicação, mas de relações de poder (SILVA, 2000a; APGAUA, 2004, p. 18).

PARA TERMINAR

Falei, inicialmente, sobre a exclusão na maricultura de diferentes pontos de vista, como o simbólico, aqui entendido como exclusão de modos de vida, e de condutas diferentes, tendo em vista a impositividade de padrões de comportamento, personificados na figura do/a maricultor/a artesanal, com sua produção familiar e profissional, que segue regras e normas voltadas à organização dessas pessoas e à profissionalização de suas produções, tornando-as competitivas no mercado.

Repetidamente, foi falado sobre a existência de uma lógica mercantil norteadora de relações em sociedades ou em configurações capitalistas, como no caso da política dos APLs, articulada à da ES, envolvendo o associativismo/ cooperativismo – existência de paradigmas que sustentam este tipo de lógica.

Em seguida, defendi o tratamento desta questão, a partir da reflexão sobre a conjunção de forças globais e locais. De um lado, estaria a força do “capital”, do discurso do APL e das regras e exigências que chegam por meio deles aos/às maricultores/as, o que já foi bastante comentado; de outro, o modo como aquelas pessoas da AMPROSUL vivem, ou melhor, organizam-se, pensam e fazem as coisas, relacionam-se entre si e com os outros quando o assunto é economia e trabalho, o que também já foi falado.

Pautei-me no argumento de Sahlins (1988), que faz referência à importância da busca pelas “leis de movimento”, “estrutura” ou “sistema” que sejam (“lógica e ontologicamente”) próprios, inclusivos de determinada localidade, ou seja, lógicas culturais exóticas, características de esquemas culturais locais, que integram a experiência do sistema mundial com suas forças capitalistas, forças materiais globais.

Busquei, então, descrever aspectos da AMPROSUL, do Porto das Ostras, deste modo de vida, de organização econômica e do trabalho. A experiência destas pessoas, a maneira como estas instâncias, economia e trabalho, são vividas e articulam-se com as demais esferas sociais. Isso no contato com as instituições públicas, donde ocorrem as hibridizações e transformações daquilo que chega a elas. Neste contexto, o discurso da amizade é muito importante. Talvez pudesse ter parado por aqui.

No entanto, prossegui e propus a tradução, explorando a ideia de estar em jogo uma lógica não utilitária, como vinha argumentando desde o início da tese. Era reportada às discussões do mestrado. Utilizando, portanto, esta mesma linguagem (filosófica, ocidental) ou abordagem da

existência de lógicas, princípios, razões e racionalidades, sociais ou culturais, falei sobre o contexto estudado, a AMPROSUL, o Porto das Ostras, marcado pela força dos significantes “amizade” e “família”. Acabei, então, traduzindo para termos comparáveis esses dois universos e refleti sobre o contato intercultural e as tensões latentes neste encontro entre lógicas.

Quando disse, acima, que poderia ter parado por aqui, coloco em pauta o receio quanto a sistematizações e a traduções como esta, associado ao risco de afastar-me de um desejo, qual seja: falar sobre os outros, o tanto quanto seja possível, aproximando-me da experiência cultural deles/as. Este dilema retoma questões tratadas acima, evocadas na idéia da construção da cultura do outro como imagem invertida de determinado grupo social (metáfora do espelho). Sair da descrição da socialidade deles para cair na preocupação sobre o quanto a vida social deles aproxima-se ou afasta-se de outro grupo.

Instituiu-se, no entanto, outra tarefa, qual seja: estabelecer um diálogo com a disciplina, com suas teorias, com seus autores e discussões clássicos, a partir de significantes que perpassam estes universos distintos: o nativo e o acadêmico.

Essa situação faz-me lembrar da reflexão que Menezes Bastos faz da frase “A gente tem que se Raonir senão se Extingue”. Conforme o autor, a relação entre R(Raoni-Reunir) e S(Sting-Extinguir) é estabelecida por meio de um terceiro (a gente), “uma voz exterior”, que estabelece de forma imperativa a sentença como moral: “É assim que o que era pura proposição passa ao estatuto de palavra de ordem, que estabelece o encontro em consideração como algo que não somente não envolve apenas os dois personagens. Não, segundo a palavra de ordem em questão este é um encontro que atinge em cheio um outro mundo” (1996, p 171).

Na ocasião, no artigo de qualificação, comentando a argumentação do etnólogo, observei que qualquer tentativa de traduzir o encontro, de falar sobre ele, implicará o surgimento de um terceiro, de um ponto de enunciação, ou de uma voz exterior (também irreduzível), tarefa considerada ingrata para nós antropólogos/as, que vivemos a traduzir encontros...

Colocaria nestes termos a resistência a traduzir, ou estabelecer, o diálogo entre os universos nativo e acadêmico. Muito embora, hei de convir, a tradução vem sendo feita desde o início deste trabalho, sob a forma de estória contada. Agora, o desconforto é maior, mas, sem dúvidas, permaneço no terreno da ficção. E se pensarmos que está em jogo um processo de significação, sujeito às propriedades da linguagem

como um sistema de diferenças que vacila, vaza, fracassa (jogo de mostra-esconde), não poderia ser diferente.

Quanto aos termos deste diálogo entre teoria e universo nativo, parece-me pertinente falar sobre sua “natureza”. Vejo-o, à moda de Otávio Velho, quando refletiu sobre conversações entre universos distintos. Ao acompanhar sua esposa, etnóloga, em trabalho de campo, esta foi indagada por uma índia sobre o que era um edifício. Ao tentar explicar, esta perguntou: “Mas e o cocô? O que eles fazem com o cocô?”. Posteriormente, ao assistir aos noticiários do Rio de Janeiro que divulgavam a forma inadequada de tratamento do cocô pelos melhores hospitais da cidade, o que estava colocando em risco a lagoa Rodrigo de Freitas, ele começou a vislumbrar a possibilidade de um diálogo, com a condição de se desenrolar de uma maneira “verdadeiramente surpreendente e desafiadora”. Cocô, um significante que perpassa diferentes contextos sociais, como uma espécie de “mal-entendido” (im)produtivo, posto que não impede o desenrolar da “conversação”. (2002, p. 173; 1997, p. 48)

Sem cair em uma posição paralisante, Velho afirma que o mais interessante no momento seria o discurso “das semelhanças e das aproximações contingentes” que não anule a diferença, mas a sua “exótica”, isto é, distante tando do discurso universalista quanto daquele das diferenças reificadas (1997, p. 48). Este argumento do significante, que perpassa diferentes culturas e sociedades como uma espécie de “mal-entendido”, tomo-o de um texto do autor, em que ele discute a ocorrência dos significantes “globalização”, “hibridismo” e “sincretismo”, dentre outros, em situações distintas.

Diante dessas considerações quanto à escolha do paradigma, não poderia, portanto, ser qualquer um. Haveria de ser algum que mantivesse o compromisso com a alteridade, sem vê-los pela falta, negativamente, ou que procurasse modificá-los, não reforçando, assim, o grande divisor: nós *versus* eles. Segundo Viveiros de Castro, o modelo dicotômico, marcado por descontinuidades fortes, foi o mais produtivo no pensamento ocidental, responsável por destacar “aspectos variados de um contraste em última análise redutível a 'Nós' versus os 'Outros', constituindo o núcleo de 'teorias do grande divisor' que singularizam o Ocidente moderno frente às demais sociedades humanas” (s/d, p. 5).

Poder-se-ia pensar em um paradigma que não anule a diferença, mas a sua “exótica”, isto é, distante tanto do discurso universalista quanto daquele das diferenças reificadas (VELHO, 1997, p. 48), um paradigma em que os esquemas dicotômicos, as dicotomias, longe de imporem dualismos ontológicos, indicariam contrastes sobretudo

heurísticos (VIVEIROS DE CASTRO, s/d, p. 6). Segundo Viveiros de Castro, as dicotomias indicam “uma série de diferenças substantivas entre a maioria das sociedades tradicionalmente estudadas pela antropologia e a sociedade capitalista moderna, diferença cujos rendimento teórico pode ser atestado na retomada de certos contrastes clássicos (Gregory, 1982; Strathern, 1998), ou nas tentativas de relativizar e redefinir o 'grande divisor' sem dissolvê-los completamente (Latour, 1991)” (p. 6).

Ainda que lançando mão de todo um “vocabulário técnico”, busco utilizar categorias e teorias de modo “minimalista”, associadas a uma “interpretação minimalista” (SPERBER, 1992, p. 56).¹⁵²

Traduzir é trair, e a violência da escritura é fato, para lembrar Derrida (JOHNSON, 2001, p. 32-33). Assumo a responsabilidade da tradução. No espírito do “mal-entendido” (im)produtivo, aceitando que determinadas discussões antropológicas são bastante inspiradoras, adotei a abordagem maussiana, atrelada à concepção de “fato social total”, princípio heurístico que permite o estudo do concreto e a visão das diferentes esferas sociais articuladas entre si, sem a sobreposição da econômica, mais a pista teórica da pluralidade dos móveis da ação, para refletir sobre a vida destas pessoas, suas experiências, seus modos de vida, suas práticas, a maneira como se relacionam, senão em seus próprios termos, de jeito nenhum a partir de um modelo que prescreve como elas devem ser e marginaliza-as, deprecia-as por serem diferentes, por não corresponderem à norma, que as coloca em uma posição de “falta”. Narrativas negativas que, no limite, questionam as misturas feitas pelos/as pequenos/as produtores/as. Simplificando: o artesanal é valorizado, mas exigem-se profissionalização, organização e separação das coisas, o que talvez pudesse ser sintetizado pela máxima: “Amigos amigos, negócios a parte”.

A partir de referenciais teóricos, como o de Mauss, possibilidades, portanto, de refletir sobre outras sociedades, como a AMPROSUL, o Porto das Ostras, em que as coisas se misturam, estão misturadas. Abertura para marcar a importância das relações de parentesco, amizade e vizinhança nas esferas do trabalho e econômica, na configuração das relações aí estabelecidas. Estes laços, estes vínculos

¹⁵² Segundo Sperber, a antropologia utiliza-se de “todo um vocabulário técnico”, marcado pelo seu caráter arbitrário e etnocêntrico, em que os termos correspondem a “conjuntos de fenômenos que apenas partilham entre si ‘um ar familiar’ (segundo a expressão de Wittgenstein)”, o que pode ser explicado pelo fato do “desenvolvimento deste vocabulário não [ter sido] tão suscitado por um trabalho teórico, como pelas necessidades de interpretação” (1992, p. 43).

sociais, são centrais. O econômico não assume, portanto, forma autônoma. Ou seja, ele, ou o comportamento econômico, está imbricado nessas relações, está subordinado à vida social, de modo geral.

As observações feitas apontam para uma socialidade construída a partir de relações pessoais, personalistas, formas tradicionais de solidariedade social fundadas em relações de parentesco e laços comunitários. Daí partem os princípios que estruturam e regem as relações entre essas pessoas. Vacila a “estruturação pelas forças econômicas”, lembrando de Sahlins (1979, p. 237). Utilizando o vocabulário técnico, neste universo as trocas seriam motivadas por outras razões que não o interesse pragmático. Estariam em jogo outras lógicas, racionalidades que não aquela mercantil.

Dentre os mal-estares desta tese, está o fato de ter sido adotado um arcabouço de ideias – no caso, o de Marcel Mauss – em que as sociedades capitalistas (categorias ocidentais) são reserva de sentido para a reflexão sobre os outros. Aumentam as justificativas para o recurso ao uso “minimalista” do “vocabulário técnico”, categorias e teorias. Tal atitude está associada à intenção de traduzir para termos comparáveis o contato intercultural e as tensões latentes neste encontro e de não reificar diferenças e afirmar dualismos ontológicos, trabalhando, na medida do possível, com contrastes sobretudo heurísticos. Nestes termos, aproveito para marcar a maneira como Gaiger concebe a dádiva, sua importância e atualidade, por entender que ela vai ao encontro dessa atitude do uso minimalista:

“Importa menos a ocorrência palpável da tripla obrigação de dar, receber e retribuir, mesmo retraduzida nas condições contemporâneas. A dádiva funciona como um arquétipo do ciclo da reciprocidade, a evocar a dimensão não instrumental das relações, inclusive quando lidam com a transferência de bens. Reconhecimento e vínculo social são motivos da atividade humana e não requerem a presença desmesurada de altruísmo ou a eliminação das motivações utilitárias ou do dinheiro – hipóteses francamente extemporâneas. A dádiva ensina que há muita coisa impura, compósita, entre as antípodas do altruísmo e do utilitarismo” (2008, p. 17, grifos meus).

Trata-se de reconhecer, conforme o autor, “a presença de outros princípios de vida, historicamente encobertos pelo espírito individualista do interesse próprio, admitindo, outrossim, que condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade, ademais de sua orientação por valores, possam ser racionais”. Ele prossegue: “Esta é a chave de um modo de inteligibilidade diferente do paradigma unilateral do utilitarismo (CAILLÉ, 1994), sensível à pluralidade dos princípios

motivadores da ação humana”. (p. 16)

O valor da dádiva – e, acrescento por conta e risco, do sacrifício – consistiria precisamente em chamar a atenção para o fato de os agrupamentos humanos acionarem outras racionalidades para prover a sua existência, configurando vínculos não ditados pelo cálculo utilitário. Neste terreno, é plausível o estranhamento da sobreposição da racionalidade econômica a considerações sobre pessoas – a preocupações 'sociais' – ou a abstenção em relação a elas (p. 14): reconhecimento do valor da dádiva, das relações de amizade, coisas que o “paradigma dominante” ofusca ou transforma em “estratégia competitiva”.

Minha intenção foi destacar, no contexto estudado, a AMPROSUL, o Porto das Ostras, a dimensão não instrumental das relações, a presença de outros princípios de vida, outros móveis da ação, orientados por valores. Contexto esse que, poder-se-ia dizer, nos termos de Gaiger, “insere-se em um padrão de experiências em que o trabalho é inseparável das pessoas e da reprodução da vida”. Ainda nas palavras do autor: “Ora, onde o trabalho não existe como uma atividade independente, diferenciada das outras capacidades sociais do trabalhador, a troca não existe mediada apenas pelo cálculo, neutra às relações sociais e, como assinalava Sahlins (1970), separada das considerações não econômicas”. (2008, p. 14) Trocas, relações que produzem outras relações (STRATHERN, 2006, p. 328).

Vale dizer que estes autores, Gaiger e Laville, apoiados em Polanyi – que, por sua vez, apoia-se muito em Mauss – defendem o hibridismo dos laços sociais e o princípio da economia plural: “Qualquer intento de percurso nessa direção exigiria preliminarmente rejeitar as visões monistas da ação humana e reconhecer que existem outros princípios além do interesse próprio calculado outros comportamentos no imenso gradiente entre a coerção e liberdade plenas. Não é outra coisa o que fazem constar a perspectiva da economia plural, no plano macrossocial, e a percepção híbrida dos laços sociais, no plano micro” (GAIGER, 2008, p. 17-18).¹⁵³

¹⁵³ Ainda nas palavras de Gaiger: “Como os valores veiculados pelos atores da economia solidária invocam preceitos de justiça e igualdade, que se transladam da experiência interna dos empreendimentos para a arena pública, seria tentador, mas ilusório, preconizar uma espécie de altruísmo generalizado, capaz de banir aos poucos qualquer sinal de utilitarismo. É plausível que [...] represente um caso em que a predisposição dos indivíduos a realizarem interesses não utilitários coincida com um campo de práticas que recompensa tal orientação. Mas isso não autoriza a supor que os vínculos sociais que os indivíduos nutrem todos os dias entre si para gerirem suas vidas na interação com seu círculos sociais, deixem de ser inexoravelmente híbridos, feitos de dosagens variadas de solidariedade, altruísmo, pragmatismo e interesse

A questão estaria, conforme Laville, em “reconhecer a legitimidade da economia de mercado” e, também, em “desconstruir o reducionismo que interpreta qualquer forma econômica a partir do único interesse material”. Afinal, “o estudo histórico e empírico dos fenômenos econômicos destaca a sua realidade plural” (2008, p. 39-40). Isso já teria sido indicado por Mauss e desenvolvido por Polanyi, com base na defesa do princípio da economia plural. Abre-se, assim, uma vasta discussão antropológica, teorizações sobre outras lógicas sociais possíveis e legítimas e o “contato” entre elas.

Quanto ao referencial teórico escolhido, gostaria de fazer mais uma reflexão, ainda que possa parecer óbvio: embora Mauss tenha dado a deixa para a continuidade de práticas não orientadas pela lógica utilitária em sociedades modernas, vale reforçar que o fato de os estudos, presentes nos dois ensaios, terem sido feitos em sociedades ditas primitivas, não há qualquer intenção de atribuir características primitivas ao grupo estudado, a AMPROSUL, e também ao Porto das Ostras. Sem esquecer o que já foi dito sobre a atualidade do seu pensamento para pensar relações sociais contemporâneas.

O que não parece óbvio: Melhor é ver o “primitivismo” (e as demais categorias ocidentais, que podem se apresentar como reserva de sentido para outros grupos sociais), como diz Otávio Velho, como recurso heurístico constitutivo de nós mesmos. Em suas palavras: “sem perder de vista os elementos de poder envolvidos, nem sempre evidentes para uma análise que não se queira banal, o 'externo' pode ser um recurso heurístico necessário e constitutivo de nós mesmos. Assim como o seria, do 'outro lado', o primitivismo” (VELHO, 2000/2001, p. 7).

Conforme Velho, a antropologia perde muito em abandonar (ou em tentar fazê-lo) a categoria de primitivo (e as demais), posto que “a questão não está em não tratar o outro como primitivo”, mas “em nos tratarmos a nós mesmos como primitivos”. Tem-se, neste caso, uma espécie de “recalque do outro”, o que poderia ser medido pela “distinção entre alteridade, para se referir ao outro externo, e outridade, para se referir a esse outro que está aqui, dentro de nós” (2002, p. 168-169). Se adotasse esta perspectiva do outro dentro de nós, a antropologia tornaria possível um discurso que “estaria associado a um estranhamento que incluiria reflexivamente a nossa própria condição, movimento do pós-estruturalismo que a antropologia como disciplina efetivamente jamais chegou a realizar até às últimas consequências” (1997, p. 48).

Para além de pensar que o outro está entre nós, como já o fizeram

muitas teorias do contato, mas para pensar que a afirmação deste “entre” está submetida a uma operação mais radical de reflexão sobre o outro em nós (outridade), o que é diferente do outro fora de nós (alteridade) (APGAUA, 2004, 10-11; VELHO, 2002, 166-168).

A posição de Velho vai ao encontro dos (na verdade, inspirou os) movimentos feitos nesta tese de desconstrução das narrativas normativas, genéricas e hegemônicas, e de abertura para a alteridade. Uma tentativa de pensar sobre nós mesmos, desnaturalizando, e não reificando nossas práticas e, ao mesmo tempo, de dar abertura para o outro, falar do outro (cercada de cuidados).

Entendo que as ideias maussianas fazem um movimento semelhante. Elas são fruto de questionamentos a respeito de teorias/categorias produzidas pelas sociedades modernas que reforçam a lógica mercantil, sua universalização e naturalização da ideia de *homoeconomicus* e de tudo que ela representa. Fala sobre os outros ao mesmo tempo em que coloca sob a lupa as próprias sociedades modernas e as teorias/categorias produzidas sobre si e os outros, buscando desnaturalizar a universalidade do econômico, do comportamento econômico.

Derrida (1995) procura entender como o *Ensaio* pode ter se tornado o texto cânone da antropologia. Que “força”, ou “virtude”, enquanto “coisa”, ele encerra? Qual é o seu segredo? Como dito, antes: para Derrida, Mauss teria feito um movimento no sentido de criar um outro espaço de pensamento: possibilidade de pensar o dom como contabilidade inaudita – *alogos* e *atopos* –, que coloca em crise o *logos* e o *topos*, uma forma de troca, que “mistura”, “ao mesmo tempo e de uma só vez”, obrigação e liberdade, interesse e gratuidade, coisas e pessoas (importância da ideia de “força” ou “virtude” da “coisa”).

Mal-estares, desconfortos com o vocabulário técnico e, ao mesmo tempo, como diz Viveiros de Castro, a busca continua...: “Resta a ver se ingressamos (e este “nós” inclui todas as sociedades do planeta) em uma fase pós-moderna onde não mais funciona tal separação, ou se, ao contrário do que supõe a cosmologia do grande divisor que tornou possível a antropologia, jamais fomos modernos, exceto na imaginação de alguns ideólogos (LATOUR, 1991). Sabemos entretanto, e isto é uma lição da própria antropologia, que concepções imaginárias (mas todas o são) produzem efeitos reais (e todos o são). Se este é o caso, então continuamos à procura de conceitos capazes de iluminar as diferenças entre as sociedades, única via aberta à antropologia para visar eficazmente a condição social de um ponto de vista verdadeiramente universal, ou melhor 'multiversal', isto é, um ponto de vista capaz de

gerar e desenvolver a diferença” (s/d, p. 9).

Sem esquecer que inscrever o outro já é sua morte... É necessário o segredo. Nas palavras de Derrida: “outrem é secreto porque é outro” (2004, p. 331). A violência da nomeação retira o “outro” de sua singularidade radical – trata-se da violência da escritura. Ser secreto, estar em segredo como “outro”, característica de toda singularidade.

Por fim, enfim, nos termos de José Luis Pardo: “‘Respeitar a diferença não pode significar 'deixar que o outro seja como eu sou' ou 'deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)', mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixem que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma outridade que não é outra 'relativamente a mim' ou 'relativamente ao mesmo', mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade (Pardo, 1996, p. 154)’” (SILVA, 2000, p. 101).

Silva termina com Maurice Blanchot (1969, p. 115): “‘procurar acolher o outro como outro e o estrangeiro como estrangeiro; acolher outrem, pois, em sua irredutível diferença, em sua estrangeiridade infinita, uma estrangeiridade tal que apenas uma descontinuidade essencial pode conservar a afirmação que lhe é própria’” (p. 101). Assim o faço também.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversa com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.

----- **Gandhi**: política dos gestos poéticos. 2ª. ed. São Paulo: FTD, 1994. Disponível em:
<http://cienciasdareligiaoepa2010.wikispaces.com/file/view/GANDHI+MAGIA+DOS+GESTOS+POETICOS+--+Rubem+Alves.pdf>. Acesso em 19 jan. 2012.

APGAUA, Renata. **A dádiva Universal**: reflexões em um debate ficcional. 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em:
<http://www.antropologia.com.br/renatapgaua/trab/dissertacao.pdf>. Acesso em 24 jan. 2012.

----- Rastros do outro: notas sobre um mal-entendido. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. v. 69, 2004, p.1-23.

----- O Linux e a perspectiva da dádiva. In: RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Juciano de S.; SEGATA, Jean. **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 83-100.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Cooperação econômica versus competitividade social. **Rev. Katál**. Florianópolis. v. 11, n. 1, jan./jun 2008, p. 73-83.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (sob a direção de). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 65-106.

BATAILLE, Georges. **A noção de despesa**: a parte maldita. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

----- **Teoria de la religion**. Madrid: Taurus Ediciones, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca impossível**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Daniella de Sousa Maria. **Diagnóstico da produção de moluscos no município de Florianópolis/SC**. 2008. 121 f. Monografia (Graduação) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BENNINGTON, Geoffrey; DERRIDA, Jacques. **Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. A política de economia solidária e as diretrizes da CONAES: uma contribuição crítica. **Mercado de trabalho**. IPEA. 43, mai. p. 49-57.

BOEGER, Walter Antônio; BORGHETTI, José Roberto. O papel do poder público no desenvolvimento da aquíicultura brasileira. In: OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris (editores). **Aquíicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2008. p. 95-14.

BONTE, Pierre; IZARD, Michel. **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

BOSCARDIN, Nádia Rita. A produção aquícola brasileira. In: OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris (editores). **Aquíicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2008. p. 27-72.

BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Marginalia**: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**. Rio de Janeiro. vol.2, n.2, Oct. 1996, p. 7-20. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a01.pdf>. Acesso em 24 jan.

2012.

-----**Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRUMANA, Fernando Giobellina. **Antropologia dos sentidos:** introdução às idéias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos – Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.**São Paulo. v. 13, n. 38, out. 1998, p. 5- 37.

----- Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 191-205.

----- **Antropologia do dom:** o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAILLÉ, Alain e GRAEBER, David. Introdução. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-31.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo. n. 21, julho 1988, p. 133-157.

CANCLINI, Nestor Garcia. Antropólogos sob a lupa ou como falar das tribos quando as tribos são eles mesmos. **Ciência Hoje.** vol. 15, n. 90, maio de 1993,

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 347-360.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; PEREIRA, Laercio Barbosa; SOUZA, Jose Paulo de. **Dinâmica do processo inovativo e características da estrutura institucional do arranjo produtivo local de malacocultura da região da Grande Florianópolis (SC).** s/d, 22 p. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/754.pdf>. Acesso em 20 jan. 2012.

CARVALHO, Ricardo; AGGEGE, Soraya. Extrema-unção.

CartaCapital. São Paulo. ano XI, n. 657, 3 de agosto de 2011, p. 22-28.

CHAUÍ, Marilena. Sem comunicação não há democracia. **Caros amigos.** São Paulo. ano XIV, n. 165/2010, p. 12-16.

CLIFFORD, James. Introducción: verdades parciales. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (eds.) **Retóricas de la antropología.** Madrid: Júcar Universidad, 1991.

----- **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo.** Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas. In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio. **A controvérsia estruturalista:** as linguagens da crítica e as ciências do homem. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 260-284.

-----**Dar (el) tiempo.** Barcelona, Buenos Aires: Paidós, 1995.

----- **Torres de Babel.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

----- **Papel-máquina.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Da hospitalidade.** São Paulo: Escuta, 2003.

DUMONT, Louis. **O individualismo:** uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. **Indicação Geográfica da Ostra de Florianópolis.** s/d(a). Disponível em http://cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=arti

cle&id=1042&Itemid=300. Acesso em 7 fev. 2011.

----- **Cultivo de Moluscos.** s/d(b). Disponível em http://cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=987&Itemid=182. Acesso em 7 fev. 2011.

----- **Plano municipal de desenvolvimento da agropecuária, pesca e maricultura 2008.** novembro de 2007. 37 p.

----- **Síntese informativa da maricultura 2009.** junho 2010. 7 p.
Disponível em http://cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=134&Itemid=173. Acesso em 20 jan. 2012.

----- **Síntese informativa da maricultura 2010.** junho de 2011. 9 p.
Disponível em http://cedap.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=357&Itemid=173. Acesso em 20 jan. 2012.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Arranjo Produtivo Local da Ostra da Grande Florianópolis.** s/d, 30 p.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FERNANDES, F. **Marx e Engels.** 1984.

FERREIRA, Jaime Fernando; OLIVEIRA NETO, Francisco Manoel de. **Cultivo de moluscos em Santa Catarina.** p. 1-9.

FOURNIER, Marcel. Marcel Mauss ou a dádiva de si. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro (21). fev./1993, p. 104-112. Disponível em www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_09.htm. Acesso em 20 jan. 2012.

----- Para reescrever a biografia de Marcel Mauss... **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo. Vol. 18, n. 52, junho/2003, p. 5-13. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18063.pdf>. Acesso em 24 jan. 2012.

----- Mauss et la nation, ou l'oeuvre inachevée. s/d, p. 1-25. (mimeo)

FOURNIER, Marcel; MARCEL, Jean-christophe. Présentation: Avec Mauss, et au-delà de Mauss. **Sociologie et sociétés**. vol. 36, n° 2, 2004, p. 5-14. Disponível em <http://www.erudit.org/revue/socsoc/2004/v36/n2/011043ar.pdf>. Acesso em 24 jan. 2012.

FRISBY, David. La filosofia del dinero. In: **Georg Simmel**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Rev. Katál**. Florianópolis. v. 11, n. 1, jan./jun. 2008, p. 11-19.

----- **Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica**. s/d, 17p. (Texto apresentado no GT Sociologia Econômica do XXXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.) Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=apontamentos%20sobre%20a%20natureza%20do%20v%C3%ADnculo%20solid%C3%A1rio%20na%20vida%20econ%C3%B4mica&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.escolanet.com.br%2Fteleduc%2Farquivos%2F6%2Fleituras%2F13%2FApontam_natur_vinc_solid.doc&ei=4qQdT4T6CpOssALh8rDkCw&usq=AFQjCNEpthhdHOxbf_puqcrCDBfZSYQMA&cad=rja. Acesso em 20 jan. 2012.

GDAT. 1989 Debate: The concepts of society is theoreticallly obsolete. In: INGOLD, Tim (ed.) **Key debates in anthropology**. London: Routledge, 1996

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber**. Presença, 1984.

GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 13, n. 38, out. 1998, p. 39-62.

----- **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio

Vargas, 1999.

----- *Homo donator versus homo oeconomicus*. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 63-97.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Rev. Katál**. Florianópolis. v. 11, n. 1, jan./jun. 2008, p. 132-142.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). Apresentação. In: **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GONZALEZ LABALE, Alejandro Raul. **Maricultura na Penha**: subsídios para uma antropologia da difusão tecno-científica. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GRAEBER, David; LANNA, Marcos. Comunismo ou comunalismo? A política e o “Ensaio sobre o dom”. **Rev. Antropol.** São Paulo. vol. 48, n. 2, July/dec. 2005, p. 501-523.

GRAMKOW, Alessandra. **Redes e parcerias organizacionais**: a experiência da maricultura catarinense. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – GTP APL. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. 04/2004, 16 p. Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf. Acesso em 19 jan. 2012.

HAESLER, Aldo. A demonstração pela dádiva. Abordagens filosóficas e

sociológicas. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos:** discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-160.

HALL, Tomaz Tadeu da. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

----- **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAMEL, Rainer Enrique. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.). **Declaração universal dos direitos linguísticos.** Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003. p. 47-80.

HUBERT, Henri e MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a natureza e função do sacrifício. In: **Ensaio de sociologia.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

JOHNSON, Christopher. **Derrida:** a cena da escritura. São Paulo: UNESP, 2001.

JÚNIOR, Luiz Carlos de Carvalho. **Caracterização do Arranjo Produtivo Local da Malacocultura na Grande Florianópolis.** s/d, 20 p. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/2/421.pdf>. Acesso em 20 jan. 2012.

KUPER, Adam. **Cultura:** a visão dos antropólogos. São Paulo: Edusc, 2002.

----- **The invention of primitive society:** transformations of an ilusion. London: Routledge, 1988.

LABURTHER-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LACERDA, Eugênio Pascale. 1994. **As farras do boi no litoral de Santa Catarina.** 156f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

----- 2003. **O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade.** 290 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro.** Campinas: UNICAMP, 1995.

----- Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba. n. 14, jun. 2000, p. 173-194. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a10n14.pdf>. Acesso em 24 jan. 2012.

----- Ensaio bibliográfico sobre Marshall Sahlins e as “cosmologias do capitalismo”. **Mana.** vol.7, n.1, 2001, p. 117-131. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n1/a06v07n1.pdf>. Acesso em 24 jan. 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. In: NUNES, Brasilmar Ferreira; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Sociedade e Estado.** Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. volume XVI, número 1-2, janeiro-dezembro 2001, p. 57-99.

----- Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Rev. Katál.** Florianópolis. v. 11, n. 1, jan./jun. 2008, p. 20-42.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e antropologia.**São Paulo: EPU e EDUSP. v. 1, 1974.

----- **As estruturas elementares do parentesco.**Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LISBOA, Armando de Melo. **Terceiro Setor.** s/d(a), 3 p. Disponível em http://www.cidadefutura.com.br/escola/referencia_detalhe.jsp?ar!Cd=75. Acesso em 29 set. 2009.

----- **Terceiro Setor.** s/d(b), 7 p. Disponível em http://www.cidadefutura.com.br/escola/referencia_detalhe.jsp?art cd=75.

Acesso em 29 set. 2009.

LOBO, Andréa de Souza; DIAS, Juliana Braz; SILVA, Kelly Cristiane da; BISERRA, Rosângela de Souza; FLEISCHER, Soraya. Entrevista. **Comunidade Virtual de Antropologia**. fev - mar 2001. Disponível em: <http://www.antropologia.org.br/entr/entr4.html>. Acesso em 24 jan. 2012.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; NOBRE, Andriu; CARVALHO, Leonardo Alves da Cunha; MARTINS, Moreno Saraiva. Identidades e diferenças no movimento comunitário de Florianópolis. In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (organizadoras). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 57- 69.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCUS, George. O que vem (logo) depois do “pós”: o caso da etnografia. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP. v. 37, 1994. p. 7-34.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. **Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences**. Chicago: University Press, 1986.

MARTINS, Paulo Henrique. Prefácio. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 7-15.

----- **A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação**. s/d, p. 1-24. Disponível em http://nucleodecidadania.org/artigos/a_sociologia_de_marcel_mauss.pdf. Acesso em 13 mai. 2011.

MAUSS, Marcel. Valor mágico y valor de cambio. In: **Obras II**. Barcelona: Barral, 1971.

----- O ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU e EDUSP. v. 2, 1974.

----- **Manual de etnografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MENEZES BASTOS, Rafael José. Musicalidade e ambientalismo na redescoberta do Eldorado e do Caraíba: uma antropologia do encontro Raoni-Sting. **Revista de Antropologia**. São Paulo. v. 39, n. 1., 1996, p. 145-189.

MERINO, Giselle Schmidt Alves Díaz. **A Contribuição da gestão de design em grupos produtivos de pequeno porte no setor da maricultura: o caso AMPROSUL**. 2010. Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Gráfica) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. **O que é aquicultura**. s/d(a). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/informacoes/o-que-e-aquicultura>. Acesso em 1 mar. 2011.

----- **O que é um parque aquícola?** s/d(b). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/aguas-da-uniao/o-que-e-um-parque-aquicola>. Acesso em 1 mar. 2011.

----- **Cessão de áreas nos parques aquícolas**. s/d(c). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/aguas-da-uniao/cessao-de-areas>. Acesso em 1 mar. 2011.

----- **Parques aquícolas marinhos**. s/d(d). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/aguas-da-uniao/parques-aquicolas-marinhos>. Acesso em 1 mar. 2011.

----- **Estudos prévios**. s/d(e). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/aguas-da-uniao/como-o-governo-federal-seleciona>. Acesso em 1 mar. 2011.

----- **Estratégia Nacional para a regularização de empreendimentos aquícolas**. s/d(f). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/aguas-da-uniao/estrategia-nacional>. Acesso em 1 mar. 2011.

----- **Histórico**. s/d(g). Disponível em <http://www.mpa.gov.br/#ministerio/historico>. Acesso em 23 fev. 2011

----- **Territórios da Pesca e Aquicultura.** s/d(h). Disponível em http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/territorios. Acesso em 28 fev. 2011.

----- **Mais Pesca e Aquicultura.** s/d(i). Disponível em http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/mais-pesca-aquicultura. Acesso em 20 abr. 2011.

----- **Legislação Aquícola.** s/d(j). Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/didaq/html2/legislacao_aquicola.html. Acesso em 24 fev. 2011.

---- **Cultivo de mexilhões** (Manuais de Maricultura 1, Programa Brasileiro de Intercâmbio em Maricultura). 2003a, 33 p. Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/html/PARA%20SITE/Publica%C3%A7%C3%B5es/manual%20mexilhao_2005%28b%29.pdf. Acesso em 1 mar. 2011.

---- **Cultivo de ostras** (Manuais de Maricultura 2, Programa Brasileiro de Intercâmbio em Maricultura). 2003b, 31 p. Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/html/PARA%20SITE/Publica%C3%A7%C3%B5es/manual%20ostras_2005%28b%29.pdf. Acesso em 1 mar. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Arranjos Produtivos Locais –
APLs.** s/d (a).

<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>.
Acesso em 19 jan. 2012.

----- **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos
Locais - GTPAPL.** s/d (b). Disponível em
[http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985#
demandas](http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985#demandas). Acesso em 19 jan. 2012.

----- **Ata reunião da Câmara de Gestão do Desenvolvimento das
Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina.**
2006, 3 p. Disponível em
http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1198668299.pdf. Acesso em 20
jan. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **O que é Economia Solidária?** s/d (a). Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em 7 dez. 2009.

----- **As Origens recentes da Economia Solidária no Brasil.** s/d (b). Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>. Acesso em 7 dez. 2009.

MONTES, Maria Lúcia. Etnografia: identidades reflexivas. In: **Antropologia e seus espelhos:** a etnografia realizada pelos observados. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. p. 35-51.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

----- **Derrida e a literatura:** “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução. Niterói: EdUFF, 2001.

NUNES, Brasilmar Ferreira; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). Apresentação: dádiva e solidariedades urbanas. **Sociedade e Estado.** Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. volume XVI, número 1-2, janeiro-dezembro 2001. p. 9-23.

ORTNER, Sherry. Theory in anthropology since the sixties. In: **Comparative studies in society and history.** Cambridge: University Press, 1984.

OSTRENSKY, Antonio. Propostas estruturais e executivas para consolidação da aquicultura brasileira. In: OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris (editores). **Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer.** Brasília: Organização das Nações Unidas para Aquicultura e Alimentação (FAO), 2008. p. 247-264.

OSTRENSKY, Antonio; BOERGER, Walter Antônio. Principais problemas enfrentados atualmente pela aquicultura brasileira. In: OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris (editores). **Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer.** Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2008. p. 135-158.

OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris (editores). **Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2008. Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/legislacao/AQUICULTURA_COMPLETO.pdf. Acesso em 20 jan. 2012.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Maricultura e território em Santa Catarina - Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis: PPGSP/UFSC, n. 31, agosto 2002, p. 1-19. Disponível em <http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2031.pdf>. Acesso em 20 jan. 2012.

PAPILLOUD, Christian. Un inédit de Marcel Mauss présentation. **Arch. europ. sociol.** XLIV, I (2003), p. 3-26.

PÉLBART, Peter Pál. Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal: primeira exposição. In: FRIDMAN, Luis Carlos (org.). **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 147-158.

PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; NETO, Waldemar Joaquim da Silva. **Ribeirão da Ilha vida e retratos: um distrito em destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

PEREZ, Léa Freitas. Campo religioso em conflito! Mas que conflito é esse? (mimeo) **VI Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina**. 1996. 19 p.

----- Fim de século, efervescência religiosa e novas reconfigurações societárias. (mimeo) **IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina**. 1999. 12 p.

PEREZ, Léa Freitas; OLIVEIRA, Luciana e APGAUA, Renata. Igreja Universal do Reino de Deus e Nova Era: nódulos de dádiva na sociedade brasileira contemporânea? **Teoria & Sociedade**. Belo Horizonte. n. 8, jul./dez. 2001, p. 30-77.

PESTANA, Débora; PIE, Márcio Roberto; PILCHOWSKI, Robert Willian. Organização e administração do setor para o desenvolvimento

da aquíicultura. In: OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris (Editores). **Aquíicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2008. p. 115-134.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PRATES, Antônio Augusto P.; PAIXÃO, Antônio Luiz; FREITAS, Renan Springer. **Temas contemporâneos de sociologia clássica**. Belo Horizonte: UFMG – FAFICH, 1991.

PRAZERES, Luciano Padilha dos. A produção da associação: perspectivas de atuação em associação de produtores rurais. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. ano 3, ed. 6, jan./abr. 2009, p. 113-126.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, PMF. **SIM (Selo de Inspeção Municipal)**. s/d. Disponível em <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/igeof/?pagina=notpagina&menu=3¬i=3360>. Capturado em 22/02/11

RAPPORT, Nigel; OVERING, Joanna. **Social and cultural anthropology: the key concepts**. London: Routledge, 2000.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IdeAS**. v. 3, n. 1, jan./jun. 2009, p. 133-164.

REINHARDT, Bruno Mafra Ney; PEREZ, Léa Freitas. **Claude Lévi-Strauss, Jacques Derrida e a "Lição de escritura"**. (mimeo) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, 17 p. (Texto apresentado no Fórum de Pesquisa 36 *Antropologia, trabalho de campo e subjetividade: desafios contemporâneos*, 24 Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda/PE, 12 a 15 de junho de 2004.)

RIAL, Carmen. Guerra de imagens: o 11 de setembro na mídia. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. v. 64, 2003, p. 1-19.

RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do ciberespaço. Questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: UFSC/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. 2002, 19 p.

ROVAI, Renato; MASSAD, Anselmo. **Paul Singer: Economia Solidária**. 2004, 3 p. Disponível no site Fala, Brasil! Capturado em 07/12/2009.¹⁵⁴

SAFATLE, Vladimir. Nação cartelizada. **CartaCapital**. São Paulo. ano III, n. 660, 24 de agosto de 2011, p. 89-90.

SAHLINS, Marshall. **Stone age economics**. Chicago: Aldine, 1976.

----- **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

----- Cosmologias do capitalismo: o setor Trans-Pacífico do Sistema Mundial. **Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia**. Campinas. 1988a, p. 47-106.

----- **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SANTIAGO, Silviano (supervisão). **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA – SEAP. **Pesca e aquicultura**. s/d (a). Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/html/PARA%20SITE/Publica%C3%A7%C3%B5es/folder_prefeitos.pdf. Acesso em 23 fev. 2011.

----- **Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura**: uma rede de ações para o fortalecimento do setor. s/d (b), 22 p. Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mais%20pesca%20eaquicultura/Cartilha_SEAP_final.pdf. Acesso em 23 fev. 2011.

¹⁵⁴ Atualmente está disponível *on line* entrevista mais completa: **Paul Singer e o novo pensamento econômico socialista**. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=9470. Capturado em 10/01/2012. Esta entrevista com Paul Singer está publicada na edição 20, de outubro de 2004, da Revista Fórum.

----- **Balço das águas.** março/2006, 52 p. Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/html/PARA%20SITE/Publica%C3%A7%C3%B5es/revista_SEAP_Completa.pdf. Acesso em 23 fev. 2011.

----- **Economia solidária** (Série Formação e Valorização do Pescador). 2007, 24 p. Disponível em http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/Cadernos/03_economiaSolidaria_Miolo.pdf. Acesso em 20 jan. 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Arranjo Produtivo da Malacocultura.** s/d(a). Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/produto.asp?vcduto=5876&^^>. Acesso em 04 fev. 2011.

----- **Arranjos Produtivos Locais – APLS.** s/d(b). Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produto=1931>. Acesso em 04 fev. 2011.

----- **Certificado garante qualidade a ostras catarinenses.** 2007. Disponível em http://www.sebrae-sc.com.br/novos_destaques/oportunidade/printer.asp?cd_noticia=14931. Acesso em 20 jan. 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP. **Ostras da Grande Florianópolis:** caderno de normas, melhores práticas para produção de ostras de Florianópolis. 2007, 66 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (organizadoras) **Associativismo civil em Santa Catarina:** trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO – SIGPLAN/MPOG. **Plano Plurianual 2004 – 2007** (Anexo I - Programas de Governo). s/d, 610 p. Disponível em <http://www.sigplan.gov.br/download/ppa/anexoi-programasdegoverno.pdf>. Acesso em 28 fev. 2011.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Rev. Katál.** Florianópolis. v. 12, n. 1, jan./jun. 2009, p. 59-67.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 73-102.

----- **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras.** 1998. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Georg Simmel: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.

SINGER, Paul. A economia solidária no Governo Federal. **Mercado de Trabalho.** IPEA. 24, ago 2004, p. 3-5.

----- Economia solidária *versus* economia capitalista. NUNES, Brasilmar Ferreira; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Sociedade e Estado.** Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Volume XVI, número 1-2, janeiro-dezembro, 2001. p. 100-112.

----- Economia: Economia Solidária. **Revista Teoria e Debate.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. n. 47, fevereiro/março/abril de 2001, 5 p. Disponível em <http://www2.fpa.org.br>. Acesso em 7 dez. 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **O rigor da indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOUSA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál.** Florianópolis. v. 11, n. 1, jan./jun. 2008, p. 53-60.

SOUZA FILHO, José. **Custo de produção da ostra cultivada**(Caderno de indicadores agrícolas, 3). Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 23 p.

SPERBER, Dan. **O saber dos antropólogos**. Lisboa: Edições 70, 1992.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TAMBIAH, Stanley J. **Magic, science and religion and the scope of rationality**. Cambridge: University Press, 1995.

TOLOSANA, Carmelo Lisón. **Antropología social y hermenéutica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1983.

VELHO, Otavio. Mistura ou diferença: qual a esperança na globalização e na crise? **Comunidade Virtual de Antropologia**. dez - jan 2000/2001, p.1-11. Disponível em <http://antropologia.org.br/arti/colab/a3-ovelho.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

----- **Besta-fera: recriação do mundo**. Rio de Janeiro: Dumará, 1995.

----- Globalização: antropologia e religião. In ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (orgs.) **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 43-61.

----- **O que a religião pode fazer pelas ciências sociais?** Outubro de 1998, p. 1-7. (Uma versão deste trabalho foi apresentada na VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.)

----- Choque de civilizações, satanização do outro e chances de um diálogo universal – segunda exposição. In: FRIDMAN, Luis Carlos (org.) **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Dumará, 2002. p. 159-173.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. A dívida e a diferença: reflexões a respeito da reciprocidade. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP. v.

44, n. 1, 2001, p. 185-220.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O conceito de 'sociedade' em antropologia:** um sobrevôo. s/d, p. 1-10. Disponível em <http://cevep.ufmg.br/publicacoes/ts/ts5/batalha.rtf>. Acesso em 27 nov. 2002.

WEBER, Max. **Economia y sociedad:** esbozo de sociologia comprensiva II. Mexico: Fondo de cultura econômica, 1964.

----- **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia comprensiva (volume 1). Brasília: UnB, 1994.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Rev. Katál.** Florianópolis. v. 11, n. 1, jan./jun. 2008, p. 105-115.

WIGGERS, Raquel. 2006. **Sou daqui da Caieira da Barra do Sul:** parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil. 184 p. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2006.

WINCH, Peter. Understanding a primitive society. In: WILSON, Brian (Ed.) **Rationality.** Oxford: Basil Blackwell, 1974.